**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira:
Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por
Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP.**

André Luiz Ferreira da Silva

**Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de Concentração:
Ecologia Aplicada**

**Piracicaba
2012**

André Luiz Ferreira da Silva
Bacharel em Direito e Advogado

**Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira:
Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por
Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP.**

Orientador:
Prof. Dr. **ADALMIR LEONIDIO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de Concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Silva, André Luiz Ferreira da

Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP. / André Luiz Ferreira da Silva. - - Piracicaba, 2012.

198 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2012.

1. Áreas de conservação 2. Comunidades 3. Direito ambiental 4. Direitos humanos
5. Multiculturalismo 6. Políticas públicas 7. Povos I. Título

CDD 333.7026
S586o

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

*Dedico à memória de meus pais, Manoel Pedro da Silva e Maria Ferreira,
que se foram sem imaginar a sua realização.*

*E às comunidades caiçaras da Barra do Ribeira e da Juréia,
que desde minha infância me acolheram como um dos seus,
tornando-se ao longo do tempo uma extensão de minha família.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Adalmir Leonidio, pelo acolhimento imediato desde a elaboração do projeto para a realização desta pesquisa e pela orientação crítica, sincera, amiga e atenta durante toda a realização deste trabalho.

A Carmem Lúcia Rodrigues (Calu), minha companheira, pelo amor, carinho, compreensão com que me cativa, pelas palavras encorajadoras e de estímulo, pela forma otimista e comprometida com que ouve minhas ideias, lê e corrige o que escrevo.

A Alik Wunder e seus familiares, pela amizade e por ter visto em um monitor ambiental do Vale do Ribeira um advogado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio crescente e indiscriminado de pesquisas no Brasil, dentre as quais, esta aqui apresentada.

A Mara Casarin, secretária do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da ESALQ/CENA - USP, pela atenção e presteza com que trata todos os pós-graduandos deste programa.

Aos meus irmãos Andrea, Sérgio, Sidnei e Odirlei, por contribuírem, cada um ao seu modo, para eu me formar e ser como sou hoje.

A todas as pessoas, verdadeiros anjos, que passaram pela minha vida até aqui, abrindo portas quando eu não via saída diante dos problemas, que não foram poucos!

SUMÁRIO

RESUMO.	9
ABSTRACT.	11
LISTA DE FIGURAS	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 Trajetória do pesquisador e a escolha do tema de investigação.	19
3 Mata Atlântica: Terra Historicamente Ocupada e Socialmente Construída.....	27
4 Estudos de Caso: Mosaico de Jacupiranga e Estação Ecológica Juréia Itatins	49
4.1 O Mosaico de Jacupiranga.....	53
4.2 A Estação Ecológica Juréia-Itatins	67
4.3 Considerações gerais sobre os casos analisados.....	81
5 Da crise ambiental ao desenvolvimento sustentável: Unidades de Conservação no Estado de São Paulo.	89
6 Terras tradicionalmente ocupadas, o multiculturalismo e a luta por novos direitos no Brasil...119	
7 Aspectos políticos, sociais e jurídicos e dificuldades para implantar o direito à diferença cultural no Brasil.	151
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:	191
REFERÊNCIAS	195

RESUMO.

Titulo: Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP.

O presente trabalho analisa a criação e a gestão de áreas protegidas ambientalmente sobrepostas a territórios de “povos e comunidades tradicionais” (PCT) no Brasil. A caracterização das políticas públicas responsáveis pela criação das chamadas “unidades de conservação” (UCs) pode ser dividida em dois momentos históricos distintos: o primeiro inicia-se na década de 1960 e é marcado pela criação de UCs de forma arbitrária e autoritária ao conceber as áreas protegidas como “ilhas de biodiversidade” que objetivam, primordialmente, proteger a vida selvagem ignorando a ocupação humana nestas áreas geográficas; o segundo momento teve início a partir de 1988, com a reabertura política através da nova Constituição Federal, e foi evidenciado, sobretudo, após o ano de 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que prevê a obrigatoriedade de consultas públicas garantindo a participação popular na instituição de novas UCs e a formalização de categorias de áreas protegidas de uso sustentável. Soma-se a estes dois momentos históricos referentes ao ordenamento das áreas protegidas o aumento do prestígio dos denominados povos e comunidades tradicionais determinando-se a proteção da diversidade cultural que representam e de seus territórios. Em muitos casos, há uma franca sobreposição entre territórios étnico-culturais por áreas protegidas. Frente à forma paradoxal com que é vista a ocorrência simultânea de interesses de proteção de recursos naturais e da cultura desses povos nestas mesmas áreas geográficas e das disputas relacionadas à proteção de ambos os interesses, a presente pesquisa foi concebida tendo em vista analisar os conflitos subjacentes à criação e à gestão das UCs no contexto das recém-criadas políticas de afirmação étnica e cultural no Brasil, pautando-se em contribuições das ciências sociais, do direito e do multiculturalismo.

Palavra-chave: Povos e Comunidades Tradicionais; Áreas Protegidas; Multiculturalismo; Direitos Humanos, Direitos Culturais

ABSTRACT.

Title: Where environmental rights override human rights in the Brazilian Atlantic forest: Study about the cultural diversity in traditional communities by overlapping protected areas in the Ribeira Valley, SP.

This research explores the creation and management of environmentally protected areas overlap the territories of “indigenous and traditional communities” in Brazil. The characterization of public policies responsible for the creation of so-called “conservation units” can be divided into two distinct historical moments: the first begins in the 1960 and is marked by the creation of protected areas in an arbitrary and authoritarian approach when designing protected areas as “islands of biodiversity” that aim, primarily, to protect wildlife ignoring human occupation in these geographic areas; the second started since 1988, within the re-democratization process marked by the new Federal Constitution (1988), more evident especially after the year 2000, with the creation of the National System of Conservation Units policy (locally called SNUC), which provides for the mandatory public consultations ensuring popular participation in the establishment of new protected areas and the formalization of categories of protected areas for sustainable use. Added to these two historical moments for the planning of protected areas the increased prestige of indigenous and traditional communities determining the protection of cultural diversity they represent and their territories. In many cases, there is a straightforward overlap between ethno-cultural territories and protected areas. Paradoxically, opposite view is that the simultaneous occurrence of interests of protection of natural resources and the culture of those people in these same geographic areas and disputes related to protecting the interests of both, the present study was designed in order to analyze the underlying conflicts the establishment and management of protected areas in the context of the newly created policies to protect cultural diversity in Brazil, basing on contributions from the social sciences, law and multiculturalism.

Keywords: Indigenous and Traditional Communities; Protected Areas; Multiculturalism; Human Rights, Cultural Rights

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Chegada de Martim Afonso de Souza. Benedito Calixto.....	30
Figura 2 - Imagens da roça de coivara implantada no Grajaúna / Juréia.....	38
Figura 3 – Desenho contendo o trajeto do Valo Grande.	41
Figura 4 – Desenho do Vale do Ribeira contendo os municípios que o compõe e sua localização no Estado de São Paulo.	49
Figura 5 – Distribuição das unidades de conservação existentes no Vale do Ribeira.....	50
Figura 6 – Localização do Mosaico de Jacupiranga no Estado de São Paulo e no Vale do Ribeira, indicações dos limites do antigo Parque de Jacupiranga.	53
Figura 7 – RESEX Ilha do Tumba e fotos do trabalho de campo.	59
Figura 8 - RDS Itapanhoapima e fotos do trabalho de campo.....	60
Figura 9 - RESEX do Taquari e fotos do trabalho de campo.	60
Figura 10 - RDS Lavras e fotos do trabalho de campo	61
Figura 11 - RDS Quilombos de Barra do Turvo e fotos dos trabalhos de campo.....	61
Figura 12 - RDS Barreiro Anhemas e fotos dos trabalhos de campo.....	62
Figura 13 - RDS Pinheirinhos e fotos dos trabalhos de campo.	62
Figura 14 – Localização da Estação Ecológica Juréia Itatins e da Estação Ecológica Banhados de Iguape no Estado de São Paulo.....	68
Figura 15 – Primeiro Mosaico da Juréia, conforme a Lei Estadual nº 12.406/2006.	76
Figura 16 – Novo desenho do Mosaico da Juréia.....	78
Figura 17 - Genealogia da família Prado na Juréia, Iguape (SP).	127
Figura 18 – Sistemática Jurídica brasileira de acordo com a Teoria das Fontes do Direito...	186

1 INTRODUÇÃO.

A presente dissertação visa analisar os conflitos existentes em comunidades tradicionais sobrepostas por unidades de conservação na Mata Atlântica. Busca compreender como a estratégia ambientalista de criação e gestão de áreas ambientalmente protegidas no Brasil se relaciona aos grupos social e culturalmente diferenciados afetados diretamente nestas áreas. Este trabalho, discute, por esta perspectiva, políticas e posturas oficiais relativas aos direitos “à diferença”.

A pesquisa foi realizada no Vale do Ribeira, região localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, caracterizada tanto pela existência de um grande número de unidades de conservação interligadas, quanto pela existência de grupos com singularidades sociais, étnicas e culturais: quilombolas, indígenas, caiçaras, capoavas/ribeirinhos e agricultores familiares. Analisa, primordialmente, dois casos: o “Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga” e a “Estação Ecológica Juréia Itatins”.

As situações conflituosas verificadas por esta pesquisa decorrem de uma série de fatores que foram se consolidando ao longo do tempo e gerando diversos efeitos. Alguns entendem que os conflitos se originaram como consequência inevitável do aumento das preocupações sobre questões relacionadas ao meio ambiente e à “crise ambiental” na modernidade, que ao inaugurar estratégias ambientalistas biocentradas e universalistas de aplicação em escala global, acabou por causar sérios impactos nos modos de vida de grupos culturalmente diferenciados.

A noção de “crise ambiental” baseia-se na afirmação de um colapso das relações quantitativas entre população e a base finita de recursos naturais com implicações no crescimento econômico (material), sendo também que desde esta perspectiva global norteia-se grande parte das ações ambientais na Mata Atlântica brasileira. Assim, elegeu-se como a principal estratégia para a conservação deste bioma e da natureza no Brasil a criação das chamadas “Unidades de Conservação” - UC, que por sua vez, pautaram-se em um ‘mito’ de que essas áreas seriam sinônimo de “ilhas de biodiversidade” humanamente desocupadas e baseadas na necessidade de preservar porções da natureza em seu “estágio originário” destinadas a proteger a vida selvagem (*wilderness*) e servir para recarga de energias materiais e espirituais, bem como para a realização de pesquisas.

No Brasil, a criação de unidades de conservação também ocorreu segundo tais preceitos da biologia da conservação, e difundiu-se desde a década de 1960, mantendo-se durante todo o período da ditadura militar, perdurando até os tempos atuais. Além disso, o direito ao meio

ambiente saudável tornou-se, em tese, uma forte expressão de garantia cidadã (direito difuso/coletivo) para o acesso à qualidade de vida, com previsão expressa na Constituição Federal Brasileira de 1988 e por uma série de outras legislações infraconstitucionais.

A manutenção dessas unidades de conservação tem sido acusada pelas comunidades afetadas de trazer impactos socioculturais contínuos. Ao serem colocadas em prática, as medidas são, de maneira geral, incompatíveis com a presença humana anteriormente consolidada nessas áreas, submetendo todas as práticas socioculturais locais a uma lógica “conservacionista” administrada pelos poderes oficiais.

Como a aplicação dessa estratégia é mantida e gerida como uma política pública, ela acaba associando-se a outros temas estratégicos relacionados ao Estado-nação. Um deles é a inclusão dessas áreas como contrapartida em projetos desenvolvimentistas, aproximando a problemática dos debates sobre novas formas de opressão social causada pelo capital. Nesse caso, o direito ambiental, quando analisado desde a perspectiva das unidades de conservação, passa a estabelecer dificuldades na contemplação de demandas locais pela proteção à diferença cultural e embora possa ser visto como integrante e fruto do amadurecimento dos direitos humanos, torna-se causador de conflitos com outros temas também abarcados por ele. Desde esta outra perspectiva, o direito ambiental é considerado pelas comunidades tradicionais uma “afronta” sistemática à proteção do direito à diferença cultural, também considerado um direito humano fundamental na legislação nacional e internacional.

Pondera-se que a Constituição de 1988, ao eleger os princípios que devem pautar todas as relações no interior do Estado Nação ao procurar garantir a dignidade humana e qualidade ambiental para as atuais e futuras gerações, não dimensionou explicitamente como se devem resolver todas as relações existentes no cenário nacional, tais como as investigadas neste trabalho. Tampouco, manteve-se nossa carta magna atual comparada às discussões mundiais sobre os direitos de comunidades tradicionais. Esse cenário induz a acrescer às discussões nacionais novos conceitos capazes de incluir às demandas desses grupos considerados culturalmente diferenciados nas demandas pelo “direito à diferença”. Desta forma, ao longo do trabalho discutir-se-á sobre a aplicação cidadã dos direitos “coletivos” e/ou “difusos”, contrapondo-os aos que chamamos de direitos “comunais”, potencializando-os para que possam servir para reverter processos históricos de eliminação e de marginalização cultural e social no Brasil.

Este trabalho também discorre sobre os movimentos sociais dos grupos atingidos pela estratégia das áreas protegidas, suas articulações locais, regionais, nacionais e até internacionais que visam conter as pressões que enfrentam, além de buscarem melhores

condições materiais de sobrevivência, inserindo suas queixas em um quadro tradicional brasileiro de desrespeito ao que podemos considerar “direitos humanos fundamentais”. Dessa forma, vivendo em unidades de conservação, queixam-se tanto da privação de seus direitos individuais mais essenciais, quanto da ausência de condições específicas para se reproduzirem como grupos culturalmente diferenciados e sendo expostos à ameaça de supressão de seus territórios condicionados a um modo de vida ditado pela lógica “conservacionista” que lhes é imposta.

Por outro lado, imbuídos na busca por alternativas, esses grupos participam da elaboração de novas legislações nacionais que legitimam suas reivindicações junto ao sistema jurídico. As discussões desses grupos também se encontram amparadas em debates mais amplos tecidos internacionalmente.

Buscando entender como se desenvolveu este quadro de conflitos e quais seriam as principais contribuições teóricas para analisar as relações históricas, sociais, culturais, econômicas e jurídicas no Vale do Ribeira esta pesquisa propõe, nas áreas investigadas: a) resgatar brevemente dados históricos relevantes sobre o processo de ocupação de toda a Mata Atlântica desde os tempos coloniais; b) trazer dados sobre as situações encontradas e investigadas no campo; c) discutir a construção de conceitos modernos relacionados à noção de “crise ambiental” e de “desenvolvimento sustentável”, e de como essas noções incidem sobre os casos investigados; d) evidenciar as disputas envolvendo a proteção do meio ambiente com outros interesses econômicos na região do Vale do Ribeira, relacionando-os aos planos de desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Brasil; e) investigar e refletir sobre a existência histórica de grupos culturalmente diferenciados presentes na região investigada; f) abordar fatos históricos que desafiam a consolidação da cidadania e da democracia no Brasil; g) elucidar noções básicas que devem ser contempladas na aplicação e na leitura do direito neste tipo de situação - tais como as questões relacionadas às fontes do direito utilizadas, a noção de justiça prevalecente, informações sobre a ciência do direito e a hierarquia das leis relacionadas a estes casos); h) refletir sobre as teorias multiculturalistas, os acordos internacionais e a evolução na proteção dos direitos humanos internacionais reconhecidos recentemente como legítimos no Brasil; i) evidenciar questões que devem ser enfrentadas para amenizar as situações conflituosas existentes entre as unidades de conservação da natureza e os territórios dos povos e comunidades tradicionais.

2 Trajetória do pesquisador e a escolha do tema de investigação.

“Uma longa caminhada começa com um só passo”

Lao-tse

Utilizando-se de um princípio metodológico da antropologia social, segundo o qual é de extrema importância esclarecer “de onde o pesquisador está falando”, neste capítulo, ao revisitar brevemente as motivações que nos levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, voltamos a algumas observações realizadas nos últimos 10 (anos) na região investigada.

Acompanhamos atividades junto aos movimentos sociais locais ligados às consideradas comunidades tradicionais¹ e participamos de reuniões dos Conselhos Consultivos² de algumas unidades de conservação ambiental do Vale do Ribeira o que permitiram a verificação de que grande parte dos conflitos existentes hoje na Mata Atlântica voltam-se à existência dessas comunidades nestes lugares. Esta experiência revelou também o alto índice de “unidades de conservação” implantadas sobre “territórios tradicionalmente ocupados”.

A gestão destas áreas tem se caracterizado por extrapolar problemas gerenciais relacionados às características meramente biológicas que as legitimaram, passando também a incorporar uma complexa demanda trazida pela diversidade cultural representada por diversos grupos e suas subjetividades existentes nesses locais, deflagrando uma disputa entre priorizar a proteção de características biológicas ou culturais nestes lugares. A defesa rigorosa de ambas as vertentes (cultural e ambiental) tem dificultado e impossibilitado chegar a uma solução pautada no consenso sobre uma proposta gerencial plenamente aceita para estas áreas, impondo-se como solução aos conflitos, na maioria das vezes, a vontade dotada de maior poder.

Visto isto, impõe-se como ponto inicial e fundamental para tratar desses conflitos hoje: o enorme desafio de realizar discussões que abarquem mais do que um único campo do saber, onde se torna necessário ao diálogo a junção de saberes capaz de lançar luzes por ângulos diversos às questões que emergem dessa relação. Tentaremos assim, ao dialogar com diversos campos do saber - tais como a história, a sociologia, a antropologia e o direito-, nos preocupar com o desafio de uma análise interdisciplinar para o caso investigado.

¹ Em 1999: participação no curso para monitores ambientais e fundação da Associação dos Monitores Ambientais de Iguape. Em 2001: fundação e participação na Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira e participação junto às atividades da União dos Moradores da Juréia e da Associação dos Jovens da Juréia. Em 2002: participação na criação de uma rede nacional de Condutores de Visitantes e de Monitores Ambientais envolvendo a Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros e Vale do Ribeira.

² Participação como membro entre os anos de 1999 à 2003 nos Conselhos Consultivos da Área de Proteção Ambiental Federal – Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA-CIP) e da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Em termos das constatações em campo, notou-se que a relação conflituosa entre os projetos ambientais para a região e as comunidades tradicionais começou a ser percebida de forma mais intensa nos fins da década de 1980. Naquela época foram tomadas medidas administrativas para efetiva consolidação de unidades de conservação anteriormente criadas por meio de decreto e fortaleceram-se novas articulações políticas objetivando a criação de novas áreas protegidas. A partir desse momento também são instaladas no Vale do Ribeira diversas sedes de órgãos ambientais que passaram a executar em parceria com a polícia militar operações relacionadas à fiscalização de atitudes consideradas, a partir de então, “crimes ambientais” ou de “destruição da natureza”.

Por terem suas vidas estritamente relacionadas aos usos dos recursos naturais, as comunidades locais percebem limitações em seus afazeres cotidianos pelas restrições advindas do “meio ambiente”, estabelecendo-se desde então animosidades entre essas comunidades e os órgãos ambientais na região.

Na década de 1990, começa um efetivo processo de “conscientização ambiental”, desenvolvido ou apoiado pelos órgãos ambientais da região, que implicava na imposição de mudanças dos modos de vida tradicional e, ao mesmo tempo, procurava diminuir as resistências locais às políticas ambientalistas em processo de implantação. Há desde então a deslegitimação dos conhecimentos tradicionais desses grupos construídos de geração a geração de acordo com as condições objetivas de existência encontradas na região. Propõe-se a substituição destes conhecimentos pelas noções de “responsabilidade ambiental” trazida pelos cursos sobre meio ambiente que se proliferavam. Firma-se, assim, um direcionamento claro quanto ao que deve ser oficialmente estimulado, ou não, bem como sobre o que será ou não admitido na região.

Surge neste contexto um paradoxo. As mesmas instituições que diziam defender o patrimônio ambiental da região colocam-se como as principais opressoras das atividades cotidianas das diversas comunidades locais. Suas estratégias que, à princípio, agiam por motivações ambientais, são acusadas pelas comunidades tradicionais de promover a homogeneização e a eliminação da diferença (social e cultural) na região, bem como, de restringir as práticas produtivas tradicionais nesses locais.

Dentre as várias situações verificadas ‘*in loco*’, duas merecem destaque, evidenciando o quanto esta relação tornou-se constrangedora às comunidades quando elas se mostraram de alguma forma um empecilho aos projetos oficiais impostos pelas autoridades nesses locais.

O primeiro fato ocorreu em 2001, quando alguns membros das comunidades tradicionais da Juréia, principalmente os que representavam algum tipo de liderança política, após

participarem de um “mutirão” de limpeza de trilha³ - trabalho, habitualmente realizado pelas comunidades há inúmeras gerações no local por ser este o único meio de comunicação entre algumas famílias da região com o bairro vizinho da Barra do Ribeira e com a cidade Iguape -, foram surpreendidos com uma intimação para o comparecimento à delegacia e posteriormente ao fórum da cidade de Iguape. Deviam responder a uma denúncia realizada pelo gestor da unidade de conservação pela autoria de crime ambiental tipificado por “impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação⁴”.

Neste caso, além de ignorar uma prática tradicional de manutenção das trilhas de acesso às comunidades da Juréia, compulsando o Boletim de Ocorrência nº 38/2000, verificou-se que a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo utilizou como prova para embasar a denúncia fotografias de caráter duvidoso, onde um graveto poderia ganhar o aspecto de uma enorme árvore, indicando que a mesma poderia ter sido supostamente derrubada na ação praticada pelos moradores. Ou seja, em condições consideradas normais de ampla defesa a denúncia feita poderia e deveria ter sido contestada, na medida em que não se tinha ponto de referência que dimensionasse o tamanho e o local das imagens capturadas.

Porém, não foi o que ocorreu, como os participantes acusados não contavam com a assessoria de um advogado particular e a defensora pública concedida em Iguape não tinha interesse em levar a demanda judicial adiante, os denunciados foram orientados a aceitar a denúncia e compor um “Termo Circunstanciado (TC)”⁵, para não ser instaurada uma Ação Penal. Segundo o “Termo Circunstanciado” lavrado, cada integrante denunciado assumiria a culpa pelo dano e pagaria 2 (duas) cestas básicas a ser entregues a uma instituição social da cidade de Iguape. Para aquelas pessoas o problema ainda era de difícil solução, uma vez que grande parte dos denunciados sequer tinham condições de arcar com o pagamento das cestas básicas, inclusive, não dispunham daqueles alimentos em suas próprias casas.

Essa situação não só chamou a atenção por poder ser considerada injusta - ao não fornecer as menores condições de discussão e de defesa a denúncia -, como ainda, por expor aquelas pessoas, até então consideradas idôneas e dignas em suas comunidades, a uma situação de completa humilhação pública. Naquele momento coube àqueles moradores apenas emitir, com o apoio de alguns parceiros, uma “Carta Aberta” onde demonstraram publicamente toda

³ Tratava-se da “trilha do imperador”, caminho antigo que foi construído entre os séculos XVII e XVIII e que servia, quando da sua construção, para levar ouro da região de Iguape à São Vicente margeando toda a região litorânea.

⁴ De acordo com o Boletim de Ocorrência registrado no Primeiro Distrito Policial de Iguape sob o nº 38/2000.

⁵ O Termo Circunstanciado é um registro de um fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo, ou seja, um crime de menor relevância funciona como um boletim de ocorrência com algumas informações adicionais, servindo de peça informativa para o Juizado Especial Criminal, que no caso analisado ganhou o nº 162/00, lavrado em 29 de junho de 2000, em audiência na Segunda Vara da Comarca de Iguape.

a indignação diante da denúncia da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e do desfecho trazido pelo “Termo Circunstanciado” imposto pelo Poder Judiciário.

O segundo caso foi testemunhado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, em 2010. Esta área, que era um parque estadual desde a década de 1970, se sobrepõe a 3 (três) territórios quilombolas correspondentes às comunidades da Pedra Preta, Cedro, Ribeirão Grande/Terra Seca. Recentemente (em 2007), passou por um processo de recategorização compondo parte do que é hoje o Mosaico de Jacupiranga. Por constituírem unidades de conservação estaduais também são administradas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Segundo algumas lideranças quilombolas locais, a “recategorização” dessas áreas era uma reivindicação antiga das comunidades tradicionais da região que nunca foi aceita pelos órgãos ambientais. Porém, com a aprovação de uma legislação federal que regulamentou os procedimentos para o reconhecimento dos territórios quilombolas em 2003, através do Decreto Federal nº 4887⁶, e a possibilidade de “perda” desses territórios pelo parque, o Governo do Estado de São Paulo decidiu liderar o processo legislativo para a recategorização do parque, ou seja, transformando em áreas de uso sustentável o parque, que a princípio, deve servir exclusivamente à proteção integral da natureza.

Ao que tudo indica, essa mudança repentina de posição do governo paulista só ocorreu diante da possibilidade real de se “perder” áreas de unidades de conservação para territórios quilombolas em atendimento a legislação federal/constitucional. Ocorre que diante desse novo fato, não era mais a vontade das comunidades transformar os seus territórios que estavam no parque em reservas de desenvolvimento sustentável. Desejavam apenas se verem livres das interferências dos órgãos ambientais. Assim, alegam que, mesmo a contragosto, foram submetidas a um processo legislativo e a uma complexa negociação que recategorizou a unidade de conservação sobre os seus territórios quilombolas. Resulta desses desencontros que as comunidades quilombolas não concordam com a criação de reservas de desenvolvimento sustentável sobre os seus territórios que se encontram em fase de reconhecimento legal. Reclamam que a recategorização não permitiu às comunidades

⁶ Como essa dissertação abordará assuntos referentes a diversas legislações no seu desenvolvimento e como segundo Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, (Decreto-Lei Federal nº 4657/1942 e Lei nº 12.376/2010), “Art. 3º *Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.*”, nos limitaremos daqui em diante a mencionar o âmbito de promulgação da lei (União, Estados e Municípios), seu número correspondente e o assunto que especifica, posto que a única forma de sua existência seja por via dos respectivos poderes, legislativo, administrativo e judiciário, como explicaremos até o final deste trabalho.

quilombolas desvencilharem-se por completo dos órgãos ambientais na gestão de seus territórios, colocando-se em choque a autoridade dos presidentes das associações quilombolas e dos presidentes dos Conselhos Deliberativos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que por imposição legal, é exercida sempre por um funcionário do órgão público ambiental. Desta forma, ao manterem-se os princípios “conservacionistas” nestas áreas, mantiveram-se também intervenções, no mínimo polêmicas, em relação às práticas culturais dessas comunidades. Demonstra-se assim que a “reclassificação” nem sempre tem se mostrado uma solução para atender às reivindicações das comunidades, e sim, à própria estratégia das unidades de conservação.

Em meio a diversos estranhamentos ditados por essa tônica, verifica-se que de forma reiterada, principalmente nas unidades de conservação, ocorrem pequenos atos cometidos por órgãos públicos visando conter práticas tradicionais, ou talvez, se impor perante as comunidades tradicionais e que chamaram a atenção pela força desproporcional que imprimiam diante dos fatos⁷. O desconforto diante dessas situações levou a formulação de várias questões que se tornariam a chave desta investigação, e que de forma sintetizada pode ser resumida na seguinte pergunta: O que legitimava atitudes autoritárias e desproporcionais contra pessoas que integravam grupos desprovidos de quaisquer condições materiais em uma região extremamente pobre? A busca por uma resposta apontava que estava em curso na Mata Atlântica outra estratégia de poder relacionada a “conservação ambiental”, muito mais ampla que as realizadas até então, que além de não incluir os grupos pobres e culturalmente diferenciados existentes no Vale do Ribeira, os considerava uma ameaça e que justificaria o exercício de uma violência institucional capaz de eliminá-los e de desestimulá-los a permanecerem onde se constituíram. Exercendo o controle das áreas desta forma, não se ameaçava objetivos obscuros e maiores que haviam por detrás das medidas tomadas.

Quando observamos ambos os casos descritos acima, evidencia-se um quadro complexo onde ora temos a violação de garantias constitucionais - como o direito de ir e vir, o direito ao devido processo legal e o direito de ampla defesa -, ora temos manobras que desafiam o respeito a novas previsões legais de proteção à diferença conquistada por grupos oprimidos, submetendo-os a novas tramas que os mantêm subjugados.

⁷ Referindo-se aqui a atos configurados como abusos institucionais amplamente relatados pelas comunidades, tais como: invasão à domicílio, sem ordem judicial a qualquer hora do dia e da noite, com uso de armas de fogo, para verificação da existência de caça nas panelas dos moradores, proibição da realização de roças, de pesca, de reforma de casa, entre outras práticas realizadas sem o cumprimento das mínimas exigências de um tratamento humano recomendado.

Parece, desta forma, que na busca de se obter objetivos oficiais traçados para estas regiões (que serão apresentados e problematizados neste trabalho) são institucionalizadas diversas “ilegalidades”. A situação trás descrédito a qualquer possibilidade de negociação com as comunidades, que descrentes nas regras quase sempre rompidas pelos poderes oficiais, enxergam o Estado enquanto um ente regido não por princípios - como o da legalidade -, mas sim, por interesses escusos sendo capaz de tornar atitudes injustas e não anuídas em atos legítimos.

As situações testemunhadas pela relação estreita do pesquisador com a vida cotidiana de comunidades tradicionais, bem como pelas experiências vividas junto ao movimento social e ambientalistas durante um período significativo, somadas posteriormente às contribuições mais conceituais no campo do direito, nos levaram a adotar nesta pesquisa a opção metodológica da “pesquisa participante”. Tal método permite a busca por um *“momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”* (BRANDÃO, 1987, p. 12).

Sendo assim, o estudo sobre territórios tradicionais sobrepostos por áreas decretadas unidades de conservação emergiu de uma longa trajetória de participação e de intervenção que se deu no entorno de uma área de proteção integral (Estação Ecológica Juréia – Itatins) e da relação estreita com a vida e a cultura de grupos que enfrentaram condições similares às pesquisadas. Valendo-se da afirmação de que o convívio *“com pessoas reais e, através delas, com culturas, grupos sociais, e classes populares”* propicia que *“a observação participante, a entrevista livre”* e de *“maneira espontânea”* reflita em *“fragmento de relações entre a sua vida (entrevistador) e aquilo a que responde”* (BRANDÃO, 1987, p. 13) tentar-se-á, ao final, confrontar as expectativas das comunidades estudadas aos princípios contidos nas leis (vontade do legislador), às abordagens utilizadas na gestão das unidades de conservação (interpretação da lei pela gestão administrativa) e os anseios dos movimentos ambientalistas, buscando entender como estes conflitos se constituíram.

Utilizou-se como fontes de pesquisa para nossas análises: a) livros, artigos, teses e outros documentos; b) a interpretação de dados coletados durante o trabalho de campo⁸; c) documentos relacionados aos movimentos ambientalistas e a garantia dos direitos

⁸ A realização desta pesquisa empírica ocorreu simultaneamente a uma outra pesquisa, na mesma área geográfica e com os mesmos sujeitos, porém, na área da antropologia social. Ainda que desenvolvidas individualmente, focalizando temáticas distintas, ambas de certa forma se complementam pois tratam igualmente de possíveis relações entre cultura popular e territorialidade, o que propiciou diversas reflexões entre o autor desta pesquisa e a pesquisadora do IFCH/UNICAMP, professora na UFRRJ, Carmem Lúcia Rodrigues, que contribuíram para a construção interdisciplinar deste trabalho.

territoriais/étnicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais; d) inventário e/ou análise das leis que tratam dos direitos étnico-culturais e ambientais pertinentes às unidades de conservação.

3 Mata Atlântica: Terra Historicamente Ocupada e Socialmente Construída

“É difícil dizer se é correto referir-se à Mata Atlântica no tempo presente”

Warren Dean

Quando se discute hoje mecanismos de proteção de remanescentes da Mata Atlântica, invariavelmente determina-se que estes lugares devam ser mantidos totalmente distantes de qualquer intervenção humana. Percebe-se, desta maneira, que a esses lugares é associada uma imagem mítica de um paraíso perdido, como se fossem parte do jardim do Éden.

A ideia de tratar essas áreas como sendo verdadeiros paraísos está ligada à ideia de florestas completamente livres da presença humana. Essa atribuição é o resultado do que Diegues (1998) chama de “o mito moderno da natureza intocada”. Pela ótica do senso comum, fortalecida por uma massiva propaganda (superficial) sobre os assuntos socioambientais, este mito tem ganhado ‘*status*’ de verdade inquestionável, podendo não ser tão verdadeiro quanto parece.

Revisitando o processo de ocupação da Mata Atlântica e da região do Vale do Ribeira, objeto desta pesquisa, percebe-se que essa construção pode ser mesmo mitológica. Portanto, compreender esse processo histórico parece ser necessário tanto para tornar compreensíveis os motivos que levaram a atribuição da noção de mundo selvagem à Mata Atlântica pela sociedade moderna, quanto para entender as controvérsias práticas resultantes desta noção. Além disso, em nosso trabalho, compreender esses aspectos certamente servirá para evidenciar a complexidade que envolve as disputas em torno dos últimos resquícios deste ecossistema.

Ao contrário do que pode parecer, as relações humanas com a Mata Atlântica não tiveram início após as preocupações ambientalistas na modernidade, desencadeadas a partir da década de 1960. A adoção desse marco para pensarmos a complexidade da Mata Atlântica pode nos levar a desconsiderar e omitir histórias anteriores das experiências humanas e culturais, que além de gerar inúmeros equívocos sobre estes lugares, promovem um imenso desperdício de experiências para o futuro.

Por exemplo, evidências da ocupação humana na Mata Atlântica há pelo menos onze mil anos são atestadas por pesquisas arqueológicas. No Vale do Ribeira, as primeiras ocupações humanas datam de quase nove mil anos. Estudos sobre os povos dos *sambaquis*⁹ apontam que

⁹ Povos que deixaram amontoados de conchas de amêijoas, mariscos, mexilhões e ostras coletadas das árvores dos manguezais e da lama no litoral e que ocupavam uma área que se estendia desde o litoral do Estado do

estes grupos viveram na região até cerca de 400 anos antes da chegada dos colonizadores europeus e que suas intervenções podem ter alterado consideravelmente a composição florestal da Mata Atlântica através da seleção vegetal desde esta época. Assim, a ideia de estarmos falando de matas virgens e intocadas já não nos parece tão verdadeira quanto fomos induzidos a crer. O que se imagina ser uma floresta virgem e intocada pode ser na realidade o resultado da proteção ou da disseminação de plantas de ocorrência natural após a iniciativa humana ao longo dos tempos. Além disso, o processo pode ter sido potencializado mais recentemente pelos povos indígenas tupis, uma vez que estes grupos predominavam na ocupação de quase todo o território ao longo do litoral florestado, atingindo distâncias até quinhentos quilômetros da orla no início da colonização brasileira¹⁰, o que pode ter resultado em um processo de seleção vegetal com dimensões muito maiores do que imaginamos (DEAN, 1996).

Considerando agora as formas de produção utilizadas pelos tupis, chama a nossa atenção o intenso e vasto uso dos recursos naturais da Mata Atlântica e o seu papel de precursor das formas utilizadas ainda hoje pelos grupos denominados “povos e comunidades tradicionais”¹¹ investigados por esta pesquisa. Waren Dean (1996), ao realizar resgates históricos sobre as formas de produção agrícola empregada pelos tupis naquele momento, diz que eles agiam:

“em todas as áreas de baixada do continente [...] A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio, sem qualquer utensílio além de um bastão de cavoucar. A floresta, que nunca antes havia sido queimada, não só ficava maravilhosamente fértil mas também livre das sementes de plantas invasoras e, dessa forma, pouca capina era necessária” (DEAN, 1996, p. 44)

Este tipo de agricultura - também conhecida como sistema de “coivara”, itinerante ou de derrubada e queimada – é considerado pelo autor como “*o menos invasivo, porque imita a escala natural de perturbação e, em vez de congelar permanentemente o processo de sucessão, apenas o explora de forma temporária*” (DEAN, 1996, p. 45).

Para a sua sobrevivência estes grupos, além da agricultura, contavam com os complementos alimentares gerados pelas práticas da caça e da pesca, práticas que também eram

Espírito Santo ao Estado do Rio Grande do Sul, podendo cada um deles se estender por até trezentos metros de comprimento e até 25 metros de altura (DEAN, 1996).

¹⁰ Conforme atestam os mais de mil sítios arqueológicos deste grupo localizados no Brasil (DEAN, 1996).

¹¹ “Povos e comunidades tradicionais” é um termo utilizado em recentes políticas públicas e também por membros das comunidades. A partir daqui será redigido sem aspas.

desenvolvidas através de técnicas próprias e que foram se adaptando e se perpetuando entre os povos e comunidades tradicionais da região até a atualidade.

Baseando-se em relatos e documentos dos primeiros colonizadores sobre as aldeias tupis encontradas, Waren Dean (1996) tenta fazer estimativas sobre a produção tupi no período imediatamente anterior, durante e concomitantemente à chegada dos colonizadores europeus, que ainda hoje poderiam ser consideradas impressionantes, pois:

“cada aldeia tupi abrigava, em média, seiscentas pessoas e controlava pouco menos de setenta quilômetros quadrados do interior, sugerindo uma população de cerca de nove pessoas por quilômetro quadrado. Com essa densidade, os tupis da baixada teriam provocado, no curso de cinco séculos, uma degradação da Mata Atlântica consideravelmente maior que seus vizinhos do planalto. Supondo novamente o desmate de 0,2 hectare de floresta primária por pessoa/ano, **todo o domínio tupi teria estado sujeito a queimada em um lapso de apenas 55 anos. No curso de um milênio de ocupação, teriam queimado cada faixa pelo menos dezenove vezes.**” (DEAN, 1996, p. 51, com grifos nossos)

Além da subsistência, os tupis também baseavam a sua produção em excedente e estocagem. A prática da estocagem ocorria de diversas formas. Em relação à mandioca, o principal produto agrícola, muitas vezes era deixada estocada no próprio solo, adiando a colheita ou a torrando como farinha. Em relação ao peixe, outro produto que era base da dieta alimentar daquele povo, era usado defumado ou se fazia um tipo de farinha. Tais estoques para os tupis não tinham a finalidade de se tornar mercadoria, na acepção capitalista do termo, antes serviam de estoques militares ou consumidos em comemorações quando uma única aldeia era anfitriã de diversas aldeias vizinhas. Certo, porém, é que se tratava de grandes estoques e que chegaram a prover grandes frotas espanholas e portuguesas em trânsito nas suas viagens de volta ao velho continente, demonstrando mais uma vez, o intenso processo histórico de alteração da composição florestal da Mata Atlântica pelo homem que coloca em suspeição a atribuição moderna de “mata virgem”.

Algumas passagens históricas também ajudam a esclarecer o quanto a ocupação humana no Vale do Ribeira era intensa nos primórdios da colonização portuguesa. Em 1501, por exemplo, uma expedição comandada por Gonçalo Coelho, que tinha como piloto Américo Vespúcio, chegou à Ilha do Cardoso, local que hoje pertence ao município de Cananéia. É provável ter sido um dos primeiros contatos dos colonizadores com a região e seus habitantes. A expedição estava em busca de criar o marco físico do lugar onde ficou estabelecido o meridiano do Tratado de Tordesilhas fixado entre Portugal e Espanha em 1494 (DEAN, 1996).

De acordo com estudiosos locais (ALMEIDA, 1946; FORTES, 2000; PEREIRA JÚNIOR, 2005), também é a partir desta época que se inicia um intenso processo de mestiçagem entre indígenas e colonizadores degredados na região. Como exemplo há um relato histórico de

1531 sobre a esquadra chefiada por Martim Afonso de Souza (Figura 1), que antes da fundação oficial da vila de São Vicente em 1532, ao chegar naquele mesmo local, se deparou com pequenos povoados indígenas que abrigavam castelhanos, portugueses e mestiços. Foi também nesta passagem que se consolidou historicamente uma figura enigmática e importante para a região: o “Bacharel de Cananéia”. Tratava-se de um português degredado, havia cerca de 30 (trinta) anos, que liderava o povoado conhecido ou como Maratayama (“terra do mar”), ou como Vila dos Tupis, composto por cerca de 200 pessoas (PEREIRA JÚNIOR, 2005). Para alguns, inclusive, seria de povoados como estes que se originaram as comunidades com uma identidade coletiva culturalmente particular, nova, híbrida que se autodenomina “caiçara” e que habita a região ainda hoje.

Figura 1 - Chegada de Martim Afonso de Souza. Benedito Calixto. (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 19)

Não existe informações precisas sobre o tal “Bacharel de Cananéia”. A história mais difundida e menos contestada é a de que ele era um degredado e uma figura bastante conhecida dos antigos navegadores, com quem realizou numerosos intercâmbios comerciais, sendo reconhecido como o maior latifundiário da região (PEREIRA JÚNIOR, 2005).

Ao que tudo indica, o “Bacharel” viu na passagem de Martim Afonso de Souza pela área uma grande possibilidade de se firmar enquanto uma autoridade formal da região, não apenas perante os nativos e os mestiços, mas, com o aval do império português. Tinha como um de seus principais trunfos o fato de ter grande influência sobre os indígenas e mestiços do seu povoado e algum conhecimento sobre a região, atestando que isto lhe daria acesso a uma grande quantidade de ouro e de outras pedras preciosas que existiam no interior do Vale do Ribeira. Uma possível parceria entre as partes neste momento parecia ser conveniente a ambos os lados. Em troca de prestígio político perante a coroa portuguesa, o Bacharel ofereceria parte do que fosse arrecadado durante tal expedição, ou seja, ouro, pedras preciosas, além de índios de outras etnias que fossem capturados. Por outro lado, a parceria entre Martim Afonso de Souza, representando à coroa portuguesa e o grupo liderado pelo

Bacharel cumpriria uma função desejosa à coroa portuguesa na ocasião: a de fixar o seu domínio na região, que por se tratar de uma área de divisa com os espanhóis, nesse momento era também vulnerável e objeto de disputas (FORTES, 2000).

Na ocasião, o Bacharel chegou a convencer Martim Afonso de Souza a destinar 40 (quarenta homens) para integrar uma expedição composta de 80 (oitenta homens) no total, que foram em busca de metais preciosos (BRAGA, 1999; FORTES, 2000). A expedição não foi bem sucedida. Nenhum dos integrantes retornou!

Do insucesso daquela expedição decorreu o descrédito do “Bacharel” perante Martim Afonso de Souza e, conseqüentemente, perante a coroa portuguesa, sendo ele novamente relegado ao esquecimento dos poderes oficiais da época. Por volta de 1535, revoltado por ter sido esquecido por seu país de origem pela segunda vez, teria se juntado a um castelhano chamado Ruy Garcia de Moschera, que viera com um bando de fugitivos de batalhas do Rio da Prata, e juntos decidiram mudar o povoado para as proximidades de onde se localiza hoje a cidade de Iguape, no bairro caiçara conhecido atualmente como Icapara. Ali mantiveram a guarda do povoado contra ataques de piratas e corsários, inclusive, estabelecendo certa vez conflitos contra os próprios vicentinos. Resulta dessa história, que ainda em 1535, os castelhanos que se aliaram ao “Bacharel” foram expulsos pelos portugueses de São Vicente para o sul do país sendo mais tarde, em 03 de dezembro de 1538, fundada a vila onde hoje é a cidade de Iguape (ALMEIDA, 1946; FORTES, 2000; PEREIRA JÚNIOR, 2005). Uma vez garantido o domínio da região pelo poder colonizador oficial português, a região seguiu estagnada economicamente e sem maior expressão até o início do século XVII.

O resgate desse período histórico além de servir para revelar o início conturbado da relação entre portugueses vicentinos de um lado - como representantes oficiais da coroa - e, de outro, portugueses e castelhanos (degredados ou corsários), aliados aos mestiços e indígenas, serve também para evidenciar que durante todo o século XVI pouco ou quase nada se alterou em relação aos usos herdados dos tupis para à Mata Atlântica na região. Ao mesmo tempo, serve para demonstrar alguns descompassos entre os anseios oficiais advindos de Portugal e as práticas costumeiras que continuaram a ser realizadas na região.

De alguma forma, a estagnação verificada durante o século XVI no Vale do Ribeira, somada as circunstâncias peculiares e subversivas de sua ocupação desde o início da colonização, podem ter contribuído para origem de determinadas características peculiares, tanto das relações humanas, quanto às relações entre o homem e a natureza nessa região, bem como pode ter favorecido o fortalecimento de novas sociabilidades entre os grupos humanos que se formaram.

Quanto ao uso das terras da coroa, nota-se que para o império português, o objetivo era a ocupação do vasto território na colônia e a geração de riqueza para a metrópole, elegendo-se para isso o sistema de sesmaria, derivado do regime de Capitanias Hereditárias (1534 - 1759), como o meio legal e oficial para o empossamento das terras. Segundo este sistema, o donatário – alguém considerado pelo rei como de grande ‘*status*’ social, com qualidades pessoais e serviços prestados à coroa - receberia a “Capitania” e passaria a ter direitos e deveres sobre ela - entre eles, o de “doar Sesmarias”, ou seja, doar frações de terra de sua Capitania a portugueses para que fizessem assentamentos, cultivos e benfeitorias na terra (CALI, 1999). Porém, na prática, este não foi o único meio utilizado para apropriar-se da terra. Havia muitas terras que enquanto não eram reclamadas por seus donatários, ou ainda não haviam sido doadas pela Coroa, eram utilizadas por comunidades que principalmente se dedicavam à agricultura de subsistência, à caça e à pesca (caso dos índios e dos mestiços). Provavelmente, a falta de interesse na exploração econômica fez com que o modelo prático e não o oficial de ocupação humana vigorasse em todo Vale do Ribeira, permanecendo da mesma forma e sem quase nenhuma interferência oficial pelo menos até o final do século XVI. Foi, provavelmente, pelo vigor deste sistema de ocupação clandestina que mesmo após a constituição de vários centros coloniais oficiais manteve-se a característica de isolamento dos habitantes da região lagunar do Vale do Ribeira.

Durante o primeiro século de colonização outras características se cristalizavam na Colônia e iriam repercutir também nas relações existentes no Vale do Ribeira, como, por exemplo, a diferenciação crescente entre colonizadores e colonizados. Com a fundação da vila de São Vicente por Martin Afonso de Souza, em 1532, e com a implantação dos primeiros engenhos de cana de açúcar e do modelo português de ‘*plantation*’, a relação entre colonizadores portugueses envolvidos com esse sistema e os indígenas passa a ganhar outras características, tornando-se extremamente conflituosa por dois motivos: primeiro, porque o porto de São Vicente passaria a ser conhecido como “porto dos escravos” (comercializando índios nativos aprisionados e enviando-os para Europa, assim como ocorria com os animais - macacos e papagaios); segundo, porque os índios capturados também eram utilizados como servos nos trabalhos braçais da época (CALI, 1999).

Como a Colônia era vista como um simples “*objeto de conquista portuguesa, a exploração do Brasil não ocorreu apoiada em processos metódicos e racionais, com desejo enérgico de construir, pelo contrário, fez-se com desleixo e certo abandono*” (HOLANDA, 1995, p. 43), tal característica propiciou que o processo de povoamento do novo continente ocorresse por pessoas munidas de diversos interesses. Provavelmente, de um lado, estavam os colonizadores

com apoio oficial que se fizeram presentes e representados por indivíduos imbuídos de um espírito aventureiro, na ânsia de prosperidade sem custos através de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis. Do outro, estavam os considerados desertores e degredados, criminosos que pagavam suas penas no Brasil e que eram utilizados como massa de manobra no processo de colonização. Portanto, presume-se que eram grupos que possuíam interesses, papéis, funções e expectativas distintas na “nova terra”.

Enquanto os primeiros pretendiam fazer riqueza para talvez retornar à terra natal - praticando a captura de nativos para um mercado local amplamente estimulado no Sudeste e organizando expedições na província de São Paulo¹² -, os outros que não nutriam esperança de retornar ao velho continente, não hesitavam em se adaptar as dificuldades da “nova terra”, exercendo todo tipo de sociabilidade com grupos humanos nativos, como os indígenas.

Analisando relatos do historiador Capristano de Abreu sobre casos de desertores e degredados, Dean (1996) afirma que uma vez que estes se uniam nas florestas aos indígenas ganhando “*esposas nativas e cunhados, aprendiam a armar arapucas, distinguir vozes de animais, tratar de picadas de cobra, encontrar frutos silvestres e atear fogo na floresta*” tornando-se “*dentro de poucos anos[...]moralmente um mestiço*” (DEAN, 1996, p. 85). Ser “mestiço” significava ser culturalmente indígena nesse momento, o que não os tornavam benquistos pelos outros colonizadores portugueses, passando a serem reconhecidos pelo poder oficial como “mamelucos”. Provavelmente a população do Vale do Ribeira seria majoritariamente composta por este tipo de ocupante durante o século XVI. Criava-se, assim, em torno dessa época, uma sociedade extremamente hierarquizada na Colônia.

Neste contexto, os homens brancos de classes dominantes só se casavam com parceiras brancas, beneficiando às relações em busca de favores junto às autoridades portuguesas, diferenciando-se dos outros colonos europeus, dos “mamelucos” e dos indígenas. As diferenças não paravam por aí. Entre os mestiços também havia uma distinção. Os reconhecidos por pais brancos continuavam com o ‘*status*’ de mameluco, enquanto aqueles não reconhecidos passavam a ser denominados “bastardos”, sujeitando-se inclusive ao trabalho servil e recebendo o mesmo tratamento dispensado aos nativos indígenas.

Ao longo do século XVII, com o aumento da prole branca, a designação “mameluco” foi desaparecendo, passando todos os mestiços a serem chamados de “bastardos” (DEAN, 1996).

¹² Até o ano de 1600, tal prática atingiu mais de 20 (vinte) expedições, ganhando outros números memoráveis e impressionantes, onde “*consta que uma ofensiva de seis anos sobre o planalto paulista, iniciada em 1590 sob o comando de Jerônimo Leitão, destruiu trezentas aldeias, matando ou capturando seus habitantes, que chegavam a 30 (trinta) mil*” (DEAN, 1996, p. 77).

Talvez essa generalização das diferenças entre os mestiços tenha ocorrido em decorrência do aumento do tráfico de africanos escravizados, diminuindo a pressão sobre esses grupos para a realização dos trabalhos braçais. Ao mesmo tempo, a chegada de negros africanos ao Vale do Ribeira ocasionada pela exploração do ciclo do ouro a partir do século XVII (FORTES, 2000), passa a integrar um importante elemento de hibridação de povos e culturas na região.

Como consequência deste modelo de sociedade altamente hierarquizada detecta-se duas características importantes que influenciaram a ocupação de terras no Vale do Ribeira. Em primeiro lugar, entre a busca de ouro/pedras preciosas e a produção e a exportação de açúcar prevaleceu à busca pelo ouro como vocação econômica na região, posto que:

“Por todo o século XVII, houve lavras de ouro espalhadas por diversos pontos ao longo da serra do Mar. Marcas de parte dessa atividade ainda recentemente eram visíveis em diversos locais do planalto a sudoeste da cidade de São Paulo: nas colinas que a circundavam e na costa entre Iguape e a baía de Paranaguá.” (DEAN, 1996, p. 109)

A descoberta de minas de ouro no Vale do Ribeira só ocorreu a partir de 1637. Nesta mesma data houve a implantação da Casa de Fundição de Ouro Real de Iguape, que funcionou até 1697, no mesmo local onde hoje funciona o Museu Municipal (BRAGA, 1999). A partir de 1637, a exploração colonial na região passa então a ganhar um novo contorno e dar uma nova dinâmica econômica à região, além de inaugurar formas de exploração da Mata Atlântica distintas daquelas herdadas pelos indígenas.

Do ponto de vista econômico, o ciclo do ouro, assim como gerou alguma riqueza na região também aumentou o deslocamento das pessoas em direção às minas descobertas. Esse fato é relatado como a principal causa da ausência de agricultores e da baixa produção de alimentos para abastecer a cidade naquele momento. A busca pelo ouro fez com que a maioria dos moradores das vilas se dedicasse ao garimpo, não havendo quem se dedicasse a agricultura. Apesar da descoberta do ouro em Iguape, era então marcante a ausência de uma organização econômica, político-administrativa e social estável no local, o que se espelhava em seu centro urbano até então totalmente estagnado.

De acordo com Dean (1996), com o êxito dessa atividade econômica no final do século XVII, detecta-se outra característica marcante na região: a diferenciação estabelecida entre os locais das residências coloniais e as nativas, definindo a cidade como domicílio próprio apenas para brancos. Procurava-se evitar com isso, dentre outras coisas, a “diluição” dos brancos cristãos na cultura nativa circundante, por vezes expulsando das vilas coloniais indígenas que tentavam se passar por mestiços. Com isso atribui-se pela primeira vez na área da Mata Atlântica a cidade como sinônimo de “civilização”, relegando-se à floresta aos nativos e aos mestiços, que teriam na época um papel similar ao de “bárbaros”.

Reflexos deste período na história regional podem ser verificados nos estudos realizados pelo historiador e arqueólogo Plácido Cali (1999), ao identificar, por exemplo, uma passagem histórica em que o Capitão-mor de Iguape determinou em 1679, através de um Editto e sob pena de multa de dez cruzados, que os donos de sítios e de fazendas deveriam construir suas casas na cidade consolidando desta forma o centro histórico de Iguape, hoje considerado o maior centro histórico do Estado de São Paulo, com 84 (oitenta e quatro) casas tombadas.¹³

Ao se estabelecer uma relação sobre estas características da sociedade colonial brasileira e a história do Vale do Ribeira, percebe-se que a ocupação colonial desta região ocorreu tendo como principal ponto de articulação e de início a cidade de Iguape, que por um longo período, até mais precisamente o ano de 1950, era considerada a “capital regional” (MUSSOLINI, 1980), ou “cabeça de ponte” (PETRONE, 1965), por sua posição geográfica e por deter funções portuárias para servir ao processo de penetração para o interior através do rio Ribeira de Iguape, maior curso d' água do Vale do Ribeira.

Baseando-se no que ocorria nas relações mantidas entre colonizadores, índios e mestiços nas vilas de São Vicente e de Piratininga no início da colonização, é muito provável que os trabalhos braçais e de transporte também fossem realizados através do sistema de servidão de indígenas e de mestiços em toda a região do Vale do Ribeira durante este período, acrescido por algum contingente de negros africanos escravizados e trazidos ao Brasil durante o ciclo do ouro (DEAN, 1996; HOLANDA, 1994).

Os deslocamentos em busca de ouro a partir de Iguape dá origem a povoados localizados próximo ao leito do Rio Ribeira de Iguape que viriam posteriormente a se tornar cidades - a exemplo de “Xiririca”, hoje conhecida como Eldorado, além de Registro¹⁴ e Sete Barras. O ciclo econômico do ouro e suas características regionais se estenderam por todo o século XVII, até serem esgotados todos os filões auríferos em 1697. Após este período, houve a evasão dos mineiros da região, também por conta da descoberta das “Minas Gerais” (BRAGA, 1999).

Mesmo tendo o ciclo do ouro trazido alguma importância à vila de Iguape, a ocupação colonial da região ainda não era plena. Por este ciclo econômico ter sido curto e por ter se desenvolvido principalmente ao longo do Rio Ribeira de Iguape, não representou necessariamente um enfrentamento ou uma ameaça capaz de eliminar as aldeias e povoados de índios e mestiços consolidados em outros lugares menos visitados na região, próximos a

¹³ De acordo com dados obtidos junto a Secretária Municipal de Cultura de Iguape.

¹⁴ Cidade que mantém o mesmo nome de batismo, adquirido porque era ali que o ouro em pó coletado do rio Ribeira de Iguape acima, era registrado para conferência de seu peso em Iguape, na Casa Real de Fundição, evitando-se possíveis roubos e desvios durante o trajeto.

pequenos rios e nascentes ao longo do estuário e próximo às serras, onde provavelmente se refugiavam os negros fugidos constituindo quilombos, distantes das rotas mais utilizadas para a exploração do ouro. Já, como o ciclo do arroz, essa realidade teria se modificado significativamente.

Como os primeiros registros no Estado de São Paulo referentes à exportação do arroz originário das vilas de Iguape, Paranaguá, Ubatuba e São Sebastião ocorreram entre os anos de 1805 a 1807 (CALI, 1999), estimasse que entre o fim do ciclo do ouro e o fortalecimento do ciclo do arroz passaram-se aproximadamente 100 anos, sem maiores alterações no quadro social, econômico e de uso da Mata Atlântica na região do Vale do Ribeira.

Passados pouco mais de 300 anos do início das intervenções coloniais na região, talvez os mestiços então não se sentissem mais como “índios”, nem tampouco como membros da sociedade colonizadora. O mais provável é que tenham bem antes constituído nos arredores dos centros coloniais alguns vilarejos, se fortalecendo nestes locais enquanto comunidades tradicionais caiçaras, capoavas e ribeirinhas. Por sua vez, o fortalecimento contínuo da cultura do arroz durante os séculos XVIII e XIX trouxe a intensificação da presença de negros africanos escravizados para a região.

O novo ciclo econômico amparado na cultura do arroz fez com que as lavouras coloniais se aproximassem dos “sítios” das comunidades tradicionais, estabelecendo entre estes uma série de relações a partir de então.

Provavelmente, as evoluções comerciais da cultura do arroz ocorreram em decorrência de medidas que objetivavam a geração de renda para o império, orquestradas por Marquês de Pombal entre 1750 e 1777, tornando possível, um pouco mais tarde, a obtenção de resultados economicamente satisfatórios na produção e na exportação pela Colônia de produtos como o açúcar, entre 1780 e 1830, o fumo, o couro, além da produção de gêneros novos como o arroz (CALI, 1999). Assim, embora desde 1660 haja notícias de arrozais em Iguape¹⁵(CALI, 1999 *apud* GRANATO, 1914), o ciclo do arroz, que começou de forma acanhada em meados do século XVIII, chegou ao seu auge aproximadamente entre os anos de 1836 e 1874, sendo sem dúvida o período com maior movimentação de pessoas e da economia na região. Foi também durante este período que lá houve o mais acentuado processo de escravidão de negros africanos, o que era visto por alguns como indicativo de um período de prosperidade. Tentando dimensionar a importância adquirida por este ciclo econômico, em 1836:

¹⁵ Inclusive, com a possibilidade da existência de um tipo de arroz nativo utilizado pelos indígenas e confundido muitas vezes pelos cronistas como sendo o arroz ‘*Oryza sativa*’ dos europeus (CALI, 1999).

“a região concentrava 100 dos 109 engenhos de beneficiamento de arroz instalados na província e em 1852 já era 107 os engenhos instalados na região. Outra medida do crescimento econômico da região era a quantidade de escravos que, em 1836, representavam 28,9% da população total, um índice superior à média da Província, que era de 26,6% de população escrava.” (MULLER, 1836 *apud* BRAGA, 1999, p. 47).

Sobre a qualidade do arroz produzido pela região nesta época, existe no Museu Municipal de Iguape uma placa de bronze, datada de 29 de abril de 1911, atestando que o município representou o Brasil na Primeira Exposição Internacional de Turim, na Itália, onde ganhou “o diploma de honra internacional de melhor produtor de arroz do mundo”!

Embora o cultivo do arroz ocorresse ao longo das margens alagadiças do Rio Ribeira de Iguape, atingindo de forma direta até a cidade de Iporanga situada na serra, as cidades que mais se aproveitaram das atividades econômicas derivadas desta cultura foram Iguape e Cananéia. Ambos os centros urbanos, por estarem próximas dos portos e dos comércios concentrando também a maioria dos engenhos de beneficiamento. Passaram a exercer forte influência política e econômica sobre outras áreas. Os pequenos povoados e vilarejos compostos por mestiços, nesta altura já conhecidos como caiçaras, capoavas e ribeirinhos, contudo, pouco se beneficiaram da riqueza gerada por esta economia na região (BRAGA, 1999).

Ao estudar de forma mais aprofundada o processo de povoamento do litoral Sul de São Paulo, na Estação Ecológica Juréia Itatins, município de Iguape, o arqueólogo e historiador Plácido Cali (1999) analisa as características dos assentamentos em 22 (vinte e dois) sítios arqueológicos, do período entre o século XIX e o início do século XX e conclui que esta região seguramente é habitada tradicionalmente por comunidades caiçaras ao menos desde o século XVII. O autor divide ainda o povoamento da região em 3 (três) padrões de assentamentos. O primeiro denomina como padrão de assentamento “caiçara”, localizado ao longo da orla marítima, caracterizando-se por abrigar pequenas e médias propriedades, compondo um tipo de assentamento de pequenos sitiantes, ou “sitiante tradicionais”. Esses assentamentos são caracterizados pelo autor por utilizarem da força de trabalho familiar na terra e nas lavouras, contando ocasionalmente com alguns trabalhos remunerados. Nesses assentamentos as casas eram de “pau-a-pique”, as roças eram de subsistência com predomínio da mandioca e plantava-se também arroz, feijão, milho e outros produtos em menor escala. Em alguns desses assentamentos havia modestos pastos para criação de gado e as pessoas complementavam sua dieta com peixes - fartos na região que contém muitos rios, além do mar – e caça, que ainda existe em grande quantidade no local. Algum excedente do que se produzia na agricultura podia ser comercializado em pequena escala para aquisição de

produtos não produzidos na comunidade, tais como: remédios, sal, vestuário, etc. Foram identificados cerca de 6 assentamentos desse tipo na região.

O segundo tipo de assentamento foi denominado pelo pesquisador “assentamento capuava e ribeirinho” que se assemelham ao primeiro tipo nas práticas produtivas e de subsistência, ocorrendo em locais mais afastados do mar. Porém, observando o segundo tipo de assentamento, fica a dúvida se eles foram “empurrados” pelos fazendeiros que se instalaram durante o ciclo do arroz no século XVIII para esses lugares, ou se realmente se constituíram ali, já que estas localidades possuem características menos favoráveis do ponto de vista físico ao localizarem-se nas proximidades das encostas de morro, bem como, são menos favorecidos do ponto de vista econômico ao tornar mais difícil e dispendioso o escoamento de qualquer produção. Embora estes assentamentos pudessem ser considerados desfavorecidos em relação aos habitantes da costa, por não ter no solo condições tão adequadas ao cultivo da mandioca e pela pesca ser menos diversificada e farta, estes grupos tinham ao seu favor áreas de várzea propícias ao plantio do arroz, maior quantidade de caça e de vegetais como o palmito. Esses dois tipos de assentamento utilizam na agricultura o sistema de roça de “coivara” associada à pesca e à caça, sistema praticamente igual ao desenvolvido pelos indígenas antes da colonização, conforme relatado anteriormente. O sistema foi mantido durante o período colonial e que persiste até os tempos atuais no Vale do Ribeira. Esse tipo de agricultura é desenvolvido em quase todos os locais da região, praticado em colinas, terraços, matas de restinga, dunas e “jundus”. A área utilizada pela roça é “abandonada” depois de dois ou três anos, há uma recomposição natural da mata (capoeira) que só volta a ser utilizada após intervalos de pelo menos 12 anos (CALI, 1999). Esse tipo de cultivo tradicional (Figura 2) ocorreu sistematicamente na região, chegando a realização de sua prática sem maiores restrições até a década de 1980, como explicado no capítulo anterior.

Figura 2 - Imagens da roça de coivara implantada no Grajaúna no verão de 2011/2012
Fotografias de C.L.Rodrigues.

Finalmente, Cali (1999) define o terceiro tipo de assentamento, o do “fazendeiro” que surgiu principalmente em função do aumento da cultura do arroz como atividade comercial em São

Paulo. Estes assentamentos eram bem maiores que os outros dois tipos de assentamento primeiramente descritos. Eram voltados para produção do arroz para exportação e ocuparam áreas ao longo dos rios, em terras bem mais férteis. Utilizando-se do sistema de agricultura de rotação, o local do plantio era escolhido tendo como condições primordiais o tamanho da terra disponível, a proximidade a um rio navegável que favoreceria o escoamento da produção e a existência de fontes abundantes de água potável suficiente para além de fornecer água à casa-grande, mover os engenhos. Verificava-se também nestes assentamentos a escolha de lugares onde existissem terras propícias tanto para o pasto, quanto para o plantio de produtos para o consumo da própria fazenda a ser instalada. Os sítios arqueológicos deste tipo localizam-se até 20 metros de altitude em relação ao nível do mar, demonstrando relativa distância destas fazendas do centro da cidade de Iguape se consideramos que estamos diante da maior planície de restinga de toda a Mata Atlântica¹⁶.

A situação vivenciada nesta época tornava estas fazendas quase unidades autônomas, embora houvesse por parte dos seus donos uma relação comercial esporádica com a cidade, bem como com outros centros econômicos nacionais e internacionais.

Normalmente, para a sua construção, utilizava-se nas edificações a técnica de alvenaria de pedra e cal, com paredes divisórias internas de “pau-a-pique”. O cultivo da produção agrícola também utilizava o sistema de “*coivaras*” - o que demonstra mais uma vez a utilização dos métodos tradicionais para a sua realização - derrubando e queimando as matas. Logo após a limpeza do terreno, o arroz era plantado com os pés, se o terreno estivesse úmido, ou com o auxílio de um pau pontiagudo que ao perfurar o solo permitia que os grãos ficassem enterrados a uma profundidade que variava de cinco a quinze centímetros. A colheita também exigia empenho manual, colhendo-se com auxílio de um canivete espiga por espiga de arroz. O mesmo sistema foi observado durante os trabalhos de campo em comunidades tradicionais caiçaras da Juréia na atualidade. A realização dos trabalhos neste terceiro tipo de assentamento era predominantemente de mão de obra escrava, porém, durante este período também era verificada resquícios do emprego da servidão a índios e mestiços pelos colonizadores, desta região:

“A mão de obra utilizada nestas fazendas era, até 1888, de escravos de origem africana, como comprova o *Livro de transcrição do penhor de escravos* (ver anexo IV), e os *Livros de registro de batismos dos escravos* dos anos: 1811 – 1825; 1840 – 1844; 1856 – 1870, contidos no 2º Registro Cartorial de Iguape. Não há informações seguras sobre a utilização de indígenas nesses locais. Entretanto, algumas informações indicam a presença incipiente de mão obra indígena em algumas fazendas da região. Ernest Young (1904: 139) transcreveu documento (nº 29) sobre a sessão da Câmara da Vila de Iguape, de 12 de outubro de 1841, dando notícia da fuga dos índios que se conservavam com o Padre Francisco Manoel

¹⁶ Dado obtido durante apresentação oral realizada pelo professor Aziz Ab’Saber no ‘Encontro dos Povos do Mar’ em 2001, na cidade de São Sebastião.

Junqueira e Baldoino Francisco da Costa. O Padre Francisco Manoel Junqueira possuía uma propriedade em 1820, no rio Itingussu, outra no rio Guacunduva, em 1836 e mais uma na Juréia, em 1856 (Registros nº 298, 15 e 45, respectivamente, no Anexo I). Já José Arouche de Toledo Rendon (1978), relatou em 1798 a utilização de indígenas do aldeamento de São João Batista em Peruíbe, vila de Conceição de Itanhaém, como mão de obra nas fazendas da região.” (CALI, 1999, p. 137).

Embora não exista uma farta documentação sobre a utilização da mão de obra indígena nesta época, a ausência de dados não serve para afirmar a sua não existência. Sabe-se que o emprego ou não dos indígenas como mão de obra forçada decorreu de uma grande discussão política, havendo grupos que repreendiam esta prática para justificar a manutenção do tráfico de negros africanos (QUIJANO, 2005). Supomos que embora houvesse o uso deste tipo de trabalho, o mesmo poderia perfeitamente ser encoberto e não registrado, até porque estas áreas mantinham-se relativamente isoladas e de difícil acesso. Tudo nos leva a crer que a servidão de indígenas e mestiços existiu na região e deve ter sido mais intensa durante o ciclo do ouro, mas, estendendo-se com menor expressão até o fim do século XVIII e início do século XIX, posto que as vilas coloniais paulistas não possuíam tantos recursos para aquisição de negros africanos escravizados no início da colonização, sendo estes, levados em maior intensidade para as plantações e fazendas do nordeste do Brasil (HOLANDA, 1994).

No final do século XIX, após a maior exposição e uso da Mata Atlântica na região, houve o declínio do ciclo do arroz, seguido da estagnação econômica da região, ocorrida por dois motivos: a importância atribuída ao porto de Santos a partir do fim do século XVIII, e a construção do canal conhecido por “Valo Grande” em Iguape (MUSSOLINI, 1980; BRAGA, 1999; FORTES, 2000).

As influências para decadência do Vale do Ribeira em decorrência do porto de Santos são atribuídas a algumas imposições administrativas criadas na época. Segundo Cali (1999), em setembro de 1789, o Capitão General Bernardo José de Lorena determinou que todos os “capitães-mor” publicassem um Editó exigindo que todas as embarcações que zarpassem dos portos ficassem obrigadas a escalar em Santos. Depois, em 18 de junho de 1790, proibiu a saída de produtos para o Rio de Janeiro ou para Europa caso houvesse necessidade dos mesmos produtos para comercialização na capitania de São Vicente. Tais determinações fizeram com que as transações comerciais antes exercidas diretamente entre o porto de Iguape e outros portos ficassem prejudicadas. Consequentemente, os produtos ficaram com os seus preços reduzidos à metade, além de somarem prejuízos contabilizados pelos impostos altíssimos cobrados naquele porto. Com isso, o porto de Santos aos poucos “roubou” a importância de outros portos localizados em cidades consideradas capitais regionais ou “centros de dominância”, impacto sofrido certamente em Iguape.

A relação entre a decadência da região e a abertura do “Valo Grande” deve-se a atribuição de um grande erro de engenharia em sua execução (FORTES, 2000). O “Valo Grande” consistia em uma obra que pretendia facilitar o acesso e a comercialização entre as áreas produtoras de arroz (localizadas a montante e a jusante do Rio Ribeira de Iguape) e o Porto de Iguape, localizado em um canal conhecido por “Mar Pequeno”. Esperava-se que construindo um canal navegável, desde o bairro do Porto do Ribeira, às margens do rio Ribeira de Iguape, até o Mar Pequeno, com uma dimensão de aproximadamente 4 (quatro) metros de largura por cerca de 3 (três) quilômetros de comprimento, cortando toda a cidade, possibilitaria às pequenas embarcações levar a produção de arroz até o porto, evitando-se a utilização de escravos para a realização de tais tarefas, barateando o produto e agilizando o processo. A obra desejava solucionar um problema logístico e promover a economia local/regional. Toda a sua execução foi realizada por mão de obra escrava de negros cedidos pelos engenhos de arroz. O Valo Grande (Figura 3) demorou mais de 20 (vinte) anos para ser concluída e só começou a ser utilizada em 1852.

Figura 3 – Desenho contendo o trajeto do Valo Grande do Rio Ribeira de Iguape até o Mar Pequeno e projeto de trecho que seria construído atravessando a Ilha Comprida localizada na frente de onde se localiza a cidade de Iguape.¹⁷

Ocorre que pelo fato de tal obra ter sido idealizada e construída sobre um cordão arenoso não suportou a pressão da água que vazava do maior rio paulista que deságua no mar, o que causou diversos assoreamentos no Porto de Iguape e em quase todo o Mar Pequeno. Em pouco tempo a vala de 4 (quatro) metros de largura transformou-se em um canal que hoje atinge mais de 350 (trezentos e cinquenta) metros de largura, com cerca de 12 (doze) metros

¹⁷ Imagem obtida em 25/08/2012 no endereço eletrônico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa-1930-Iguape-Canal-do-Valo-Grande-artigo-Sud-Mennucci.jpg>. Pertencente ao Wikimedia Commons, um acervo de conteúdo livre da Wikimedia Foundation. O desenho foi publicado nos anos 1930.

de profundidade em alguns trechos (FORTES, 2000). O desastre causou não só a decadência do porto de Iguape, mas também a sua extinção. Da pujança econômica daquela época, os únicos vestígios que restaram são as ruínas históricas arquitetônicas da cidade de Iguape e o próprio “Valo Grande”. O porto que conferia à cidade de Iguape uma característica que a distinguia das demais cidades da região, dando-lhe a função portuária, ou seja, de “cabeça de ponte” servindo historicamente ao processo de penetração rumo ao interior (PETRONE, 1966), definitivamente acabou.

Desta forma, embora o fortalecimento do porto de Santos a partir do final do século XVIII possa ter representado um empecilho à consolidação econômica da região, é pela abertura do Valo Grande que os moradores do Vale do Ribeira acreditam ter havido a perpétua estagnação econômica da região. Até hoje os assuntos relacionados ao Valo Grande causam grande polêmica em todo o Vale do Ribeira, posto existir um intenso e acalorado debate sobre o fechamento de seu curso com a instalação de barragem. Indiscutível é que desde sua inauguração houve uma espécie de “fechamento cultural” do Vale do Ribeira sobre si mesmo, provocando o seu isolamento geográfico pela ausência de outros meios de comunicação capazes de promover o seu desenvolvimento.

Com o fechamento do porto de Iguape houve uma intensa evasão das famílias mais ricas ligadas à cultura do arroz do Vale do Ribeira. Mais próximos aos centros coloniais permaneceram apenas famílias ligadas aos colonizadores tradicionais com atividades ligadas ao comércio também em decadência. Nas áreas rurais permaneceram as várias comunidades tradicionais originadas historicamente no Vale do Ribeira, dentre elas, as que se constituíram desde o início da colonização - caíçaras, capoavas e ribeirinhos (CALI, 1999), acrescidas das que se constituíram durante o ciclo do ouro e do arroz, como os quilombolas, formados tanto por negros que fugiram das fazendas onde eram escravos, como por negros libertos em 1888. Tal época coincide com a decadência do ciclo do arroz. No caso destes últimos, algumas vezes permaneciam nas próprias terras onde foram escravos, que eram doadas pelos antigos proprietários que evadiam da região, ou para a igreja católica ou aos próprios negros¹⁸, provavelmente pela existência de algum laço afetivo ou de parentesco (VOGT & FRY, 1996). Com a decadência da rizicultura em 1870 a região entrou em um período de estagnação econômica, substituindo a agricultura comercial pela lavoura de subsistência (BRAGA, 1999). O governo paulista inicia então uma ampla política de colonização do Vale do Ribeira, inaugurando e difundindo durante este período a noção de que a região seria um “sertão do

¹⁸ Como por exemplo, ocorreu nos quilombos do Ivaporunduva, em Eldorado e do Mandira, em Cananéia.

litoral” a ser desbravado, comparando-a e passando a chamá-la, devido o seu isolamento e sua exuberância florestal, de “Amazônia Paulista”. A região era um contraponto pobre dentro de um estado que se tornava rico graças à cafeicultura, que com o passar dos anos migraria para o oeste, e a aceleração da industrialização da capital no século XX (BRAGA, 1999).

Paralelamente e mais especificamente nas cidades de Cananéia e Pariquera-Açu, respectivamente em 1861 e em 1862, inicia-se um processo pioneiro, um verdadeiro laboratório de experiências de colonização estrangeira. Cananéia foi ocupada por grupos ingleses, irlandeses e alemães, que logo abandonaram a área devido ao seu isolamento e à falta de infraestrutura. Pariquera-Açu recebeu pequenos grupos de ingleses, alemães, poloneses e russos, que ficaram no local por algum tempo, posto que as condições nesta cidade eram relativamente melhor. Mas, nenhum destes grupos de imigrantes superou o contingente de italianos, instalados entre 1886 e 1890, que logo depois transferiram-se para zonas cafeicultoras do Planalto. Entre os anos de 1865 e 1879 também houve uma tentativa de colonização de iniciativa particular, feita por norte-americanos, em sua maioria ex-soldados derrotados na Guerra de Secessão, que se instalaram no vale do rio Juquiá, no vale do rio São Lourenço, em Eldorado e em Iguape, liderados pelo Reverendo Ballard Dunn (BRAGA, 1999). Neste último caso, mesmo sendo a região escolhida pelos próprios colonos depois da realização de alguns estudos e visitas de reconhecimento, esta experiência também fracassou. Alguns retornaram aos Estados Unidos, outros possivelmente migraram para o planalto paulista, onde integraram-se a outros núcleos de “colonos” até hoje influente nas cidades de Santa Barbara D’oeste, Americana e região de Campinas.

O insucesso deste primeiro período do projeto colonizador para o Vale do Ribeira pode ter ocorrido por vários motivos: a existência de clima quente e extremamente úmido que não favoreceu a permanência de europeus e norte americanos, a desilusão face à realidade da infraestrutura encontrada e a dificuldade de introdução de lavouras comerciais. Além disso, como a principal lavoura comercial nessa época era a do café, o Vale do Ribeira foi prejudicado neste sentido por possuir pouquíssimas áreas adequadas ao este cultivo (BRAGA, 1999).

Passado este primeiro momento da colonização do Vale do Ribeira, inicia-se um segundo, em 1912, apoiando-se na perspectiva de novas lavouras comerciais de chá e banana para a região e na colonização nipônica, que havia começado esse processo de imigração quatro anos antes em outras regiões do Estado de São Paulo. Para viabilizar este empreendimento, o governo paulista firmou contrato com o Sindicato Japonês, posteriormente substituído pela

“Companhia Imperial Japonesa de Imigração”. O contrato concedia 50.000 hectares de “terras devolutas”, isenção de impostos e mais 10 mil contos de réis para cada 50 famílias instaladas. Os japoneses se comprometeram a instalar cerca de 2.000 famílias na região em um prazo de 4 (quatro) anos. Embora houvesse propriedades dos imigrantes japoneses em Iguape e Sete Barras, foi em Registro que passou a funcionar o centro da colonização japonesa, onde em 1918 foi criada a K.K.K.K. (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), também conhecida como Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., filiada à Companhia Oriental, marcando o apoio imperial japonês sob a coordenação e influência de uma organização poderosa como a Companhia Oriental. Com aporte financeiro, foram trazidos agrônomos do Japão e instalados campos experimentais de cultivo, feito o ordenamento da ocupação do solo, ofertada assistência médica e escolas para os colonos. Além disso, foram feitos investimentos para escoamento de produção através de uma rede de estradas vicinais priorizando uma estrada que liga as cidades de Registro e Juquiá, integrando a colônia ao porto de Santos, através da recém-inaugurada estação ferroviária (1914). A cidade de Registro emerge neste momento como um local de plena administração japonesa e a partir de 1930 reincorpora o Vale do Ribeira ao mercado capitalista graças a produção de chá e de banana em suas redondezas. Em 1937, a imigração japonesa foi suspensa devido à Segunda Guerra Mundial havendo, inclusive, a remoção de parte dos imigrantes japoneses para outras regiões pelo governo que temia a concentração dos seus inimigos de guerra no mesmo lugar (BRAGA, 1999).

A partir da década de 1950, o Brasil, empolgado por um projeto desenvolvimentista também conhecido como “anos dourados”, passou a sofrer fortes influências internacionais, principalmente norte-americanas. Houve um aumento significativo da população urbana, acompanhado da modernização desses grandes centros, a exemplo da cidade de São Paulo.

No Vale do Ribeira, a partir deste momento, iniciam-se obras que procuram integrar a região ao resto do país. Em um esforço que possivelmente esteve atrelado a vários interesses políticos, a região tornava-se estratégica tanto para o estabelecimento de uma forma de ligação eficiente entre as regiões sul e sudeste, como em atendimento às demandas dos imigrantes japoneses, ou ainda para estimular a vinda de novos colonos e promover a especulação e a completa exploração da região por parte de iniciativas que desejassem ali se instalar. O governo da época fazia desta oportunidade um ótimo palanque político desenvolvimentista.

A esta altura, a região era considerada periférica, subdesenvolvida, gravitando em torno de uma economia paulista moderna, industrializada e desenvolvida. Foi principalmente a partir de 1961, com a inauguração da Rodovia Regis Bittencourt (BR 116) pelo então presidente

Juscelino Kubitschek de Oliveira nos últimos dias de seu mandato, que a região foi interligada com outras regiões prósperas como São Paulo e Curitiba. Somava-se aos esforços para integrar a região a manutenção da estrada construída na década de 1930 que liga Juquiá a Tapiraí e conseqüentemente a toda região de Sorocaba no planalto paulista. A partir deste momento começa uma verdadeira e assustadora mudança na dinâmica do Vale do Ribeira.

O governo estadual paulista, desde a década de 1940, tinha na sua política oficial de colonização para o Vale do Ribeira a pretensão de expansão da bananicultura como cultura apta a promover a ocupação econômica e o progresso desta área, oficialmente considerada “decadente” e “vazia”. Para esta política, os habitantes dos povoamentos intermitentes das diversas comunidades eram considerados apenas como posseiros ou invasores, segundo um processo histórico de exclusão que os submetiam à ilegalidade, *“para os propósitos práticos da ideologia dominante na esfera oficial, a dinamização econômica deveria ser o objeto e o fruto da atividade econômica de famílias de produtores agrícolas, selecionáveis segundo atributos definidos por critérios estritamente mercantis”* (QUEIROZ, 2006, p. 77).

O que estamos a assistir neste momento é o estímulo à entrada no Vale do Ribeira de produtores que preencheriam as qualificações econômicas e técnicas desejáveis a ideologia de modernização e progresso, mesmo sendo muitas vezes conflitante com a realidade social local. O que importava era que a região atingisse a altura do estado poderoso que se tornou São Paulo, extinguindo a mácula que tinha se tornado o atraso ali constatado. Através do estímulo oficial e da chegada de práticas agrícolas modernas, acreditava-se que as comunidades locais estariam fadadas à extinção.

“O pacto de poder que presidiu á política de industrialização acelerada da Nação, no pós-Revolução de 1930, relegou as massas rurais ao arbítrio governamental dos executivos e legislativos estaduais, quando então estes operaram com a questão da terra e do trabalho rural por meio de políticas marcadas pelo absoluto conservadorismo, a que os estudiosos deram o nome de “modernização conservadora”. O favorecimento exclusivo ao capital penalizou tanto os trabalhadores assalariados (gerando o problema social dos “bóias-frias” ou “volantes”) como os trabalhadores inseridos em formas não capitalistas de produzir (gerando a pauperização e a exclusão face às vantagens da modernidade capitalista, que foram garantidas a algumas parcelas da população trabalhadora), especialmente aqueles configurados em sistemas de vida familiar, seja na agricultura da propriedade parcelaria, seja nos regimes de pequenas posses e das variadas formas coletivas de uso do solo e dos recursos naturais.” (QUEIROZ, 2006, p. 77).

No caso do Vale do Ribeira até os dias de hoje encontramos várias comunidades tradicionais que podem ser caracterizadas por estarem fora do sistema capitalista de produzir e que passaram a ser cooptadas às mais desumanas formas de trabalho por volta da década de 1950, dentre as quais: o extrativismo do palmito, a produção de carvão vegetal, a pesca extensiva, suprimindo com este trabalho a demanda por produtos tão fomentados nesta época nos novos mercados consumidores então ligados à região. Aquele momento de devastação da Mata Atlântica na região, relaciona-se, tanto com estímulo do abatimento da mata para a

consolidação da cultura da banana e do chá, quanto em decorrência dos grandes mercados consumidores que se ligaram à região pela inauguração dos novos meios de comunicação. Em 1956, esse fluxo já era acentuado:

“É impressionante o número de caminhões, carregados de carvão, que trafegam diariamente pela estrada São Paulo-Registro, em demanda da capital ou de Sorocaba. Na Serra dos Agu dos Grandes os fornos queimam o lenho derrubado pelo machado do capuava. No percurso de Piedade a Juquiá, a cada passo encontram-se pilhas de saco de carvão à beira da estrada, à espera do transporte [...] O palmito está presente na mata e vai sendo inexoravelmente liquidados pelos capuavas e caiçaras. [...] A paisagem do município de Registro foi humanizada pelo colono japonês que ali cultiva chá-da-índia. Extensos bananais da variedade nanica, juntamente com o chazal, caracterizam o cenário agrícola, estranho ao lavrador do planalto.” (UNZER DE ALMEIDA, 1956, p. 25).

Até hoje é comum nos discursos dos agentes oficiais que respondem pela administração das áreas protegidas ambientalmente e dos “ambientalistas” que interagem com esta região creditar às comunidades tradicionais a degradação ambiental cometida durante este período. Utiliza-se ainda desta justificativa para a promoção de políticas de policiamento e criminalização da presença destes grupos nessas áreas. Porém, quase nunca se associa este processo intenso de desmatamento à consolidação de políticas desenvolvimentistas, contrariando evidências que apontam que o período recente de maior degradação ambiental do Vale do Ribeira tenha ocorrido mediante estímulos e apoio dos poderes oficiais.

Embora tenham sido paralisados os estímulos à colonização em 1950 por se tornarem desnecessários aos interesses permanentes, o Estado de São Paulo passou a estimular medidas que oprimiam os modos de vida das comunidades tradicionais. Utilizando-se de subsídios fiscais, financiamentos e de outros estímulos burocráticos do poder oficial, grileiros procediam à compra de “direitos” de posse a preços irrisórios, consolidando o negócio, muitas vezes, com o uso da intimidação e do emprego sistemático da força. Essa pressão sobre a área levou a inúmeros crimes fundiários instaurados graças às políticas oficiais previstas para o Vale do Ribeira.

“É nessa perspectiva que podemos compreender um dos elementos explicativos do desaparecimento da colonização já nos anos 1950. A partir dessa década, a bananicultura já tinha como seu centro dinâmico os municípios de Sete Barras, Jacupiranga, Iguape, Pariquera-Açu e Cananéia. Ela deixou em seu rastro um entorno estagnado em que os remanescentes (posseiros, meeiros, arrendatários) incorporaram-na em sua produção sem nenhuma possibilidade de dinamização por falta de crédito, infra-estrutura de escoamento e quaisquer outros incentivos oficiais.[...] A reordenação fundiária promovida pela Secretaria na região não possui, concretamente, interesses no sentido de manter naquelas áreas os antigos pequenos produtores. Como vimos, várias foram as dificuldades dos que optaram por fazer parte deste novo processo. Sobre este aspecto houve **até um processo de grilagem oficial realizado pelas Coletorias Estaduais**, no qual podemos perceber a ação dúbia do Estado nessa questão. Se por um lado, ela se demonstrou inequívoca quando procurou enquadrar sob rígidos controles os antigos moradores, por outro, referendou processos de grilagem dessas mesmas terras”. (PAIVA, 2002, p. 97-98 *apud* QUEROZ, 2006, com grifos nossos).

Qualquer iniciativa atrelada à especulação econômica poderia ser estimulada oficialmente. O que não se concebia era o apoio às comunidades que se consolidaram como resquício de

ciclos econômicos anteriores nas zonas rurais da região. É nesse período também que terras na região de Jacupiranga são previstas para utilização na pecuária bovina, tendo, até mesmo, sido “comprada” ampla gleba de terras nesta região por Geremias Lunardelli, também conhecido como o ‘rei do café de Ribeirão Preto’. Empreendimentos como este estimularia e ajudaria a transformar pequenos posseiros como as comunidades tradicionais, em mão de obra barata (QUEIROZ, 2006).

Como esse processo se deu a partir das áreas centrais das principais cidades do Vale do Ribeira para as suas bordas, ou seja, sentido os seus extremos rurais, percebe-se que cidades como Iguape, Cananéia, Pariquera-Açu, Eldorado, Registro, Juquiá e Miracatu foram objetos da prática da grilagem sem que se transformassem através da efetiva e completa ocupação por atividades de produção da agricultura ou da pecuária. Além disso, um pouco antes e durante o regime militar iniciado em 1964, começa a ser dada uma nova finalidade política e estratégica ao Vale do Ribeira: a ambiental. A estratégia seria implantada justamente no sentido contrário ao processo de grilagem anterior, ou seja, das extremidades ou áreas rurais dos municípios até as proximidades das áreas centrais e urbanas, através da criação das unidades de conservação¹⁹.

Esta estratégia é legitimada por discurso de segurança nacional que também possibilita ao governo militar dar respostas, ou minimizar, pressões de organismos internacionais preocupados com a responsabilidade ambiental dos seus projetos desenvolvimentistas da época. A estratégia transformou-se e manteve-se em vigor até hoje, acrescentando-se a ela a justificativa atual de se estar protegendo a biodiversidade, espécies endêmicas, florestas intocadas e paraísos ecológicos.

No entanto, ao se considerar que com a implantação dessa política ambientalista, foram sobrepostos dezenas de territórios tradicionais ocupados por grupos partícipes da formação da sociedade brasileira descritos no decorrer deste capítulo, as áreas tornaram-se incompatíveis a presença humana. Submeteu-se esses grupos então a grandes pressões socioculturais, passando o enfrentamento deste tema a compor um grande desafio na atualidade, extrapolando conflitos meramente ambientais. Os conflitos relacionam-se ao campo dos direitos humanos e dos direitos à diferença cultural, que por sua vez necessitam ser repensados de acordo com entendimentos e conceitos mais contemporâneos.

¹⁹ Segundo o “Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo” da Secretaria do Meio Ambiente (1999) até 1996 existia cerca de 12 (doze) unidades de conservação no Vale do Ribeira, que abrangiam muitas vezes mais que um município na região, 9 (nove) delas foram criadas anteriormente a Constituição Federal de 1988, portanto, em um período com pouquíssima ou nenhuma participação popular ou democrática.

Como a história colonial do Brasil é muito recente, as heranças desses tempos, que resultou em uma sociedade hierárquica extremada, continuam exercendo forte influência nas áreas investigadas até os tempos atuais. De um lado, temos os herdeiros dos colonizadores, seus parceiros e aliados ditos “civilizados”, de outro, os herdeiros dos desertores, degredados, índios, negros e mestiços, servos tratados como “bárbaros” ou “selvagens”, que resistiram por suas diferenças ao estilo de desenvolvimento hegemônico.

Considerando que o momento em nossa história que perpetua esta separação social é também o momento em que o mundo ocidental se inclina radicalmente para as atividades plenamente mercadológicas e capitalistas, e que esses grupos, embora mantivessem pontos de convergências e inter-relações com a “civilização”, alguns mais e outros menos, seguiram suas histórias paralelamente. Pode-se ver nas atuais políticas ambientalistas, principalmente nos locais onde foram implantadas unidades de conservação da natureza no Vale do Ribeira, disputas contemporâneas entre estes diversos grupos em decorrência do esgotamento de espaços para obtenção de domínio sobre a terra e de condições para produção. Enfim, como veremos no próximo capítulo, as unidades de conservação sobrepostas aos territórios tradicionalmente ocupados é o local onde as diferentes histórias se chocam após um longo tempo que coexistiram indiferentes umas às outras.

4 Estudos de Caso: Mosaico de Jacupiranga e Estação Ecológica Juréia Itatins

O Vale do Ribeira (Figura 4) localiza-se no extremo Litoral Sul do Estado de São Paulo, vizinho à região da Baixada Santista, estendendo-se até a divisa com o Estado do Paraná. Abrange a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, o maior rio paulista que deságua no mar.

Figura 4 – Desenho do Vale do Ribeira contendo os municípios que o compõe e sua localização no Estado de São Paulo, aqui utilizado sem escala.²⁰

Dados fornecidos pelo Sistema de Informações Territoriais ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal indicam que o Vale do Ribeira tem uma área de 18.112,80 Km², é composto por 25 municípios, com uma população total de 443.325 mil habitantes, dos quais 114.995 vivem na área rural, o que corresponde a 25,94% do total. Desta população, 7.037 são agricultores familiares sendo 159 famílias assentadas. Há ainda na região 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Seu IDH médio é de 0,75.

Devido aos baixos índices de desenvolvimento humano verificado no Vale do Ribeira, desde 2010, o Governo Federal incluiu a região em um programa chamado “Territórios da Cidadania”, que através da atuação simultânea de 14 ministérios desenvolve cerca de 50 ações visando reverter o quadro verificado²¹. Seu objetivo, segundo informações oficiais, é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por

²⁰ Mapa criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e acessado no site: www.mda.gov.br.

²¹ Os ‘Territórios da Cidadania’ tratam de um conjunto de ações que estão sendo executados desde 2008 em todo o Brasil, atualmente atingem 120 territórios espalhados por todo o país. Maiores informações podem ser obtidas junto ao endereço eletrônico: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>.

Por outro lado, com a maior visibilidade nos últimos anos das reivindicações das comunidades tradicionais no Brasil e, consequentemente, de seus movimentos, verificou-se que os seus territórios na região (quilombolas, indígenas, caiçaras, capoavas e ribeirinhos) encontra-se em grande medida sobrepostos pelas unidades de conservação:

“basta lembrar que 35% das Unidades de Conservação da Amazônia se sobrepõem a Áreas Indígenas. Por outro lado, pesquisas realizadas pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas – NUPAUB (USP), mostram que em 39% do conjunto das UCs dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná existem moradores, no Rio de Janeiro 73% delas têm moradores no seu interior. No Paraná, 20% e no Espírito Santo, 25%. Por sua vez as UCs bi-estaduais apresentam 39% de moradores no seu interior. **No estado de São Paulo dados do Instituto Florestal mostram que existe populações tradicionais em praticamente todas (73%) as unidades restritivas de grande porte**, isto é, com mais de 10.000 hectares” (ARRUDA, 2000, p. 274, com grifos nossos).

Essas características fazem do Vale do Ribeira uma região determinante, tanto para o enfrentamento dos desafios referentes à proteção da biodiversidade e do meio ambiente, quanto para incorporação das recentes discussões sobre a proteção da diferença cultural no Brasil. Diante desse quadro, nota-se a necessidade de serem alterados os objetivos meramente ‘conservacionistas’ traçados para toda esta região. Isto porque a estratégia de transformar todo o Vale do Ribeira em um imenso mosaico de unidades de conservação, objetivando a exclusiva proteção dos recursos naturais (fauna e flora), passa a sofrer vários questionamentos socioculturais da ordem do insolúvel. Quando se constata que nesta mesma região há a existência ancestral de uma vasta diversidade cultural, construída por várias comunidades tradicionais, surge a necessidade de se incorporar elementos voltados ao interesse humano e cultural na gestão territorial da região.

Basicamente, identificam-se diante dos novos questionamentos dois pontos de vista antagônicos: de um lado encontra-se o Governo do Estado de São Paulo, representado pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e tendo como parceiros fiéis os ‘movimentos ambientalistas’ atuantes na região no papel de ‘terceiro setor’, colocando-se contra a permanência humana dentro das áreas decretadas unidades de conservação; do outro lado, situam-se as comunidades tradicionais e alguns parceiros militantes em defesa dos direitos humanos e do direito à diferença cultural, buscando romper com as proibições e/ou condicionalidades impostas a todas as práticas culturais tradicionalmente realizadas.

Enquanto não ocorre a desocupação dessas áreas - como deseja os conservacionistas -, ou o reconhecimento dos territórios tradicionais - como querem as comunidades tradicionais-, as tomadas de decisão quanto à gestão dessas áreas fica associada a um conselho presidido pelo órgão gestor estatal. Nos casos investigados, trata-se da Fundação Florestal, órgão ligado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, onde emergem, são solucionados, ou

neutralizados diversos conflitos. Basicamente, credita-se a esses conselhos o que se chama de fóruns para a gestão participativa nestas áreas.

Outra característica das áreas ambientalmente protegidas é que a gestão de cada unidade de conservação é de responsabilidade do ente da federação que a criou, ou a administra. Isso quer dizer que uma unidade de conservação pode ser federal, estadual ou municipal, dependendo de qual ente da federação é responsável legalmente por ela. Essa regra dá outra característica distintiva ao Vale do Ribeira. Basta lembrar que a maior parte das unidades de conservação é de competência do Governo do Estado de São Paulo, salvo algumas exceções. É o caso da Área de Proteção Ambiental Cananéia, Iguape, Peruíbe, que é uma unidade de conservação federal e alguns parques municipais (que não constam no mapa apresentado anteriormente). Ao se considerar a quantidade de unidades de conservação, e que a maioria delas tem grande porte, ou seja, mais de 10.000 hectares, pode-se dizer que grande parte do Vale do Ribeira é administrado diretamente pelo Governo do Estado de São Paulo, com pouca ou quase nenhuma interferência dos municípios ou da União sobre estas áreas.

Para tornar isso possível, minimizando os conflitos políticos por territórios com os municípios, o Governo do Estado de São Paulo criou um mecanismo de compensação pelas áreas produtivas supostamente perdidas com a criação das unidades de conservação. Em 1993, através da Lei Estadual nº 8.510, passou a destinar 0,5% do recurso provenientes do *“produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”* (LEI Nº 8.510/93) aos municípios que possuíam em seus limites unidades de conservação, criando-se o que é popularmente conhecido como ICMS verde ou ecológico.

Com este ato, o Governo do Estado de São Paulo resolveu dois problemas causados pela criação das unidades de conservação com os líderes políticos da região: primeiro, compensou os municípios pelas áreas que se tornariam improdutivas economicamente; depois, fez com que os municípios não aderissem às reivindicações das populações tradicionais por medo de perderem os recursos provenientes do ICMS ecológico já que esta se tornou uma de suas maiores receitas.

Porém, ao contrário, nota-se que às comunidades tradicionais aumentaram a pressão política pela rediscussão das unidades de conservação sobrepostas aos seus territórios buscando soluções para compatibilizar a permanência humana em áreas de interesse ambiental. Esse aspecto, inclusive, aproxima os dois locais escolhidos para a realização dessa pesquisa, posto que, tanto o Parque de Jacupiranga, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins, tentam nos últimos tempos desenvolver novas estratégias para solucionar esses conflitos socioculturais e

ambientais, mobilizando entre outros, os membros dos órgãos ambientais oficiais, do movimento ambientalista e das comunidades tradicionais em torno de novas possibilidades de dirimir tais conflitos. É o que veremos a seguir.

As novas políticas ambientais adotadas nestas áreas basicamente utilizam de duas medidas: em parte procuram uma via de compatibilização, permitindo em pequenos locais e de forma controlada a presença humana; por outro lado, determinam a completa retirada de moradores e a exclusão humana do restante da área da unidade de conservação.

4.1 O Mosaico de Jacupiranga

Criado originalmente como um Parque Estadual, esta unidade de conservação localiza-se ao sul do Estado de São Paulo, na divisa deste com o Estado do Paraná. Sua área geográfica abrange desde o local que compõe um conjunto de ilhas e restingas conhecido como Lagamar, no extremo Litoral Sul, até o planalto. Com área inicial estimada em 149.249 hectares, era a maior unidade de conservação estadual no Vale do Ribeira. Seu domínio administrativo abrangia parte dos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iporanga e Jacupiranga (Figura 6).

Figura 6 – Localização do Mosaico de Jacupiranga no Estado de São Paulo e no Vale do Ribeira, contendo também indicações dos limites do antigo Parque de Jacupiranga²³.

²³ Fonte: site: http://www.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map_270208.jpg/mapa, cujos créditos pertencem ao Instituto Socioambiental.

O local despertou interesse dos órgãos públicos e foi considerada uma área “reservada” pela primeira vez em 1945, de acordo com o Decreto-Lei Estadual nº 14.916.

Muito provavelmente, como vimos no capítulo anterior, a intenção em estabelecer uma área reservada e de domínio público neste local ligava-se às novas estratégias de colonização vigentes nesse período. A previsão de “reservas” de territórios como este permitiria ao governo aquinhoar para seus interesses parte da região em processo de especulação.

A reserva de algumas áreas permitia planejar a utilização daquelas terras no futuro, e assim, não se destinaria todo o Vale do Ribeira à colonização de imediato. Embora houvesse a previsão da reserva, sua delimitação só ocorreu com a edição do Decreto-Lei nº 145, de 8 de agosto de 1969, vinte e quatro anos depois, quando foi criado o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), consolidado a partir da década de 1970.

A delimitação e a consolidação do Parque de Jacupiranga ocorrem justamente no momento em que o Brasil passava pelo auge do regime da ditadura militar. Neste período, suspeita-se que o desenvolvimento de atividades públicas eram motivados na região principalmente pela necessidade de consolidação do domínio militar. Dentro desta mesma linha de ação, inseria-se, por exemplo, a criação e o fortalecimento das unidades de conservação, tidas como áreas de amplo domínio estatal inserida dentro da concepção de segurança nacional (DEAN, 1996). De fato, em 1970 foi desmantelado na região, nas proximidades da cidade de Cajati e provavelmente dentro dos limites onde foi criado o Parque de Jacupiranga um foco da organização da guerrilha armada de extrema esquerda, denominada “Vanguarda Popular Revolucionária” (VPR), que combatia o regime militar e que tinha como comandante naquela área de treinamento o ex-capitão do Exército brasileiro Carlos Lamarca²⁴.

Ao mesmo tempo, a criação de unidades de conservação no território nacional servia neste momento para demonstrar aos organismos internacionais que o Estado brasileiro promovia grandes obras voltadas ao desenvolvimento econômico, mas com responsabilidade ambiental. Isso tornava esta estratégia um eficiente medidor para a prestação de contas perante agências multilaterais de financiamento, diminuindo a pressão dos movimentos ambientalistas internacionais sobre as grandes obras que se espalhavam pelo país.

²⁴ Dados da reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo em 27 de agosto de 1979, capa e p. 4 e 5, intitulada: “Os quarenta dias da guerrilha do Ribeira”, que resgatou informações sobre um centro de treinamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), localizado no Vale do Ribeira e o cerco feito pelas forças armadas para desintegrá-lo, através de confrontos no início de 1970, consultada no acervo digital do jornal Folha de S. Paulo no endereço eletrônico: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1979/08/27/2>, em 10/09/2012.

É essa a situação que prevalece até meados da década de 1980, quando durante o período de reabertura política em andamento no país há o fortalecimento na capital do Estado de São Paulo de demandas políticas do movimento ambientalista.

Observações obtidas durante conversas e relatos dos moradores tradicionais apontam que novas características emergem como consequência deste novo momento político²⁵.

Por um lado, o Governo do Estado de São Paulo passou a exigir com maior rigor a paralisação ou alterações das atividades realizadas pelas comunidades, tais como práticas tradicionais associadas à utilização dos recursos naturais. Por outro, desenvolveu-se até como via reflexa, um processo de articulação social principalmente entre as comunidades quilombolas da região, objetivando, sobretudo, o reconhecimento e a titulação de seus territórios, baseados em uma nova previsão incorporada pela Constituição Federal de 1988²⁶. Estes grupos passaram a exercer forte resistência à qualquer ameaça oficial à sua cultura, revelada então pelas legislações específicas opondo-se à existência de parques da região que se sobrepuseram aos seus territórios.

Muito provavelmente, como resultado da pressão exercida pelas comunidades quilombolas em 2001 foi sancionada a Lei Estadual nº 10.850 regularizando os territórios de algumas comunidades quilombolas da região e excluindo 9.830,7 hectares da área de abrangência do Parque Estadual de Jacupiranga que sobrepunham remanescentes de quilombos²⁷. Diante do reconhecimento destes territórios de comunidades quilombolas, o Parque Estadual de Jacupiranga teve sua área reduzida passando de 149.249 hectares para 139.418,3 hectares.

As ações em busca do “afastamento” das unidades de conservação sobrepostas a territórios tradicionais continuaram e as comunidades tradicionais da região, em conjunto com políticos aliados, apresentaram na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 25 de setembro de 2003, um projeto de lei (PL nº 984/2003) prevendo a exclusão de outras áreas tradicionalmente ocupadas nos limites geográficos do Parque Estadual de Jacupiranga. Dessa vez, o objetivo era obter o afastamento dos domínios do parque sobre todas as áreas onde havia ocupações humanas consolidadas anteriormente à criação da unidade de conservação.

²⁵ Conforme informações coletadas ao longo de 18 (dezoito) reuniões e oficinas, com 14 (quatorze) comunidades tradicionais, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010, envolvendo 435 (quatrocentos e trinta e cinco) participantes, durante a elaboração do Plano de Utilização das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Mosaico de Jacupiranga - no qual participamos como técnico.

²⁶ Conforme artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que estabelece que prevê a garantia aos remanescentes das comunidades dos quilombos do reconhecimento da propriedade definitiva das terras que estavam ocupando.

²⁷ Referente aos territórios reivindicados e conferidos às comunidades quilombolas: André Lopes, Sapatu e Nhunguara, ambas no município de Eldorado e Mandira no município de Cananéia.

É importante destacar, porém, que desde os militares, o Parque de Jacupiranga nunca foi implementado de fato. A inércia administrativa gerou duas consequências facilmente identificadas após a Constituição Federal de 1988: por um lado manteve-se, mesmo que de forma precária e com muitas dificuldades materiais, os povos e comunidades tradicionais em seu interior, não sendo aplicadas com rigor as previsões de realocamento implícitas às unidades de conservação; por outro, foram desencadeadas a partir da década de 1960 inúmeras ocupações irregulares, principalmente ao longo da Rodovia Regis Bittencourt (BR 116) que cruza todo o parque ao longo de 60 Km, agravando ainda mais a questão fundiária da região (FERREIRA DA SILVA, 2011).

Como os direitos de permanência das comunidades quilombolas nestas áreas de Jacupiranga passa necessariamente pela determinação de quem é, ou não, “tradicional” para cumprir determinações legais, o estabelecimento desse critério passou a significar um empecilho a qualquer discussão e um grande desafio para o avanço de discussões políticas sobre estas áreas. A discussão tem sérias implicações práticas que se desdobram e levam a outras, conforme veremos sistematicamente até o fim deste trabalho. A princípio, ressalta-se que a confusão gerada pela ocupação da área levou os órgãos oficiais a desconsiderar os direitos de todos sobre a área, tanto dos tradicionais, como dos novos ocupantes, havendo um nivelamento no tratamento entre todos os moradores que passaram a ser considerados para todos os efeitos como “invasores”.

A complexidade que envolvia a ocupação da unidade de conservação fez com que as soluções propostas pelo projeto de lei (PL nº 984/2003) fossem vistas de forma generalizante e simplificadora, passando a serem entendidas como uma mera articulação política voltada apenas a regularização fundiária, que por sua vez, colocar-se-ia contra o meio ambiente, representando assim, uma ameaça real à estratégia das “áreas protegidas” criadas pelo governo e que eram apoiadas tanto pela iniciativa privada, como pelo “movimento ambientalista” existente na capital paulista. Diante da pressão contrária a unidade de conservação, o “movimento ambientalista” que atuava na região admitiu a necessidade de rediscutir e readequar os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, porém, colocou-se contra o Projeto de Lei, requerendo a realização de estudos técnico-científicos e sociais detalhados para o embasamento das propostas sugeridas.

Mesmo contrariando o movimento ambientalista e os órgãos ambientais ligados ao poder Executivo do Estado, o projeto de lei que excluía as comunidades do Parque foi submetido e aprovado em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 16 de agosto de 2005. Contudo, após a sua aprovação, o então governador Geraldo Alkmin,

através da mensagem nº 97, de 19 de setembro de 2005 vetou integralmente o Projeto de Lei 984/03. O veto ocorreu em consequência das manifestações de descontentamento evidenciadas pelos órgãos ambientais apoiados pelo movimento ambientalista paulista e pelo entendimento do governo de que a região deveria cumprir uma função “conservacionista”. O governador, diante do conflito exposto entre movimento popular das comunidades tradicionais e dos ambientalistas da capital, apoiados pela iniciativa privada e pela opinião pública midiática, decidiu agir politicamente não contrariando expressamente de imediato qualquer um dos lados. Editou imediatamente, em 20 de setembro de 2005, o veto ao Projeto de Lei 984/03 e um Decreto, sob o nº 50.019, instituindo um Grupo de Trabalho Intersecretarial do Parque Estadual de Jacupiranga (GT-PEJ)²⁸. Este Grupo de Trabalho ficou incumbido de elaborar estudos e levantamentos cuja conclusão dos trabalhos viesse a subsidiar um novo Projeto de Lei. Atendendo às reivindicações dos órgãos ambientalistas e dos “movimentos ambientalistas” da capital, os estudos do Grupo de Trabalho deveriam levar em conta as questões ambientais, sociais e econômicas da região.

O GT-PEJ realizou 13 (treze) reuniões em São Paulo e 15 (quinze) reuniões na região do Parque Estadual de Jacupiranga (LINO, 2009), que resultou, por sua vez, no Projeto de Lei 638/2007 aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 20 de dezembro de 2007 e sancionado pelo governador em 21 de fevereiro de 2008. Criou-se assim a Lei nº 12.810/2008:

“que altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei nº 145, de 08 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências.”.

A partir de então, o novo complexo de unidades de conservação chamado Mosaico de Jacupiranga passou a ter 243.885,78 hectares, sendo composto de 14 (quatorze) unidades de conservação, mais o compromisso de criação de 2 (duas) Reservas Particulares do Patrimônio Natural em territórios quilombolas excluídos de seus limites, sob responsabilidade das próprias comunidades. O que antes um parque, onde não se permite a presença humana, passou a constituir um complexo de unidades de conservação (Mosaico). Nesta nova configuração há áreas de “uso sustentável”, ou seja, que de acordo com regras específicas, se permite a presença humana.

²⁸ Os membros do grupo foram nomeados através da Resolução SMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) nº 34 de 22 de novembro de 2005, iniciando os seus trabalhos em 09/12/2005, composta por técnicos Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), Instituto Florestal (IF), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Câmaras de Vereadores e Prefeituras abrangidas, Associações Quilombolas, Conselho Consultivo do PEJ, Fundação Florestal, ONGs e moradores do Parque.

Realizando-se brevemente alguns cálculos sobre as novas categorias trazidas pelo mosaico chega-se à seguinte conclusão: as áreas de uso sustentável somam 89.013,51 hectares, sendo 15.455,42 hectares divididos entre 5 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e 2 Reservas Extrativistas (RESEX), mais 73.558,09 hectares de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Permaneceram 154.872,27 hectares na categoria de “parque”, ou seja, trata-se de uma área maior do que a inicialmente prevista na década de 1970.

Nossa pesquisa empírica focou principalmente as 5 (cinco) Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis (RDS) e as 2 (duas) Reservas Extrativistas (RESEX) que representam menos do que 10% da área total que permanece como parque no Mosaico de Jacupiranga. A escolha destas áreas para a realização da pesquisa empírica ocorreu por estas serem as primeiras e as únicas unidades de conservação destas duas categorias (RDS e RESEX) administradas pelo governo do Estado de São Paulo, servindo assim como parâmetro para indicar se esta nova estratégia de conservação mostra-se realmente inovadora e satisfatória diante dos conflitos socioculturais deflagrados por povos e comunidades tradicionais sobrepostos por unidades de conservação.

Os trabalhos de campo nestas unidades de conservação ocorreram simultaneamente à realização dos estudos em campo para criar/estabelecer “Planos de Utilização” nestas áreas, entre os meses de novembro de 2009 a março de 2010.²⁹ Para uma melhor compreensão dessas áreas abrangidas pelos Planos de Utilização, optou-se em dividi-las em dois grupos distintos, levando em consideração tanto as características dos usos realizados pelas comunidades tradicionais, quanto dos ecossistemas naturais, além da geografia que caracteriza os locais onde foram implantadas. Passaram as áreas a serem identificadas de acordo com essa classificação como unidades de conservação ou territórios da “região litorânea” ou, da “região do interior”. Seguindo esta divisão, as unidades localizadas na “região litorânea” ocupam a região também conhecida como “Lagamar”, todas no município de Cananéia (limítrofe entre os Estados de São Paulo e Paraná). Neste caso, trata-se de áreas

²⁹ O “Plano de Utilização” encomendado pela SMA serve como uma etapa que antecede ao “Plano de Manejo Participativo” sendo este um documento exigido para todas as unidades de conservação, com vistas a atender as necessidades de gestão imediata das demandas das populações tradicionais nestas áreas, conforme previsões contidas no Decreto Federal nº 98.897/1999 e na Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes, nº 01. Trata-se de um documento geralmente sucinto que consiste nas regras internas construídas, definidas e compactuadas com a população das unidades de conservação, quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental. A sua elaboração deve ser realizada e conduzida de forma “participativa”. No caso do Mosaico de Jacupiranga, deveria ser realizado no prazo de 120 dias, envolvendo cerca de 400 famílias em áreas de difícil acesso. Resultou em mapas com apontamento dos usos feitos pelas comunidades, um breve diagnóstico das unidades de conservação e das comunidades abrangidas, pontos geo-referenciados dos usos identificados e os acordos de usos pactuados entre as comunidades e o órgão gestor. Participamos deste trabalho como técnico especialista em legislações ambientais e pela articulação local.

tradicionalmente utilizadas como território por povos e comunidades tradicionais que se autodenominam "caiçaras". Durante a realização dos trabalhos de campo, constatou-se que nestes lugares existem tanto moradias fixas - onde alguns moradores ainda permanecem no local durante o ano todo -, quanto áreas utilizadas atualmente apenas como "sítios" - onde os moradores dividem o tempo de sua moradia com outras residências na "cidade".³⁰

De acordo com relatos obtidos, o deslocamento para as sedes das cidades mais próximas começou a ocorrer desde que o "meio ambiente"³¹ chegou à região. Os motivos que levam os moradores a deslocarem-se de suas comunidades variam, podendo ocorrer tanto pela busca de infraestrutura pública (como escolas e saúde pública), que foram cada vez mais se distanciando dessas localidades devido às restrições ambientais à presença humana, como pela busca de oportunidades de trabalho e acesso ao comércio. Às vezes, ocorre também das famílias dividirem-se, passando as mulheres e as crianças a habitarem a cidade durante os dias de semana para acessar os serviços públicos básicos, permanecendo os homens ocupados com as tarefas e trabalhos em seus sítios (pescam, praticam atividades extrativistas na mata e/ou nos estuários e fazem roça). Nesta região, o transporte quase sempre depende da utilização de embarcações que navegam utilizando-se dos estuários. As unidades de conservação investigadas na "região litorânea" são três:

1 - Reserva Extrativista da Ilha do Tumba (Figura 7), com 1.128,26 ha, localizada imediatamente na divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná:

Figura 7 – Imagem satélite com indicação dos limites e dos usos tradicionais na RESEX Ilha do Tumba e fotos coletadas durante os trabalhos de campo que compõem o acervo do Plano de Utilização

³⁰ Participamos em 4 (quatro) oficinas para a realização dos Planos de Utilização e realizamos cerca de 2 (duas) visitas a todas as residências, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010.

³¹ Designação comumente utilizada pelos moradores para se referirem a interferência em seus modos de vida, causados com maior intensidade pelos órgãos ambientais em toda a região a partir dos anos 1990.

“agrofloresteiros” e que criam algum gado e búfalo.³² A maioria das comunidades situa-se em lugares isolados, algumas vezes com sérios problemas de acessibilidade às infraestruturas básicas. Há pouca, para não dizer nenhuma, comunicação entre as comunidades do “interior” e as do “litoral”. As unidades de conservação que possuem estas características são quatro:

4 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Lavras (Figura 10), localizada no município de Cajati, com 889,74 hectares:

Figura 10 - Imagem satélite com indicação dos limites e dos usos tradicionais na RDS Lavras e fotos coletadas durante os trabalhos de campo que compõem o acervo do Plano de Utilização

5 – A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo (Figura 11), localizada no município de Barra do Turvo, com 5.826,46 hectares:

Figura 11 - Imagem satélite com indicação dos limites e dos usos tradicionais na RDS Quilombos de Barra do Turvo e fotos coletadas durante os trabalhos de campo que compõem o acervo do Plano de Utilização

³² De acordo com informações coletadas durante o acompanhamento de 11 (onze) oficinas e visitas a cada uma das residências desta área, no período compreendido entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010 pelo pesquisador e autor desta dissertação.

6 - A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Barreiro/Anhemas (Figura 12), localizada no município de Barra do Turvo, com 3.175,07 hectares:

Fonte: Planos de Utilização, SMA, 2010.

Figura 12 - Imagem satélite com indicação dos limites e dos usos tradicionais na RDS Barreiro Anhemas e fotos coletadas durante os trabalhos de campo que compõem o acervo do Plano de Utilização

7 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Pinheirinhos (Figura 13), localizada no município de Barra do Turvo, com 1.531,09 ha, situada exatamente na divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná por quase toda a sua extensão, tendo como divisor natural entre os Estados e a própria unidade de conservação o rio Pardo, onde se encontra em construção pelo governo paranaense uma usina hidrelétrica de médio porte:

Fonte: Planos de Utilização, SMA, 2010.

Figura 13 - Imagem satélite com indicação dos limites e dos usos tradicionais na RDS Pinheirinhos e fotos coletadas durante os trabalhos de campo que compõem o acervo do Plano de Utilização

O acompanhamento das discussões que envolveram a elaboração dos “Planos de Utilização” em cada uma das unidades de conservação acima revelou a existência de um campo de disputas estabelecido na tentativa de consolidação de diversos anseios, estratégias e práticas. Seguindo os anseios ambientais oficiais, os técnicos ligados ao governo empenham o máximo esforço para manter o domínio e a manutenção de áreas com cobertura florestal desabitadas. Desta forma, exercem grande pressão para que dentro dos limites das áreas de RDS, RESEX e APA sejam estabelecidas áreas de “Proteção Permanente” a serem definitivamente criadas até a elaboração do “Plano de Manejo”, mantendo-as intocadas. Sustentam ainda que estas novas unidades de conservação cumprem o papel de “Zonas de Amortecimento” para as áreas mantidas como parque, ou de “proteção integral”, centralizadas no Mosaico de Jacupiranga. De acordo com a lei que criou o mosaico, isto quer dizer que estas áreas servirão tanto como moradia das atuais famílias, como para uma futura regularização fundiária de todo o complexo de unidades de conservação, destinando-se a recepcionar cerca de 2 (duas) mil famílias tradicionais que permaneceram em condições ilegais em áreas de parque (LINO, 2009).

No que tange à propriedade e ao uso dessas terras, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação³³ e a previsão expressa da Lei Estadual nº 12.810/2008 que instituiu o Mosaico de Jacupiranga, estabeleceram que nas Reservas Extrativistas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável as propriedades são de domínio público, sendo que o seu uso deve ser concedido às populações tradicionais através de um contrato de “Concessão de Direito Real de Uso”³⁴. As RDS e RESEX são geridas por um “Conselho Deliberativo” composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, cabendo à presidência do colegiado ao órgão público responsável por sua administração - no caso a SMA.

Notamos que faltou compreensão das comunidades a respeito das implicações do processo de recategorização mencionados acima. Talvez possam ter ocorrido falhas nos mecanismos participativos para a construção coletiva do projeto de lei, atribuídos aos seguintes fatores: a distância geográfica entre as comunidades e os fóruns onde ocorriam as discussões do projeto

³³ Lei Federal 9.985/2000, que rege as áreas protegidas no Brasil.

³⁴ Embora alguns afirmem ser possível a manutenção da propriedade privada em uma RDS, entendemos que esta possibilidade jurídica é improvável, uma vez que essa possibilidade desvirtuaria o conceito jurídico de ‘domínio’ presente em nosso ordenamento jurídico nacional. Essa confusão ocorre porque o legislador, após definir como de domínio público as RDSs, preceitua em seguida que “as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”, porém, é incompatível dois domínios diversos (particular e público) sobre o mesmo imóvel. Portanto, entendemos que onde há propriedade privada nos limites da RDS a mesma deve ser desapropriada ou regularizada de qualquer outra forma, pois só assim o domínio da área torna-se público, consagrando a determinação legal.

de lei (ora na sede das cidades que abrangem a unidade de conservação, ora em São Paulo, Capital); o alto número de indivíduos na condição de técnicos de órgãos governamentais promovendo tecnicismo e burocratização dos discursos no GT:PEJ; a desconsideração das idéias, interesses e falas dos povos e comunidades tradicionais em função de uma suposta desqualificação técnico-científica atribuída a eles; a ausência de especialistas das áreas das ciências humanas e sociais nos fóruns de discussão e de negociação com as comunidades por se considerar as unidades de conservação local de discussões meramente biocentradas.

Foram verificados inclusive vários fatos pontuais que marcam os desentendimento e conflitos que ocorreram durante a elaboração do projeto de lei, que além de evidenciarem erros de comunicação podem ser considerados desestabilizadores e até intimidadores para a participação comunitária³⁵.

Além do mais, à falta de compreensão das comunidades sobre os processos que as envolve parece ser algo sistematicamente verificado ao se repetir também durante a construção dos “Planos de Utilização”, que somada às condições de prazo e à época escolhida para sua realização, tornaram a garantia de “participação” difícil de ser efetivamente atingida. A despeito disso, todas as atividades previstas nos cronogramas foram realizadas pela equipe responsável, obtendo minimamente a participação comunitária e gerando os mapas, diagnósticos e acordos coletivos para os usos comunitários no prazo estabelecido no termo de referência.

No entanto, a mesma agilidade exigida para a sua construção não foi notada para tornar os seus acordos de uso validos pelo órgão gestor, que além de demorar a entregar o produto final do Plano de Utilização às comunidades, adiou a validade dos pactos estabelecidos nas oficinas

³⁵ Podendo ser citado, a título de exemplificação, relatos resumidos de 4 (quatro) casos marcantes: 1º.) o da comunidade caiçara do Ariri, onde uma liderança local informou que apenas na véspera da aprovação da lei ficou sabendo por um conhecido da proposta do Mosaico, que o bairro inteiro passaria a fazer parte do Parque do Lagamar, tendo que se deslocar no dia seguinte até a ALESP (a 250 Km) para reivindicar a exclusão do bairro do parque, o que foi atendido; 2º.) o das comunidades quilombolas de Barra do Turvo, onde algumas comunidades se reuniram com membros do GT-PEJ, mas não sabiam que a reunião tratava de assuntos do Mosaico e sim achavam que estavam reunidos para discutir assuntos referentes à "chegada" de energia elétrica em suas casas, já que grande parte dessa comunidades não dispõe deste serviço público; 3º.) o da comunidade do Pinheirinho das Dúvidas na RDS Pinheirinhos, que alegam ter ido a uma reunião onde o representante da SMA lhes disse que no prazo de 60 dias a estrada para aquela comunidade estaria reformada e em boas condições, caso os moradores concordassem com a criação do Mosaico. Entusiasmados com a promessa, a comunidade anuiu ao Mosaico, uma das famílias inclusive, plantou ramas que produziram cerca de 4(quatro) toneladas de mandioca que se perdeu completamente por não terem como escoar o produto por falta de estrada adequada anteriormente prometida (a situação perdura até o depósito dessa dissertação); 4º.) por fim, a suposta negociação de territórios de Quilombos, onde técnicos do alto escalão da Secretária do Meio Ambiente após uma chegada cinematográfica e até intimidadora de helicóptero na comunidade Quilombola da Pedra Preta propôs a redução do território reivindicado pela comunidade para agilizar a criação da RDS, prometendo trazer assim a melhoria da qualidade de vida a estas comunidades. A área do território foi reduzido no citado Mosaico como queriam os técnicos e a comunidade não obteve as melhorias prometidas, passando a requerer o reconhecimento da parte excluída de seus territórios e que hoje encontra-se em área de parque.

por mais de um ano, causando muitos problemas para o desenvolvimento das mais simples atividades produtivas e cotidianas dessas comunidades. Sempre que desejavam realizar alguma tarefa, como o exemplo de fazer uma roça, prescindiam de consultas pontuais e de autorizações expressas dos gestores para realizá-las - tarefa dificultada ainda pela distância existente entre os escritórios administrativos da SMA e das comunidades.

Ademais, a implantação e a manutenção dos projetos ‘conservacionistas’ nas pautas do Vale do Ribeira seguem a seguinte conduta: o funcionário público, ao notar que os encaminhamentos tomados em atividades públicas não são os mesmos aos quais havia sido orientado a anuir por seu grupo, ou superior, submete imediatamente o seu aval como representante estatal, bem como, a decisão aderida pela maioria à análise final de alguma autoridade ausente à realidade tratada. No caso do “Plano de Utilização” investigado, foi delegado ao “departamento jurídico” da Secretaria do Meio Ambiente a tarefa de avaliar se os acordos estabelecidos com a comunidade eram válidos. Cumpre observar que este mesmo departamento foi convidado a participar das oficinas de elaboração dos acordos e não se fez presente.

Além disso, as comunidades se sentiram desrespeitadas, pois qualquer revisão dos acordos a ser realizada por “técnicos jurídicos” em seus gabinetes era considerada uma ameaça ao caráter participativo e democrático exigido no próprio termo de referência emitido pela Secretária do Meio Ambiente para a realização dos “Planos de Utilização”. Entendem que a validade dos acordos, que deveriam ser concretizados nas oficinas com a participação e presença das comunidades envolvidas, passaria agora a depender de interpretação jurídica dos técnicos a serviço do grupo que encomendou o “serviço” - que tende historicamente a advogar em favor de decisões “conservacionistas”. Por fim, alegam que o “departamento jurídico”, ou os procuradores ligados a Procuradoria Geral do Estado, quando se manifestam a pedido da Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, falam em nome dos interesses das políticas ambientais pautadas pelo governo paulista, seus órgãos ambientais e outras redes de interesses oficiais.

Analisando os produtos finais do “Plano de Utilização” ficou evidente algumas contrariedades entre o trabalho e a lógica pretendida pela lei na gestão do Mosaico. Exemplo disso é a contrariedade à possibilidade de realocação de comunidades das áreas que permaneceram como parque para as recém-criadas Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, por considerar esta uma medida não apropriada para o contexto cultural em questão, colocando-se contra a opinião defendida pelos técnicos dos órgãos ambientais do Governo do Estado de São Paulo. Segundo o documento, essa possibilidade é colocada de

forma geral, como uma lógica voltada para solucionar apenas a regularização fundiária. E embora se reconheça que as questões relacionadas à regularização dos territórios das comunidades tradicionais possam compor o quadro geral de políticas para a reforma agrária, o “Plano de Utilização” é enfático ao afirmar que estes casos tratam de uma situação mais complexa, devendo ser considerado o contexto cultural de cada comunidade local, assim como, os laços culturais que unem cada comunidade ao seu respectivo território, recomendando para essas situações uma abordagem social e antropológica mais aprofundada. O documento conclui a este respeito que a execução forçada de medidas como a realocação de famílias pode se revelar culturalmente irremediável e desastrosa para as comunidades ao longo do tempo.

O Plano de Utilização revelou ainda que as áreas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e das Reservas Extrativistas quase sempre são menores do que as áreas realmente utilizadas pelas comunidades tradicionalmente³⁶, ou seja, são insuficientes até para as comunidades que se encontram no próprio local. Portanto, concluiu-se que estas áreas não comportariam a utilização por novas famílias, caso sejam realocadas para esses locais.

Fazendo coro com a conclusão técnica do “Plano de Utilização”, essa questão também foi amplamente denunciada pelos moradores em vários momentos da realização dos trabalhos, ficando explicitada tal preocupação em quase todas as unidades de conservação. Demonstrase, portanto, um enorme descompasso entre a realidade local, a vontade dos moradores e os encaminhamentos dados pela lei que criou o Mosaico de Jacupiranga e desejada pelos técnicos e ambientalistas.

Do ponto de vista prático e operacional da gestão dessas áreas, verificou-se que às estruturas físicas, a começar pelas sedes administrativas do Mosaico de Jacupiranga, encontram-se distantes das unidades de conservação, dificultando a relação da gestão com os moradores.³⁷

Faltam equipamentos para viabilizar a gestão integral dessas áreas, como tratores, caminhões, dentre outros, que inclusive são supridos muitas vezes pelos equipamentos particulares de moradores, disponibilizados sempre como apoio gratuito nas atividades desenvolvidas. A administração não dispõe de recursos próprios para manter um quadro de funcionários por

³⁶ Conforme dados obtidos durante as oficinas para mapeamento das atividades desenvolvidas pelas comunidades nestas áreas, onde foi pedido pelos moradores a ampliação das áreas das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. A solicitação seria encaminhada durante a realização dos “Planos de Manejo”, de cada unidade de conservação. As áreas solicitadas podem ser verificadas nos mapas apresentados no início deste capítulo.

³⁷ A sede administrativa das unidades de conservação da região do interior localiza-se na cidade de Registro e a sede administrativa das unidades de conservação do litoral está locada em Cananéia.

unidade de conservação para a manutenção e a construção de estruturas físicas necessárias em cada área.

Por fim, foram identificadas algumas questões relacionadas aos recursos humanos empregados na gestão das áreas investigadas no Mosaico de Jacupiranga. Os gestores, 3 (três) no total, são os únicos funcionários públicos no local, responsáveis pelas sete unidades de conservação investigadas, dividindo entre eles os poucos equipamentos disponíveis. Por se encontrarem na base da hierarquia administrativa, queixam-se por serem mal remunerados, não são capacitados sobre temas relacionados aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, humanos e sociais, dispondo de pouca ou quase nenhuma autonomia administrativa local, submetendo-se quase sempre à sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente na capital do Estado para tomarem qualquer decisão.³⁸ Na própria sede administrativa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo há ausência de profissionais habilitados em ciências humanas e sociais em seus quadros, bem como, a ausência de parcerias com outras secretarias, órgãos e instituições que possam melhor assessorá-los nas questões envolvendo comunidades tradicionais, rompendo com a visão meramente “conservacionista” que historicamente prevalece nas políticas públicas paulistas destinadas as áreas protegidas.

4.2 A Estação Ecológica Juréia-Itatins

Esta unidade de conservação abrange uma faixa de aproximadamente 50 (cinquenta) quilômetros do Litoral Sul de São Paulo e faz divisa entre os municípios de Peruíbe (em 8.427,03 hectares) e Iguape (em 63.190,07 hectares). Sua área adentra cerca de 80 (oitenta) quilômetros pelo continente e seus limites chegam a alcançar parte dos municípios de Itariri (em 3.270,09 hectares) e Miracatu (em 4.943,00 hectares), fazendo divisa ainda com o município de Pedro de Toledo. Somada, sua área total é de 79.830,19 hectares, demarcando a fronteira entre as regiões administrativas da Baixada Santista e do Vale do Ribeira (Figura 14).

³⁸ Informamos que durante a realização deste trabalho obtivemos a informação de que a diretora de Assistência Técnica e a Gerente de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Florestal, órgão ligado a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ambas diretamente responsáveis pela gestão das unidades de conservação, nunca estiveram nestas áreas e não conhecem a realidade das comunidades tradicionais investigadas.

Figura 14 – Localização da Estação Ecológica Juréia Itatins (verde escuro) e da Estação Ecológica Banhados de Iguape (verde claro), no Estado de São Paulo e a sua distribuição pelos municípios, conforme desenho disponibilizado pelo Instituto Florestal – Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo

Detentora de uma história dinâmica e sempre conflituosa, a Estação Ecológica Juréia-Itatins pode ser considerada uma unidade de conservação relativamente nova. Foi criada em 20 de janeiro de 1986, através do Decreto Estadual nº 24.646, pondo fim as mais variadas formas de assédios intensificados sobre esta área desde o início da década de 1970.

Sua criação relaciona-se ao projeto desenvolvimentista promovido pelo regime político militar, durante o qual há um intenso aquecimento econômico de regiões metropolitanas como a Grande São Paulo. Verifica-se que a população da capital paulista, com algum capital excedente, passa a enxergar como possibilidade de investimento a aquisição de uma segunda residência na região litorânea do estado. Diante do aquecimento desse mercado imobiliário, as praias de mais fácil acesso pelo público da capital, localizadas na Baixada Santista, foram as primeiras a serem expostas a esse tipo de comercialização.

No início desse processo, as extremidades litorâneas, localizadas no Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo, até pelas dificuldades de acessibilidade, não foram alcançadas. Porém, as dificuldades iniciais não afastaram completamente as pretensões de explorá-las, desenvolvendo-se novas estratégias de especulação imobiliária, visando atingir um público distinto e com poder aquisitivo superior. Algumas áreas que hoje compõem a Estação Ecológica Juréia-Itatins eram alvo dessa nova estratégia, pelo fato da área estar localizada a 200 (duzentos) quilômetros da região metropolitana de São Paulo e ser afamada por manter

uma área natural de beleza exuberante considerada prematuramente como virgem, ou pouco modificada.

A região investigada é um complexo que engloba diversos ecossistemas, desde praias, manguezais e enormes planícies de restinga, que estendem-se até as serras dos Itatins e da Juréia. A Juréia passa a ser caracterizada então como uma região com baixa densidade humana, difícil acesso e solo pobre para o desenvolvimento de agricultura. Tais características enquadravam perfeitamente à região dentro do perfil para desenvolvimento das crescentes demandas imobiliárias de busca por um refúgio em meio à natureza³⁹. Naquele momento (décadas de 1960 e 70), todas as belezas naturais da Juréia mereceriam maiores cuidados e investimentos e poderiam, certamente, ser utilizadas em empreendimentos muito mais lucrativos de acordo com as novas tendências imobiliárias.

Diante desse contexto de ampla exploração imobiliária de toda Baixada Santista e da proximidade desse tipo de especulação da região da Juréia, surgia também contrapontos de interesses sobre a destinação dessa mesma região. A primeira instituição a manifestar algum interesse foi a “Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaem”, que tinha como liderança uma pessoa muito conhecida e polêmica na região, o Sr. Ernesto Zuarg, a quem, além de ser atribuída a vontade inicial de transformar a Juréia em uma unidade de conservação, é também atribuído - por alguns moradores tradicionais investigados -, o interesse de explorar e monopolizar atividades relacionadas ao turismo ecológico da área.

Como as posições sobre esta instituição e seu representante são muito polarizadas, ora como salvadores da Juréia, ora apenas como especuladores turísticos, não se sabe até que ponto o anseio de proteger a região e seus moradores era maior do que se beneficiar economicamente das atividades relacionadas ao desenvolvimento eco-turístico. Sabe-se, porém, que muito em consequência de interesses demonstrados por instituições como a liderada por Zuarg, em 1973, através do processo nº 0306/73, inicia-se o tombamento dessa área pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

Concorrendo pela especulação imobiliária da região, estavam as empresas Gomes de Almeida Fernandes e a Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos, que anunciaram planos de construir na Praia do Rio Verde - uma praia de 6 (seis) quilômetros de extensão, ao lado do Maciço da Juréia - um condomínio de luxo para 70 (setenta) mil pessoas, projeto que foi

³⁹ Um exemplo é o Maciço da Juréia, uma formação rochosa abrupta sobre o mar com cerca de 600 metros de altitude, coberto por uma Mata Atlântica densa, serpenteada em uma das suas laterais pelo Rio Verde, rio de águas límpidas e que nasce de uma cachoeira de 40 (metros) de altitude, onde é possível ter acesso a inúmeras outras cachoeiras de belezas peculiares.

apoiado inclusive pelo próprio Condephaat. O Projeto era grandioso, contemplava pista de pouso para aeronaves, clubes, marinas, campos de golfe, edifícios de apartamentos, pousadas e hotéis, merecendo destaque um dos hotéis que seria construído sobre o Maciço da Juréia, onde teria um mirante que só poderia ser acessado via teleférico, assemelhando-se ao do Corcovado no Rio de Janeiro.

As empresas, buscando viabilizar o seu empreendimento, procuraram apoio junto a órgãos estatais de preservação e personalidades reconhecidas por sua atuação junto às questões ambientais, compondo uma equipe de técnicos renomados⁴⁰, que endossavam o projeto elaborado pelo escritório de Jorge Wilhem, que viria a ocupar mais tarde o cargo de Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo durante o mandato do então governador Orestes Quércia. Ao que tudo indica, as empresas usaram durante o processo de aprovação do empreendimento de articulações políticas que tanto lhes resguardaram de eventuais críticas em relação à viabilidade ambiental, como ao mesmo tempo, os ajudaria na viabilidade econômica. Ainda como estratégia para a viabilização ambiental do empreendimento, ofereceram à Secretaria Especial do Meio Ambiente, autarquia federal⁴¹, cerca de 1100 hectares em “comodato”⁴², para que fosse criada neste espaço uma estação ecológica, condicionando a disponibilidade da área a aprovação do Projeto Imobiliário junto ao Ministério do Interior (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992). Provavelmente, esta foi a primeira vez que se cogitou a criação de uma estação ecológica nesta região.

Embora a “Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaem” e a “Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Iguape” denunciassem o projeto imobiliário, o empreendimento era tido pelos representantes oficiais como um raro exemplo de urbanização em harmonia com a natureza, portanto, sem motivos para que fosse impedido. Como resultado das negociações, que cercavam os interesses sobre a Juréia neste momento, finalizou-se o processo 0306/73, do Condephaat, que tinha como relator o professor Aziz Ab’saber, aprovando-se a resolução nº 11 de 25/07/1979, que por um lado tornou o Maciço da Juréia, suas cabeceiras e o percurso do Rio Verde até sua foz, patrimônio tombado como bem cultural de interesse paisagístico e científico, e por outro, destinou uma área, reservando-a, a execução global do projeto imobiliário, que também foi aprovado.

⁴⁰ Conforme notícia veiculada na época pelo jornal FOLHA DE S.PAULO, de 29/09/1979. Citando a participação de especialistas, consultores e planejadores de renome como Aziz Ab’saber, Angelo Cuomo, Carlos Eduardo D’Almeida, João Roberto Menk, Igor Lepsck, Isaac Zlmelman entre outros. Informação obtida no endereço eletrônico: <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Jur%C3%A9ia&site=&periodo=acervo>, disponível em 02/08/2012.

⁴¹ Nesse momento ainda não existia a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que só foi criada em 1986, pelo governador Franco Montoro.

⁴² Que de maneira simplista significa uma espécie de empréstimo de propriedade.

Este momento caracteriza-se como um período onde a Juréia abrir-se-ia à especulação imobiliária, resguardando-se apenas uma pequena área considerada patrimônio cultural não antropológico, consolidando-se os imperativos econômicos sem nenhuma preocupação com o patrimônio cultural relacionado às comunidades que habitam essa região.

Porém, o projeto imobiliário foi interrompido um ano depois de sua aprovação, em 4 de junho de 1980, ao ser anunciado pelo Governo Federal a construção de duas usinas nucleares no Morro do Grajaúna a 6 (seis) quilômetros do Maciço da Juréia e do Rio Verde, em decorrência de um acordo entre Brasil e Alemanha. A escolha do local oficializou-se através do Decreto nº 84.771, emitido pelo então Presidente Figueiredo. Logo em seguida, visando minimizar críticas nacionais e internacionais contra o seu programa nuclear pelos adeptos da causa ecológica, o Presidente Figueiredo complementou suas determinações com o Decreto nº 84.973, de 29/07/1980, estabelecendo que as usinas nucleares deveriam ficar em áreas contornadas por uma estação ecológica, destinando cerca de 23.000 hectares à criação da unidade de conservação a ser implantada. Esse seria o primeiro marco legal sobre a criação de uma estação ecológica na região.

A área passou então a ser gerida pela NUCLEBRÁS (Empresas Nucleares Brasileiras), ligada diretamente ao Ministério das Minas e Energia responsável pelo programa nuclear brasileiro, que empregou como mão de obra alguns membros das comunidades e limitou de forma eficiente a circulação dentro dos limites da Juréia.

Em 1985, alegando falta de recursos para continuidade para o programa nuclear, paralizou-se também o projeto de construção das usinas nucleares na Juréia. A falta de recursos e de regularização fundiária das propriedades embargadas, tanto para construção das usinas, quanto para a consolidação da estação ecológica de 23.000 hectares, fez com que os interesses de especulação imobiliária voltassem a recair sobre a área.

É interessante notar que no Estado de São Paulo, desde que Franco Montoro assumiu o governo em 1982, houve a abertura dos órgãos públicos à participação de alguns movimentos da sociedade civil. É também a partir deste momento que os ambientalistas que integravam organizações não governamentais da capital passam a estreitar relações com o governo. Integrando, como funcionários públicos, uma ala da antiga SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista) são estes ambientalistas que respondem pelas políticas ambientais do Governo do Estado e que povoam o CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), órgão diretamente subordinado ao gabinete do governador, criado em 1983, havendo desentendimentos entre governo estadual e federal sobre os projetos para a Juréia desde aquele momento.

A criação do CONSEMA dá-se, inclusive, para atenuar as pressões internacionais em decorrência da crise ambiental por que passava o Estado de São Paulo, que iam desde sérios problemas de poluição com o Polo Industrial de Cubatão, além do ingresso da cidade de São Paulo no ranking das cidades mais poluídas do mundo, ao que soma-se o início das construções para implantar as usinas nucleares na Juréia⁴³.

Como o Governo do Estado de São Paulo havia assumido o compromisso público e político de não permitir a construção de usinas nucleares em seu território em 1982, a desistência anunciada pelo Governo Federal para construção das usinas nucleares na Juréia em 1985 serviu para por fim a este impasse entre Governo do Estado e Governo Federal.

Em 1986, com a criação da Secretaria do Meio Ambiente no Estado de São Paulo (SEMA) e a extinção da SUDELPA, os técnicos ambientalistas migraram para esta nova secretaria. Os trabalhos desta secretaria se aproximam e passam a seguir os direcionamentos e sugestões dadas pelo CONSEMA, local onde, há algum tempo, já era planejada em contraposição a construção da usina nuclear, a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992). Restava saber se o Governo do Estado de São Paulo acataria a sugestão de seus quadros ambientalistas pela criação da estação ecológica, ou permitiria o prosseguimento de empreendimentos imobiliários como o planejado anteriormente pelas empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos na região da Juréia.

Embora a criação do CONSEMA, em 1983, tenha sido uma tentativa do governo paulista de instaurar um fórum democrático de discussão dos problemas ambientais, representando um espaço de encontro do governo com os segmentos organizados da sociedade, no caso da Juréia, a partir de 1986, é no mínimo temerário considerar sua representação composta na maioria pelos movimentos ambientalistas da capital, como representante de todos os interesses da sociedade civil envolvida com o que chamamos de “estratégias das unidades de conservação”. Isso porque, enquanto no final dos anos setenta esses movimentos ambientalistas representavam sujeitos catalisadores e porta-vozes de movimentos populares, no início dos anos oitenta, transformaram-se em sujeitos interessados apenas em atuar nos canais legais e institucionais, como profissionais do ambientalismo ‘*stricto sensu*’ transformando o ativismo em profissão e atuando primordialmente em função do capital.

Essa nova característica do movimento ambientalista paulistano, com ampla interferência junto ao CONSEMA e a Secretaria do Meio Ambiente, reflete-se na atuação desenvolvida por

⁴³ Conforme informações obtidas no site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: <http://www.ambiente.sp.gov.br/consemaIntro.php>, em 03/08/2012.

novas organizações não governamentais (ONGs) criadas a partir desse momento, como a “Associação em Defesa da Juréia” em 1986 e a “S.O.S. Mata Atlântica” criada em 1987. A partir desse momento, estas organizações e outras similares assumem a hegemonia política e econômica do movimento ambientalista do Estado de São Paulo e ganham inclusive projeção internacional (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

Assim, as manifestações destas organizações e o aval em fóruns oficiais como o CONSEMA passam a ser enxergadas como suficientes para legitimar as tomadas de decisão envolvendo políticas ambientais em São Paulo. É com o aval destes, e à revelia de consulta prévia aos moradores locais, que o governador paulista André Franco Montoro, através do Decreto nº 24.646 de 20 de janeiro de 1986, cria a “Estação Ecológica Juréia Itatins”, uma unidade de conservação de proteção integral, que relegou de uma só vez cerca de 360 famílias à condição de ilegalidade, posto que nesta categoria de unidade de conservação não se permite a presença humana.

A escolha por transformar a região da Juréia em uma estação ecológica, incompatível à presença humana, deflagrando conflitos sociais entre as comunidades tradicionais e a gestão da unidade de conservação não parece ter ocorrido por falta de informações prévias sobre a existência dessas comunidades. Primeiro, porque segundo informações obtidas em campo, junto aos moradores, tanto os técnicos ambientais do governo, como membros do CONSEMA na época conheciam a região e chegaram a ser recepcionados várias vezes por membros das comunidades, inclusive, afirmando aos moradores que a criação da estação ecológica garantiria a sua permanência no território. O fato gerou até certa simpatia inicial dos moradores pela proposta. Depois, porque como dissemos, o CONSEMA preocupado com a criação das usinas nucleares na Juréia, pensava na possibilidade de criar a estação ecológica desde 1983, circunstância que certamente permitiu prever possíveis incompatibilidades entre a categoria legal da unidade de conservação e a ocupação humana historicamente consolidada na região.

Consolidando-se como uma opção friamente calculada, possivelmente optou-se naquele momento em considerar qualquer ocupação como inadequada à estratégia “conservacionista” de criação da estação ecológica. Mesmo que os conflitos decorrentes de sua consolidação gerassem exposição e conflitos a partir daí, optou-se em tratar todos os tipos de ocupação humana existentes como irregulares. Caixeta de Queiroz (1992) ao resgatar uma manifestação da Associação em Defesa da Juréia, expõe os dilemas vivenciados por esses conflitos, mesmo dentro do movimento ambientalista.

“A existência no interior da Juréia de populações humanas mexe diretamente com o pensamento de determinadas correntes preservacionistas, que negam a viabilidade de convivência harmoniosa entre o Homem e a Natureza. Por acreditar que o Homem é parte integrante de seu meio ambiente, e na possibilidade dessa convivência harmoniosa, a Pró-Juréia tem se posicionado a favor da permanência de determinadas comunidades na área da estação ecológica. Para que isso se torne possível, é essencial que se definam com urgência o perfil dessas comunidades, levando-se em conta suas características culturais específicas e a problemática social de sua eventual realocação. As populações caiçaras e ribeirinhas, as comunidades indígenas, pequenos proprietários e posseiros que mantiveram atividades compatíveis com a preservação ambiental, certamente devem permanecer nas terras que ocupam [...]” (Jornal da Juréia *apud* Queiroz, 1992, p. 36).

Porém, embora as controvérsias transitassem entre quem poderia ou não permanecer no interior da estação ecológica recém-criada, impunha-se como condição invariável entre os discursos a necessidade de que estes grupos compatibilizassem suas vidas aos princípios de preservação ambiental ditados pelas correntes preservacionistas. Além disso, a existência dessa discussão não implicou na permissão da permanência plena desses grupos na área. Até que se chegasse a um consenso sobre o tema, impôs-se, deste então, a ilegalidade como condição associada à existência desses grupos. Assim, a finalidade da Estação Ecológica Juréia-Itatins deveria restringir-se apenas a designação legal de “*assegurar a integridade dos ecossistemas existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos*”⁴⁴.

Em 1987, o Governo do Estado de São Paulo atendendo as pressões ambientalistas declara ser a Estação Ecológica Juréia-Itatins de utilidade pública para fins de desapropriação e passa a garantir a viabilidade econômica para sua regularização fundiária. Neste momento também era comum a realização de campanhas ambientalistas voltadas à população dos grandes centros urbanos, através de exposições, passeatas e denúncias à imprensa sobre a ameaça de realização de loteamentos e obras irregulares na Juréia.

Em 1988, “lançam uma das maiores e mais bem sucedidas campanhas publicitárias do movimento ecológico brasileiro”, intitulada: “Ajude a transformar um parque de papel numa estação ecológica de verdade” (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 83). A campanha consistia em representar vários animais da Juréia através de origamis, demonstrando que a estação ecológica existia apenas no papel e na previsão legal, devendo ser tomadas atitudes administrativas mais enérgicas para que os objetivos de preservação do ecossistema e de utilização da área como laboratório de pesquisa fossem atingidos⁴⁵.

⁴⁴ Conforme texto extraído do Decreto Estadual nº 24.646/1986, que criou a Estação Ecológica Juréia-Itatins, disponível em 03/08/2012, no endereço eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo:

<http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/IntegraDDILEI?vnextoid=2ddd0b9198067110VgnVCM100000590014acRCRD&tipoNorma=3>.

⁴⁵ Em junho e julho de 1988 a campanha realizada “gratuitamente” pela empresa de publicidade ‘DENISON Propagandas’ ganhou todo o país, ocupando espaço nas principais mídias existentes. Apurações feitas sobre a campanha nos estudos de Caixeta de Queiroz (1992) aponta que foram 974 inserções televisivas, de 30

No mesmo ano, realizaram uma manifestação em frente ao palácio do governo para entregar ao então Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, um abaixo-assinado com mais de 150.000 assinaturas exigindo mais fiscalização e agilidade na implementação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. As pressões feitas pelo movimento ambientalista levou o Governo do Estado de São Paulo a aumentar o controle e a fiscalização na Juréia, intensificando ações da Secretaria do Meio Ambiente e da Polícia Militar Florestal sobre a área.

O êxito da campanha ambientalista significou a imposição de limites à existência, à liberdade e à sobrevivência dos moradores tradicionais, que iniciam uma mobilização expressando contrariedade à estratégia ambientalista de criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins a partir de 1990. Em suas reivindicações, os moradores propunham ou o afastamento da estação ecológica das áreas que ocupavam, ou a “recategorização” para outra categoria de unidade de conservação que permitisse a presença humana (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992). Com o tempo passaram a vislumbrar a possibilidade de “recategorização” da área transformando-a em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

A possibilidade de “recategorização” só ganhou força dezesseis anos depois, em 2006, quando com o apoio de parlamentares da oposição conseguem a anuência do então Secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, à proposta, após a realização de algumas reuniões.⁴⁶

Nasce dessas articulações um Projeto de Lei visando à recategorização da área que após a realização de várias audiências públicas na Câmara Municipal de Iguape, na Câmara Municipal de Peruíbe e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo transforma-se na Lei nº 12.406/2006, criando o Mosaico da Juréia. A lei recategorizou apenas duas comunidades transformando-as em reserva de desenvolvimento sustentável (RDS): Barra do Una e Despraiado. Todas as outras comunidades mantiveram-se ainda na condição de estação ecológica. Foram ainda criadas novas unidades de conservação, como parques e estações ecológicas (Figura 15) (conforme mapas abaixo, anexos à lei 12.406/2006).

segundos, nos principais veículos de comunicação: Globo, Bandeirantes, SBT, Record, Manchete entre outras emissoras do interior e da capital; inserções em 9 emissoras de rádio, entre elas: Globo/Excelsior, Record e Bandeirantes; publicações em 5 jornais escritos, sendo eles: O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, FOLHA DE S. PAULO, FOLHA DA TARDE e Diário Popular, além de publicações em outras 8 revistas de grande circulação como Veja e Isto É.

⁴⁶ Conforme duas reuniões realizadas na sede da Fundação Florestal em São Paulo testemunhadas pelo pesquisador e autor deste trabalho.

opinião do movimento ambientalista da capital, que à princípio se colocava contra a criação do mosaico da Juréia.

Apesar das limitações geográficas impostas às comunidades pelo processo de negociação legislativa o insucesso do primeiro mosaico da Juréia - conforme divisões estabelecidas no mapa acima -, ocorreu não pelo fracasso da sustentabilidade material ou cultural das novas unidades de conservação e sim por um “vício político e jurídico” identificado posteriormente à aprovação da lei.

No início de 2007, o Procurador Geral do Estado de São Paulo ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei do Mosaico da Juréia no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, alegando como fundamento a ausência de estudos técnicos ambientais aprofundados que embasasse o projeto de lei, bem como, a existência de vício formal, uma vez que uma lei que cria cargos e despesas públicas não poderia ser de autoria do poder Legislativo, e sim por obrigatoriedade legal do poder Executivo. A ação do procurador foi aceita e provida em seu mérito pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o que resultou na anulação da Lei nº 12.406/2006. Todas as comunidades envolvidas no processo de recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins acreditavam com isso que ela retornaria à sua condição inicial - o que significou um grande retrocesso às tratativas envolvendo a vontade popular de promover a gestão democrática do local. A decepção dos moradores tornou-se ainda maior quando após a anulação do Mosaico da Juréia descobriram que o governo paulista criou no início de 2006, sem consulta pública prévia e estudos preliminares, mais uma unidade de conservação, a Estação Ecológica Banhados de Iguape, grande e pequeno (ver no mapa no início deste capítulo). O espanto quanto à criação desta unidade de conservação deu-se porque as lideranças comunitárias que participaram das discussões do Mosaico da Juréia acreditavam que a criação dessa unidade de conservação seria fruto das negociações no contexto do Mosaico e que, sendo anulado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade, as novas estações ecológicas também estariam. Porém, soube-se depois, que por uma outra frente, o governador Geraldo Alkmin emitia o Decreto nº 50.664 de 30 de março de 2006 criando a Estação Ecológica Banhados de Iguape como área contígua a Estação Ecológica Juréia-Itatins, acrescentando 16.588,64 hectares sob as mesmas regras jurídicas excludentes da presença humana. Essa manobra só foi percebida após a anulação do Mosaico da Juréia quando os moradores notaram que as áreas da Estação Ecológica Banhados de Iguape continuam a ser geridas como estação ecológica⁴⁷.

⁴⁷ Há uma grande discussão nos tribunais quanto à ilegalidade deste tipo de medida, uma vez que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação exige como procedimento obrigatório antes da criação de novas unidades

No presente momento, o governo estadual, através da sua Secretaria do Meio Ambiente, concordou em submeter um novo projeto de lei (PL nº 60/2012) à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, requerendo a recategorização da área em moldes parecidos com o primeiro mosaico da Juréia anulado, porém, dificulta a submissão do projeto de lei a novas discussões públicas para debater alterações reivindicadas pelos moradores. Estes, por sua vez, não estão satisfeitos com as áreas a serem reclassificadas, nem com a atitude por parte do Estado em mais uma vez se omitir do desafio da construção democrática do projeto de lei incluindo todas as comunidades da Juréia em unidades de uso sustentável. A nova configuração geográfica em debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e prestes a ir a votação apresenta algumas alterações em relação à primeira (Figura 16).

Figura 16 – Novo desenho do Mosaico da Juréia discutido pelo projeto de lei nº 60/2012 onde aparece em rosa a criação de uma nova Reserva de Desenvolvimento Sustentável a margem do litoral onde existem algumas residências de moradores tradicionais caiçaras

Extrapolando o âmbito dos desafios e das negociações políticas, envolvendo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as comunidades da Juréia se deparam com outros problemas de ordem prática e urgente.

Visando o esvaziamento da área tornada estação ecológica, em 2010, o Ministério Público Estadual ingressou com uma Ação Civil Pública requerendo que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente promovesse a efetiva retirada dos moradores da Juréia, alegando como

de conservação, a realização de consulta pública prévia e de estudos preliminares. Porém, o descontentamento dos moradores em relação à criação destas unidades de conservação não é objeto de investigação ou denúncia pelo Ministério Público Estadual até o presente momento, ao contrário do que ocorreu com a lei que criou o mosaico da Juréia e as áreas de uso sustentável.

fundamento à incompatibilidade da presença humana em unidades de conservação de proteção integral, conforme dispõe o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei Federal nº 9.985/2000. A ação que foi promovida pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA - Ministério Público do Estado de São Paulo) e que tramita sob o nº 441.01.2010.001767-0 perante a 1ª Vara Judicial Cível de Peruíbe obteve a concessão de uma liminar judicial para que o Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, promovesse a efetiva retirada de todas as pessoas da área da Estação Ecológica Juréia-Itatins no prazo de 120 dias.

Vencendo todos os recursos judiciais sugeridos pela União dos Moradores da Juréia, através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a liminar foi mantida e desde 07 de julho segue pendente da execução, bem como, de uma sentença definitiva, os moradores correndo o risco de serem expulsos de seus territórios a qualquer momento.

Soma-se a este embate o fato de que a Secretaria do Meio Ambiente, em conjunto com a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, terem aprovado recentemente o projeto “PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E DO SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA” junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se encontra em fase de execução. Trata-se de um projeto que pretende investir cerca de US\$ 470,163 (Milhões de Dólares) para, dentre outros objetivos, “reassentar nas periferias em conjuntos habitacionais as famílias que ocupam tanto o Parque Estadual da Serra do Mar, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins”. Justificam tal medida por estas famílias habitarem áreas de risco geotécnico, e para o cumprimento da política de esvaziamento das unidades de conservação.

Entendendo que a realização do projeto atingirá diversas comunidades quilombolas, caiçaras, capoavas, indígenas e ribeirinhas sem algum contato prévio com estas comunidades, tanto a União dos Moradores da Juréia, como a organização não governamental “Mongue”, decidiram denunciá-lo ao Painel de Investigação (MICI) do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no fim de 2010. Alegam que a sua execução e o fornecimento de aporte financeiro à Secretaria Estadual do Meio Ambiente pode levar a limpeza étnica (etnocídio) e à violação dos direitos humanos⁴⁸, pedindo a imediata suspensão do financiamento até a realização de maiores discussões sobre seus objetivos e a sua realização. As denúncias foram reiteradas em abril e agosto de 2011, restando todas sem respostas precisas quanto à suspensão do financiamento e à abertura de discussões do projeto junto às comunidades

⁴⁸ Violando recomendações expressas da Convenção 169 da OIT em relação a necessidade de consulta previa antes da realização de qualquer projeto que interfira na vida desse tipo de comunidades.

abrangidas. Algumas manifestações obtiveram respostas evasivas, através de mensagem eletrônica, porém, sem uma posição oficial do MICI ou do BID até o presente momento.

Acompanhando as ações da União dos Moradores da Juréia percebe-se que a instituição tenta articular-se com diversos setores, buscando apoio para atuar por diferentes frentes. Por um lado, tenta provocar a rediscussão do projeto de lei do Mosaico, para que ele contemple maior número de comunidades do que as previstas e disponibilize maiores áreas necessárias à realização dos manejos tradicionais, evitando com isso que o cumprimento da decisão judicial da Ação Civil Pública recaia sobre um número grande de moradores. Busca ainda estabelecer diálogo com o Ministério Público Estadual através de reuniões⁴⁹, tentando esclarecer que a questão da Juréia não se limita ao cumprimento da estratégia ambientalista de criação de unidades de conservação, devendo ser considerado os direitos humanos, a diversidade cultural em questão, para que o órgão reconsidere a propositura da Ação Civil Pública, suspendendo-a ou retirando-a da tramitação em juízo.

Busca-se estabelecer diálogo com Ministério Público Federal - sediada em Brasília/DF e que tem uma Câmara especializada nestes tipos de conflitos -, mas que em São Paulo parece não ser assessorada sobre estes aspectos e não dispõe de procuradores dispostos a assumir uma discussão mais profunda e até às últimas consequências sobre o assunto⁵⁰.

Com os debates envolvendo a Juréia, e a existência de povos e comunidades tradicionais dentro das unidades de conservação paulistas, identificou-se durante a realização desta pesquisa que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo está adotando uma nova estratégia para estas situações, contratando antropólogos que ao realizarem laudos, sustentam as práticas administrativas “conservacionistas” realizadas nestas áreas. Em contraposição, as comunidades acusam estes laudos antropológicos de serem “encomendados”, buscando apenas legitimar antropológicamente os atos administrativos, feitos de maneira superficial e sem a participação da comunidade envolvida. Em alguns casos, inclusive, acusou-se que não houve sequer a visita do antropólogo contratado às localidades que seriam objetos do laudo.

Essa nova estratégia tem despertado interesse de grupos ligados à Universidade - como os do Centro de Estudos Rurais (CERES/UNICAMP) através do antropólogo Mauro Willian Barbosa de Almeida⁵¹ e do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades

⁴⁹ A exemplo da reunião acompanhada durante esta pesquisa, realizada em março de 2012, na sede do Ministério Público Estadual em São Paulo com representantes do GAEMA e de outros grupos da instituição.

⁵⁰ De acordo com o documento contendo a resposta negativa à representação/denúncia encaminhada pela associação dos moradores à Procuradoria Federal de Santos no início de 2012.

⁵¹ Ph. D. em Antropologia Social Universidade de Cambridge - Professor-Associado Universidade Estadual de Campinas. Coordenador-Adjunto do Centro de Estudos Rurais (CERES). Ex-representante da SBPC no CGEN,

Tradicionais do Brasil (UFAM), através do também antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida⁵². Estes grupos, a convite da União dos Moradores da Juréia, estão realizando em parceria com as comunidades um laudo antropológico independente e ‘*pró-bono*’ sobre as comunidades da Juréia, que certamente servirá como mais um importante instrumento para melhor compreensão sobre os aspectos característicos destas comunidades, além de fornecer elementos que poderão subsidiar as demandas judiciais e políticas das comunidades em busca de seus direitos culturais no futuro.

Parcerias como estas tem dado visibilidade à necessidade de proteção também dos aspectos culturais existentes na região da Juréia, divulgando dados históricos e antropológicos obtidos e processados em parceria com as comunidades, provocando manifestações de instituições influentes no cenário nacional - como, por exemplo, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - sobre os riscos eminentes que as políticas ambientais representam a manutenção de tais práticas culturais⁵³.

4.3 Considerações gerais sobre os casos analisados

Embora as unidades de conservação investigadas tenham sido criadas em momentos distintos, sendo o Parque de Jacupiranga criado durante o auge do regime militar (1970) e a Estação Ecológica Juréia-Itatins durante o processo de reabertura política (1986), é possível estabelecer algumas similaridades entre os objetivos que levaram à criação dessas áreas protegidas e os conflitos que se originaram a partir delas.

O Parque de Jacupiranga foi previsto inicialmente como uma reserva de território diante da política de colonização do Estado de São Paulo e só foi implantado de fato na década de 1970, visando naquele momento conter focos guerrilheiros e servir de compensação ambiental para projetos desenvolvimentistas promovidos pelo Governo Militar. A criação da Estação

que teve grande atuação na construção do conceito e na implementação das Reservas Extrativista no Acre, em conjunto com o ativista e sindicalista Chico Mendes.

⁵² Idealizador e Coordenador dos Projetos Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (UFAM/F. FORD/MMA) e do Projeto Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia (FAPEAM-CNPQ).

⁵³ A Associação Brasileira de Antropologia aprovou uma moção durante a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 a 05 de julho de 2012 na PUC de São Paulo, manifestando-se contrariedade ao processo de expulsão das comunidades da Juréia de seus territórios, por serem desconsiderados aspectos culturais específicos que tais comunidades são detentoras. A moção de apoio foi remetida pela ABA as seguintes instituições: Procuradoria da República no Município de Santos (SP); 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal-Procuradoria Geral da República; Ministério Público Estadual; Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; ao Exmo. Governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin e ao Exmo. Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, senhor Bruno Covas, podendo ser acessada integralmente no seguinte endereço eletrônico: <http://www.abant.org.br/?code=3.4>

Ecológica Juréia-Itatins, primeiramente foi sugerida como medida compensatória dentro de um projeto privado de especulação imobiliária. Depois, em uma versão ampliada, serviu da mesma forma ao projeto nuclear, consolidando-se finalmente como uma conquista do movimento ambientalista da capital paulista na década de 1980. Nota-se que a sugestão destes locais como áreas protegidas surge sempre associada a uma função de preservar integralmente áreas com cobertura florestal em troca da viabilização de algum projeto de desenvolvimento estratégico, político e/ou econômico.

Da mesma forma, os conflitos identificados nestas áreas também guardam similaridades, basicamente derivam da contradição estabelecida entre os objetivos oficiais do Estado e do Capital desejados para estas áreas - conservação em caráter exclusivo e integral dos componentes da fauna e da flora -, além de ser desconsiderada a existência de comunidades tradicionais e de outras ocupações populares no interior dos espaços geográficos onde foram implantadas tais unidades de conservação. Pressupomos que esta lógica adotada pelo regime militar se consolidou e vem se aprimorando desde a década de 1970 no Brasil, caracterizando-se pela ausência de mecanismos efetivamente democráticos de gestão. É, portanto, criticada por relegar sempre ao segundo plano todos os conflitos sociais decorrentes da criação dessas unidades de conservação. Apoiando-se nestas características “naturais” atribui-se ao Vale do Ribeira uma vocação ambiental na modernidade. Como visto no final do capítulo 3, com a substituição do sistema oficial de grilagem pela estratégia das unidades de conservação como projeto hegemônico para o Vale do Ribeira, todas as possibilidades para a região passam a serem avaliadas pelos órgãos públicos de acordo com os direcionamentos ambientais, considerados prioritários a partir de então.

Conclui-se a partir dos casos analisados, que antes de servir para atender às demandas das comunidades tradicionais - amparadas em novos direitos culturais contemplados pela Constituição Federal de 1988 -, a criação desses mosaicos ocorreu atentando apenas aos parâmetros e limites trazidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e serviu apenas para adequar sua situação à aplicação dos mesmos propósitos conservacionistas que já vigoravam. Essa constatação entre os moradores causou decepção a todos que reivindicaram inicialmente o processo de recategorização. Ademais, como há a partilha de interesses ‘conservacionistas’ para estas áreas que unem os órgãos ambientais e os movimentos ambientalistas atuantes na região, após a criação dos mosaicos estabelece-se prioridade a estes interesses, criando uma hierarquia e condicionando reivindicações que partem das comunidades à lógica conservacionista nas decisões que envolvem a gestão emitida nas reuniões dos “Conselhos Deliberativos” (FERREIRA DA SILVA, 2011).

Apreende-se desse processo, por exemplo, que embora a discussão da lei que criou o Mosaico de Jacupiranga tenha sido longa, ou seja, de quase 5 (cinco) anos, não houve, por parte das comunidades tradicionais envolvidas, principalmente das comunidades quilombolas, uma completa apropriação sobre o que se alteraria e o que permaneceria da mesma forma na região com as transformações decorrentes da recategorização do Parque. Ou seja, os quilombolas não tinham compreensão do que significava, na prática, a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e das Reservas Extrativistas sobre seus territórios.

Quanto ao problema detectado no retardamento da entrega dos acordos do plano de utilização, notou-se que o documento final, por ter sido taxado como muito “pró-comunidade” pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, veio a corroborar o que alguns moradores dizem quanto a uma atuação estratégica do Estado e dos seus órgãos ambientais: que dificultam qualquer medida que não seja direcionada à conservação biológica no Vale do Ribeira. Embora estivesse prevista a participação dos técnicos do governo nas oficinas com as comunidades para o fechamento dos acordos de gestão de cada área, assegurando-se a participação e a sua validade imediata, estes não estavam presentes, deixando pendentes os acordos ali pactuados *‘in loco’*, sendo esta conduta reiteradamente percebida neste tipo de tratativa. Quando projetamos este procedimento como um padrão nestas áreas e que o Vale do Ribeira constitui-se todo ele em um enorme mosaico de unidades de conservação, administradas diretamente pelo Governo do Estado de São Paulo através de seus órgãos ambientais. Sugere-se que a conclusão e a eficiência de qualquer projeto na região, invariavelmente, dependam de o quanto ele seja também conveniente aos interesses afiançados diretamente pelo Governo do Estado.

Mesmo diante de tantos questionamentos, o uso desses artifícios tem servido tanto para dar um aspecto legalista às atitudes tomadas diante dos conflitos trazidos pelas comunidades, como para consolidar o posicionamento histórico de ilegalidade da presença desses grupos em seus territórios decretados unidades de conservação. Nota-se que os pareceres⁵⁴ emanados pelos departamentos jurídicos e instituições oficiais do Poder Executivo, se apresentam frente a estas comunidades como se viessem de uma instituição autônoma e independente, que diz o direito e administra a justiça, passando os seus posicionamentos, mesmo parecendo “injustos” às comunidades, a serem inquestionáveis junto aos gestores e aos colegiados locais.

A criação das unidades de conservação é entendida e divulgada como sinônimo de uma evolução histórica da sociedade, uma conquista do bem que pertence a todos (patrimônio

⁵⁴ Que muitas vezes nem são apresentados através de documentos oficiais, sendo apenas comunicado às comunidades pelos gestores em reuniões dos conselhos gestores.

difuso), minimizando em consequência as críticas e discussões contrárias que partem, por exemplo, das populações tradicionais locais.

Essa posição oficial do Estado, através de seus órgãos, fortalece um entendimento a partir de um binômio, que pode ser entendido como um conflito entre “os que estão dentro” e “os que estão fora” ou, em outros termos, entre “os do bem” e “os do mal”. De acordo com esta perspectiva maniqueísta, os moradores do Vale do Ribeira que estão fora das unidades de conservação, aqueles que visitam rapidamente a região em busca de belezas naturais e todos os moradores de outras regiões do estado, do país ou visitantes estrangeiros, principalmente dos centros urbanos, seriam entendidos como os que estariam “dentro”, figurando neste sentido como os que seriam contemplados por este “bem”. É para estes que os discursos ambientalistas teriam sido feitos, assim considerados os que se beneficiariam como cidadãos das políticas ambientalistas implantadas no Vale do Ribeira, por meio da implantação de unidades de conservação. Ao mesmo tempo, na condição de cidadãos, a estes também é exigido o dever de zelar e apoiar estas políticas, já que elas garantiriam, “em tese”, um direito difuso, ou seja, de todos, que seria, conforme vulgarmente divulgado, a garantia de um meio ambiente sadio às presentes e futuras gerações.

Essa construção passa a deflagrar como consequência a antítese do binômio. Por viver no interior das unidades de conservação, os moradores tradicionais passam a ser associados e tratados como meros “invasores”, “bárbaros”, que de maneira indiscriminada usufruem dos recursos naturais que agora compõe um patrimônio coletivo de quem está fora: o meio ambiente. Nesta posição, tais sujeitos são colocados do lado de “fora” dos contemplados por uma garantia ambiental, assumindo indiretamente a posição do “mal” e passando a ter criminalizadas todas as suas práticas culturais, punidas legalmente e formalmente como uma prática social não aceita. De acordo com esse tipo de discurso, ou se é “a favor do meio ambiente”, aderindo às estratégias do poder dominante que o impõe, ou se está contra ele.

Nas décadas de 1980 e 1990, se por um lado detecta-se a intensificação de ações por parte de órgãos ambientais, constata-se também a diminuição de investimentos públicos em infraestrutura para as populações que vivem nestas áreas. Fecham-se escolas rurais, postos de saúde, não se disponibiliza crédito para produção, além de serem impostas dificuldades tanto para manutenção das moradias, quanto para atividades extrativistas e de manutenção nas vias de acesso às comunidades. Deflagra-se um intenso êxodo para os núcleos urbanos. Na Estação Ecológica Juréia-Itatins, a população que era antes de 360 famílias⁵⁵, chega hoje a cerca de

⁵⁵ De acordo com o Cadastro Geral de Ocupantes, de 1990 realizado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

150⁵⁶. No Mosaico de Jacupiranga a situação não é diferente, encontrando-se várias residências fechadas ou casa de moradores onde parte dos seus integrantes mudaram-se para cidades próximas, ou para capitais como Curitiba e São Paulo. A dificuldade imposta à sobrevivência humana nestas áreas levou ao esvaziamento parcial delas sem exigir maiores ônus e/ou atitudes do Estado, apenas através da omissão e do esquecimento.

Agora, o que se verifica é que inicia-se um novo período de práticas jurídicas e políticas nestas regiões, percebidas neste trabalho através da constatação de diversos atos deflagrados que ocorrem de forma simultânea, como por exemplo: a criação e fortalecimento do ICMS “verde” ou “ecológico”; a interposição de Ações Civil Pública que objetiva respaldar juridicamente a efetiva retirada das comunidades; a captação de recursos e execução de projetos administrativos junto a organismos internacionais e a iniciativa privada para a realocação de moradores e a própria criação dos mosaicos de unidades de conservação. Nota-se que o Estado de São Paulo deixa a posição passiva de aguardar a saída voluntária dos moradores e passa a se impor por diversas vias e de forma truculenta para ver cumpridos os objetivos de esvaziamento humano desejado para tais áreas protegidas.

Ao mesmo tempo, em oposição ao momento atual das políticas ambientais no Estado de São Paulo, percebe-se o amadurecimento nacional de discussões relacionadas ao reconhecimento da diversidade cultural existente nas comunidades tradicionais abrangidas pelas unidades de conservação. Por sua vez essas discussões buscam meios de protegê-las de violação de direitos humanos, da eliminação da diferença cultural e, conseqüentemente, da consumação de um “etnocídio”, colocando-se no cerne das reivindicações o reconhecimento desses territórios como lugares com história, cultura e sociabilidades próprias.

Diante disso, reelaboram-se os discursos ambientalistas estabelecendo-se novas estratégias que justificam os mesmos projetos e funções “conservacionistas” previamente estabelecidos para estas regiões. Nasce como alternativa os mosaicos de unidades de conservação, que objetivam ampliar as áreas das unidades de conservação de proteção integral e depois desmembrá-las, transformando-as em várias unidades de conservação, onde pequenos núcleos habitacionais passariam a categorias de uso sustentável (Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas ou Áreas de Proteção Ambiental), nos moldes de assentamentos rurais. Esta situação é verificada nos dois casos investigados, sendo entendida como mais uma estratégia política de gestão “conservacionista”. Estas áreas são geridas apenas por órgãos estritamente ambientais e, por isso, são denunciadas pelos moradores ao

⁵⁶ De acordo com levantamentos recentes realizados pela União dos Moradores da Juréia para subsidiar suas reivindicações durante os debates do Projeto de Lei para a criação do Mosaico da Juréia.

promover a completa desconsideração das dimensões culturais, humanas e sociais, ignorando propostas locais de uso sustentável dos territórios.

Como desdobramento dos conflitos instaurados nestas áreas, as comunidades quilombolas de Barra do Turvo hoje concentram seus esforços na busca pelo completo "afastamento" de qualquer tipo de unidade de conservação em sobreposição aos seus territórios. O mesmo desejo de acesso ao território acompanha as discussões dos moradores caiçaras, capoavas e ribeirinhos da Juréia. Ambos os grupos integram atualmente a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais instituída por meio do Decreto Federal nº 6.040/2007. No caso dos caiçaras da Juréia, estão empenhados na consolidação de uma Coordenação Nacional das Comunidades Caiçaras envolvendo comunidades dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, na busca pelo fortalecimento político de suas reivindicações⁵⁷. Segundo suas lideranças, o fortalecimento político busca tornar acessíveis mecanismos para o exercício de uma cidadania mais ampliada, como por exemplo, garantido o diálogo permanente com outras instâncias de representação - como o Ministério Público (Federal e Estadual), a Defensoria Pública (Federal e Estadual), o Poder Judiciário (Nacional) e as Cortes Internacionais.

As discussões envolvendo estes conflitos, além de fundamentarem-se na discriminação por classe social, também inclui a busca pela garantia da diferença cultural, ampliando as discussões na medida de seu aprofundamento. Diante disso, trabalharemos nos próximos capítulos com as expectativas em torno do “desenvolvimento sustentável” e dos “povos e comunidades tradicionais”, buscando relacionar suas discussões às influências da “hierarquia estática”, da noção de “falsa cidadania” e de “justiça” presentes até hoje na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, buscar-se-á analisar estas demandas desde as perspectivas do que se considera “direitos individuais”, “difusos” e “coletivos” no Direito moderno, acrescentando a estas categorias os novos direitos “comunais”, aplicados especificamente para o tipo de demanda aqui em questão.

Ademais, a criação dos mosaicos investigados parecem não terem sido concebidos a partir de consensos construídos na base a partir de diálogo ou, construído ao longo dos tempos. Portanto, não se revelam uma ação inovadora, ou uma solução amplamente aceita para resolver esses conflitos. Segundo os moradores, prevalece nestes locais uma estratégia política que ignora seus conhecimentos e demandas, bem como a importância destes sujeitos como agentes sociais e, por isso, pode ser considerado “imperialista-colonial”, tais como os casos

⁵⁷ Conforme reuniões realizadas para este fim, em novembro de 2011, na cidade de Iguape e agosto de 2012, na cidade de Peruíbe.

discutidos por Young (2001), tornando essas áreas primordialmente relevantes e protegidas apenas do ponto de vista físico e biológico.

Esta situação deflagra sérios problemas quanto à legitimidade dessas decisões e a garantia de serem minimamente justas dentro dos padrões de normalidade que se espera em um “Estado Democrático de Direito”. E ainda, quando se verifica que nestas áreas a criação das regras, as cobranças pela sua execução e os julgamentos de casos ficam ao livre e pleno arbítrio dos órgãos gestores que agem em nome do Poder Executivo do Governo do Estado de São Paulo, considera-se que: primeiro, podemos problematizar que os atos realizados podem ser a legalização de arbitrariedades administrativas, desrespeitando as competências exclusivas do Poder Legislativo e Judiciário (legislar e julgar conflitos), podendo surgir como um problema nessa relação a realização de atos considerados abusivos a direitos fundamentais, culturais e humanos; depois, deve-se observar que as relações humanas envolvendo a proteção de grupos culturalmente diferenciados no mundo tornou-se uma discussão complexa e dinâmica na atualidade, o que dificulta inclusive a própria manifestação dos Poderes Legislativos e/ou Judiciários nacionais, tal como foram constituídos, em casos que se relacionem a estes grupos. Nesse sentido, contemplar as demandas desses grupos talvez requeira uma rediscussão das noções de “justiça” adotadas pelos Estados Nacionais. Para tanto, há que se inserir as realidades nacionais nas discussões realizadas por organismos internacionais, bem como criar novas alternativas de acordo com as realidades locais e nacionais.

5 Da crise ambiental ao desenvolvimento sustentável: Unidades de Conservação no Estado de São Paulo.

Buscando compreender as origens das chamadas “unidades de conservação” que incidem no estado de São Paulo, predominantemente no Vale do Ribeira, e as conseqüências de sua existência sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades tradicionais, faremos um resgate e interpretações de conceitos por detrás desta estratégia de conservação⁵⁸. Lembramos, desde já, que embora tentaremos trazer a maior quantidade de informações possíveis sobre a questão ambiental e os grupos ambientalistas que atuam na região investigada, não é o objetivo desta dissertação fazer uma análise teórica aprofundada sobre o movimento ambientalista, ou ambientalismo, muito menos sobre suas vertentes existentes no Brasil.⁵⁹ Temos como intuito discutir o papel das unidades de conservação, uma vez que elas constituem uma importante estratégia ambientalista que vem incidindo cada vez com maior frequência sobre territórios tradicionais e gerando impactos negativos consideráveis sobre esses grupos.

Iniciaremos este capítulo relembando que a intensificação da atividade humana sobre a Terra, que implicou em um crescente grau de consumo de energia (não renovável) e uso dos recursos naturais, sem precedentes, tem como marco a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII. A Revolução Industrial expandiu-se pelo mundo nos séculos seguintes quando então se consolidou um sistema político e econômico pautado no acúmulo do Capital. Como conseqüência da observação dos problemas causados por este modelo de desenvolvimento em escala global, emerge pela primeira vez no cenário da política mundial reivindicações relacionadas ao meio ambiente.

As proposições dos grupos ligados à questão ambiental são vastas, podendo ser consideradas de ordem civilizatória. Criticam desde a sociedade industrial capitalista, as leis de mercado, até o comportamento ecológico dos indivíduos. Tem como eixo analítico a discussão acerca da relação sociedade-natureza, buscando uma nova base civilizacional (LOUREIRO, 2006).

⁵⁸ Antes de 2000, existiam diversas modalidades de proteção legal de áreas consideradas ambientalmente relevantes, que podiam ser instituídas pela União pelos Estados e pelos Municípios, com designações e regras específicas de acordo com as regras que as instituíam. Após esta data passou a vigorar uma Lei Federal Ordinária, nº 9.985/2000, que criou categorias e normatizações conceituais unificando esses tipos em todo o Brasil, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Desde então "Unidades de conservação" são definidas como: *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*, constituindo diversas modalidades definidas pela respectiva lei, mas basicamente separadas em duas categorias: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

⁵⁹ Alguns autores discutem o “Movimento Ambientalista” no Brasil, a exemplo de Eduardo Viola, ainda que referindo-se a um contexto histórico anterior ao atual.

A percepção deste quadro, supostamente calamitoso, começou a ser desvendado enquanto responsabilidade no plano dos governos mundiais a partir da realização de grandes conferências, ganhando os documentos internacionais provenientes desses eventos o papel de “fiadores da legitimidade pretendida com as causas ambientais” e suas ações (CARVALHO, 2002). Podemos destacar entre os principais eventos mundiais nesse sentido a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, realizada em Estocolmo; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 no Rio de Janeiro e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, realizada em Johannesburgo.

O ambientalismo trouxe neste momento inicial grandes contribuições para ampla reflexão sobre a sociedade contemporânea. Segundo Loureiro (2006), neste contexto destacaram-se quatro grandes categorias interconexas de discussão a respeito da crise ambiental. Primeiro, a crítica à tradição religiosa judaico-cristã, sua forma de dominação e expansão sobre as demais formas de crenças espirituais, ou seja, o monoteísmo, colocando humanos como subjulgadores das demais espécies e da natureza de acordo com preceitos bíblicos, passando a questionar a ideia do homem como senhor da natureza. Segundo, o questionamento da revolução científica, colocando-se contra o paradigma cartesiano por vários motivos, dentre eles, por moldar os valores culturais modernos ao projeto positivista de ciência e de tecnologia, que por sua vez, gera a fragmentação ilimitada do objeto e a perda da noção do todo, fomentando o entendimento apenas do processo de causa/efeito sem historicidade e o desligamento do ambiente. A ciência atuaria, assim, apenas sob o primado do racionalismo instrumental, do reducionismo e do mecanicismo. Terceiro, o questionamento da orientação individualista antropocêntrica, colocando-se contrariamente a uma orientação humanista e às concepções “ecocêntricas”, alegando que o homem ao pautar-se no poder de origem divina ou científica potencializado pelo capitalismo, projetou-se de forma individualista para além dos limites biológicos e dos determinantes sociais, tornando-se, portanto, não dependente de adequação a qualquer ordem transcendente, neste caso a natureza. E, quarto, a crítica à utilização industrial e ao uso tecnológico como meio de dominação e exploração, que gerou a transformação imprevisível e em alta velocidade, cunhado em um sistema político-econômico individualista, com reprodução e acúmulo ilimitado de capital à custa do crescente consumo de energia da natureza. Loureiro considera, portanto, que esse movimento ambientalista internacional e histórico tem como característica principal a busca de reflexão e a reivindicação política partindo de diversos movimentos:

“movimentos pacifistas, antinucleares, hippie e de contracultura, como resposta ao *establishment* político norte-americano, autoritário e belicista, e a um estilo de vida no consumo de supérfluos. Constituíam-se no ambientalismo de recusa, rechaçando a participação política, a felicidade consumista, o trabalho

alienante, o desenvolvimento produtivista e o progresso armado. Isso historicamente justifica a sua diversidade de perspectiva” (LOUREIRO, 2006, p. 25)

No Brasil não foi diferente. O que hoje denominamos ambientalismo inclui diversos grupos sociais, configurando-se como um “ambientalismo multissetorial”⁶⁰, podendo até existir algumas vertentes conflitantes entre si e configurando nesse sentido “diversos ambientalismo”, cada vez mais distantes de um movimento unificado dentro de uma conduta previamente estabelecida (LOUREIRO, 2006). Contudo, segundo considerações sobre esses movimentos feitos pelo autor nenhum desses grupos é representativo dos interesses das comunidades tradicionais, como alguns outros autores sugerem, servindo esta ideia como mais um ponto importante de análise para o desenvolvimento desta pesquisa, demonstrando a posição antagônica das reivindicações encontradas entre estes grupos na área investigada.

Ocorre que o ambientalismo, ao ser tratado como uma política de busca de uma “governança planetária”⁶¹ pode ter perdido sua força motriz inicial, conforme procuramos discutir antes, sofrendo um desvirtuamento. Isso talvez explique a associação comum e rasa, grosso modo, feita entre prática ambientalista e a sua principal estratégia no Brasil: a conservação de áreas naturais, ou seja, uma estratégia que vem sendo mantida e que inicialmente promoveu a separação do homem e da natureza, pautando contraditoriamente sua gestão no que foi uma das suas principais críticas iniciais, qual seja, o desenvolvimento de ação baseada apenas em critérios científicos e matemáticos rigorosos.

Destacamos que essa característica serviu para evidenciar uma contradição na sociedade moderna entre os movimentos ambientalistas nacionais e o rumo das reivindicações iniciais do ambientalismo enquanto movimento crítico. As críticas a este respeito podem ser feitas ao destacar que o ambientalismo sucumbiu à “reificação da natureza”, como um objeto pré-pronto, excluía da presença humana, desconsiderando os contextos históricos e sociopolíticos e acabando por entendê-la e tratá-la de maneira homogênea e global.

Trazendo maiores considerações sobre os interesses por trás desta tendência, corroboramos com a seguinte análise:

“A tendência teórica de colocar o ambiente como uma categoria universalizante e única, sobre a qual o conhecimento científico positivo indica o caminho a ser seguido na solução dos problemas identificados, **ignora a categoria ambiente como uma categoria social**, como um problema que se materializa à medida que grupos específicos e seus interesses diversos agem na sociedade. Em uma perspectiva crítica, consenso e conflito se dão no processo e não a priori, portanto, o ideal em termos ambientais é o resultado

⁶⁰ Loureiro (2006; p. 17) analisa vários grupos sociais agrupados no movimento que chama “ambientalismo multissetorial”.

⁶¹ Aqui entendida genericamente como um princípio sugerido no campo analítico da ecologia política e do ambientalismo crítico, a partir da constituição de um corpo institucional internacional, com poderes deliberativos e de pressão moral, composto por sujeitos diversos: Estados-Nação, organizações transnacionais e multilaterais afinadas e articuladas com as entidades locais (Loureiro, 2006).

desta dinâmica social, não podendo ser confundido com uma construção preconcebida de ambiente por setores que falam genericamente em nome da salvação do planeta (LOUREIRO, 2006, p. 21, com grifos nossos).”

Elencando as consequências detectadas dessas tendências díspares, o autor continua sua análise, alegando que:

“Desta constatação decorrem três aspectos importantes, associados à discussão ambiental, sistematizados na obra de Fuks (1997): (1) o sentido oficial que é dado à problemática ambiental se caracterizada como algo irrelevante para a maioria da população, que não possui as condições materiais básicas para a sobrevivência; (2) ainda que o ambiente seja considerado como interesse para o conjunto da sociedade, os benefícios da proteção e o ônus da destruição não são igualmente distribuídos; e (3) **a universalidade do ambiente expressa projetos de determinados blocos, no sentido de buscar o domínio e a hegemonia de seus valores, necessidades e interesses** (LOUREIRO, 2006, p. 21, com grifos nossos).”

Analisando os conflitos observados nas áreas investigadas por esta pesquisa e a decorrência direta da criação de unidades de conservação como a principal estratégia ambientalista para o Vale do Ribeira, podemos aferir que tais conflitos dizem mais do que necessariamente a busca por melhoria das condições ambientais do planeta, ou talvez nem se relacione diretamente a isso. Os conflitos tratam-se, na verdade, de uma disputa entre interesses distintos em relação àquelas áreas.

Para justificar as decisões oficiais tomadas, usa-se de justificativas, conceitos e abstrações irrelevantes ou até incompreensíveis às dinâmicas das comunidades atingidas. As comunidades sobrepostas por estas unidades de conservação acabam ficando somente com o ônus da crise ambiental, não sendo beneficiadas em nenhum aspecto enquanto cidadãos do mundo. Afora os conceitos ambientalistas vigentes nestas áreas, fundamentados em uma visão universalista de ambiente, nos deparamos nestes casos com outro problema que consideramos ainda mais grave: a preponderância de uma visão etnocêntrica, que busca universalizar através de processos de assimilacionismo as culturas com as quais se depara. É nesse sentido que concordamos com o autor que estratégias como estas são implantadas na busca do domínio, de hegemonia de valores, necessidades e interesses.

Tentando refazer os caminhos das discussões teóricas e políticas que permitiram a consolidação no Brasil de estratégias e tendências ambientais, como as mencionadas acima, gostaríamos de lembrar alguns fatos determinantes para a fixação da agenda política ambiental no mundo ocidental moderno. Estudos realizados por um corpo de cientistas do Clube de Roma, entre 1968 e 1972, e apresentados em Estocolmo, em 1972, afirmaram que:

“qualquer que seja a associação feita entre os cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição), os resultados serão sempre assustadores, com uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100”. (LOUREIRO, 2006, p. 35)

Feito este alarde, o mundo passou a se preocupar com o problema da insustentabilidade do planeta diante do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade moderna, concluindo-se na época (meados década de 1970) que o planeta enfrentava uma “crise ambiental”. Diante desta situação e do desafio posto às autoridades, todas as ações e discussões desde aquele momento caminham na busca de mecanismos que fossem capazes de reverter aquele quadro. Mais tarde, como resultado de estudos realizados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1983, o conceito (“crise ambiental”) oficializou-se como resultado de um discurso aparentemente não-ideológico, com valores homogêneos para orientação humanitária, propondo soluções tecnológicas e gerenciais que dariam novas funções econômicas ao ambiente a partir do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, aprovado pela ONU em 1987, passando a ter em linhas gerais a seguinte definição: o “desenvolvimento sustentável” é *“o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”*⁶². O “desenvolvimento sustentável” passa, então, a ter grande repercussão em todas as ações do homem sobre a Terra emergindo das discussões ocorridas em meados da década de 1980. O caráter genérico e conciliador do conceito permitiu aos ambientalistas em busca da salvação planetária propor soluções para desigualdades sociais, para a preservação de recursos naturais, bem como, para a proteção da diversidade cultural e da integridade ecológica. Porém, o seu caráter conciliatório não era incondicional. Não tardou muito para que as críticas de diversas ordens começassem a surgir.

Como pontos críticos que mais se relacionam com a situação analisada por esta pesquisa destacamos que o conceito de “desenvolvimento sustentável” implicava, paradoxalmente, em manter as práticas econômicas anteriormente acusadas da destruição do planeta, onde a simples adesão ao discurso da solidariedade aos princípios da preservação da natureza e da justiça social passou a servir como garantia de qualidade social do empreendimento - que associa novamente o desenvolvimento ao crescimento e à expansão do mercado.

“No Brasil, o documento oficial para a Rio-92 (CIMA, 1991 e 1992), bem como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e seus documentos, evidenciam que a lógica é a de **integrar critérios ecológicos à prática econômica mercantil e liberal para acelerar o desenvolvimento.**” (LOUREIRO, 2006, p. 38, com grifos nossos)

Esse desvirtuamento é criticado uma vez que não há argumentos consistentes que apontem para justiça social e ambiental dentro de uma lógica capitalista, que tem se evidenciado como excludente e desigual ao longo da história (ACSELRAD, 2004). Neste sentido, voltamos às

⁶² Termo retirado do, site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland, em 21/12/2011, mantido pela enciclopédia livre Wikipédia.

inquietações anteriores. Soma-se a esta crítica uma delegação forçada da compatibilidade ambiental do planeta ao plano moral, exigindo de forma desproporcional a cobrança de uma conduta ambiental decente cada vez mais voltada apenas ao indivíduo, como se apenas mudanças de valores éticos e de comportamentos individuais bastassem, considerando de forma secundária os problemas estruturais capitalistas, industriais e comerciais de nossa sociedade contemporânea (LOUREIRO, 2006).

Consolida-se também nas críticas apontadas a ênfase atribuída à pobreza como geradora de mais pobreza e, conseqüentemente, de destruição ambiental, justificando assim, o crescimento econômico baseado em tecnologias limpas. Sobre isso Henrique Leff afirma que:

“A produção em grande escala que promove a globalização econômica não compensa, mediante as vantagens comparativas do comércio internacional e do mecanismo de desenvolvimento limpo, a destruição dos ecossistemas, **o sepultamento de práticas tradicionais**, a vulnerabilidade, o risco ecológico e a insegurança econômica diante dos poderes e os ziguezagues do mercado mundial. A globalização econômica acelera a apropriação destrutiva da natureza e a degradação entrópica do planeta. Nesse sentido, **a diversidade cultural e a diversificação de estilos de desenvolvimento** atuam como um princípio conservacionista que desativa os efeitos ecodestrutivos da produção em grande escala para o mercado globalizado”. (LEFF, 2006, p. 228, com grifos nossos)

Respeitando algumas críticas sobre a associação de práticas tradicionais a princípios “conservacionistas”, evitando qualquer entendimento que possa tornar essas práticas algo apropriado pelo discurso ambientalista de maneira equivocada, devemos refletir sobre essas práticas e concordar que à diversidade humana e cultural indicam haver outras formas de desenvolvimento possíveis cunhadas sobre outras matrizes socioculturais.

O problema desta constatação ocorre, como tentamos advertir, quando essas possibilidades são associadas de forma generalizada - mesmo tratando-se de coisas completamente diferentes dos desafios da “crise ambiental” -, às formas e estratégias meramente utilitaristas, servindo apenas aos fins do desenvolvimento sustentável conforme prescrito anteriormente. Acredita-se que essas práticas tradicionais de uso dos recursos realmente se colocam no plano atual como contraponto às práticas acusadas de promover a destruição ambiental do planeta e que, certamente, merecem maior atenção e valorização, mas não só por representarem benefícios ambientais. Enfatizamos que não se trata apenas disso, mas, sobretudo, por representarem a experiência viva da “diferença”.

Uma visão e uma fé estritamente tecnológica para a solução dos problemas ambientais da Terra também têm levado a sociedade moderna a desenvolver mecanismos que podem gerar dados capazes de oferecer respostas engendradas em fórmulas quantificáveis e matematicamente plausíveis aos questionamentos postos ao desenvolvimento. Em outras palavras, como resposta às indagações contrárias ao modelo liberal, o que estamos presenciando é a proliferação de inúmeros critérios econômicos, quantitativos e estatísticos

utilizados para racionalizar o uso dos recursos naturais ainda existentes. Essa busca por dados e esquemas matemáticos ambientais tem servido, na verdade, como um importante prestador de contas, que apenas tem sido capaz de justificar a continuidade do sistema mundial destruidor.

É como se as novas tecnologias, seus números e estatísticas fossem suficientes na gestão a ponto de estagnar a degradação e estabelecer padrões reais que possam garantir a sobrevivência de todos sobre a Terra no futuro, caso se mantenha o ritmo de exploração que se mantém sobre as mesmas bases produtivas. Os modelos matemáticos até podem ser capazes de maquiar dados, transformando-os a primeira vista em vantagem quantitativa global por alguma estatística. A questão que se coloca então é: Para que serve as vantagens estatísticas apresentadas? A quem ela servirá? E ainda: de que maneira as medidas legitimadas por elas afetam os mais oprimidos do mundo?

Vejamos um caso onde estratégias como esta foi implementada. Em 1992, com a realização da Rio-92, foi aceita como instrumento de implementação do desenvolvimento sustentável por cento e setenta e nove países um documento chamado de “Agenda 21”. Este documento teria como principal objetivo atingir o desenvolvimento sustentável, utilizar e implementar bases para alcançar: a preservação da biodiversidade, o manejo dos recursos naturais, a justiça econômica e social e a participação dos diferentes segmentos sociais em todos os países signatários. Caberia a cada país criar uma agenda nacional e várias outras ações específicas para atender às suas demandas locais. Embora este mecanismo reconheça a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental, é criticado por pautar-se na subordinação da população a uma “ética planetária” de salvação da espécie e da busca por soluções oferecidas pela gestão tecnológica como tabua de salvação. Neste sentido, o que este método oferece como meta é a redução de consumo de matéria e energia e não a mudança do modelo de produção, de distribuição e de consumo. Sendo assim, a Agenda 21 é criticada porque pouco pode fazer enquanto mecanismo capaz de agir diante da destinação de recursos em políticas sociais ou da necessidade de intervir na política econômica (ACSELRAD e LEROY, 1999 *apud* LOUREIRO, 2006).

Além disso, as críticas à Agenda 21 como um dos principais instrumentos para consolidação do desenvolvimento sustentável comum para o planeta estão no pressuposto de que o capital privado entra na construção de acordos coletivos para resolver os problemas ambientais, com uma suposta “boa fé”, já que essa seria uma expectativa que ignora a lógica do capitalismo que se apoia na acumulação, apropriação dos recursos naturais e exploração da mão-de-obra. Além disso, na Agenda 21 pressupõe-se haver consensos pré-garantidos entre as nações como

base para cooperação, além de prever a participação social exercida durante a elaboração das Agendas 21 que legitimariam as ações. No anseio de se construir consensos efetivos a partir de interesses diversos, este método acaba por desconsiderar desigualdades estruturais e bases materiais que situam historicamente as necessidades e os atores sociais individuais e coletivos envolvidos em seu processo.

No Brasil, essa leitura tem grande relevância quando analisada sob o aspecto dos processos democráticos, da existência de uma autocracia do poder governamental que tem transformado sua atuação no tempo (MARTINS, 1993; 1994), correndo-se o risco de ser implementada de uma forma demagógica (LOUREIRO, 2006), que além de tudo “apaga diferenças”:

“Na prática, o que se observa é um conjunto de princípios metodológicos que estão descolados da realidade social objetiva e que são utilizados livremente em cada contexto de acordo com os interesses dos atores sociais que estão à frente do processo. Assim, todos se apropriam de categorias como cooperação, participação, consenso, solidariedade, como se fossem passíveis de consensos em seus significados de modo prévio e absoluto. Isto acaba se tornando uma estratégia de despolitização da sociedade, pois cria-se uma ilusória compreensão de que todos buscam os mesmos instrumentos e meios para a melhoria das condições de vida, quando na verdade, possuem compreensões distintas e antagônicas do que vêm a ser processos democráticos e participativos, se refletindo nas distintas experiências de Agenda 21 local.” (LOUREIRO, 2006, p. 41)

Esta crença, na verdade trazida, pela ciência moderna, universal e instrumental tem se tornado cada vez menos questionável. Diante da lógica moderna, as áreas com relevante interesse ecológico – entendam-se como áreas com densa cobertura florestal – cumprem um importante papel, onde elas têm se transformado em verdadeiras fontes de “commodities da natureza” ou “passivos ambientais”, capazes de garantir dentro dos esquemas da lógica matemática de prestação de contas oficiais, reservas de biodiversidade suficiente para “impedir” a destruição do planeta. Por via de consequência, garantiria o crescimento ininterrupto das atividades produtivas do capital, conforme constata-se facilmente nas metas de crescimento dos grandes centros urbanos ou por todo o interior, que também deseja ser “desenvolvido”.

De acordo com uma estratégia mais macro-econômica, alguns sugerem que em pactos internacionais, como o “Tratado de Kyoto”⁶³, embora representem a preocupação com questões ambientais da sobrevivência humana na Terra, o que realmente encerra é outra estratégia econômica, associada a lógica interessante ao capital, consistindo no fomento das especulações comerciais sobre um novo produto: o “produto ambiental”. Em outras palavras, o fomento das atividades comerciais que se relacionam ao meio ambiente passou a ganhar maior relevância do que os possíveis resultados concretos de reversão da crise ambiental anunciada. Dai surge a ideia de “Economia Verde”, amplamente discutida na Rio +20. Essa

⁶³ Onde países e empresas desenvolvidos industrialmente devem além de se comprometerem em reduzir a sua emissão de gases nocivos na camada de ozônio, compensar a emissão de gases, investindo em projetos ambientais de países subdesenvolvidos com florestas capazes conter o efeito estufa.

inversão de valores pode ser constatada, por exemplo, diante das especulações relacionadas à idéia do marketing ecológico (como também verificado no caso da Juréia), dos créditos de carbono e da permissão à atividades danosas ao meio ambiente via sistema de compensação, entre outras práticas.

Desta forma, todas as preocupações iniciais relacionadas às questões ambientais do planeta passaram a ser incorporadas pelo sistema econômico e pelo modelo de sociedade que os causaram, subvertendo-o, de tal maneira, que ao invés de inibir práticas ambientalmente nocivas à sociedade, utilizam os mecanismos ambientais para permitir atividades econômicas consideradas ambientalmente inadequadas.

No Estado de São Paulo, podemos identificar a realização de estratégias análogas às problematizadas aqui, ao constataremos a aplicação da chamada “compensação ambiental” que está sendo utilizada como autorização para o aumento de plantio de cana de açúcar pelo interior do estado. O que causa espanto neste caso não é a utilização do mecanismo da compensação em si, mas sim a forma como isso está ocorrendo. Ou seja, trata-se de um instrumento que ameniza, de certa forma, práticas agrícolas que são conhecidas historicamente por desrespeitar completamente as legislações básicas relacionadas à proteção de nascentes, das matas ciliares e do solo - tais como a realização de queimadas. Há até em casos mais extremos, a promoção de trabalho escravo e degradante, dentre outras violências históricas relacionadas com a forma de aquisição e de uso da terra.

Como esclarecimento de como isso vem ocorrendo podemos citar o caso da elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, realizado entre março de 2010 e fevereiro de 2011. De acordo com o “Termo de Referência” público para contratação técnica, os serviços especializados para a sua elaboração seriam pagos com recursos de uma usina particular de produção de açúcar e álcool do interior paulista, vinculando-se a esta obrigação pela assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA). O documento foi firmado entre a empresa e a Secretária de Estado do Meio Ambiente. A concordância da usina com o ônus de pagar pelo serviço ocorreu no intuito de ver legalizado o licenciamento ambiental da ampliação de sua produção de álcool, cana de açúcar e energia elétrica, conforme Processo Administrativo SMA 13.713/2007⁶⁴.

⁶⁴ Este não é um caso isolado, tornou-se prática corrente e reiterada, como pode ser verificado ainda no caso do Plano de Manejo Espeleológico da gruta da Capelinha que foi elaborado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo, como parte integrante dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), no âmbito dos seguintes licenciamentos ambientais: Usina Agroindustrial “Usina Colombo”, processo SMA n. 13.565/2007; Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda., processo SMA n. 13.565/2007; Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda. - unidade Araraquara, processo SMA n. 13.562/2007, disponível em:

Ora, sabe-se que no estado de São Paulo são as usinas onde se produz cana-de-açúcar as principais infratoras das leis ambientais, sobretudo aquelas expressas no Código Florestal vigente.

Destaca-se assim que o instituto da “compensação ambiental” nasceu como uma forma para desestimular a ampliação desenfreada de atividades econômicas que pudessem causar impactos ambientais danosos à qualidade de vida humana impondo-se como uma penalidade e induzindo a uma maior responsabilidade ambiental dos empreendimentos. Todavia, a medida utilizada desta forma não está cumprindo com esperado, posto que não contribui desta forma para diminuir os efeitos da crise ambiental anunciada. Entretanto, como no caso citado, a compensação, na prática, tem tido um efeito inverso ao desejado, sendo utilizada como mecanismo de legalização de práticas insustentáveis, viabilizando o aumento de empreendimentos altamente impactantes.

No caso citado, esta sendo aplicado para permitir o aumento da produção de cana de açúcar no estado de São Paulo, atividade há muito tempo considerada controversa nos moldes que tem sido realizada: acarretando grandes queimadas e a exploração desumana da mão de obra empregada na atividade. A justificativa deste tipo de acordo estaria atrelada à idéia de desenvolvimento sustentável, que acaba se tornando um termo vago, que serve para qualquer tipo de conteúdo, inclusive os mais duvidosos, tornando supostamente “sustentáveis” usinas de cana de açúcar e álcool, e porque não, a produção de agrotóxicos. Fundamenta-se na falsa premissa de que o governo aliando-se às atividades produtivas das indústrias pautadas no uso desenfreado dos recursos naturais pode oferecer como moeda de troca à sociedade “benfeitorias” tecnológicas e medidas compensatórias em áreas geográficas onde foram criadas unidades de conservação, como se elas, por si só, fossem capazes de trazer a sadia qualidade de vida apregoada pela previsão de proteção ao meio ambiente.

Na verdade, estas áreas protegidas passam a fazer parte de um mecanismo engenhoso e eficiente do desenvolvimento econômico sustentável, assegurando a boa imagem do Estado como um ente que administra a responsabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que promove a competitividade empresarial da região perante o cenário global, atuando como parceiro das empresas.

Ocorre que às particularidades de grupos humanos encontradas em cada unidade de conservação têm evidenciado que esta estratégia gera um alto impacto cultural e ambiental

negativo, ameaçando dessa forma, a sustentabilidade da diferença étnica, cultural e ambiental em várias partes do mundo e no Brasil.

Assim, a “sadia qualidade de vida” como direito de todos, como prega a Constituição Federal de 1988 (Art. 225), é posta à venda, tornando-se mercadoria e convertida em valor monetário, mesmo se tratando de um bem socialmente difuso e indivisível que, na hipótese de poder ser vendida, todos irão sofrer o seu ônus. Contudo, nestes casos, apenas alguns, geralmente os mais pobres e outras categorias sociais desprivilegiadas, por várias razões, são os sujeitos que sofrem mais.

Como nossa análise trata em especial da situação dos povos e comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com áreas de florestas, decretadas unidades de conservação, estes veem-se submetidos diretamente às regras da política ambiental específica para tais áreas. Neste sentido, estes grupos estão sujeitos a esta estratégia perversa de compensação: tanto pela perda de sua sadia qualidade de vida, como, pela perda irreparável de condições de viver sua cultura material e imaterial, estritamente ligada a seus territórios ancestrais.

Notamos ainda que no estado de São Paulo parece existir o que chamamos de um “zoneamento ambiental”. Dentro desta lógica, as áreas com maior incidência de unidades de conservação que não permitem a presença humana são exatamente as áreas onde a população atingiu o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o maior índice de pobreza do estado - não por acaso, o Vale do Ribeira. Por outro lado, outras regiões que não dispõem de mínimas condições que garantem o acesso ao meio ambiente equilibrado necessário à sobrevivência humana, padecendo de recursos básicos - tais como água de boa qualidade e com pouquíssimas áreas verdes -, recebem despropositais estímulos econômicos para o crescimento. Este fato é constatado, por exemplo, na região de Campinas e em boa parte do rico interior paulista.

Ou seja, a relação ambiente-sociedade é totalmente desequilibrada no Estado de São Paulo, assim como é a relação econômica. Como o Vale do Ribeira, dentre as regiões do Estado de São Paulo, é historicamente a região menos próspera no desenvolvimento de atividades produtivas e com insuficiente desenvolvimento de infraestrutura básica, é provável que na atualidade tenha sido relegado à Região a função de servir de “passivo ambiental” capaz de conferir a credencial de “responsabilidade ambiental” aos projetos de desenvolvimento do Estado como um todo. Fato é que em certas regiões do Estado, praticamente, tudo é permitido ambientalmente, ao passo que em outras, não. Novamente temos um descompasso entre os preceitos iniciais reivindicados pelos ambientalistas e as práticas dos órgãos ambientais de acordo com as estratégias do desenvolvimento sustentável.

O “zoneamento ambiental” no estado em questão se institucionaliza através de diversas medidas, podendo ser dado como exemplo o caso do “ICMS Ecológico” ou “verde”, citado no início do capítulo 4. Verificando dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e pela Coordenadoria de Planejamento do Estado de São Paulo, constata-se que o município de Iguape, onde se localiza a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, recebeu somente no exercício de 2010, o valor de R\$ 4.988.954,29 Milhões de Reais. Se estendermos essa conta para todo o Vale do Ribeira, chegamos a um repasse de mais de R\$ 32 Milhões de Reais no mesmo ano.

Como vimos, tal recurso é obtido da reserva de parte da arrecadação do ICMS dos municípios que não têm em seu território unidades de conservação, sendo dividido o total arrecadado anualmente entre os municípios que têm unidades de conservação em seu território. Dependendo do tamanho da unidade de conservação e do seu grau de restrição, o município que a detém recebe maior ou menor repasse monetário. A julgar pelo fato de o valor ter crescido em Iguape - em 2001, recebia algo entorno de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e hoje, recebe quase 5 milhões -, podemos deduzir que a movimentação de produtos no restante do Estado cresce em escala galopante. Esse repasse que visa basicamente compensar tais municípios pela existência de áreas protegidas ambientalmente em seus territórios, consideradas improdutivas, que passam a ser administradas diretamente pelo Governo do Estado, não associa políticas ambientais à melhoria da qualidade de vida de sua população, e sim, garante o aumento da produção econômica.

O problema identificado em tais repasses agrava-se quando constatamos que a existência da maioria dessas áreas protegidas pelas quais os municípios recebem não é legalmente compatível com a presença humana, colocando os seus moradores e comunidades na condição de “ilegais”, criminalizando suas práticas e tradições. Tal estratégia transforma a força do Estado de São Paulo, através da cooptação econômica dos municípios, na principal força opressora aos “modos de criar, fazer e viver” dos povos e comunidades tradicionais existentes no Vale do Ribeira, acatando desta forma, apenas às demandas de agentes externos e alheios à realidade regional e, além disso, ferindo a um bem protegido em nossa Constituição Federal em nome do Capital.

Desta forma, os municípios e suas instituições que deveriam ser os agentes públicos mais próximos dos cidadãos locais, afastam-se de suas demandas por temerem perder receitas administrativas que chegam por conta desta estratégia. Como exemplo disso, notamos que no município de Barra do Turvo que abriga cerca de 2/3 do Parque de Jacupiranga e agora do Mosaico, houve grande resistência dos políticos da cidade em aceitar as reivindicações dos

moradores em ver a unidade de conservação recuada de seus territórios, porque é do ICMS “ecológico” que provem a maior arrecadação do município na atualidade.

Soma-se a essa situação problemas de representatividade política e de poder centralizado em uma elite na maior parte das cidades interioranas brasileiras, onde a reivindicação dos povos e comunidades tradicionais não é pautada nas mesmas necessidades destes grupos, o que fortalece a oposição cidade X campo presente na constituição destas cidades, conforme evidenciado no capítulo 3, tornando as reivindicações dos grupos atingidos pelas unidades de conservação uma demanda sem interesse para os poderes políticos locais institucionalizados.

O que fica evidente é o conflito entre conceitos, práticas e interesses nas relações ambientais. Essa constatação reforça os argumentos de Acselrad (2004) de que parece ter havido uma desconsideração do processo social responsável pela construção da noção de “crise ambiental”. Influenciada pelo positivismo, tal ideologia foi adotada no mundo moderno, pois a “crise ambiental” baseia-se atualmente apenas na perspectiva de um colapso na relação quantitativa entre população e território, além do crescimento econômico material e a base finita de recursos. Com isso, o meio ambiente passou a constituir um bem, sem sujeito para defendê-lo, inaugurando uma disputa ideológica de poder por esta representação. Construiu-se a partir desta base ideológica uma “unidade total de sujeitos” (“ambientalistas” ou “socioambientalistas”) que fala em nome do meio ambiente único, protegendo-o do “individualismo possessivo” e com desejos sem limites que ameaçam assim o sistema internacional pela escassez de recursos materiais em países em desenvolvimento. Para Acselrad, tal leitura seria totalmente descolada das dinâmicas das sociedades e das culturas também envolvidas nesta relação (ACSELRAD, 2004).

Essa leitura descolada das dinâmicas das sociedades e das culturas teria afetado diretamente formas ancestrais de convivência dos grupos culturalmente diferenciados e de manejo sustentável da natureza exercido por eles, onde:

“...os desastres naturais, se converteram nos últimos anos em um “motivo de força maior” que tem **obrigado as comunidades indígenas e camponesas a abandonar suas práticas milenares de uso do fogo no sistema de roça queimada**, muitas vezes acusadas de serem as causadoras dessas tragédias “ecológicas”. Seria mais justo reconhecer que o aquecimento global do planeta – que não foi gerado em primeira instância pelos povos indígenas e populações locais e para o qual contribuem em menor escala – tornou mais vulneráveis suas economias e mais arriscadas suas práticas, **constrangendo suas opções para um desenvolvimento sustentável** autônomo em relação às estratégias globais do desenvolvimento sustentado.” (LEFF, 2006, p. 154, com grifos nossos)

Na Mata Atlântica brasileira e no Estado de São Paulo, em última análise, tais constrangimentos citados por Leff também ocorrem. Desconsideram-se as práticas tradicionais para a implantação desse modelo de desenvolvimento, expõem-se os diversos

grupos tradicionais às determinações do gestor de cada unidade de conservação que, mesmo ignorando novas legislações, dispõe de poder para permitir ou não o que lhe convém, consolidando-se como verdadeiros “coronéis” dentro dos limites de cada unidade de conservação, desde que garantam a execução do projeto oficial ao qual servem.

Embora no Brasil a criação das chamadas unidades de conservação iniciou-se principalmente a partir da década de 1960, em linhas gerais, essa concepção naturalista de criação de reservas surgiu bem antes, no século XIX nos Estados Unidos. Objetivando, sobretudo, proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial, pautou-se sobre a realidade de uma sociedade plenamente capitalista, onde a ideia fundamental desse modelo de áreas protegidas baseava-se na necessidade de preservar porções da natureza em seu “estágio originário”, sem a intervenção humana, que serviria como lugar para recarga de energias materiais e espirituais, bem como, fonte biológica de pesquisas, difundindo-se dessa forma por todo o mundo na modernidade (DIEGUES, 1998).

Entre as décadas de 1970 e 1980 foram criadas cerca de 2.098 (duas mil e noventa e oito) unidades de conservação de caráter nacional em todo o mundo, chegando a 7.000 (sete mil) unidades de conservação e tornando cerca de 5% da superfície terrestre do planeta ambientalmente protegida - incluindo nesse cálculo não somente áreas nacionais, mais também, de Províncias, Estados, Municípios e particulares. Segundo orientações do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), o ideal seria transformar 10% da superfície da Terra em unidades de conservação. Impulsionado pela rápida devastação das florestas e pela perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques naturais, essa estratégia transformou-se em uma forma eficiente para captação de ajudas financeiras externas pelas elites dominantes dos países do “Terceiro Mundo” (DIEGUES, 1998).

A criação de unidades de conservação no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, ocorreu em pleno regime militar, desenvolvendo também, e até preponderantemente, um papel de contrapartida nas relações econômicas atendendo as orientações mundiais:

“Para contrabalancear os efeitos ecológicos das atividades de grandes programas governamentais, como as do Programa de Integração Nacional (PIN), que previu a implantação de quinze pólos de desenvolvimento minerometalúrgico e de agroindústria, na década de 70, em grande parte por exigência do Banco Mundial, o Governo previu igualmente uma série de unidades de conservação ambiental (parques e reservas)”. (Diegues, 1998, p. 133)

Como podemos perceber com a relação à guerrilha instalada no mesmo local onde foi criado o Parque de Jacupiranga, embora os princípios da conservação ambientalista não fizessem parte das principais preocupações dos generais que assumiram o país após o golpe de 1964, estes

atribuíram ao assunto uma atenção estratégica, associando a proteção de algumas áreas através da criação de unidades de conservação também à concepção de “segurança nacional”.

Waren Dean (1996) comenta o seguinte a respeito:

“Para os generais, essa doutrina era quase um imperativo religioso, que nem toda a descrença dos civis tornava menos imperiosa. A destruição da floresta foi diversas vezes tema na Escola Superior de Guerra das Forças Armadas, onde cientista civis eram convidados a proferir palestras sobre o assunto e onde oficiais estudantes e civis simpatizantes estudavam o problema. Os generais desejavam racionalizar o comércio de madeira a fim de colocar as exportações em uma base sustentável, mas também concebiam as florestas como garantia da “integridade territorial” do Brasil. Isso pode parecer estranho, porque as Forças Armadas, desde tempos imemoriais, têm preferido planícies sem árvores para operar, especialmente nas fronteiras nacionais, mas os generais ainda sentiam o ímpeto das idéias nativistas de Alberto Torres, cujo apelo às “fontes da vida” ecoava na Escola Superior de Guerra.” (DEAN, 1996, p. 303)

O movimento ambientalista nacional naquele momento, início dos anos de 1970, era composto por grupos de uma classe média urbana, crescente e com hábitos novos - como a observação de pássaros, o cultivo de orquídeas, o desenvolvimento de excursões e visitação a cavernas e praias paradisíacas. Estes grupos eram compostos por sujeitos bem instruídos e conscientes dos custos do desenvolvimento econômico. Criando e compondo organizações como a Sociedade Ornitológica Bandeirante, a Sociedade Ornitológica Mineira, a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - filiada à União Internacional para Conservação da Natureza, entre outras instituições internacionais como a Fundação Biodiversitas, Funatura, Pronatura e etc. Eles assumiram a defesa dos parques nacionais, dando em parceria, lugar em seus colegiados a cientistas que trabalhavam junto à burocracia (DEAN, 1996; DIEGUES, 1998).

Para Waren Dean (1996) embora houvesse a diálogo entre estes grupos e o governo, eles realizavam um “conservacionismo” deturpado, por não serem nem vinculados a interesses políticos de esquerda, nem aliados dos políticos da direita. O autor considera que por comporem um seletivo grupo com estabilidade econômica e por serem cultos, assumiam uma posição de olharem ambos os lados políticos sem simpatia, uma vez que se irritavam tanto com a corrupção e a prepotência dos ricos e militares, quanto se assustavam com a ignorância e volubilidade dos pobres. Já para Diegues (1998), esses grupos representavam de alguma forma um movimento crítico ao modelo econômico brasileiro, embora não fossem perseguidos e combatidos pelo Governo autoritário do regime militar, como os partidos políticos, sindicatos e grupos considerados de esquerda.

Diegues (1998), inclusive, é um dos primeiros autores a ressaltar que as preocupações relacionadas à “conservação do mundo natural” e voltados à proteção da biodiversidade através da estratégia das unidades de conservação, ao invés de fornecer melhorias ambientais ao mundo, despertaram inúmeros problemas de caráter político, social e econômico por

diversos aspectos. Primeiro, porque a recomendação para a criação de áreas protegidas com alto grau de rejeição humana, onde não se permite sequer a presença de comunidades tradicionais (como estações ecológicas, reservas biológicas e parques), deflagra um grande grau de incompatibilidade com as áreas pretendidas para a sua implantação no Brasil. Depois, porque a pressão mundial para a criação dessas áreas protegidas em todo o mundo gerou grandes impactos na política fundiária e territorial pressionando os países subdesenvolvidos da Ásia, África e na América Latina a atingir o percentual de 10% (dez por cento) dos seus territórios como unidades de conservação, buscando atingir as metas fixadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) - ainda que os principais proponentes desta idéia, como os Estados Unidos e países da Europa tenham, respectivamente, 2 e 6% dos seus territórios como parques nacionais.

Para Diegues, a imposição dessa tendência ambientalista segue sem se propor uma discussão mais séria quanto a outras estratégias importantes para a manutenção da vida na Terra. É o caso da discussão sobre a crise alimentar nos países de Terceiro Mundo, dificultando, por exemplo, a aplicação da Estratégia Mundial para a Conservação da UICN (1980), que propõe aos países pobres a reserva de suas terras agricultáveis para a agricultura, fazendo com que os Governos sejam induzidos a não avaliarem corretamente os custos ambientais e sociais da expansão das áreas protegidas. Por último, o autor alega que a criação destas áreas geram a expulsão de populações tradicionais de seus territórios ancestrais, indígenas ou não, promovendo através de ações do Estado a perda de “*etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural*” (DIEGUES, 1998, p. 18)⁶⁵. A constatação e aumento destes problemas fizeram emergir diversas críticas a esta estratégia pelo mundo.

No Brasil, podemos dizer que a partir de 1988, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, iniciou-se uma segunda fase de sua implementação, evidenciada, sobretudo, após o ano de 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei no. 9.850 de 2000 que, tentando dar alguma resposta aos questionamentos feitos aos impactos sociais causados pela criação dessas áreas, previu medidas que minimizassem as críticas, tais como: a obrigatoriedade de consultas públicas na elaboração de projetos de lei para criação de novas unidades de conservação, objetivando a garantia da participação popular em seu

⁶⁵ Estimativas das Nações Unidas apontam que existem cerca de 300 (trezentas) milhões de pessoas nesta situação distribuídas por setenta países, em ecossistemas que vão desde savanas, florestas e regiões polares, cobrindo cerca de 19% (dezenove por cento) da superfície terrestre, em lugares isolados ou considerados ecossistemas frágeis (DIEGUES, 1998).

processo de elaboração; e a incorporação de categorias de áreas protegidas de uso sustentável, ou seja, áreas protegidas que permitem a presença humana.

A partir deste momento há também o aumento da visibilidade e do prestígio dos povos e comunidades tradicionais, através de algumas previsões de proteção da diversidade cultural e de seus territórios. Junto a essas novas possibilidades institucionais também verifica-se o surgimento de uma releitura destas relações, já que em muitos casos, há uma franca sobreposição entre territórios étnicos, culturais e áreas protegidas. Frente à forma paradoxal com que é vista a ocorrência simultânea de interesses de proteção de recursos naturais e da cultura dos povos e comunidades tradicionais nestas mesmas áreas geográficas, e as dificuldades da gestão de ambos os interesses dentro das estruturas governamentais, torna-se um desafio analisar estes conflitos dentro também do contexto das recém-criadas políticas de ação afirmativa que visam resguardar a diversidade étnica e cultural no Brasil.

Com a reabertura política no Brasil, processo iniciado por volta de 1984, os chamados povos e comunidades tradicionais, mesmo tendo sido submetidos a pressões históricas anteriores, passaram a exercer maior oposição à sua expulsão de seus territórios ancestrais - seja pela especulação imobiliária, seja pela criação de áreas protegidas. Essa oposição expressou-se através da criação de movimentos sociais que adquiriram formas diversas.

Diegues (1998), ao analisar os movimentos que viriam a exercer certa influência nas relações homem-natureza nas áreas protegidas, os classifica da seguinte maneira: (a) movimentos locais espontâneos, (b) movimentos locais tutelados pelo estado, (c) movimentos locais com alianças incipientes com ONGs, e (d) movimentos locais com inserção em movimentos sociais amplos, sendo que as duas últimas formas de movimentos foram as que mais contribuíram para o estabelecimento de novas relações entre os povos e comunidades tradicionais e as políticas ambientalistas através da estratégia das unidades de conservação.

Dentre os “movimentos locais com alianças incipientes com ONGs” o caso da criação da Estação Ecológica de Mamirauá (AM) criada em 1990, merece destaque. Por ser uma unidade de conservação restritiva à presença humana em sua concepção conceitual, a área com 1.124.000 hectares criada primordialmente para a proteção de terras inundáveis, localiza-se entre os rios Japurá e Solimões no estado do Amazonas, onde moram 4.500 ribeirinhos, espalhados em cinquenta pequenas comunidades que vivem da pesca, da caça e do uso da floresta. Esta unidade de conservação é administrada por uma instituição denominada Sociedade Civil Mamirauá que conta com o apoio de várias organizações não-governamentais ambientalistas internacionais. Contrariando as determinações legais da concepção conceitual deste modelo de unidade de conservação, a sua administração - em uma atitude que parece

muito justificada pela questão logística - decidiu manter os moradores tradicionais no seu interior, ou pelo menos não criou obstáculos a sua permanência. Considerando que se trata de uma área muito grande, que durante os períodos de cheia é inundada em milhões de hectares dificultando a realização de atividades administrativas, inclusive a sua fiscalização, podemos perceber na fala de um de seus administradores, que passou-se a dar grande importância aos moradores dentro da estratégia de gestão traçada para a unidade de conservação:

“É com o objetivo de estabelecer as bases do manejo bem como a proteção da biodiversidade da várzea que estamos desenvolvendo o projeto de implantação da Estação Ecológica Mamirauá com ampla **participação das comunidades** que vivem na reserva e sua área de influência direta. Há muita discordância, por parte dos conservacionistas mais radicais, quanto ao fato de que as populações humanas sejam mantidas numa reserva deste tipo. Acreditamos que não há nenhuma possibilidade de sustentação política de longo prazo para uma reserva deserta de pessoas na várzea, cuja importância na economia regional é relativamente grande. Além disso, manter as populações ribeirinhas será, neste caso particular, um aumento expressivo de fiscalização que hoje não poderia ser atendida de maneira eficiente pelos órgãos federais competentes. A preservação da biodiversidade, se não incluir a promoção e preservação da vida humana digna se torna sectarismo ecológico, fadado à acusação de preterir a espécie humana e adotar uma concepção estreita de natureza a ser preservada.” (AYRES, 1993 *apud* DIEGUES, 1998, p. 142, com grifos nossos)

Em 1996, em Mamirauá, estávamos diante da criação de uma nova categoria de unidade de conservação voltada para uma leitura técnica das especificidades em torno das ocupações humanas nas florestas brasileiras, que passaria a integrar o rol das categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme a Lei Federal nº 9.985 a partir de 2000, como “Reserva de Desenvolvimento Sustentável” (RDS). Considerada esta a grande contribuição daquele movimento pioneiro em Mamirauá.

Nesta categoria, a grande novidade é a possibilidade da presença humana no interior da área protegida. Além disso, diferentemente do estabelecimento de “planos de manejo” imposto por cientistas e tecnocratas, nestas áreas deveria ser observado um prazo maior para o estabelecimento de mecanismos de manejo. As equipes de trabalho também deveriam ser compostas por cientistas sociais, construindo a gestão com amplo e contínuo diálogo com as populações locais, valorizando mais o processo de tomada de decisões coletivas do que os objetivos rígidos da conservação (DIEGUES, 1998).

Por seu lado, os “movimentos locais com inserção em movimentos sociais amplos”, seriam aqueles que lutam em causas que congregam um significativo número de comunidades e movimentos sociais, organizações não-governamentais nacionais e internacionais, ambientalistas ou não. Geralmente estes movimentos foram iniciados na década de 1970, adquirindo grande visibilidade na década de 1980. Como exemplo, temos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MOAB), que luta contra a construção de grandes barragens, defendendo os territórios de uso comum e a permanência das populações locais, sendo este

inclusive um movimento atuante na região investigada, por lutar contra projetos de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape que ameaça os territórios de comunidades quilombolas e de agricultores familiares no Vale do Ribeira.

Um segundo exemplo desse tipo, que trouxe consequências diretamente relacionadas a este trabalho é o Movimento Nacional de Seringueiros, que surgiu na década de 1970 e transformou-se no Conselho Nacional de Seringueiros em 1985. Este movimento tinha como estratégia a criação de “Reservas Extrativistas” como forma de garantir a posse efetiva da terra frente aos “novos proprietários” que insistiam na derrubada da floresta amazônica, ameaçando sua principal atividade econômica que se dava com a extração do látex, bem como, prejudicava a realização de outras atividades extrativistas (como a coleta da castanha e da pupunha), além da realização da agricultura itinerante e da caça. A forma característica de ação desenvolvida por este movimento para conter a derrubada da floresta foram os “*empates*”, organizações que dispunha os seringueiros posicionados frente às máquinas evitando o seu avanço. Em 1986, englobando e solidarizando-se também com as lutas das populações indígenas e das comunidades atingidas por barragens, nasce a “Aliança dos Povos da Floresta”, movimento que realizou esforços e protestos conjuntos contra a construção da hidrelétrica do rio Xingu. A proposta das Reservas Extrativistas (RESEX) sustentadas por este movimento ganhou notoriedade internacional após o assassinato do líder Chico Mendes, em 1988, sendo a primeira criada no mesmo ano, sob as seguintes características:

“Denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.” (IEA, *Plano de Trabalho*, 1989 *apud* DIEGUES, 1998, p. 147)

As reservas extrativistas constituíam áreas administradas comunalmente. As terras não poderiam ser vendidas ou ter outros usos que não os agroflorestais, permitindo o desmatamento para áreas de agricultura de subsistência, que correspondia a cerca de 2% da superfície da reserva. Importante é destacar que inicialmente esta categoria comunitária de uso da floresta era designada como um “Projeto de Assentamento Extrativista”, como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Incra (Portaria n.º 627/Incra), passando em 1990 a ser entendido como uma unidade de conservação submetida ao IBAMA (Decreto Governamental n.º 98.897) e consequentemente integrando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a partir de 2000.

Sobre esses dois exemplos, que culminaram na criação dos novos modelos de unidades de conservação, podemos dizer que eles se aproximam conceitualmente e na prática por serem

ambos classificados como de “uso sustentável”, além de permitir e contemplar a presença humana de “população tradicional”. Porém, as denominadas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX), diferenciam-se pelos seguintes aspectos: enquanto as primeiras surgem como uma alternativa proposta por ONGs, cientistas e “movimentos ambientalistas”, como uma solução utilitarista que acreditava que a presença humana poderia ser útil para os planos de gestão e de fiscalização em unidades de conservação implantadas, quase sempre, em áreas extensas, as Reservas Extrativistas nasceram como demanda dos movimentos sociais oriundos dos próprios povos e comunidades da floresta, como uma maneira de conter o avanço de atividades econômicas regionais que acabariam com a floresta e, conseqüentemente, com os recursos necessários para existência e reprodução dos grupos comunitários abrangidos. Esta diferença é considerada muito significativa, determinando inicialmente os propósitos aos quais serviriam cada uma dessas unidades de conservação.

Enfatiza-se ainda que o fato das Reservas Extrativistas terem deslocado o seu âmbito de discussão e de tutela inicialmente amparado pelas políticas agrárias (INCRA), passando a ser na atualidade de competência de órgãos estritamente ambientais (IBAMA ou outros órgãos públicos dos governos estaduais e/ou municipais), sofreu uma aplicação desfigurada do sentido que lhe deu origem junto aos movimentos dos povos da floresta, ao serem implantadas em outras localidades do país. Talvez os equívocos sobre esse conceito também sofra interferências devido a grande descontextualização histórica e às diferenças regionais das regiões onde são implantadas. É o que se verificou no caso investigado no Mosaico de Jacupiranga, narrado no capítulo 4 deste trabalho.

Preliminarmente, com base no que foi visto desde a história colonial até a recategorização de unidades de conservação no Vale do Ribeira, acreditamos que estes povos e comunidades tradicionais passam por um longo processo de etnocídio, similar a processos estudados pelo antropólogo mexicano Bartolomé (2006) em outros países latino-americanos.

Na atualidade, a única possibilidade de aceitação oficial da existência desses grupos nas proximidades das áreas nucleares de interesse para a estratégia do desenvolvimento sustentável traçada pelo Governo de São Paulo é em uma condição “utilitarista”: como “guardiães da natureza” - como previsto em Mamirauá. Isso implicaria em submeter não só a importância histórica desses povos, seus conhecimentos, suas práticas, técnicas, como o significado da sua diversidade humana, suas lógicas próprias aos princípios e anseios ambientalistas nestas áreas. Seriam assim apenas úteis como fiscais e/ou como auxiliares para

o manejo florestal, sendo submetidos aos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Assim, em função da categoria de unidade de conservação em que habitam, devem responder ao gestor de área, que na maioria das vezes se revela um fiscal eficiente das leis ambientais, mas que não compreende e não domina aspectos humanos relacionados à proteção do patrimônio cultural paradoxalmente sob o seu domínio.

A falta de entendimento dos conceitos relacionados a essas novas categorias de unidades de conservação (RESEX e RDS), aliados à falta de uma percepção mais ampliada dos problemas que elas visavam solucionar, causaram inúmeros equívocos em sua implantação no Sudeste, principalmente em São Paulo. Talvez isso tenha ocorrido pelas diferentes realidades políticas em torno de disputas, e pelas peculiaridades que cercavam o processo de construção original destes conceitos e que não se verifica na região investigada.

Quando estas questões emergiram na região Norte do país, na década de 1980, ocorreram muito em consequência das lutas travadas por movimentos populares, do qual Chico Mendes foi um grande expoente em nível nacional e internacional. Aquele líder não era apenas um “apoiador das causas ambientais”, tampouco, apenas um sindicalista, mas um integrante dos mais combativos movimentos populares na época: o dos seringueiros. A criação de conceitos novos por intelectuais que acompanhavam o movimento e as discussões diretamente com órgãos de alto escalão do Governo Federal, inclusive, da própria Presidência da República, naquele momento garantiram que os anseios das comunidades daquela região fossem atendidos em sua integralidade, atingindo os objetivos perseguidos pelos grupos envolvidos.

Enquanto isso, em São Paulo, a situação era bem diferente. Aquela primeira geração do movimento ambientalista, citada por Dean (1996) e por Diegues (1998), que teria se organizado no mesmo período em que estava consolidada a ditadura militar no país, perdia força e era substituída por novos atores ambientalistas. Os integrantes desse novo movimento se intitulam militantes de esquerda, que lutaram contra a ditadura e que encontraram no “ecologismo” uma maneira de provocar questionamentos políticos mais abrangentes, relacionados aos projetos e as metas governamentais (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

Para entender como essa segunda geração de ambientalistas paulistas (aqueles que atuaram no caso da Juréia) se organizaram a ponto de atingir a hegemonia do movimento ambientalista paulista, rememoremos os projetos em curso no Brasil daqueles tempos e qual foi a sua forma de atuação. De acordo com os dados de Caixeta de Queiroz (1992), o governo militar, cumprindo com o plano desenvolvimentista contido no “Programa de Integração Nacional” com o objetivo de ocupar os espaços vazios e de promover o desenvolvimento acelerado do

Sudeste, promoveu a abertura da rodovia Rio-Santos em 1972, objetivando explorar a região litorânea ao norte do estado de São Paulo que era considerada prioritária para o desenvolvimento turístico pela EMBRATUR.

A realização desta obra levava em conta o projeto TURIS, contratado pelo Governo Federal junto a empresa francesa “SCET internacional”, que mapeou as possibilidades de exploração do turismo ao longo desta estrada, dividindo-a e recomendando a exploração das praias segundo três categorias distintas, separando as praias mais bonitas aos turistas mais ricos. Embora o projeto, como previsto, não tenha sido executado, influenciou as opções de desenvolvimento turístico de todo este trecho do litoral (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

Influenciados pelo projeto TURIS, em 1973, o governo militar forneceu incentivos à multinacional ADELA (Atlantic Community Devepment Group for Latin America) para que ela comprasse uma região no litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Parati, visando desenvolver o turismo na região. Para isso, a empresa teria que desocupar um vilarejo praiano chamado Trindade. Após tentativas frustradas de aquisição amigável das terras dos moradores, que são pescadores caiçaras, a multinacional passou a utilizar da violência, da intimidação, de ações judiciais e de alianças com os políticos e com os governos municipais e estaduais para atingir os seus objetivos (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

A situação vivida pelas comunidades caiçaras de Trindade passou, a partir de 1973, a obter a solidariedade de alguns jovens turistas de São Paulo, que costumavam freqüentar essa praia na época. Em conjunto, os moradores e os turistas da capital tentaram buscar apoio das autoridades políticas do local e de alguns militares. A situação agravou-se em 1978, quando foi emitida uma ordem judicial para o despejo dos moradores. A esta altura, graças a alguns turistas que apoiavam os moradores ligados à mídia, o caso já havia ganhado projeção na grande imprensa do país, aumentando consideravelmente a solidariedade das pessoas de São Paulo com as comunidades de Trindade.

Neste contexto, surge a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), uma entidade ambientalista que conseguiu atuar contra os planos do Governo Federal militar, ou porque, na proteção do meio ambiente, se colocava a favor de uma questão acima dos interesses de classe, declarando-se, assim como outras organizações ecológicas nesse momento, como “apartidárias” ou “apolíticas” (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992), ou porque se tratava de uma classe média alta, paulistana, que tinha contato direto com pessoas influentes ligadas a oligarquia ou ao governo paulista, ou ainda porque aproveitava-se da visibilidade obtida, graças à proximidade com pessoas ligadas a grande imprensa da cidade de São Paulo.

No início de suas articulações, a SDLB promoveu, em prol dos moradores de Trindade vários shows na cidade de São Paulo, caravanas, denúncias na imprensa, além de confrontos diretos com a empresa ADELA, por meio de sua assessoria jurídica. Ocorre que depois de várias vitórias que frearam as iniciativas de retirar os moradores de Trindade, apareceram conflitos entre os integrantes da SDLB e os caiçaras de Trindade. Os conflitos basicamente ocorreram porque a maioria dos moradores de Trindade, após saberem que integrantes do movimento ambientalista estavam ganhando terras na região, resolveu aceitar também um acordo proposto pela multinacional ADELA, que cederia uma faixa de terra para o trabalho e moradia dos moradores e, em troca, estes não mais moveriam ações na justiça e não ofereceriam mais resistência e confronto contra os projetos da empresa. Esta decisão da comunidade contrariou alguns militantes da SDLB que não viam mais sentido para sua atuação, dissolvendo-se informalmente em 1979 (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

Com o fim da SDLB, a principal entidade que desenvolvia trabalhos em Trindade era a Igreja Reformada da Holanda, através de projetos financiados pelo Fundo Samoel. As ameaças da multinacional ADELA só findaram após denúncias internacionais do Fundo Samoel. A empresa vendeu então sua área à empresa nacional Cobrasinco, que firmou um novo acordo com os moradores em 1982, dando aos caiçaras o direito de posse de uma área para moradia e para o trabalho, onde até o presente momento permanecem.

Assim, é o “caso de Trindade” que marca o aparecimento de um movimento ambientalista mais atuante na cidade de São Paulo, que formou um quadro de ativistas que participaram mais tarde da criação de diversas entidades e de movimentos, tais como a Associação em Defesa da Juréia (1986) e a S.O.S Mata Atlântica (1987), além de comporem órgãos do Estado de São Paulo ligados ao meio ambiente, como a antiga SUDELPA e a atual Secretaria Estadual do Meio Ambiente, exercendo cargos públicos, em alguns casos, até o presente momento.

Ao estabelecermos diferenças entre as atuações dos movimentos sociais e ambientais do Norte do país e ambientalistas de São Paulo em torno dos conflitos envolvendo as reivindicações das comunidades tradicionais, notamos que o “caso de Trindade” é determinante para identificarmos as diferenças nas atitudes perante estes conflitos, quando as intervenções são realizadas pelo governo paulista a partir da década de 1980.

Enquanto no Norte, principalmente no Acre, os movimentos das comunidades buscam através de uma relação direta com os autos escalões do Governo Federal a proteção institucional de órgãos ligados à regularização fundiária, como o INCRA, sendo atendidos contra a especulação imobiliária, mesmo que suas estratégias também apelassem à questão ambiental,

em São Paulo, a partir de 1982, os ambientalistas passam a assumir o poder de falar sobre áreas onde estavam as comunidades tradicionais e as florestas em nome da proteção ao meio ambiente. O problema é que estes “ambientalistas” que haviam se reunido inicialmente em torno de uma questão social (o direito à posse e ao uso dos recursos naturais pelas comunidades em Trindade) mudaram sua estratégia tratando destas áreas apenas como de interesse essencialmente ambiental.

O movimento ambientalista passou, a partir deste momento, até com certo ressentimento contraído do caso de Trindade, a utilizar a legitimidade do tema ambiental enquanto uma demanda social, utilizando-o apenas no discurso em defesa da preservação e da conservação da natureza (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

A cooptação de integrantes deste movimento ambientalista pelo governo Montoro, associando-se a algumas eventuais atritos que estes tiveram com os moradores tradicionais de Trindade, fez com que o movimento ambientalista paulista se desvinculasse de qualquer solidariedade com a responsabilidade social e agrária. Sua preocupação, a partir deste momento, passa a ser com aspectos jurídicos e institucionais, tornando-se interlocutores privilegiados das agências estatais na resolução das questões das políticas públicas ligadas ao meio ambiente, adotando um discurso fundamentado em considerações de ordem técnico-científica e jurídica que institucionalizou o movimento ambientalista. Houve ainda uma profissionalização das suas práticas sociais utilizadas também como estratégias junto à iniciativa privada, onde estes grupos passaram a atuar em parceria com empresas, como demonstrado no caso da Juréia, no capítulo 4. 2..

“Com acesso amplo à mídia, trabalho em conjunto com agências estatais, profissionalização do movimento e apoio empresarial[...]personagens que se reuniram mais tarde na diretoria e no conselho da SOS Mata Atlântica: empresários, jornalistas que ocupam cargos importantes nos maiores jornais do estado (“Folha de São Paulo” e “Estado de São Paulo”), ex-diretores de órgãos públicos federais (como Paulo Nogueira Neto da SEMA e José Pedro de Oliveira Costa do CONSEMA e SMA-SP) e destacados ambientalistas como Fábio Feldman e João Paulo Capobianco.” (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 81)

O movimento ambientalista reconfigurado que passaria a compor e influenciar os órgãos ambientalistas paulistas não romperam com a lógica estabelecida pelo governo militar, no que se refere à forma de criação e de gestão de áreas protegidas. Mantendo-se as mesmas características e estratégias, para criação e gestão de unidades de conservação no Vale do Ribeira, como resultado de uma transição em parceria entre governo militar, governo da redemocratização e movimento ambientalista. Essa abordagem permite que hoje se questione afirmações difundidas por integrantes e simpatizantes do movimento ambientalista em São

Paulo, como as de Juliana Santilli (2005)⁶⁶, que alega que os ‘movimentos socioambientais’ nascem da junção incondicional entre ‘movimentos sociais’ e ambientalistas. Para a autora, o “socioambientalismo” subentende e abrange os interesses das comunidades tradicionais - a exemplo da “Aliança dos Povos da Floresta na Amazônia” -, afirmando que pelo fato de o conceito “socioambiental” ser transversal, representa uma interface entre biodiversidade e sociodiversidade.

A autora, ao ir mais longe, diz que tal movimento “socioambiental” teria sido influenciado pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade e, por isso, teria a competência para abordar as questões relativas aos povos e comunidades tradicionais. Considera, segundo essa visão, que *“os bens ambientais são gêneros, do qual os bens culturais e naturais são espécies”*, alegando que *“a constituição adotou uma concepção unitária do meio ambiente que compreende tanto os bens naturais quanto os bens culturais”* (SANTILLI, 2005, p. 71-70).

Entendemos, no entanto, que Santilli (2005) pode ter mencionado a união entre o movimento “socioambiental” e os “movimentos sociais” referindo-se a um momento histórico de luta e euforia pela redemocratização do país em meados dos anos 1980. Tal confusão estabelecida pela autora em nível nacional pode ter sido causada pela grande repercussão internacional da criação da “Aliança dos Povos da Floresta”, movimento do Norte do Brasil (Acre/Amazônia) melhor relatado anteriormente e que tinha como grande líder político o ativista e líder dos seringueiros Chico Mendes.

É sabido que Chico Mendes conseguiu importantes aliados internacionais à causa dos povos da floresta - entre eles, representantes do movimento ambientalista paulista -, solidariedade que certamente ao longo do tempo também foi endossada no período de transição democrática do Brasil, pelos designados “ambientalistas” da região Sul e Sudeste de todo o país. É bem diferente, contudo, afirmar que todos os movimentos confluem de forma incondicional para o que ela chama de “movimento socioambiental” existente hoje no Brasil, uma vez que já desmistificamos características de interesses que distingue o movimento ambientalista nacional e o discurso internacional de proteção ao meio ambiente, principalmente em seu papel de não se colocar na posição contrária ao sistema liberal. Mostra-se, contudo, que o movimento internacional é mais consciente e disposto a resolver desigualdades sociais do que o movimento nacional, que ao contrário, teve a participação de vários de seus integrantes em relações estreitas com o Governo Militar no período de redemocratização, promovendo ações

⁶⁶ Promotora de Justiça do Distrito Federal e sócia fundadora do Instituto Sócio Ambiental (ISA).

que excluíram das mesas de discussão comunidades que foram diretamente afetadas por suas decisões.

Supomos que uma vez atingido um interesse comum, naquele caso, a defesa da Amazônia e um estado mínimo de democracia, seus interesses tornaram-se até antagônicos e conflitantes quando hoje referem-se às unidades de conservação e os territórios tradicionais analisados neste trabalho. Portanto, este estudo compreende que valores e interesses ambientais dos ambientalistas e os culturais, dos povos e comunidades tradicionais, podem em algum momento se relacionar, mas são, essencialmente, diferentes.

Aliás, como também ficou demonstrado no caso de Trindade, num determinado momento aqueles ambientalistas rompem com as comunidades, e passam a agir congregados e com financiamentos tanto da iniciativa privada, como através da parceria com o governo, atuando como técnicos responsáveis pela operacionalização dos projetos ambientais oficiais e opressores dessas mesmas comunidades.

Basta lembrar que os motivos para a implantação da estratégia ambientalista das unidades conservação, e os critérios utilizados para determinar o Vale do Ribeira como local ideal para implantação desta estratégia, podem ser resumidos nas seguintes conclusões: 1º) a ideia de criar unidades de conservação cumpria basicamente o papel de contrapartida nas relações econômicas de acordo com orientações políticas mundiais, diminuindo a pressão do movimento ambientalista global sobre a exploração sem limites do projeto desenvolvimentista adotado pelo Brasil e pelo mundo capitalista ocidental; 2º) apesar do processo de devastação e exploração incentivado pelas políticas de colonização oficial do governo do Estado de São Paulo pelas culturas da banana e do chá, o Vale do Ribeira ainda não estava completamente integrado ao mercado capitalista do restante do Estado, não possuía um mercado de produção agrícola ou pecuário significativo e deveria servir a partir deste momento à finalidade de amortizar pressões internacionais sobre os impactos ambientais causados por projetos de desenvolvimento planejado em nível nacional, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN) (DIEGUES, 1998); 3º) os poderes oficiais aproveitaram-se das divulgações anteriores de que a região era considerada uma vasta área deserta, vazia de ocupação humana, um “sertão” a ser desbravado, ganhando inclusive o apelido de “Amazônia paulista” para destiná-la a uma estratégia ligada ao desenvolvimentos sustentável, ambientalmente e internacionalmente reconhecida como legítima, ou seja, a criação de unidades de conservação; 4º) a escolha do Vale do Ribeira como receptor da estratégia das unidades de conservação, além de ser conveniente e não trazer empecilhos a outras regiões produtivas e dominadas por

oligarquias mais poderosas, sobreporia quase sempre às mesmas áreas ancestrais onde se constituíram os povos e comunidades tradicionais, ou seja, áreas rurais distantes dos centros urbanos históricos, delimitadas sem a constatação da realidade em loco e sem maiores contrariedade por se tratarem também de grupos considerados pobres e/ou minoritários com práticas socioculturais ultrapassadas; 5º) a criação destas áreas serviriam neste momento para consolidar o controle do Estado nesta região, evitando-se ocupações que pudessem trazer ameaças ao regime militar instaurado e articulações revolucionárias junto as comunidades de sitiantes e camponeses, ao mesmo tempo garantindo áreas relevantes para instalação de projeto de desenvolvimento governamental no futuro, passando a serem áreas ligadas ao conceito de segurança nacional.

Lembramos, novamente, que no início o movimento ambientalista paulista se uniu com os moradores em torno das questões sociais de acesso e manutenção da terra, porque isso garantiria a eles o acesso às praias paradisíacas onde viviam comunidades caiçaras, gerando uma certa solidariedade entre estes grupos contra a empresa ADELA, que pretendia construir “resorts” para públicos internacionais. A relação foi rompida em todas as situações similares, em outras localidades, porque ficou evidente que tratavam de projetos diferentes para as mesmas áreas. Com o passar do tempo e como desdobramento do “caso de Trindade”, fica cada vez mais evidente que embora ambos os grupos (caiçaras e ambientalistas) fossem contra o projeto turístico da empresa ADELA patrocinado pelo governo militar, tinham também expectativas diversas sobre qual seriam os melhores usos para a área, passando a deflagrar-se uma disputa a respeito de quem deteria o domínio e sobre o que se deveria ou não fazer naquelas áreas.

O que assistimos no Vale do Ribeira, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, é o reflexo dessa disputa, com a multiplicação de projetos socioambientais promovidos por grandes organizações, movimentando grandes montas de recursos financeiros - como vimos no caso do Pró-Juréia -; além de programas, projetos técnicos de gestão e de educação ambiental patrocinados pela iniciativa pública de maneira continua no Vale do Ribeira.

O movimento ambientalista paulista fortaleceu-se política e economicamente desde a aliança com o governo Montoro de 1982, evidenciando uma posição não mais subversiva frente ao governo. Os ambientalistas caminharam para uma crescente capitalização junto à iniciativa privada durante o período de redemocratização, multiplicando-se cada vez mais após a Constituição Federal de 1988 e dominando o cenário político nacional com suas reivindicações de leis de proteção ao meio ambiente durante a década de 1990. O meio ambiente que protegiam já não era uma abstração de bem comum, passou a ser mensurável e

quantificado, onde a as unidades de conservação são como que consideradas “suas” propriedades, e o sucesso de suas campanhas junto à opinião pública significa sempre dinheiro em caixa. Com essas características adotadas por estes sujeitos no enfrentamento das questões ambientais em São Paulo, a possibilidade de serem implantadas unidades de conservação de uso sustentável - como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas-, ou mesmo a propositura de qualquer outra forma de gestão para as áreas protegidas que procurasse contemplar os direitos étnicos e culturais de povos tradicionais estariam fora de cogitação.

Alguns consideram, no entanto, que houve avanços na democratização das decisões envolvendo as unidades de conservação brasileiras, como por exemplo, quanto à exigência legal de realização de audiências públicas antes da criação de novas unidades de conservação, além da instalação obrigatória de conselhos gestores⁶⁷ específicos em cada uma delas. Porém, diante da insustentabilidade dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais frente às restrições que estão submetidos nas unidades de conservação, sobretudo naquelas de proteção integral - tais como parques e estações ecológicas -, estes mecanismos – as audiências públicas e os conselhos deliberativos ou consultivos - tornaram-se instrumentos paliativos que mais legitimam os modelos de unidades de conservação do que garantem a efetiva participação democrática na gestão dessas áreas (RODRIGUES, 2001).

Existem severas críticas à chamada “política de convivência na diversidade” como tentativas atuais de desconsiderar conflitos existentes entre nações e no interior das sociedades. Estas reflexões podem ser aplicadas aos casos de unidades de conservação onde foram adotadas as chamadas “metodologias participativas” de gestão, analisados por Rodrigues (op cit).

Para Leff (1999), que também trata desse tema:

“A sociedade moderna está evoluindo até uma ordem global que tenta resolver o conflito pela apropriação da natureza por via de uma política de consenso e democracia, **que supere a contradição da luta de classes**. Uma política de convivência na diversidade tende a substituir o significado da diferença como oposição e negação do outro. Contudo, este avanço rumo a formas e meios mais pacíficos para a resolução de conflitos não autoriza a aceitação acrítica de uma visão organicista da sociedade. Reduzir o social a uma ordem ecológica generalizada, desconhece o fato que as atuais mudanças históricas continuam imbuídos de interesses conflitivos e por forças políticas opostas” (LEFF, 1999, p. 85, com grifos nossos).

A criação destes novos modelos de unidades de conservação também não foi capaz de gerar uma discussão nacional ampla sobre a necessidade de recategorização das unidades de conservação criadas com a finalidade de proteção integral para categorias de uso sustentável nos locais onde viviam povos e comunidades tradicionais, com vistas a reverter situações

⁶⁷ “Consultivos”, no caso de UCs de proteção integral e “deliberativos”, para o caso das UCs de uso sustentável segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2000 que rege tais áreas.

consideradas injustas desde os tempos de governo militar. Através delas, não foi possível à submissão de casos como estes a amplo debate e até, se necessário, a julgamentos de sua legalidade pelo Poder Judiciário.

Esses grupos sociais, ao permanecerem em seus territórios ou ao realizarem suas atividades tradicionais, são tratados como “ilegais” pelas autoridades ambientais e policiais posto que formalmente o Estado transformou suas áreas em unidades de conservação. Em outros termos, assistimos à aberração jurídica que passa a criminalizar práticas culturais que deveriam ser protegidas e acauteladas, resultando assim em uma medida de “criminalização da diferença”.

Assim, mesmo as unidades de conservação de uso sustentável, quando não pleiteadas pelos povos abrangidos, mas implantadas de maneira impositiva por órgãos governamentais como nos casos investigados, cumprem apenas os objetivos de um questionável projeto de desenvolvimento sustentável do Estado, o que origina sérios questionamentos quanto ao caráter etnocêntrico e autoritário destas iniciativas.

Conclui-se aqui preliminarmente que os mecanismos apresentados e colocados em prática até agora no Brasil não contribuem para a solução dos conflitos identificados por esta pesquisa. Diante dessas considerações podemos dizer que embora exista atualmente no Brasil a previsão legal para a criação de categorias de unidades de conservação de uso sustentável - que permitem a presença humana, tais como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável -, estas não se mostraram capazes de efetivamente reverter o quadro brasileiro de conflitos sociais que resultaram da criação das áreas protegidas segundo à lógica do desenvolvimento sustentável.

6 Terras tradicionalmente ocupadas, o multiculturalismo e a luta por novos direitos no Brasil.

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo.”

Walter Benjamin

O resgate de dados e estudos históricos sobre as formas de uso e de ocupação humana da Mata Atlântica e do Vale do Ribeira, desenvolvido no capítulo 3, revelou que toda a região investigada foi objeto de intensa utilização desde os indígenas. Revelou ainda que houve uma continuidade de um intenso processo de utilização da região após a chegada dos portugueses colonizadores através da existência de ciclos econômicos alternados até o século XIX. No século XX, verificou-se ainda a realização de novas investidas colonizadoras e de especulação imobiliária que trouxeram grandes impactos à Mata Atlântica até que a estratégia ambientalista das unidades de conservação passou a ser implantada na região. Diante do que foi exposto até aqui, ao mesmo tempo em que fica difícil sustentar que a região investigada trata-se de um remanescente intocado de Mata Atlântica, ou de “mata virgem”, desmistificando-se a falsa premissa “ambientalista” que até hoje serve de justificativa para a manutenção de várias unidades de conservação de proteção integral na região, acabamos por evidenciar outras discussões relacionadas ao intenso processo de ocupação humana e a diversidade cultural das comunidades Vale do Ribeira. Essas novas discussões surgidas da leitura histórica, revela, por sua vez, uma região que também detêm uma rica composição cultural formada por grupos que guardam valores herdados de suas diversas raízes e que também é expressão de culturas novas que se constituíram diante das adversidades particulares a que foram submetidos ao longo do tempo.

As principais questões que norteiam as discussões assim são: Como e porque se tem dado importância recentemente às chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” no Brasil? Estas discussões se relacionam às discussões da ciência política e da filosofia política voltada ao fortalecimento do multiculturalismo no mundo? E como se relacionam com a consolidação de novos direitos no Brasil?

O processo de constituição desses grupos relacionados aos sistemas de produção da região, do período colonial até o século XIX, revelados através de estudos clássicos (HOLANDA, 1995; DEAN, 1996) e de estudos regionais (ALMEIDA, 1947; FORTES, 2000; PEREIRA JÚNIOR, 2005) demonstram um processo de colonização que causou uma acentuada estratificação social, uma hierarquia extrema, que remonta a resquícios da servidão imposta a

índios e mestiços, bem como a escravidão a que foram submetidos os negros africanos e seus descendentes, repercutindo diretamente sobre a discussão de proteção ao direito à diferença na atualidade.

Como afirmamos no capítulo anterior, a atual política ambientalista, principalmente a estratégia de criação de unidades de conservação da natureza, atingiu em grande medida os mesmos espaços onde estes grupos se formaram, criando despropositadamente espaços onde ao invés de se apagarem, as diferenças culturais, continuaram a existir, flutuando entre os anseios do universal/totalizante da sociedade moderna e suas áreas ambientalmente protegidas e o local/peculiar de práticas e costumes inerentes a cada povo e comunidade tradicional em seus respectivos territórios ancestrais, fazendo com que nestes espaços locais se choquem duas perspectivas completamente distintas: a conservação ambiental ou a conservação do patrimônio cultural.

A urgência de resolução das discussões envolvendo povos e comunidades X unidades de conservação revela-se ainda maior quando nota-se que não se trata de situações isoladas, mas que se repetem em várias outras partes do território nacional. A ocorrência reiterada deste fenômeno nos induz a afirmar que os espaços geográficos a compor os domínios produtivos, tanto pela iniciativa pública como pela iniciativa privada, no Brasil estão se esgotando, se já não se esgotaram. A escassez, por sua vez, inaugura a busca pela utilização de todos os espaços geográficos dentro do Estado-Nação, que de acordo com os imperativos da sociedade moderna e das atividades diretamente relacionadas à estratégia do capital, aumentam consideravelmente a pressão sobre áreas que até há bem pouco tempo eram consideradas isoladas ou inabitadas. Para Leroy (2011):

“Há uma estratégia de ocupação e de regularização fundiária do território posta em prática pelas forças econômicas e políticas dominantes que buscam a apropriação massiva de terras pelo agronegócio para fins de produção de **commodities**. Em contrapartida, tais forças aceitam o estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e no Plano Nacional de Áreas Protegidas, que preveem a demarcação de áreas de conservação, reservas extrativistas, terras indígenas, etc., **sob a condição de que não estejam no seu caminho de expansão e que sirvam para lhes dar uma aparência de preocupação com o futuro do planeta**. Aceitam também a agricultura familiar na medida em que esta lhes permita simular um zelo pela sobrevivência dos pobres, camuflando seus interesses assim como os dispense para a produção de grãos e legumes destinados ao mercado interno, cujos preços e lucros não se comparam aos das commodities.” (LEROY, 2011, p. 4, com grifos nossos).

Ao se constatar que muitas destas áreas demarcadas para a conservação em São Paulo servem a uma determinada estratégia econômica, ainda que constituam “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2008), identificamos novos conflitos sociais pautados também nas diferenças étnico-culturais existentes no território nacional.

Estes conflitos não são apenas fruto de embates trazidos pela modernidade. A sociedade dominante no país ainda traz consigo vários dos vícios das suas raízes coloniais, fazendo

prevalecer nas últimas reformas políticas representadas pela Constituição de 1988 abstrações conceituais baseadas em modelos muitas vezes importados e pautados em princípios universalistas e igualitários, mas que no fundo legitimam privilégios históricos de nossas elites.

Isto tem limitado o significado histórico do Estado Democrático de Direito em contexto nacional. Ao mesmo tempo, talvez tenhamos que admitir agora, não fomos capazes de aprender, de nos recriar enquanto sociedade democrática de fato pós ditadura militar. Não promovemos mudanças internas realmente significativas com a passagem de um regime militar para uma suposta democracia se não incorporarmos o respeito e o “direito à diferença” em nossos códigos e, sobretudo em nossas práticas sociais.

Como um prolongamento histórico do processo fundiário excludente do passado, estamos ainda hoje assistindo a expansão da ocupação do território nacional por uma elite ruralista. Ao invés da Assembleia Constituinte e durante a redemocratização ter sido capaz de dirimir opressões históricas, ela propiciou, em um primeiro momento, condições favoráveis a um processo que impôs, por diversas frentes, uma pressão intolerável sobre grupos culturalmente diferenciados, situados nas regiões até há bem pouco tempo consideradas “isoladas”. Tais grupos se constituíram nestas localidades muito em função de opressões sofridas no passado.

Ao tentar entender como se reformularam as formas opressivas sobre estes grupos, observamos que, de fato, não houve mudanças estruturais significativas no Brasil a esse respeito, mas foram inventadas novas justificativas para cometer as mesmas injustiças sociais em relação a estes grupos, incorporando-se apenas parcialmente a modernidade jurídica e perdendo-se uma ótima oportunidade de repensar a nação enquanto uma sociedade multicultural. A cada dia, fortalece-se o entendimento que a solução para esses impasses só pode ser atingida com atitudes autênticas se não quisermos submeter “a diferença” a simples acomodações temporárias que ao longo do tempo se convertem novamente em atitudes de extermínio desta mesma diferença.

Assim, um dos propósitos neste capítulo é resgatar e discutir como nossa sociedade dominante, pautada formalmente em conceitos ocidentais, está respondendo aos desafios trazidos pelas reivindicações sociais do “reconhecimento da diferença”. Na verdade, as situações nem são tão novas assim, mas a cada dia esses povos e comunidades tradicionais, por se encontrarem cada vez mais acuados e pressionados pelas estratégias do capital, passa a se articular e exigir respostas concretas para as suas reivindicações, o que torna essa situação uma disputa que ainda esta em aberto.

Tendo em vista esse contexto, procuraremos problematizar alguns paradigmas da ciência moderna ao buscar soluções locais/regionais para estes problemas que se tornaram crônicos e espalhados por todo o território nacional. O que a cada dia torna-se mais evidente é o quanto nenhuma abstração política ou científica universalista, importada dos grandes centros hegemônicos globais, foi capaz de responder às expectativas dos diversos grupos culturais que vivem no território nacional. Ao contrário, serviram e foram utilizadas para desconsiderá-los como integrantes da sociedade brasileira ao condicionar o acesso a direitos ao enquadramento dos sujeitos em certos padrões de conduta considerado aceitável para todo cidadão nacional.

Ao analisar as características dessas comunidades tradicionais, e sublinhar a vasta diversidade humana espalhada pelo território nacional, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2009) chama-nos a atenção para a complexidade que este tema impõe, afastando a possibilidade da aplicação de concepções e generalizações universalistas e simplificadoras para estes casos, afirmando, pelo contrário, que:

“uma “cartografia da pessoa” haveria de entrever que cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras e territórios, regiões e paisagens interiores. E, também, ao construí-las criamos entre nós, interativa e socialmente, nossos sistemas de ações e de coisas, de signos, símbolos e palavras que conduzem em nossas diversas culturas os nossos saberes, nossos significados, nossas sensibilidades e nossas sociabilidades. Não é ao acaso que tanto Clifford Geertz quanto outros vários antropólogos utilizam, para pensar as culturas, palavras que aprenderam com os biólogos e os geógrafos: “redes”, “teias”, “tramas”, “contextos”, “mapas”, “sistemas”. (BRANDÃO, 2009, p. 18).

Com toda a dinâmica decorrente de processos de miscigenação, migração, fugas de grupos e de reconstrução cultural existente em todo território nacional desde o período colonial, desvendar a ocupação histórica e as especificidades destes grupos tornou-se até os tempos atuais um grande desafio para uma política que possa dar conta de toda esta complexidade social e cultural no Brasil.

Estes grupos possuem características próprias e variadas que devem ser consideradas por qualquer política ou intervenção, posto que compõem, como já sugeriu Brandão (op. cit.), “redes”, “teias”, “tramas”, “contextos”, “mapas” e “sistemas” singulares. Porém, o desafio, por ser grande, não pode servir de justificativa plausível para se perdoar esquecimentos, ou atitudes que possam apagar as diferenças dos grupos culturalmente diferenciados que se formaram no Brasil durante toda nossa história.

Ao comentar as leituras dos estudos dos últimos cinquenta anos provenientes da Sociologia, da Antropologia e da Geografia, Brandão nos lembra que *“a maior parte dos trabalhos, dissertações e teses em que questões como as relações culturais tempo-espaço são levados em conta, ou são mesmo essenciais, são trabalhos centrados em comunidades rurais tradicionais”* (BRANDÃO, 2009, p. 33). O autor nos revela que no campo das ciências

sociais tais estudos eram conhecidos como “estudos de comunidades”, nos dando a dimensão sobre os diferentes grupos culturais/étnicos espalhados pelo território nacional. Ao se referir às “comunidades rurais tradicionais”, diz que estas comunidades fazem frente ainda hoje e por toda parte à lógica do capital flexível, acrescentando que:

“Onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaços-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional excedentes. Comunidades de negros quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam o direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca.” (BRANDÃO, 2009, p. 37)

Buscando maiores informações sobre tais estudos das “comunidades rurais tradicionais” aos quais Brandão se referiu, encontramos alguns que se relacionam diretamente aos grupos culturais pertencentes à região investigada. Refiro-me, principalmente, às comunidades caiçaras, capoavas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas existentes na região do Vale do Ribeira.

Preliminarmente, acreditamos que o que conhecemos por caiçaras e capoavas/ribeirinhos do Vale do Ribeira tenham iniciado a constituição de seus agrupamentos após seus antepassados terem sido expostos, subjugados e quem sabe até submetidos a processos servis como “mestiços” durante o início do período colonial, conforme exposto no capítulo 3. Durante esse período, consideramos ainda que ao se deslocarem da cidade e das condições de servos dos colonizadores, se estabeleceram em aldeamentos dos quais se tem notícias desde o início do período colonial.

Os quilombolas da região muito provavelmente derivaram do período escravista implantado com o fim do ciclo do ouro paulista, se perpetuando na região como mão de obra escrava em maior escala durante o ciclo do arroz. Estima-se que estas comunidades tenham se constituído ou como foco de resistência ainda durante a escravidão ou após a “libertação dos escravos” em 1888.

Por se tratar de uma vasta quantidade de terras que se manteve praticamente isolada até meados do século XX, o Vale do Ribeira reuniu condições para a concentração de várias comunidades tradicionais, que permaneceram nos mesmos locais desde sua constituição até os tempos atuais. A pesquisa de acampo revelou, inclusive, ter havido entre elas uma relação de reciprocidade intensa. As conversas com antigos moradores dessas comunidades apontam a existência de vários laços matrimoniais construídos entre estas comunidades e atestado pela história de vida de seus membros. Vários caiçaras, capoavas e ribeirinhas da Juréia, apontam, por exemplo, a existência de um parente distante designado por “vó preta” ou “vô preto”, ou

ainda, afirmam recorrentemente que parte do conjunto de danças designadas como fandango caiçara⁶⁸, mais especificamente, o “batido” realizado pelos moradores da Estação Ecológica Juréia Itatins, é herança da relação estreita destas comunidades com a comunidade quilombola do “*Morro Seco*”, também localizado no município de Iguape.

Reforça tais argumentos, o fato de que uma comunidade até então considerada capuava e/ou ribeirinha, denominada de Aldeia, passar por intensas discussões com lideranças de comunidades quilombolas a fim de decidir quanto ao seu auto-reconhecimento como comunidade quilombola, posto que os formadores desta comunidade ou eram quilombolas das proximidades, ou negros que trabalhavam em fazendas de arroz da região e que buscavam abrigo na localidade.

De fato, informações históricas apontam que houve na região um aumento significativo das atividades escravocratas nos fins dos do século XVII e no início do século XVIII (BRAGA, 1999). O aumento de escravos negros trazidos para a região, e sua consolidação, seja através de quilombos de resistência, seja pelo estabelecimento de comunidades em áreas isoladas de florestas após a libertação dos escravos em 1888, pode ter aproximado estes grupos excluídos propiciando diversas formas de “trocas” entre eles. Este caso não seria uma situação improvável ou isolada na história brasileira. É bem possível que assim como ocorreu na região Norte e Nordeste investigada por Almeida (2008), onde quilombos de resistência não se mantinham isolados economicamente, mas escoavam aos centros urbanos os produtos de suas roças, como a farinha de mandioca e o arroz, através dos produtores e membros dos povoados caboclos, esse tipo de parceria também tenha ocorrido no Vale do Ribeira entre negros dos quilombos e comunidades mestiças estabelecidas na região: caiçaras, capoavas/ribeirinhos.

Na região, a união entre estes grupos ocorria por meio de casamentos, realização conjunta de festas religiosas, trabalhos coletivos em mutirões e outras formas de reciprocidade. Guardadas algumas particularidades e ressalvas quanto à violência do período escravocrata de negros africanos no Brasil, possivelmente os grupos que iniciaram o que hoje conhecemos como comunidades caiçaras e/ou capuava/ribeirinho podem ter se solidarizado com os negros e seus

⁶⁸ Fandango é uma manifestação cultural popular que reúne dança e música e possui regras estéticas definidas. Em cada localidade, entretanto, existem características específicas, criando assim uma realidade artística rica e variada. Ao longo dos séculos XIX e XX, era comum a realização mutirões, forma de trabalhos coletivos onde vizinhos se reúnem em prol de uma empreitada (derrubada de madeira, limpeza de trilha, plantio e colheita de arroz, milho, feijão, para puxada e varação de canoa), ou para realização de festas religiosas em comunidades caiçaras, onde ao final realizava-se o Fandango como uma das marcas características da sociabilidade específica destas comunidades. A região investigada que vai da Juréia/SP à Paranaguá/PR é considerada como um Museu Vivo do Fandango, projeto reconhecido como boa prática de salvaguarda do patrimônio imaterial pela UNESCO/2011(PIMENTEL; GRAMANI; CORRÊA, 2006).

quilombos formados nesta região. É possível que os associavam à sua própria condição e a de seus antepassados próximos, índios ou mestiços, submetidos durante o período designado como “Colonização Indígena Provincial” ao confinamento em áreas próximas aos centros urbanos para a sua “pacificação” (LEITÃO DA CUNHA, 1869 *apud* DEAN, 1996). Tal medida servia, na realidade, para 'assimilar' grupos hostis e para submeter estes grupos como força de trabalho servil e/ou reservatórios de mão de obra. (ALMEIDA, 2008).

Aproximando-se ainda mais dos caiçaras, Gioconda Mussolini (1980), pesquisadora pioneira em estudos sociais desses grupos, os definiu em seu trabalho clássico “Estudo sobre a cultura caiçara” divulgado inicialmente entre os anos de 1944 e 1953 como sendo comunidades relativamente autossuficientes, que viviam praticamente fechadas com poucos contatos com o mundo exterior, com um aproveitamento intensivo e quase que exclusivo dos recursos do meio em que habitavam. O estudo demonstra uma relação muito estreita entre homem e natureza em seus espaços de ocupação, onde:

“Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para a venda: os ventos, os “movimentos” das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou. A associação do peixe com a farinha de mandioca na dieta é dos aspectos mais gerais da cultura litorânea. Farinha que provém da raiz da *Manihot utilíssima* (mandioca brava ou *rama*), da qual extraem o ácido cianídrico, que lhe dá grande teor tóxico, levando a massa para a prensa, depois de ralada, dentro de um *tipiti*, cesto de tecido flexível, feito de *timbopeva*, herança dos índios, que empregavam para igual fim.”(MUSSOLINI, 1980, p. 226)

Embora sua pesquisa tenha sido realizada no Litoral Norte paulista e na Baixada Santista, grande parte das suas observações associam-se às comunidades investigadas também por esta pesquisa. Segundo Diegues, no litoral do Vale do Ribeira essas condições de vida ainda são comumente encontradas entre vários grupos que também se denominam caiçaras, principalmente nos municípios paulistas de Peruíbe, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia, assim como em Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá no Estado do Paraná - região considerada recentemente como “Museu Vivo do Fandango”⁶⁹.

Nos últimos dez anos, antes e durante a realização desta pesquisa empírica, pudemos acompanhar diversas comunidades (conforme comentamos nos capítulos 2 e 3) com as mesmas características descritas acima. Participamos, inclusive, de mutirões para

⁶⁹ “O fandango caiçara, complexo de música e danças populares tem adquirido grande visibilidade nos últimos anos. No final de 2011, o Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO reunido em Bali (Indonésia) incorporou à *Lista de Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* duas iniciativas brasileiras. Um delas foi o 'Projeto Museu Vivo do Fandango' apresentado pela Associação Cultural Caburé com a parceria das seguintes instituições: Associação de Fandangueiros do Município de Guaraqueçaba; Associação dos Jovens da Juréia; Associação de Fandangueiros do Município de Cananéia; Associação de Cultura Popular Mandicuéra; Associação Rede Cananéia; Instituto de Pesquisa Cananéia” (RODRIGUES, 2012).

plantio/colheita de roça e fabricação de farinha. Em toda região litorânea do Vale do Ribeira, compreendendo as regiões investigadas nos casos do Mosaico de Jacupiranga e da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, foi verificada a predominância de comunidades como as descritas. Ao procurar entender as relações entre a criação e a instalação deste tipo de comunidade e os locais escolhidos por elas, Mussolini (1980) baseia-se nos estudos históricos realizados por Caio Prado Júnior, referindo-se à variação de tipos de ocupação ocorrida ao longo do litoral e suas condicionantes. Estabelece, a partir disto, que algumas ocupações possuíam a característica de serem pequenos núcleos que se formavam graças a certas condições particulares da linha costeira, geralmente em áreas de menor importância para as “grandes lavouras”, tornando-se estas áreas ao longo do tempo, satélites dos centros maiores, ou seja, atribuindo grande importância para a constituição desses grupos. Tirando proveito das mínimas condições para a sobrevivência e do desinteresse das “grandes lavouras” pelas terras que ocupavam, fixaram-se. Às vezes, esses grupos forneciam os excedentes de sua produção, quando havia, tanto às grandes propriedades circundantes, quanto aos centros mais próximos, já que estes grupos possuíam apenas uma parca produção de farinha de mandioca, peixe, arroz, feijão e um pouco de café. Serviam, portanto, de retaguarda ao fornecer o cultivo adicional dos produtos complementares para garantir a sobrevivência das populações locais/regionais.

Desta forma, estes grupos, convertiam-se às vezes em compartimentos isolados, com pouca comunicação com o interior e mesmo entre as comunidades, que ao longo do tempo, transformaram-se em grupos com “agricultura de subsistência”, com a relação exterior ao grupo restrita a atividades esporádicas descritas acima.

Embora Mussolini (1980) diga expressamente, que estas comunidades ocupavam lugares de menor importância para as “grandes lavouras”, passando a constituírem-se depois delas, cumpre esclarecer que no caso do Vale do Ribeira os estudos de Cali (1999) sobre o processo de ocupação do Litoral Sul de São Paulo realizado na região da Juréia apontam, como vimos no capítulo 3, que alguns sítios arqueológicos “caiçaras” e “capoavas/ribeirinhos” se fixaram antes mesmo da chegada da “grande lavoura” à região. Porém, não se descarta a possibilidade de que com o aumento da concessão de posses na região para a implantação das “grandes lavouras” no ciclo do arroz, alguns dos sítios caiçaras e capoavas/ribeirinhos tenham sido afastados de seus lugares de origem, dando lugar aos posseiros oficiais e estabelecendo-se em novos lugares, uma vez que se tratava de posses precárias e até irregulares dentro do sistema de terras então vigente.

Como nossos trabalhos em campo foram realizados concomitantemente aos relacionados a uma outra pesquisa sendo conduzida no departamento de Antropologia da UNICAMP, que investiga do ponto de vista antropológico a cultura caiçara na região, esta experiência conjunta nos forneceu outros elementos para esta pesquisa. Ao realizarmos uma visita de três dias a uma das famílias mais tradicionais da Juréia, pudemos acompanhar a elaboração da árvore genealógica (diagrama de parentesco) desta família que, pelos apontamentos coletados a partir da memória dos seus integrantes, apontam que estes moram na mesma região há no mínimo 8 (oito) gerações (Figura 18). Se fizermos um cálculo estimado de tempo de vida por cada geração, conforme admite-se na antropologia, chegaremos facilmente ao ano de 1810. Perguntados sobre o local onde as famílias habitaram durante sucessivas gerações, os relatos apontaram não para apenas um local ou sítio, e sim para vários locais desta mesma região.

Diagrama de parentesco da família Prado elaborado por Carmem Lúcia Rodrigues com base nas informações obtidas em entrevistas com Nancy do Prado, em fevereiro de 2012, no Grajaúna (Juréia).

Figura 17 - Genealogia da família Prado na Juréia, Iguape (SP), conforme dados de campo coletados por Carmem Lúcia Rodrigues e o autor em fevereiro de 2012.

Como o sistema de produção de “coivara” é rotativo, ou seja, faz-se a roça por alguns anos em um determinado local e depois se elege outro local para a realização da próxima roça, deixando as glebas utilizadas descansando em média por até 12 anos, muitas vezes, nesse processo, os próprios moradores acabavam mudando o local de suas moradias a procura de terras “mais descansadas” para a realização de novas roças, escolhendo locais próximos a nascentes, cachoeiras, rios, pesqueiros marítimos dos costões a beira mar, entre outros.

Podemos entender que decorre desta dinâmica outra característica peculiar dessas comunidades “caiçaras”: o uso comum do território. Embora a propriedade (posse) seja respeitada pelas outras famílias no período que uma família assumiu como seu aquele determinado sítio, após certo tempo, nada impede que aquela família se mude para outro local vazio, em descanso, assumindo a posse como sua e deixando o seu antigo local disponível para outra família que queira fazer uso.

O sistema de produção utilizado por estas comunidades dispõe ainda nos dias de hoje de técnicas rudimentar, herdada ainda do sistema indígena, por visar prioritariamente a subsistência e poucos excedentes. Outra característica do sistema agrícola que pode estar relacionada ao interesse inicialmente despertado para a implantação de unidades de conservação nesta região é que a produção agrícola não utiliza todas as terras disponíveis ao mesmo tempo, deixando grandes quantidades de floresta antigas em pé e parte da terra se recompondo. Talvez o uso de todas as terras ao mesmo tempo não tenha ocorrido sequer durante o período compreendido como de ‘grande lavoura’, durante o ciclo do arroz, o que não quer dizer que toda a extensão já não tenha sido utilizada, conforme cálculos estimativos de uso da Mata Atlântica feitos por Dean (1996) e apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

Esses grupos, possivelmente, se constituíram nestas localidades pelas vantagens que sabiam tirar da relação com as florestas e dos conhecimentos que herdaram de suas raízes indígenas. Mesmo usufruindo de uma posse precária diante do império português, que havia surrupiado as terras dos indígenas anteriormente e impondo um sistema de propriedade oficial, estes grupos seguiram produzindo e sobrevivendo à margem da sociedade oficial.

As observações feitas durante os trabalhos em campo nos fazem pensar se estes povoados, ao se constituírem nestes lugares diante de tantas peculiaridades e adaptações culturais, passam a compor um processo que dá origem a uma nova identidade coletiva, uma identidade própria, uma identidade que uniu índios que já não eram culturalmente mais índios, europeus que já não eram culturalmente europeus, e negros africanos que já não tinham mais a cultura tribal originária, passando a criar algo novo, culturas e conhecimentos que hoje ganham outras

denominações e que podem ser reconhecidas como “tradicionais”, e de certa forma, autônomas.

Sabendo da constante ocorrência de debandadas coletivas de grupos de indígenas e de mestiços das missões de “pacificação” promovida pelos religiosos (DEAN, 1996) e da história da região, que congregava em aldeamentos corsários e degredados, talvez não seja absurdo supor que estes aldeamentos no início já não fossem mais compostos nem só por índios, nem só por corsários e degradados colonizadores, passando então a serem constituídos por um grupo com uma nova identidade, uma forma social e cultural particular, assim como são os caíçaros e os capoavas/ribeirinhos identificados na pesquisa de Cali (1999) e que habitam a região da Juréia, ainda hoje.

Com o declínio do ciclo do arroz e com fim do porto de Iguape, houve a diminuição da possibilidade de comercializar excedentes, porém, estas comunidades mantiveram a sua condição de manterem uma produção apenas para fins de subsistência do grupo. Mussolini (1980), atribui o fechamento das regiões dos caíçaros sobre si ao fortalecimento do porto de Santos em meados do século XIX, o que pode ser explicado ao considerarmos que sua pesquisa ocorreu no litoral norte de São Paulo, referindo-se ao ocorrido em relação ao porto de São Sebastião. Para a autora, é em decorrência deste fechamento regional que se consolida uma economia sem trocas nestes locais, decorrendo daí o estreitamento de seu horizonte econômico e cultural até a atualidade. A autora nos induz, desta forma, que a formação de comunidades como as caíçaros se originariam neste momento.

Embora possamos concordar com Mussolini (1980), no que tange às consequências trazidas pelo fortalecimento do porto de Santos, conforme relatos do capítulo 3 e sobre sua influência também em Iguape, propiciando a cristalização desses grupos pelo fechamento de suas regiões de incidência, acreditamos que o Vale do Ribeira guarda outras peculiaridades que devem ser consideradas. Primeiro, que o “fechamento” da região se deu, como vimos, mais pela extinção do porto de Iguape do que pelo fortalecimento do Porto de Santos. Depois, porque à origem dos assentamentos caíçaros e capoavas/ribeirinhos do Vale do Ribeira, de acordo com as pesquisas de Cali (1999) e de outros registros históricos demonstrados durante esta pesquisa, discordam da afirmação de Mussolini (1980), apontando que esses grupos já estavam constituídos antes mesmo do fortalecimento do porto de Santos, que consideramos um fato posterior.

As análises demonstram que a situação de relativo isolamento que caracteriza a região do Vale do Ribeira a diferencia das demais regiões do Estado de São Paulo. Por possuir características geográficas diferenciadas, a região teve ciclos econômicos próprios e distintos

do restante do estado, sofrendo também impactos diferenciados – a exemplo do que ocorreu durante o ciclo do arroz. Enquanto as informações históricas do desenvolvimento paulista transitam entre informações sobre os bandeirantes, as bandeiras, as monções e chegando ao ciclo do café, à descoberta e exploração das Minas Gerais (HOLANDA, 1995; DEAN, 1996), no Vale do Ribeira deve ser considerada a existência de uma economia regionalizada, forte e com expressão até internacional no ciclo do arroz, mas que se desenvolveu a parte do resto do estado, devido ao isolamento e a falta de meios de interligação com outras regiões, ao menos até meados do século XX. (FORTES, 2000)

Essas condições propiciaram a constituição de peculiaridades sociais, culturais e econômicas que se desenvolveram no Vale do Ribeira, de forma paralela às demais áreas do Estado de São Paulo.

O isolamento da região em relação ao resto do estado pode ser verificado ao notarmos que até a rota utilizada pelos paulistas da vila de Piratininga para estabelecer contatos com os povos do Sul desviava-se do Vale do Ribeira, através de trajetos pelo alto Paranapanema (HOLANDA, 1994). Este fato revela-se como um importante aspecto a ser considerado, uma vez que os “sitiantes” e “camponeses” do Vale do Ribeira quase não tinham contatos freqüentes com os povos do planalto durante o período colonial, possuíam apenas caminhos precários, situação que também se manteve até meados do século XX.

Em Ivaporunduva, foi realizado um dos mais conhecidos “estudos de comunidades”. Trata-se de um estudo antropológico de Renato Queiroz (2006) sobre bairro rural onde viviam os designados pelo autor de “caipiras negros” do Vale do Ribeira. Chamou-nos a atenção, neste estudo, realizado em 1977, que embora o autor relacione as origens dessa comunidade ao período escravista brasileiro - seja cogitando a possibilidade de que a sua formação tenha ocorrido a partir da migração de escravos que acompanharam seus senhores com o declínio das Minas Gerais no século XVIII, seja reconhecendo, assim como posição defendida neste trabalho, a sua constituição a partir do ciclo do ouro paulista no século XVII -, ele não se refere a eles em tempo algum como “comunidades quilombolas”, preferindo usar a categoria “caipiras negros do Vale do Ribeira” para designá-los. Com isso notamos que esta categoria étnico-cultural somente passa a ser utilizada recentemente para designar tais grupos.

Importante é notar, também, que essa construção identitária nasce em parte como fruto das próprias reivindicações por direitos exercidas por estas comunidades e por seus aliados, passando a serem reconhecidos como sujeitos de direito legítimos com esta designação em nossa sociedade somente a partir da Constituição Federal de 1988. Ato que representou uma importante conquista para estes grupos, no sentido de não verem apagadas as sua história.

Finalmente são reconhecidos por tudo o que representam e por tudo a que foram expostos, mesmo que muitas vezes, e de forma equivocada, essa conquista é entendida como uma benevolência de nossa sociedade que hoje é utilizada como “brecha” legal para aproveitadores de políticas sociais.

Sobre este assunto é importante que se abra aqui um parêntese, para fazer constar que existem acaloradas discussões atualmente sobre a construção étnica/identitária por detrás do reconhecimento desses grupos. As discussões sobre a legitimidade ou não dos grupos que pleiteiam direitos e requererem políticas afirmativas e de reconhecimento têm gerado muitos atritos no meio acadêmico, na sociedade civil e nos poderes oficiais⁷⁰. Discute-se a legitimidade ou não de direitos específicos e ao território, tanto para o caso das comunidades quilombolas⁷¹, como ainda mais para outros grupos.

Os que se manifestam de forma desconfiada ou até contrária à legitimidade da identidade quilombola e de outros grupos culturalmente diferenciados alegam que muitos destes grupos só estão assumindo estas identidades na medida em que são reconhecidos os direitos éticos ou culturais. Por isso, tratam os contemplados como aproveitadores e tais direitos concedidos como “privilégios”.

Por outro lado, há os que acreditam na legitimidade desses grupos a serem reconhecidos como diferentes e de terem acesso a todos os direitos relacionados à sua diferença. Em alguns casos, defende-se até o acesso a políticas afirmativas visando reparar os danos historicamente causados.

Esta pesquisa já discutiu como estes grupos foram desconsiderados e prejudicados pela história, a ponto de passarem por situações explícitas de tentativa de extermínio da diferença cultural (etnocídio) pelo poder oficial. Não acreditamos que seria justo supor que todos os integrantes da sociedade estão em pé de igualdade e que os membros destes grupos, ao serem reconhecidos por suas diferenças, e por todas as vezes que foram prejudicados, estejam sendo beneficiados ou obtendo vantagens ou privilégios que os deixe em situação mais benéfica em relação aos que contestam esta possibilidade.

É claro que o risco de haver oportunistas entre os contemplados pelo reconhecimento ou por ações afirmativas, existe. Porém, mantemos a posição de que não podemos condenar quem realmente pode ser detentor desse direito, só porque oportunistas existem. Devemos

⁷⁰ Conforme o caso das cotas étnico-raciais recentemente submetidas ao julgamento de sua constitucionalidade a corte do Supremo Tribunal Federal.

⁷¹ Conforme o caso da Constitucionalidade dos procedimento de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas através do Decreto 4887/2003 em votação e aguardando julgamento pela corte do Supremo Tribunal Federal na atualidade.

considerar, antes de qualquer coisa, a boa fé objetiva nestas relações, excluindo ‘*a posteriori*’ possíveis oportunistas que aparecerem. O que jamais devemos permitir nestas relações é que o direito à diferença seja negado a quem realmente o possui.

Assim, Queiroz (2006) ao fazer o seu trabalho de pesquisa sobre o cotidiano de Ivaporunduva, percebeu que até há bem pouco tempo a comunidade encontrava-se quase que completamente isolada. Passando a desenvolver um esforço teórico para enquadrá-la dentro das categorias então existentes para o processo de mestiçagem decorrente do período colonial paulista, os denomina “caboclos” com traços culturais “caipiras”. Entendemos que esta visão, atribuindo à consolidação dessa comunidade ao fenômeno do “acaipiramento” ou “acaipiração” pelo autor, ocorreu levando em consideração os traços rurais comuns ali existentes - como o mutirão, a troca de dias de serviços, auxílio mútuo, povoamento em acentuado isolamento, a posse e a disponibilidade de terras, o trabalho doméstico, o auxílio vicinal e a ampla margem de lazer (CÂNDIDO, 1964; PEREIRA DE QUEIROZ, 1967 *apud* QUEIROZ, 2006) - embora não possa ser considerada incorreta, também não refletiu todas as peculiaridades que o caso requeria. Ou seja, até diante das evoluções por que passam essas discussões, hoje talvez essa leitura não seja a mais apropriada para dar conta das diferenças existentes neste tipo de comunidade. A pesquisa realizada na década de 1970 por Queiroz (2006), ou seja, antes das discussões que passaram a considerar comunidades como a investigada como “quilombolas”, acabou por deixar de fora uma série de considerações amadurecidas somente nos últimos anos.

O que não se pode admitir é a desconsideração dessas discussões mais atuais pelos gestores de áreas protegidas que interagem diretamente com grupos similares aos estudados por Queiroz (2006). Como apurado nos casos investigados, estes continuam atuando da mesma forma na região há cerca de vinte anos sem nenhuma atualização sobre o tema. Tratam de forma equivocada e generalizada as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, causando danos irreparáveis à cultura destes grupos. Notamos que ao tratarmos todas as comunidades tradicionais sob uma só compreensão, corremos o risco de apagar as singularidades estabelecidas por cada grupo, que vistos dessa maneira, podem vir a ser nivelados e diminuídos em suas especificidades pela uniformização conceitual, desconsiderando a importância cultural de cada grupo e a construção histórica específica que representam.

Ao mencionar a dinâmica social destas comunidades no Vale do Ribeira, o estudo de Queiroz (2006) aponta que no passado estes grupos alteraram a sua condição de escravos para “sitiantes” ou “camponeses”, e depois, a partir de fins de 1950, sofreram influências externas pautadas principalmente por novas atividades econômicas de caráter extrativista. Este último

fato foi considerado negativo na análise do autor por associar aquele momento à concretização de um monopólio da mão de obra disponível na comunidade, que se desenvolvia nos moldes do clássico sistema de barracões, bem como, pelo acentuado comércio de posses de terras em favor de poucas pessoas da elite da cidade de Eldorado que aproveitavam-se da recém construída estrada que os ligava a cidade de Iporanga.

Queiroz (2006) conclui o seu trabalho de forma “fatalista”, ao afirmar que esta comunidade caminhava desta forma para a extinção - o que felizmente não aconteceu -, posto que a mesma comunidade de Ivaporunduva ostenta atualmente um papel de destaque político dentre as comunidades quilombolas do Estado de São Paulo por implementar formas cooperativas de trabalho e de resgate cultural.

Nota-se que a previsão fatalista de Queiroz (2006) em relação à comunidade quilombola de Ivaporunduva não se fundamentou em ações isoladas que incidiam somente neste local. Todo o Vale do Ribeira estava passando, naquele momento, por um novo período de franca expansão colonizadora, que colocava também outras comunidades que consideramos neste trabalho como “tradicionais” diante de diversas ameaças, por vários motivos: as novas políticas de colonização, as obras de acessibilidade ao Vale - a estrada de ferro Juquiá-Santos e a BR 116 -, a invasão pela grilagem oficial e a exploração sem limites dos recursos naturais para implantação das culturas do chá e da banana.

Ainda sobre a concepção de “comunidades rurais tradicionais”, foi realizado em duas comunidades caiçaras próximas a Estação Ecológica da Juréia, um estudo intitulado “Comunidades Isoladas – Relatório de Pesquisa Realizada nas Comunidades de Icapara e de Pontal (Barra do Ribeira) no Litoral Sul do Estado de São Paulo – Vale do Ribeira (1967)” e que trás informações também de interesse para este trabalho. O trabalho datado do final da década de 1960 foi realizado à pedido do governo militar, que dizendo-se preocupado com o atraso, a miséria e a fome imperante na região criou o “Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul” coordenado pelo “Serviço do Vale do Ribeira” (SVR) órgão ligado ao Departamento de Água e Energia Elétrica da Secretária dos Serviços e Obras Públicas do Governo do Estado de São Paulo. O “Serviço do Vale do Ribeira” realizava estudos sobre os povos da região em parceria com a Universidade de São Paulo através de convênios. Basicamente, buscavam informações sobre a situação econômica, formas de produção e comercialização, hábitos familiares e comunitários, bem como, levantavam uma série de outros dados que podiam indicar a orientação política do grupo investigado.

A realização de tais estudos justificava-se pela necessidade de formular planos, programas e medidas para melhorar as condições de vida na região e abarcavam uma ampla gama de temas

e profissionais, como pode ser verificado em um trecho do estudo sobre “Comunidades Isoladas”:

- “- levantamento preliminar do nível alimentar pela Cadeira de Nutrição da F.H.S.P., a cargo do Prof. Yáro Ribeiro Gandra (convenio SVR-USP) e sua equipe, cujo relatório conclusivo deverá ser ainda publicado em 1970.
- preparou-se na divisão técnica do S.V.R. ante-projeto de rede de distribuição para suprimento elétrico, a cargo do Eng.º José Brandão Silva.
- preparo de atividades e recomendações para início de atuação do Estado junto a estas coletividades isoladas, sendo que esta deverá ser concentrada no saneamento local, criação de novos hábitos alimentares, melhoramento do acesso rodoviário, energia elétrica, aumento da escolaridade e atividades que visam a introdução de mentalidade cooperativa.” (Comunidades Isoladas – Relatório de Pesquisa Realizada nas Comunidades de Icapara e de Pontal (Barra do Ribeira) no Litoral Sul do Estado de São Paulo – Vale do Ribeira, 1967).

Talvez dessa forma tenha ocorrido a primeira atividade oficial em nome do governo relacionada à vida do que hoje chamamos “povos e comunidades tradicionais” do Vale do Ribeira. O curioso é que neste momento constatamos nos documentos o primeiro reconhecimento oficial de instituições ligadas ao Estado de que nesta região havia populações quase isoladas com características culturais, de organização e de conhecimento próprios.

Embora exista um caráter dúbio na realização dessa atividade, posto que não sabemos ao certo até que ponto essas medidas aplicadas eram realmente desenvolvidas visando a ‘melhoria da qualidade de vida’ desses povos, ou se serviam apenas como uma forma utilizada pelo governo militar para obter informações políticas privilegiadas e controlar estes grupos (haja visto o caso do foco guerrilheiro comandado por Lamarca). Independente dos motivos reais que ensejaram tais estudos, reconhecemos que eles compõem um pequeno grupo de ações na história com objetivo direcionado especificamente para estes povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, suas informações, servem de base para algumas discussões aqui sustentadas, sendo muito importante considerarmos, por exemplo, a afirmação categórica desses técnicos quanto à origem destes povoados, ao alegarem que se tratam “*de lugares relegados ao abandono decorrente de uma estrutura que pouco se modificou há 300 (trezentos) anos passados.*” (Comunidades Isoladas – Relatório de Pesquisa Realizada nas Comunidades de Icapara e de Pontal (Barra do Ribeira) no Litoral Sul do Estado de São Paulo – Vale do Ribeira, 1967).

Os estudos do ‘Serviço do Vale do Ribeira’ são estudos atentos às considerações sociais existentes na época, situação favorecida pela atuação nos quadros técnicos de cientistas sociais bem qualificados e ligados a Universidade de São Paulo. Mas, como não poderia ser diferente em um governo militar, tais estudos apresentam algumas características consideradas desfavoráveis às comunidades. Uma delas é o seu caráter investigativo voltado

apenas para os interesses políticos, servindo para identificar lideranças e relações de poder nas comunidades investigadas ao governo; outra, seria a análise das informações obtidas em campo com um direcionamento que objetivava a domesticação e o aculturamento dessas comunidades pela lógica ocidental dominante e pelos interesses dos militares. O tempo todo a relação entre os costumes locais e as expectativas políticas para o futuro desenvolvimentista são colocados em pauta por estes estudos. Na verdade, os estudos complementavam uma estratégia que também seria cumprida pela SUDELPA, onde o Estado buscava formas de ocupar a região a fim de monitorar e combater a guerrilha, estando explícito como que um dos seus principais objetivos era integrar a região e impedir a fixação de “subversivos”. Neste ímpeto, o Estado de São Paulo manda abrir estradas e escolas na região e transforma os professores em verdadeiros espões na medida em que deveriam elaborar relatórios mensais relatando reuniões e acontecimentos na localidade das escolas, remetendo-os periodicamente à Secretaria de Educação (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

É também durante esse período e sob essas tensões que ocorre a sobreposição dos territórios tradicionais por unidades de conservação como amplamente detalhado nos capítulos anteriores.

Tanto as contribuições de Brandão (2009), no início deste capítulo, como os estudos de caso e os estudos de “comunidades rurais tradicionais” nos ajudam a compreender a complexidade cultural presente na ocupação da terra ou de territórios no Brasil, o que vem a reforçar que não se trata apenas de uma questão de regularização fundiária para o ordenamento da produção em uma sociedade plenamente liberal e capitalista.

O ponto de partida em nossa análise é o de que muitos destes territórios, principalmente os denominados por Brandão (2009) como sendo das “comunidades sociais e culturas associadas à variedade de produções de consumo”, viveram à margem das mudanças históricas e políticas e das relações sociais da modernidade. Quando se relacionaram com elas, mantiveram de alguma forma, parte significativa das suas autênticas práticas culturais, dando à cultura o seu caráter dinâmico e transformando-a assim em algo novo, sem perderem sua identidade étnica e/ou cultural.

Outro estudioso, que resgata experiências que reforçam a existência de formas de ocupação culturalmente diferenciadas pelo Brasil e as analisa com muita consistência é Alfredo Wagner Berno de Almeida. Este autor apontou argumentos para redefinição dos instrumentos de ação fundiária oficial, principalmente nos de natureza cadastral que também foram tratados durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte, desenvolvendo atividades junto ao

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário⁷², onde contribuiu na criação de uma Coordenadoria de Conflitos Agrários. Desde a realização daquele trabalho ele destaca que:

“a partir da verificação in loco, para modalidades de uso comum da terra, mantidas à margem da ação oficial, tais como as chamadas: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de santa”, “terras de índio”, “terras de caboclo”, “terras soltas ou abertas”, “terras de herdeiros” sem formal de partilha, há inúmeras gerações e suas variantes, “terras de parentes” e “terras de ausente”, dentre outras(...) que têm existência efetiva dentro do significado de território nacional, apontando para argumentos constituídos no momento atual ou que historicamente se contrapuseram ao modelo agrário exportador, apoiado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho”. (ALMEIDA, 2008, p. 18 - 50)

Baseando-nos em suas constatações, podemos deduzir que a importância sociológica e cultural destes povos não foi valorizada na história recente no Brasil por falta de interesse político, provavelmente pelos conflitos que expressava o seu reconhecimento. Além disso, embora durante o processo de redemocratização de 1988, se constata a previsão de proteção à cultura e ao acautelamento das mais variadas manifestações culturais, isso não significou, na prática, transformar “o dever ser” da lei em atos concretos de ação pública. Ao contrário, o que ficou explícito nos trabalhos de Almeida (2008) é que interesses da contra-reforma inviabilizaram a participação democrática desses povos e o reconhecimento de suas formas coletivas de uso da terra, bem como, podemos atribuir a esta estratégia, grande parte dos conflitos enfrentados até hoje por estas comunidades. De certa forma inviabilizou-se materialmente naquele momento o reconhecimento e a manutenção dessas diferentes culturas, com o não reconhecimento de seus territórios de fato.

Todas as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, e no Vale do Ribeira, por isso, também nos aproxima das discussões traçadas pelos teóricos do “multiculturalismo” no âmbito global. Ao buscar novas possibilidades para discutir a proteção às culturas locais e regionais, através do sistema internacional pautado na consolidação de direitos humanos e da dignidade humana, pensamos que as contribuições de alguns autores “multiculturalistas” são as mais pertinentes. Ajuda-nos nestes tempos de globalização a entender como o que estamos assistindo no Brasil se relaciona com uma ampla discussão que ocorre há algum tempo no resto do mundo.

Ao se deparar com casos parecidos com os que verificamos durante a realização das atividades em campo e olhando-os sob as perspectivas do “multiculturalismo”, Parekh (2000) lança indagações sobre opressões humanas que se espalham pelo mundo, que também nos desafia:

⁷² “MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) foi criado em março de 1985, quando findou a ditadura instaurada com o golpe militar de 1964. Foi um Ministério de transição política, criado para elaborar e aplicar um plano nacional de reforma agrária ampla e massiva. Com a força dos interesses da contra-reforma foi, entretanto, extinto três anos depois sem atingir seus objetivos.” (ALMEIDA, 2008, p. 23)

“Se outras formas válidas de vida e de pensamento estão por desaparecer, ou são colocadas sobre pressão intolerável, devemos nos perguntar: Se estamos felizes com isso? E com o mundo crescentemente homogêneo que se cria? E se não o que podemos ou devemos fazer para fortalecer estes grupos?” (PAREKH, 2000, p. 91)

Imbuído por essa provocação, que certamente serve para a realidade brasileira, entendemos que estes grupos ou povos e comunidades tradicionais no Brasil, embora tenham sofrido os impactos do projeto econômico global do ocidente, permanecem com traços que os distinguem culturalmente do restante da nação, mesmo reconhecendo que não se tratam mais de entidades essenciais, fixas, autônomas e auto-suficientes. Sendo assim, uma das concepções que se poderia utilizar para caracterizá-las dentro das teorias discutidas pelo multiculturalismo seria o de comunidades “híbridas” (PAREKH, 2000; HALL, 2003):

“O hibridismo não se refere a indivíduos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade. “Não é simplesmente apropriação ou adaptação, é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou “inerentes” de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanha cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação.” (Bhabha *apud* Hall, 2003, p. 75)

Concebendo a formação dos povos e comunidades tradicionais no Brasil dentro de um processo contínuo de hibridismo, nos termos acima atribuídos, poderíamos dizer que esses grupos ao mesmo tempo em que adotam práticas da modernidade não deixaram de ser tradicionais. Assim, indígenas, ciganos, quilombolas, caiçaras, faxinalenses, comunidades de fundo de pastos, quebradeiras de coco de babaçu, dentre outros grupos, espalhados pelos mais diversos lugares do país, pleiteiam políticas multiculturais. O que seria possível se considerarmos os conceitos fornecidos por Parekh (2000) e Hall (2003).

Não se trata de tentarmos enquadrar os casos analisados em teorias importadas a fim de esgotar uma problemática que entendemos ser extremamente peculiar e que demanda soluções de difícil construção. No entanto, mesmo que o multiculturalismo seja um termo a ser utilizado “sob rasura” é inegável que a reflexão em torno de suas teorias nos ajudem, mesmo que de forma genérica, a compreender os problemas a ele relacionado enquanto reflexões em torno dos desafios que cercam a proteção à diferença cultural em Estados nacionais modernos e no âmbito de discussões internacionais, o que parece ser o caso. O que buscamos ao discutir o caso brasileiro pelo viés do multiculturalismo é aproximar as demandas nacionais de discussões internacionais de proteção à diferença cultural, lembrando que o maior compromisso fica por desmistificar os fatos que impedem o exercício pleno das atividades culturais próprias de cada povo, o que deve ser analisado levando-se em conta também as

especificidades nacionais que estabelece tensões pela luta de classes, como instrumento vivo e racional (HALL, 2003).

Portanto, seguiremos em nossa análise, movidos pela inquietação de saber até em que medida é possível estabelecer correlações, a partir do multiculturalismo, a respeito de ações e de políticas favoráveis aos direitos e às demandas de movimentos sociais formados por minorias que não comungam plenamente com a lógica liberal em um país como Brasil (FAVELL e MODOOD, 2003). Tentamos estabelecer assim um diálogo com alguns autores que, a nosso ver, melhor se adequam à análise da realidade dos povos e comunidades tradicionais brasileiros. Porém, atentaremos a observação de Homi Bhabha de que o “multiculturalismo” é um termo central que se proliferou de forma heterogênea, e que o “multicultural” ganhou formas variáveis em seu significado (HALL, 2003), para definir sempre em que termos as teorias utilizadas poderiam ser incorporadas na discussão desta pesquisa, evitando-se assim maiores equívocos.

O multiculturalismo emergiu como questão importante a ser tratada no mundo pós-guerra. O tema, todavia tem-se alterado e se intensificado, tornando-se mais evidente e ocupando lugar central no campo da uma contestação política no âmbito da crítica ao neocolonialismo. Isso vem acontecendo como resultado de uma série de mudanças e reconfigurações estratégicas das forças políticas e de relações sociais em todo o planeta. Dentre os fatores preponderantes apontados para o crescimento das discussões relacionadas ao multiculturalismo temos então: em primeiro lugar, o fim do velho sistema imperial europeu e das lutas pela descolonização e independência nacional; em segundo, o fim da Guerra Fria; em terceiro, que destacamos por ser bastante relevante para o nosso estudo, o fortalecimento da “globalização”, que tem por característica:

“a compressão do tempo-espaço (Harvey, 1989), que tenta – embora de forma incompleta – combinar tempos, espaços, histórias e mercados no centro de um cronotopo espaço-temporal “global” homogêneo. É marcada ainda pelo desarraigamento irregular das relações sociais e por processos de destradicionalização (Giddens, 1999) que não se restringem às sociedades em desenvolvimento.” (HALL, 2003, p. 58)

O multiculturalismo, ao partir desta configuração, denuncia que no mundo moderno, estamos expostos a contradição de circuitos econômicos, financeiros e culturais, que ao serem criados ideologicamente voltados e governados pelo neoliberalismo global, impõe uma tendência cultural dominante e homogeneizante. Ao mesmo tempo a globalização criticada causa extensos efeitos de distinção entre sociedades ou dentro delas, gerando, por sua vez, como tendência emergente a formação social de grupos “subalternos” que como fenômeno global se coloca em anteposição a lógica globalizante. O caso dos povos e comunidades tradicionais no

Brasil seria um caso que se aproxima dessa perspectiva, colocando-se como caso análogo as formações designadas como “subalternas”, analisadas pelo multiculturalismo posto que suas lutas também tentem dominar “*no contexto global, a luta entre os interesses locais e os globais*” em situações que ainda “*não esta definitivamente concluída*” (Hall, 2003, p. 60). Como vimos no caso do Vale do Ribeira, a luta dessas comunidades apresenta-se como o culminar de um processo que é o reflexo de uma exclusão causada por ciclos econômicos e sociais que houve na região até a história recente guiada, ou pela assimilação etnocêntrica e exploratória, ou pela eliminação da diferença.

Temos que destacar, porém, que estamos diante de um fluxo alternado das medidas globalizantes, ao menos no concernente as relações multiculturais. Ao contrário do que ocorria nas primeiras ações da globalização onde havia o fortalecimento dos Estados-Nação em seu clássico imperialismo colonial, agora a globalização tem enfraquecido a soberania nacional e o seu “raio de ação”, mas sem deslocá-los completamente, configurando-se ainda, como um sistema de desigualdades e instabilidades ainda mais profundas. Ela tem se transformado em um sistema de “conformação da diferença”, ao invés da promover a obliteração da diferença, o que para alguns também é uma nova posição estratégica ao conseguir com essa postura identificar com maior facilidade no contexto global “*como e onde as resistências e contra-estratégias podem se desenvolver com sucesso, implicando um poder discursivo no ambiente global*” (HALL, 2003, p. 59).

Neste sentido, dentro das lógicas discutidas pelo multiculturalismo, todas as buscas pela proteção de direitos humanos conferidos aos povos e comunidades tradicionais do Brasil, abrangidos por uma formação social “subalterna” (HALL, 2003), podem ser entendidas também como parte de uma tendência emergente situada entre dois pólos que emanam e disputam poderes: o Estado-Nação Brasil, com todas as suas vicissitudes decorrentes da própria ordem capitalista e de sua relação tempo-espço agravada por uma “hierarquia estática” (LEONÍDIO, 2007), e noutro pólo, o neoliberalismo global, dirigido e orquestrado pelas grandes potências da economia, que também a partir da compreensão da relação tempo, espaço, histórias e mercados tenta impor uma ideologia “global” homogênea, identificando como e onde estas resistências podem ser bem sucedidas e as instrumentalizando discursivamente.

Mesmo correndo o risco de ficar encurralado por uma estratégia globalizante, o multiculturalismo tem oferecido como desafios à modernidade aspectos importantes como contraponto ao universalismo pós-iluminista, liberal, racional e humanista da cultura ocidental - que estabeleceu a “cultura além das culturas”. Ou seja, o liberalismo, que se tornou um

“jogo” de poder-conhecimento hegemônico em todo globo, tem visto na “questão multicultural” uma crítica teórica que melhor revelou e continua a revelar o seu disfarce atual. Torna-se evidente a partir da “questão multicultural” que os direitos de cidadania nunca tiveram aplicação universal, diferenciando igualdade formal e concreta, liberdade positiva e negativa, e denunciando de forma consistente em vários lugares do mundo que a instituição Estado não atingiu a neutralidade prometida. As evidências cada vez mais contundentes de que ele não é composto por governados homogêneos culturalmente, tem deixado o pressuposto da neutralidade do Estado liberal cada vez mais comprometido e menos válido na atualidade (HALL, 2003). Tanto é que sob os auspícios da proteção da “coisa pública” e do “bem comum” assistimos em casos extremados a massacres truculentos aos menos favorecidos.

Embora saibamos que exista entre alguns intelectuais mais radicais que atuam em conjunto com os movimentos sociais ligados aos povos e comunidades tradicionais no Brasil certa resistência às propostas teóricas do multiculturalismo quando associadas com a manutenção do Estado liberal, pensamos que nossa análise deve justamente contemplar algumas possibilidades teóricas formuladas por autores liberais voltadas para “sociedades multiculturais”⁷³. Essa opção ocorre porque tememos que qualquer proposta que traga maiores desafios abruptos ao Estado liberal, neste momento, pode causar um rompimento de diálogo que não promoverá sequer esclarecimentos necessários sobre as disputas em questão.

Devemos considerar, no entanto, que dentre os teóricos “multiculturalistas” liberais temos também algumas restrições, motivadas pelas mesmas razões que levaram o “multiculturalismo” a ser visto sob “rasura” e com descrédito por alguns militantes no sentido desta teoria, em alguns casos, ter se transformado em estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais (HALL, 2003). Porém, como já dito antes, vemos que estes estudos e suas reflexões podem ser úteis para embasar discussões em nosso contexto particular, além de criar uma nova opção política ao permitir reflexões sobre como estas relações repercutem dentro dos Estados liberais.

Talvez a aplicação destas reflexões aos casos brasileiros não seja, realmente, a mais correta, mas tem se tornado inegável a influência destas discussões no plano internacional, sendo utilizada vez ou outra por grupos que buscam romper as fronteiras nacionais exigindo

⁷³“Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”(HALL, 2003, p. 52).”

reconhecimento de seus direitos em organismos internacionais⁷⁴. Assim essas mesmas reflexões, ganham possibilidade de reflexos em curto e médio prazo também para os casos brasileiros.

Um dos teóricos que consideramos trazer contribuições significantes ao debate é Bhikhu Parekh, para este autor, o multiculturalismo seria relacionado à “diversidade comunal” dentro de sociedades pluriculturais. Onde cada comunidade ou grupo cultural ao ter sua própria história e seu modo de vida busca preservá-la e transmiti-la através de suas práticas sociais tradicionais. Parekh (2000) trata o multiculturalismo como uma questão normativa onde a criação de uma teoria política brotaria de uma sociedade multicultural para atender às demandas de grupos culturalmente diferenciados.

Sabemos que no Brasil, dentre os grupos que compõem os povos e comunidades tradicionais, apenas os indígenas e os quilombolas conseguiram ao longo do tempo, bem ou mal, se mobilizar em torno da criação de uma proposta política. Mesmo assim, no caso do segundo grupo, essa teoria só conseguiu transformar-se em uma ação efetiva a partir de 2003, com a criação de um decreto presidencial que regulamentou a criação de seus territórios⁷⁵. Mesmo considerando que estas iniciativas são apenas os primeiros passos, significando importantes avanços, ainda estamos distantes de dizer que estes grupos conseguiram um espaço seguro para implantar ações e políticas que contemplem as suas diferenças no Estado nacional.

Como contraponto, existe ainda uma preocupação quanto ao “multiculturalismo” quando se afirma que as normas e as políticas liberais que tentam incorporar questões multiculturais não atendem às perspectivas inicialmente formuladas pela teoria do multiculturalismo, contribuindo apenas com a criação de modernas “nações assimilacionistas” (HALL, 2003). Neste sentido, preferimos acreditar que estes povos, mesmo compondo hoje uma estratégia que possa ser considerada “assimilacionista”, estão se fortalecendo internamente nos estados nacionais em suas diferenças através da conquista de alguns direitos pontuais, onde se insere, estrategicamente, a luta pela conquista de territórios. Além disso, pode emergir como resultado da união de lutas similares entre os grupos oprimidos novas reflexões e ações que fortaleçam seus movimentos em busca de um multiculturalismo que seja, quem sabe, mais real no futuro.

⁷⁴ Como exemplo, podemos citar a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, dos territórios quilombolas sobrepostos pela Base Aeroespacial de Alcântara no Maranhão, da construção da hidroelettrica de Belo Monte sobre territórios indígenas e ribeirinhos no Pará e da construção do Rodoanel sobre territórios indígenas em São Paulo.

⁷⁵ Referimo-nos ao Decreto 4.887/2003, que regulamenta o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas, pendente de julgamento em sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal na atualidade.

De fato, a “teoria liberal assimilacionista” (HALL, 2003) existe, sendo uma possibilidade que não é ignorada também por Parekh (2000). Considerando-a o autor assume que uma sociedade plenamente multicultural ainda não existe, mesmo entre os países que assumiram oficialmente a sua formação multicultural, a exemplo do Canadá e da Bolívia. Nestes aspectos, tanto Parekh, quanto Hall, se opõem a alguns filósofos políticos liberais que procuram incluir a diversidade cultural redefinindo o liberalismo, mas sem trair seus princípios universalizantes, tais como: John Rawls, Joseph Raz e Will Kymlicka. Porém sem adotar uma posição pessimista, Parekh (2000) ainda acredita que uma sociedade multicultural seja possível no futuro, valorizando as identidades culturais plurais sem enfraquecer alguns avanços trazidos pela noção de cidadania em alguns países.

Entendemos, desta forma, que a realidade almejada por Parekh (2000) esteja mais próxima à realidade das demandas dos povos e comunidades tradicionais brasileiros e dos mecanismos de luta eleitos por eles. Assim, permite-se discutir políticas multiculturais dentro de um estado liberal e distanciam-se das possibilidades aventadas por pensadores multiculturalistas mais radicais que pregam quase que uma independência através um rompimento abrupto com os estados nacionais para o estabelecimento de territórios independentes. Também, a nosso ver, distanciam-se de propostas consideradas meramente “assimilacionistas”, refutando a tendência de implantar um multiculturalismo que não possibilita autonomia cultural.

O que se observa em outras experiências de estados nacionais é que o simples auto reconhecimento formal como “multiculturalistas” não foi suficiente para que a condição desses povos e comunidades melhorasse, seja a ponto de garantir a liberdade no exercício de suas atividades culturais e tradicionais, seja no fornecimento de acesso a melhores condições materiais de vida, o que acabou por incorporar ao discurso “multiculturalista” às perspectivas liberais sem com isso atingir os objetivos teóricos que tal discurso propunha.

Essa constatação nos induz a outra noção crucial e que devemos incluir como importante neste momento de nossa discussão: a de que as políticas multiculturais devem ser pensadas para e com estes povos como algo que traga, tanto o reconhecimento desses grupos culturalmente diferenciados e de suas práticas pelo Estado-Nação, como igualdade material, garantindo “o mínimo de qualidade de vida necessária para a dignidade humana” (FRASER, 2007). Nesse sentido, existe uma sensibilidade que deve ser trabalhada com muito cuidado na aplicação de políticas públicas nos chamados territórios tradicionais, uma vez que os próprios órgãos públicos não se apropriaram de todas as condicionantes necessárias para lidar com situações tão complexas e diversificadas.

Notamos, por exemplo, que inúmeras vezes durante a execução dos trabalhos dos Planos de Utilização no Mosaico de Jacupiranga, os técnicos responsáveis inquiriam os moradores dizendo que o fato deles serem moradores tradicionais não os tornava imunes às leis nacionais. Esse tipo de comentário nos leva a duas percepções importantes: a primeira é a de que a atuação dos órgãos públicos nestes lugares, embora reconheça em seu discurso que tratam-se de territórios tradicionais, pautam sua ação na subjugação das regras locais a institutos legais que agem através do estado como meio de dominação; a segunda é que não parece haver uma reflexão e uma contestação quanto à validade do primeiro argumento, posto que tanto os agentes públicos, quanto os moradores não dominam as regras sobre o funcionamento do sistema jurídico ao qual estão inseridos e pelo qual deveriam pautar-se. Destas percepções concluímos que no resultado das intervenções não importa muito as previsões legais e o seu poder no sistema jurídico em vigor, posto que as regras para vigorarem dependam do encaminhamento que os órgãos executivos do estado querem dar para cada situação concreta nestes casos.

Assim notamos que a diferenciação legislativa conquistada pelo clamor destes grupos faz com que os órgãos executivos do estado, contrariados, vejam estes grupos como comunidades que devem ser culturalmente estáticas e a partir de então, se omitam de levar as menores condições de dignidade material até elas, alegando, por exemplo, que se são quilombolas devem viver eternamente como viviam os negros que fugiam das senzalas. Ou, se são caiçaras, que devem viver como se constituíram desde o Brasil colônia. Por outro lado, quando se realiza algum trabalho oficial nestas comunidades, se impõe como regras principais apenas os imperativos administrativos do órgão ou da instituição executora dos trabalhos. Como veremos no próximo capítulo, pode haver inúmeros equívocos jurídicos na leitura das legislações que regem estas relações se considerarmos as discussões e os ordenamentos internacionais que incidem sobre Estados nacionais na atualidade.

Mesmo entendendo a importância de se conquistar o reconhecimento de diferenças perante todo o estado nacional, como algo importante para o fortalecimento da “estima social” destes grupos, nem sempre só isso basta. Não é suficiente, nesse sentido, atingir a almejada “dignidade humana” proposta por Honneth (2003) na maioria dos casos. Há também que se atingir um mínimo de igualdade material para estes grupos culturalmente diferenciados em uma sociedade liberal. Talvez, como um exemplo de como essa argumentação é válida, podemos citar um dos casos investigados nesta pesquisa: o de uma comunidade quilombola que tem como prática cultural a agricultura através do uso de “roças de coivara” – sistema rotativo e consorciado de plantio - em que se usa o fogo nos mutirões de limpeza da mata. Por

essa prática (que utiliza o fogo na “limpa” do terreno) ser muito comum, membros dessas comunidades que atuam coletivamente, através de mutirão, negam-se a deixar de executá-la, violando, por sua vez, códigos nacionais, como o florestal. Como consequência, são multados e reprimidos por órgãos públicos ambientais e membros de movimentos ambientalistas, posto ser o uso do fogo na agricultura expressamente proibido pela legislação nacional.

Neste caso específico, ao impedir-se esta prática da agricultura tradicional, o que se perde é muito mais do que algo material. Perde-se uma prática articuladora de sociabilidade, que envolve o mutirão, a transmissão de conhecimentos tradicionais/empíricos sobre a mata e a roça, que costumam ser transmitidos pela oralidade cotidiana. Portanto, a roça de coivara pode ser considerada uma prática cultural importante ao reconhecimento cultural, mas que pode estar fadada a extinção. Por outro lado, pensamos que não bastaria permitir que esta comunidade continuasse mantendo o costume da “roça de coivara”, para que se atinja a sua dignidade. Além disso, esta comunidade certamente necessitaria de outros meios que proporcionasse as condições dignas para a sua reprodução e vivência: tais como, acesso desses povos à infraestruturas básicas como saneamento, educação, transporte de sua produção, crédito agrícola especial, dentre outros incentivos. O que também pode e deve ser fornecido pelos órgãos e políticas públicas uma vez que há previsão legal neste sentido em âmbito nacional e internacional.

Consideramos também, que embora as benfeitorias trazidas pelo Estado a estes grupos sejam mínimas. Retirá-lo de cena, rompendo relações com o Estado liberal, pode significar um retrocesso ou até uma impossibilidade atualmente. Por outro lado, submeter completamente essas comunidades às lógicas externas a sua dinâmica social trazida pelo Estado, apagando e eliminando os seus conhecimentos e características, também pode ser desastroso, para não dizer criminoso.

Entre esses paradoxos, acreditamos que a luta por reconhecimento deva ser preferencialmente voltada para o fortalecimento da estima desses grupos, pautada em suas identidades como sugere Honneth (2003), mas sem deixar de atingir também, meios de prover a igualdade material entre eles, como recomenda Fraser (2007), mantendo as práticas que sempre fizeram, mas com acesso a mecanismos que os incentivem a melhorar sua condição material (acesso a roça tradicional, extrativismo, pesca e caça artesanal, realização de festas e rituais, acesso a escolas adequadas/especiais, atendimento médico, financiamentos, etc.).

Portanto, feitas estas considerações, adotamos para efeito de uma aproximação das teorias do multiculturalismo aos casos investigados por esta pesquisa o entendimento de Fraser (2007) sobre a necessidade de se atingir tanto a igualdade material, quanto o reconhecimento da

diferença, como condições diferentes, complementares e indispensáveis dentro de uma concepção de justiça para estes povos.

Por fim, como contribuição sobre a análise dos movimentos que reivindicam o respeito como grupos culturalmente diferenciados é importante atentar para que o caráter emancipatório não seja confundido, de pronto, com idéias separatistas. No caso da busca pelo multiculturalismo, este trabalho entende que as relações com outras culturas devem ser resolvidas por meio do diálogo, o que nem sempre está garantido. Boaventura de Souza Santos nos traz algumas contribuições fundadas no que ele chama de “hermenêutica diatópica”, para essa discussão:

“Para prevenir esta perversão, dois imperativos interculturais devem ser aceites por todos os grupos empenhados na hermenêutica diatópica. O primeiro pode formular-se assim: das diferentes versões de uma dada cultura, deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vai mais longe no reconhecimento do outro. O segundo imperativo intercultural pode ser enunciado do seguinte modo: uma vez que todas as culturas tendem a distribuir pessoas e grupos de acordo com dois princípios concorrentes de pertença hierárquica, e, portanto, com concepções concorrentes de igualdade e diferença, **as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza**”. (SANTOS, s/d., com grifos nossos)

Apesar dessas discussões estarem amplamente avançadas internacionalmente e estabelecidas por diversas correntes influenciando diversas convenções e tratados internacionais, dos quais, inclusive, o Brasil é signatário, em nosso país elas nunca foram tão debatidas como agora.

Os povos e comunidades tradicionais até há bem pouco tempo quase não tinham expressão política no cenário nacional. Apesar de alguns assuntos relacionados ao tema integrarem a Constituição Federal de 1988, o que vimos durante a criação deste ato foi à aprovação de um texto constitucional enorme, onde todos participantes da assembleia constituinte queriam ver contemplados seus anseios: formalizando-se acordos genéricos sobre os variados temas. A confusão de interesses deste episódio gerou previsões normativas que passaram a exigir grande esforço interpretativo para se proteger um bem sem atingir de frente outro igualmente importante.

Atentando-se as limitações da construção deste marco legal, destacamos como avanços em relação à proteção à cultura, por exemplo, a inserção pela primeira vez em um texto Constitucional no Brasil de uma visão menos “assimilacionista” em relação aos indígenas, admitindo que estes não teriam que desaparecer no tempo por políticas de incorporação desses grupos pela cultura dominante e finalmente, passando a reconhecer-lhes legitimidade em ser diferente. Soma-se a exemplo, a inserção de uma previsão genérica de reconhecimento dos territórios quilombolas, bem como, outra previsão genérica de proteção a grupos culturais formadores da sociedade brasileira “*detentores de riqueza e de valores culturais e participes*

do processo civilizatório nacional” (Conf. Artigo 215 da Constituição Federal de 1988), abrangendo também, os patrimônios materiais e imateriais correlatos a estes grupos.

Apesar da inegável importância que representa este marco normativo, trazendo à tona e tornando evidente a pluralidade de grupos sociais existentes e dispersos pelo território nacional, a sua construção não representou um ato democrático exercido com participação plena dos representantes dos grupos culturalmente diferenciados que compõem o território “brasileiro”. Ousamos dizer que em relação à maioria desses povos citados anteriormente, nem a ditadura militar, nem o processo de reabertura política no Brasil os envolveu diretamente por viverem relativamente à parte e isolados da vida política e econômica do país⁷⁶, explicando o atraso nas discussões envolvendo as comunidades na região investigada nesta pesquisa.

É como se exigíssemos que após a Constituição Federal de 1988 estes grupos soubessem jogar um jogo ao qual nunca foram apresentados as regras, e nesse sentido, guardada as devidas proporções, a redemocratização em relação a estes povos também foi um “mito”. Se até para o morador dos centros urbanos segundo Marilena Chauí (2000), se considera que a afirmação de que vivemos em um país liberal, democrático e igualitário decorreu de um “mito”, não baseado na realidade vivida em todo território brasileiro, mas funcionando mais como uma abstrata ideologia de dominação (CHAUÍ, 2000), o que não podemos dizer em relação às comunidades em questão?

Resulta do atraso no amadurecimento das discussões nacionais referentes à proteção do direito à cultura e à diferença o agravamento destes conflitos, que como vimos nos casos investigados se deve ao avanço de outros temas previstos na mesma constituição, como por exemplo, a proteção dos direitos ambientais baseados em uma lógica conservacionista, passando a impor novos desafios contemporâneos à sociedade moderna. Sob as considerações do multiculturalismo, a estratégia conservacionista das unidades conservação perante as comunidades tradicionais pode ser entendida como uma nova prática colonialista dentro de um plano promovido pelo Estado Nação liberal.

Mas a consolidação de direito cultural e à diferença como temas relacionados aos direitos humanos, como se entende hoje, é a consecução de um processo lento de evolução deste conceito. A questão passou a ser cada vez mais problematizada no Direito, pois estes grupos

⁷⁶ Algo parecido com o que ocorreu com a guerra de Canudos, onde os bandos de Antonio Conselheiro, revoltados com a cobrança de impostos pelos municípios, não respeitava o poder de polícia, mas não sabiam que naquele momento estávamos passando do regime imperial para a república. Da mesma forma, os republicanos não sabiam que não se tratava de uma revolta contra a república e sim de cunho mais religioso do que qualquer outra coisa, conforme relatado no clássico de Euclides da Cunha.

não encontravam respaldo suficiente para se proteger dentro das correntes do “Jusnaturalismo” e tampouco do “Positivismo Jurídico”, onde se privilegiava, ou a proteção do indivíduo ou a proteção da igualdade como bens maiores a serem garantidos pelo Estado dentro de uma construção abstrata da sociedade ocidental. Nesse sentido, por mais que a sociedade tentasse avançar em seus discursos políticos, desde o ‘*Bill of Rights*’ nos Estados Unidos da América e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1789, na França, foi somente após a década de 1980 que os fóruns relacionados a direitos humanos começaram de fato a discutir a categoria “direitos culturais” como direito fundamental de forma mais aberta dentro de seus colegiados (SOUZA, 2001). Assim, devemos creditar a evidência da importância deste tema em nível global a determinados intelectuais que trouxeram a tona com grande consistência, a grande confusão estabelecida entre a noção de ‘identidade’ e a idéia de “igualdade universal” entre os seres humanos.

“Tal confusão permitia facilmente a conversão dos direitos humanos em um meio de submeter povos, através da colonização, e valorava negativamente o reconhecimento das diferenças culturais. Somente muito mais tarde, já na segunda metade do século XX, é que a diferença sociocultural começa a ser alvo da proteção legal. Todavia, a recusa em adotar o relativismo cultural, como postura de análise dos impasses criados com a emergência dos “direitos culturais” e os de autodeterminação dos povos, ainda permanece um obstáculo à viabilização plena de uma política de reconhecimento dos direitos baseados nas especificidades culturais”. (SOUZA, 2001, p. 72)

Toda a discussão decorrente deste processo fez com que a previsão de proteção à cultura desses povos, presente no Brasil desde a Constituição de 1988⁷⁷, também se alterasse, incluindo novas discussões a esta temática como, por exemplo, da garantia do estabelecimento de territórios tradicionais em “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2008) e da consulta prévia a estes povos em projetos que os afetasse, somente após compromissos internacionais assumidos pelo Brasil a partir de 2003.

Embora na Constituição Federal de 1988 já houvesse previsões expressas de proteção a povos indígenas⁷⁸ e aos territórios quilombolas⁷⁹, estas ainda significavam previsões genéricas e muito abrangentes, além de serem tratadas com pouca vontade política pelos governantes.

Atendendo a urgência da atualização do tema relacionado aos direitos culturais dos povos e comunidades tradicionais e seguindo entendimentos internacionais dentro dos jogos de interesse global, o Brasil promulgou através do Decreto nº 5.051/2004 a Convenção 169 da

⁷⁷ Conforme artigos 215 e 216, que protege os diferentes modos de criar, fazer e viver da cultura material e imaterial da nação.

⁷⁸ Conforme artigos 231 e 232.

⁷⁹ Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

OIT⁸⁰, que já se encontrava em vigor desde 25 de julho de 2003. Em tese, com a adoção desse novo instrumento jurídico internacional, outros grupos culturalmente diferenciados passam a vislumbrar a proteção de sua cultura e do seu território, bem como o direito a ampla participação prévia em tomadas de decisão que os envolvem. Mas é somente a partir de 2005, que o tema ganha maior força e repercussão no país, com a alteração da Constituição Federal⁸¹ que trás o entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser considerados internamente equivalentes às emendas constitucionais e submete o Brasil à jurisdição do Tribunal Penal Internacional em caso de violação destas recomendações.

Internamente é após estas determinações que o Brasil começa a fortalecer novos entendimentos sobre a proteção cultural e da diferença. Edita em 2007 o Decreto Federal nº 6.040, instituindo uma tímida Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁸² e oficializa pela primeira vez uma comissão composta de representantes desses povos (Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT)⁸³, reconhecendo oficialmente aqueles que Brandão (2009) chamou de “comunidades rurais tradicionais” ou “comunidades sociais e culturas associadas à variedade de produções de consumo”, como portadores de voz para tratar de temas de seus interesses.

Com a criação dessas previsões em nível nacional e a composição do seu conselho, descobriu-se que os povos e comunidades tradicionais são compostos por um número maior do que se estimava. Segundo informações obtidas em conversa com um membro da CNPCT, estima-se haver cerca de 8 (oito) milhões de pessoas com estas características no Brasil.

⁸⁰ A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata dos direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes, passando os temas relacionados a estes povos no Brasil a ganhar maior repercussão.

⁸¹ Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que incluiu no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil os parágrafos 3º e 4º, dando aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados pelas casas do Congresso Nacional a mesma força de Emenda Constitucional, portanto, norma de força superior as leis ordinárias editadas em nosso ordenamento jurídico.

⁸² Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

⁸³ Antes que o decreto tenha sido sancionado pelo presidente Lula em 2007 houve uma série de negociações e inúmeros atores sociais atuaram nesse processo político. Talvez o primeiro passo tenha sido a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais após a realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais em Luziânia (DF) em agosto de 2004. A Comissão desenvolveu uma série de debates públicos entre agosto de 2004 e novembro de 2006, nos estados do Acre, Pará, Bahia, Mato Grosso e Paraná e contou com a participação de cerca de 350 representantes dos povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil.

Essas novas articulações têm tornado possível a organização de informações coletadas em inúmeros projetos de pesquisas na área das ciências sociais em todo o Brasil, atestando a localização de territórios tradicionais e de seus modos de uso dos recursos naturais, muitas vezes seculares, como nunca antes se fez. Desmistifica-se por sua vez, em muitos casos, o “mito de natureza intocada” em muitas regiões do país, colocando em prática a tal “cartografia da pessoa” sugerida no início deste capítulo por Brandão (2009).

Essas novas previsões e compromissos assumidos pelo Brasil perante o seu ordenamento territorial e a ordem política internacional implicam na revisão obrigatória de várias questões de ordem prática que interagem com diversos setores da sociedade e com interesses diversos.

Para exemplificar algumas conseqüências geradas pelo reconhecimento desses novos direitos, podemos destacar que: a) boa parte das terras tradicionalmente ocupadas foi sobreposta por unidades de conservação da natureza de uso indireto, que não permitem a presença humana⁸⁴, o que pode significar que essa estratégia ambientalista terá que ser rediscutida, até por ser considerada por alguns como inconstitucional, diante das novas legislações internacionais e nacionais; b) existem terras tradicionalmente ocupadas que estão em terras consideradas devolutas pelos governos estaduais e que precisariam passar por uma regularização fundiária; c) outras terras tradicionalmente ocupadas estão em áreas que, talvez através da grilagem, foram apropriadas por proprietários particulares com título de propriedade e que também precisarão ser restituídas. Ou seja: existem muitos interesses em jogo, relacionados principalmente a bens altamente tutelados pela sociedade capitalista moderna, tais como a propriedade privada, os interesses do livre comércio e do agronegócio. O que ficou evidenciado diante dos interesses do desenvolvimento sustentável, pautado por princípios econômicos, plenamente capitalistas e da ciência iluminista no Vale do Ribeira ao longo do tempo, transformando a região em uma arena onde ocorrem as mais diversas disputas de poder.

Como vimos no capítulo 1, estas disputas ocorrem ora pela busca do fornecimento de recursos hídricos para São Paulo Capital, ora pela geração de energia elétrica através da implantação de usinas hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape, ou ainda pela proteção do patrimônio biológico, terceirizações de unidades de conservação, compensações ambientais e etc.. Todos os atores alegam que seus interesses são os mais louváveis, importantes e imprescindíveis para a melhoria da vida no planeta, destacando o importante papel do Vale do Ribeira nos mais diversos aspectos. No entanto, poucos são os que reconhecem os direitos de

⁸⁴ Como já informado na nota nº 27.

comunidades indígenas, caiçaras, quilombolas e camponesas com as mais diversas denominações culturais, dotados das mais diversas experiências e conhecimentos e os incluem na implementação de projetos ou políticas públicas.

Partindo da certeza de que algo injusto se constrói na relação entre órgãos públicos, empresas, instituições do ‘terceiro setor’ e os denominados povo e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira seguiremos investigando o conflito de interesses que pesa sobre esta região e o uso do “Direito” para justificá-los. Seja como for, as dificuldades estão postas. *“O importante é não reduzir a realidade ao que existe, pois, assim, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja”*(SANTOS, 1997). Ao mesmo tempo, não podemos deixar de fazer da realidade e das possibilidades que temos oportunidades de realizar sonhos possíveis. Neste sentido entendemos que o movimento dos povos e comunidades tradicionais estão navegando em um novo mar que está se abrindo. Sua persistência em navegar dirá a segurança do porto em que irão ancorar, que, com certeza, também não será o último.

Em suas buscas, vão se deparar com algumas características políticas, vícios e costumes aristocráticos que serviram tanto de entraves para o exercício da cidadania e da democracia plena, como oferecem obstáculos para a incorporação de “novos direitos” “multiculturais”. É sobre esses vícios, e como eles agem através do direito, no Brasil que trata o próximo capítulo.

7 Aspectos políticos, sociais e jurídicos e dificuldades para implantar o direito à diferença cultural no Brasil.

No Brasil e em toda a América Latina, segundo Dagnino (2006), a despeito do fortalecimento da cidadania, foram criadas e mantiveram-se divisões internas com diferentes categorias de indivíduos nos territórios nacionais, tornando o sistema democrático gerido pelo Estado insuficiente para reverter situações de opressão a indivíduos ou a grupos historicamente subjugados.

O tratamento diferenciado ocasionado por esta divisão categórica entre os indivíduos e grupos dentro do Estado Nacional institucionalizou-se na modernidade. Constata-se uma série de características atribuídas aos sujeitos sociais no processo de consolidação da Nação, sendo que o ‘*status*’ varia de acordo com a condição econômica, bem como, “raça”, gênero, etnia, religião, além de outros aspectos distintivos existentes em cada contexto nacional.

No Brasil, mais especificamente, notamos que além das distinções entre os sujeitos baseadas na classe social a que pertencem, o exercício da cidadania sofre limitações ao deparar-se com outros critérios de distinção, como por exemplo, o pertencimento a uma cultura diferenciada.

Diante dessa abordagem e dos casos investigado por esta pesquisa, nos perguntamos se seria o caso de considerarmos que nossa Constituição Federal, por ser relativamente nova (1988), deveria passar por um alargamento lento e progressivo de conceitos tais como “cidadania” e “democracia” atendendo, enfim, às demandas nacionais. Ou deveríamos considerar que essas limitações se inserem dentro de uma ordem crônica, onde a não ampliação do exercício da cidadania para sujeitos oprimidos é também estratégico?

Ao refletirmos sobre a ideia de cidadania e a atual democracia no Brasil, talvez possamos chegar à conclusão de que nossa realidade congrega um pouco de cada uma das interrogações acima apontadas. Em uma análise inicial sobre a cidadania, Marshall (1950), afirmaria que o seu exercício se vale de uma suposta igualdade humana básica, que deriva da concepção adotada pelo direito moderno. Considerando-a (a cidadania) dentro do sistema capitalista, que possui como característica a instauração de desigualdades sociais ocultas, o autor aponta que a cidadania burguesa nasceu com sérias limitações diante dos seus indivíduos, estabelecendo-se uma enorme contradição entre o conceito e a prática dentro de um mesmo sistema nacional. Por isso, a implantação da cidadania apresentou dificuldades para amenizar os conflitos sociais, mesmo em seus primórdios na Europa, onde diante dos conflitos históricos das classes trabalhadoras na sociedade burguesa industrial, que culminou no século XX, os indivíduos “*ao invés de herdarem uma cultura distinta conquanto simples*” apenas foram “*agraciados*

com uma imitação barata de uma civilização que se tornou nacional” (MARSHALL, 1950, p. 77). Evidencia-se, portanto, que a promoção da igualdade entre indivíduos é prejudicada no sistema capitalista, uma vez que este se pauta, principalmente, na exploração da força de trabalho humano, na exploração sem limites dos recursos naturais e na diferenciação humana entre classes de exploradores e explorados.

Com o passar dos tempos, a civilização prometida outrora às classes trabalhadoras da sociedade burguesa industrial, na qual haveria justiça nacional, cumprindo exigências legais ao considerar a justiça um bem comum a ser atingido, não foi concretizada de forma plena. Nestes moldes, a adoção da cidadania mostrou-se favorável apenas às classes sociais mais abastadas dentro de seus respectivos países, perpetuando a exploração de indivíduos e de certos grupos sociais que compõem as classes trabalhadoras e populares em geral. Sob o ponto de vista das desigualdades materiais, podemos dizer que a situação de extrema desigualdade econômica entre as classes sociais tende a se agravar no sistema capitalista, expondo seus indivíduos não só à pobreza, mas muitas vezes até a indigência (MARSHALL, 1950).

Essa noção de cidadania criticada por Marshall (1950) consolidou-se na modernidade como um objetivo comum a ser atingido pelos Estados nacionais ditos “democráticos”. É também sob essa perspectiva que o conceito de cidadania passaria a incidir mais recentemente no Brasil, conformando em sua aplicação outras características sociais historicamente consolidadas.

De acordo com os estudos históricos realizados por Leonidio (2007), no Brasil Colônia “a vontade do Senhor de terra não sofria objeções”. Seu trabalho demonstra a influência do “Direito natural cristão” - baseado em uma natureza hierarquizada e estática, onde cada coisa tem o seu lugar natural - na força inquestionável do Senhor de terra frente à mulher, ao filho, ao escravo, aos aliados subordinados e dependentes. O autor também mostra como essa relação estendeu-se do campo para as cidades e para as relações da política nacional, gerando, ainda nos dias de hoje, similar hierarquia estática dos interesses das classes sociais dominantes nos espaços públicos.

José de Souza Martins, ao analisar o Golpe de 1964 e a redemocratização no Brasil, também demonstra como as classes sociais dominantes se perpetuam e permanecem parceiras na modernidade, mesmo diante de situações que parecem conflitivas. O autor destaca o quanto a sociedade brasileira é capaz de alternar seu status político sem realizar rupturas sociais acentuadas, ou inovações. Traçando um paralelo com o ocorrido pelas disputas históricas por

riqueza e poder na sociedade burguesa dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista, o autor chega a dizer que:

“Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo sempre surge como desdobramento do velho”. (MARTINS, 1994, p. 30)

Para Martins (1994), a instauração do golpe militar, por exemplo, não decorreu de um processo antagônico e de recíproca exclusão entre oligarquias mantidas pelo clientelismo e militares burocratas de um Estado centralizado. Ao contrário, foi apenas a mutação de uma relação de compromissos entre ambos os grupos. Assim, diante dessa situação, facções locais criadas nos moldes do coronelismo se apoiavam, forjando um jogo político executado com grande competência entre estes dois grupos, em diversos períodos de nossa história.

Nesse sentido, embora a palavra de ordem que motivou publicamente o golpe de 1964 tenha sido o combate à corrupção e à subversão onde o governo militar cassou os mandatos e direitos políticos dos parlamentares mais progressistas, na realidade, o seu objetivo primordial não era o de moralizador, posto que, por outro lado o governo militar manteve o mandato de parlamentares que representavam as tradições oligárquicas e clientelistas. Desta forma, o autor conclui que:

“O mandato é sempre um mandato em favor de quem está no poder, pois é daí que vêm as retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem está no poder. Tratava-se, portanto, de reorientar a força do oligarquismo em favor de um Estado conservador”. (MARTINS, 1994, p. 33)

Ao que tudo indica, mesmo o processo de redemocratização, iniciado após 1984, também ocorreu apoiado nos mesmos moldes: não como uma ruptura, mas sim como um processo de transição, como o desdobramento do velho.

Portanto, ao transpormos à nossa análise as discussões sobre a cidadania na América Latina, percebemos que, inicialmente, diante da existência de inúmeros regimes ditatoriais, foram feitas adequações às necessidades específicas da luta pelo fortalecimento democrático na região. Como consequência destas transformações rumo à consolidação de países democráticos, notamos que houve uma forte incorporação dos discursos acerca da cidadania, que passaram a nortear as lutas sociais existentes no interior de cada um deles. A apropriação e a exigência de sua consolidação, atrelados a uma discussão sobre a evolução do direito ocidental, passou a pautar os direitos e as reivindicações dos movimentos sociais e de indivíduos em países como o Brasil.

Basicamente, criou-se com isso uma falsa noção de paridade entre as demandas e os indivíduos dos países na América Latina e as discussões e aprimoramentos da cidadania em

países centrais do ocidente. Nesse sentido, passamos a nos espelhar em uma cidadania nos moldes dos ditos países desenvolvidos aspirando sempre atingir a sua condição social, acreditando ser possível um dia atingir uma espécie de processo natural de “evolução social” pautada na igualdade plena e incondicional entre os indivíduos.

Inevitavelmente, ao incorporarmos discussões associadas ao exercício da cidadania e da consolidação democrática no Brasil, incorporamos também perspectivas sobre o desenvolvimento teórico e histórico das ideias e das abstrações que compõe o sistema jurídico ocidental, passando a aceitá-las como verdades absolutas em todo território nacional. Ocorre que ao importarmos esse sistema político e jurídico e darmos a ele uma incidência prevalente no Brasil, ignoramos peculiaridades na formação de nossa sociedade, que ficariam mais uma vez sem possibilidade explícita de solução pelo modelo utilizado.

Para entendermos melhor o sistema jurídico que herdamos, podemos rememorar e utilizar a Teoria da Evolução dos Sistemas. Se seguirmos uma perspectiva sistemática da “evolução dos direitos” na sociedade moderna, como teriam feito Bobbio, Umozurike e Marshall, notaremos que tal sistema se desenvolve a partir de um processo iniciado com a consolidação pelo Estado dos chamados “direitos de primeira geração”, compreendendo os direitos civis e políticos individuais, surgidos no século XVIII e XIX. Logo em seguida, notaremos que a estes foram incluídos os direitos sociais, considerados como de “segunda geração”, proclamados no século XX. E finalmente, perceberemos a chegada dos considerados direitos de “terceira geração”, podendo ser identificados como tal, os direitos ambientais, de novas tecnologias e à cultura. Neste último caso, devemos salientar que, inicialmente, o direito à cultura deve ser considerado como um direito de ordem coletiva de proteção dos produtos da cultura como um bem que pertence a cada Estado- Nação (SOUZA, 2001).

Pela Teoria da Evolução dos Sistemas, as demandas pleiteadas pelos povos e comunidades tradicionais, que aqui chamou-se de busca por “direitos comunais”, se diferenciam da aplicação de direitos “coletivos” ou “difusos” propostos pela terceira geração dos direitos por apresentar algumas sutilezas e peculiaridades que fazem uma enorme diferença prática em sua consolidação.

Se analisarmos a proteção cultural apenas como “direito coletivo” ou “difuso” (de terceira geração) ou podemos tratar os diversos grupos culturalmente diferenciados e suas formas particulares de organização social como um bem (produto), passível de proteção pelo Estado Nação e pela sociedade nacional, ou seja, como um “bem comum”, tendendo a uma proteção “folclorística” que concebe a cultura estática ou, por outro lado, podemos desconsiderá-la quanto à necessidade de sua proteção, submetendo seus integrantes à condição de ‘falsa

cidadania' (MARSHALL, 1950) sob os auspícios da igualdade, o que passaria a oprimi-los enquanto “diferentes”. Seja qual for a opção dentro destas duas possibilidades, estaremos invariavelmente, ao longo do tempo, submetendo estes grupos a uma visão “etnocêntrica” de mundo, segundo os preceitos da igualdade e do capital, podendo causar com esta conduta um “etnocídio” institucionalizado.

Porém, quando analisamos a proteção à diferença cultural pelo viés antropológico (SOUZA, 2001), sob a ótica dos grupos culturalmente diferenciado, devemos considerar primordialmente nestes grupos a relação existente entre os seus pares e o território utilizado por eles, entendendo antes de qualquer coisa que cada grupo guarda uma identidade distintiva do restante da nação em relação ao seu respectivo território. A somatória de significações, de conhecimentos e de regras sociais construídas entre eles ao longo do tempo seria o objeto que se busca proteger na relação de cada grupo com o Estado e com o restante da sociedade. Torna-se necessário observar que é a somatória de fatores específicos de cada grupo culturalmente diferenciado que lhes dá identidade, sendo suas características específicas (particulares) o motivo de sua existência. Se lhes tirarmos isso, lhes tiramos também a vida, o direito de existir, sendo dentro da perspectiva fundamental de proteção à vida e à liberdade de existir que se insere a proteção à diferença cultural como um direito humano contemporâneo. Nestes termos, quando estes grupos se manifestam em busca de proteção aos seus territórios é o que designamos como busca por “direitos comunais”, posto ser uma demanda que extrapola o âmbito do indivíduo e se insere na busca de um grupo específico e comum que se distingue do resto dos indivíduos da nação.

É muito comum se confundir e tratar da mesma forma os direitos “coletivos” e “difusos” e o que estamos chamando de “direitos comunais” quando não se atenta às conjunturas históricas e políticas no tratamento de conflitos estabelecidos na modernidade que envolvem o meio ambiente, os patrimônios arquitetônicos - históricos e a diferença cultural. O grande problema que pesa sobre todo o Vale do Ribeira, conforme constatamos durante a realização desta pesquisa, é quanto à aplicação dos “direitos ambientais” por meio das unidades de conservação sem a devida observação da proteção de outros bens, patrimônios e direitos incidentes sobre a mesma área e sobre as pessoas/grupos que a integram.

Por isso, a opção por esta distinção torna-se algo importante para este trabalho e ocorre porque consideramos que a expectativa de direito pleiteadas por estes grupos na atualidade esteve à margem das possibilidades de exercício pleno da cidadania até agora. A cidadania encontra-se antes em construção e mantém com uma certa incompatibilidade com a ordem jurídica estabelecida no Brasil. Como passaremos a argumentar adiante, adotando ainda a

perspectiva da evolução sistemática do direito, suas reivindicações talvez se insiram em uma “quarta geração de direitos” (SOUZA, 2001), ou no mínimo, uma nova modalidade necessária de direitos para contemplar os desafios contemporâneos dos Estados nacionais.

Refletindo sobre os estudos de caso, consideramos que o ‘direito ambiental’ emerge como um direito cidadão (de cada indivíduo) inserido dentro da lógica do Estado-Nação para assegurar boas condições ambientais do planeta para todos, exercido sobre um bem indivisível (o meio ambiente) através de um direito “coletivo” (de terceira geração) pautado pela igualdade. Por outro lado, os ‘direitos culturais’, como direito à diferença, pleiteado pelos povos e comunidades tradicionais, emergem justamente do raciocínio oposto. Referem-se a grupos “comunais”, pautados na diferença destes com o restante dos cidadãos da Nação, impondo-se como um desafio ao conceito inicial de cidadania de igualdade. Nestes casos, percebemos que a utilização da cidadania, exige, no mínimo, uma adaptação, devendo atender a uma demanda real que se consolidou no tempo e que só poderá ser sanada e conformada por um Estado democrático radical que possa permitir o direito de existência, de liberdade e de vida diferenciada a grupos comunais, em territórios comunais, ainda que no interior do território nacional.

Essas evidências reforçam os equívocos cometidos por integrantes do movimento “socioambiental” no Brasil, principalmente do Sudeste, quando afirmam que a proteção do meio ambiente promovida através da implantação de unidades de conservação é influenciada pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade, colocando-se como os sujeitos de direito responsáveis por tratar de demandas relacionadas às culturas tradicionais dentro destas áreas. Na realidade, os sujeitos de direito, ‘socioambientalistas’ e povos e comunidades tradicionais, se posicionam antagonicamente disputando os mesmo espaços com finalidades opostas. Isso pode ser observado quando compreendemos que para os ambientalistas estas áreas devem ser mantidas desertas (de gente) ou regidas pelo “conservacionismo”, enquanto para as comunidades, devem ser reconhecidas como seus territórios comunais regidos pela tradição. Assim, pelo ponto de vista multicultural, somente os próprios povos e comunidades tradicionais podem ser sujeitos dos “direitos comunais”, aqui compreendido como uma nova modalidade de direito.

A proteção de grupos culturalmente diferenciados é uma discussão complexa, que embora há algum tempo seja pauta de inúmeras discussões internacionais, só teve maiores repercussões no Brasil nos últimos 10 (dez) anos. Lembramos que os tratamentos mais intensos dessa demanda internamente coincidem com dois fatos que interferiram diretamente para evidenciar uma nova perspectiva nessas relações: o primeiro, é a ascensão política de lideranças com

forte apelo popular e com maior proximidade com os grupos culturalmente diferenciados que foram historicamente excluídos; o outro, que se soma ao primeiro, é a consolidação de um processo de forte crescimento da economia nacional, que inseriu o Brasil tanto no âmbito de discussões internacionais voltadas a projetos econômicos vultuosos, como, por via de consequência, submeteu as discussões e as determinações internacionais referentes à proteção dos Direitos Humanos.

Assim, finalmente podemos perceber o fortalecimento dessas discussões como um reflexo do processo de ‘redemocratização’, seja como resultado do exercício do sufrágio universal (voto direto), seja como a necessidade mais recente de maior participação do país nas discussões e nas estratégias internacionais de disputa de poderes pelo seu suposto fortalecimento democrático. Essa atual conjuntura causa um verdadeiro paradoxo. Ao mesmo tempo em que expõe grupos culturalmente diferenciados aos interesses e estratégias do capital globalizado, também traz às essas causas repercussão nacional e internacional quando vistas como “violação de direitos humanos”. Tal situação pode acabar extrapolando até mesmo a soberania nacional atingindo as pautas e discussões envolvendo tribunais e fóruns internacionais.

Por este aspecto, a “proteção da cultura e da diferença cultural” inaugura novos campos de tensão no interior do Estado-Nação que ainda não haviam se desenvolvido desde a Constituição Federal de 1988. Temos então hoje, no caso brasileiro, além das tensões clássicas entre os poderes tradicionais da oligarquia e do Capital, possíveis pressões exercidas por órgãos e agências internacionais que requerem e fiscalizam determinadas condutas dos estados nacionais dentro de um discurso que prega práticas globalmente aceitáveis e recomendáveis. No meio deste campo de disputas, e buscando aproveitar-se de alguma forma deste contexto, situam-se os povos e comunidades tradicionais que buscam ver suas reivindicações finalmente atendidas, viabilizando o direito de existir e de obter dignidade humana.

Quando recapitulamos a evolução das discussões internacionais de proteção à diferença cultural atrelada aos direitos humanos, percebemos que ela complementa as discussões sobre o multiculturalismo - iniciadas no capítulo anterior - e nos fornece elementos que mostram como é necessária a continuação de uma ‘evolução sistemática do direito’ ampliando, ou ressignificando, a noção de cidadania criticada anteriormente.

O enquadramento dos casos envolvendo as reivindicações dos grupos identificados como “subalternos” pelas correntes ‘multiculturalistas’, tal como ocorre com os povos e comunidades tradicionais no Brasil, buscando o reconhecimento da diferença dentro do âmbito dos Direitos Humanos, nem sempre foi pacífica. Temos que lembrar que a própria

noção de Direitos Humanos foi fortemente questionada por estes grupos diferenciados e seus simpatizantes, na medida em que lhe foi atribuída uma pretensão universalista que estaria no cerne da tentativa de validação universal do conjunto normativo constituinte da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (SOUZA, 2001).

A construção desta crítica por correntes sociais espalhadas por todo o globo alegava que a criação de Direitos Humanos universais emergiram, basicamente, de uma confusão conceitual estabelecida entre a presunção de igualdade entre os homens e a de igualdade de identidade. A igualdade é prevista formalmente pela conjunção de fatores econômicos, políticos, jurídico-filosóficos e sociais e teve sua máxima expressão no iluminismo, na Revolução Francesa, e sobretudo na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, influenciando a maioria das constituições ocidentais subsequentes.

Para esses críticos, o mesmo conceito de igualdade que serviu como instrumento para combater os privilégios políticos da aristocracia pela burguesia se transformaria agora em uma estratégia de dominação pós-colonial dos países centrais do ocidente frente aos diferentes grupos culturais espalhados pelo mundo.

A partir dessa constatação, percebemos a associação, no mínimo equivocada, entre os conceitos de “igualdade” e “identidade”, que se baseou em uma contextualização histórica e geográfica específica da realidade colonial européia, decorrendo desse processo a formulação de todo um conjunto normativo que também tinha pretensão a obter validade universal. Assim, a origem do pressuposto de igualdade entre os homens como princípio de justiça perpetuou-se ancorado no recurso antigo de uma ordem natural.

Temos então, em uma primeira abordagem, os “direitos culturais” como parte da categoria Direitos Humanos, limitados de acordo com estes preceitos, entendendo a cultura como sendo estática e prevendo apenas a proteção de grandes obras de arte da humanidade. Em São Paulo, o exemplo dessa leitura (amplamente criticada por ser restrita), pode ser percebida na atuação de órgãos como o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), e no papel que desempenhou no caso da Estação Ecológica da Juréia Itatins, conforme relatado no capítulo 4.2..

Desta forma, o respeito aos direitos culturais constava, até recentemente, apenas como um direito genérico a todos os cidadãos nacionais, permanecendo ignorados pelos Estados a necessidades de tratamento diferenciado de minorias culturais em seu território, ou jurisdição. Essa situação permaneceu inalterada pelo menos até 1980. Como justificativa para a manutenção desta leitura, os documentos de congressos internacionais a respeito de Direitos Humanos atestam que os estados nacionais temiam reconhecer o direito a uma identidade

cultural diferente no interior do território nacional, pois teriam que identificar e reconhecer, a partir da existência destes grupos, no contexto total da nação a sua vulnerabilidade. A situação incômoda diz respeito tanto às minorias, como aos povos autóctones. Por sua vez, este fato poderia incentivar o encorajamento a uma secessão, que poria em perigo a unidade territorial nacional.

Podemos perceber que as discussões sobre “direitos culturais”, do ponto de vista mais antropológico, envolve os interesses entre estados nacionais e minorias étnicas e culturais, e foram alterando-se gradativamente em diversos documentos internacionais. O que temos hoje é, portanto, fruto de intensos e disputados debates.

Exemplo de efetivação dos “direitos comunais” destes grupos envolvendo seus direitos à diferença cultural em território nacional é a “titularidade coletivas de propriedade e de autodeterminação identitária pelos próprios povos”, proclamados pela primeira vez através da Carta das Nações Unidas – Artigo 1º, §2 e Artigo 55, da Assembléia Geral da ONU em 1960. Somente alguns anos depois é que o conteúdo referente aos “direitos culturais” foi repensado ampliando o seu alcance e consignando-se como constitutiva de Direitos Humanos - o que só ocorreu com a Convenção Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais em 1966. Os “direitos culturais” só deixaram de ser concebidos como um patrimônio estático, ganhando reformulação em 1976, quando a UNESCO passou a entender a “cultura” como:

“não somente a acumulação de obras e conhecimento que a elite produz (...) não se limita ao acesso às obras de arte da humanidade, mas é toda a aquisição de conhecimento, e ao mesmo tempo, a exigência de um modo de vida, a necessidade de comunicação” (SYMONIDES, 1998, p. 622 *apud* SOUZA, 2002, p. 65).

Mesmo com o reconhecimento ampliado do significado de cultura pelos organismos internacionais, percebemos que esta definição ainda encontrava-se distante de uma ideia que supõe a cultura como uma atualização constante e incessante de significados e de valores coletivos próprios a um dado grupo humano (SOUZA, 2001).

No âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as questões relacionadas ao tratamento das populações denominadas “indígenas, tribais ou semi-tribais” de países independentes eram inicialmente tratadas pela Convenção 107, de 26 de junho de 1957. Como um dos primeiros instrumentos jurídicos internacionais criados especificamente para a proteção destas populações, esta Convenção também continha uma visão integracionista e paternalista. Estas populações eram então consideradas parte de um processo transitório no contexto nacionalista e desapareceriam medida de sua maior integração e comunhão nacional, por exemplo, como mão de obra dos países nacionais. O pressuposto desta proteção era de

que os problemas inerentes a estas discussões desapareceriam na medida em que estes grupos se integrassem à coletividade nacional.

Nestes termos, a cultura diferenciada poderia ser mantida, desde que não fosse incompatível com o ordenamento jurídico nacional e com o programa de integração previsto no seu artigo número 7 (sete)⁸⁵. Ao que tudo indica, foram essas previsões e convicções que nortearam e continuam influenciando as ações na região investigada no Estado de São Paulo por esta pesquisa e em outras partes do Brasil, já que tanto os decretos que criaram as unidades de conservação no Vale do Ribeira durante o regime militar, referendados posteriormente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000), como os órgãos ambientais na atualidade continuam agindo de acordo com as orientações daquele documento aprovado em 1966. Porém, agir desta forma é ignorar outros fatos e determinações que seguiram aprimorando essas discussões internacionalmente e que hoje também incidem sobre o ordenamento nacional.

A partir dos anos 1970, organizações indígenas, indigenistas e multiculturalistas começaram a exigir a revisão das normas da Organização Internacional do Trabalho, especialmente da Convenção 107, por sua visão “integracionista” e porque o documento defendia que a decisão sobre o desenvolvimento destes povos deveria ser de competência exclusiva dos governos, não das próprias comunidades. Essas reivindicações acabaram provocando uma modificação parcial da Convenção 107 da OIT, através da 76ª Conferência Internacional do Trabalho ocorrida em junho de 1989 em Genebra. Surge assim um novo instrumento, conhecido atualmente como Convenção 169 da OIT - “Convenção sobre os povos indígenas e tribais nos países independentes”.

Em seu preâmbulo, a Convenção 169 da OIT reconhece que houve a evolução do direito internacional dos povos indígenas e tribais desde a sua primeira versão em 1957, admitindo também a nova situação em que se encontram atualmente esses povos em todo o mundo. Reconhece como legítimo seus desejos de assumirem o controle de suas próprias instituições, seus modos de vida, seu desenvolvimento econômico e o objetivo de manter e fortalecer suas identidades, conhecimentos, línguas, religiões e territórios⁸⁶. Aconselha-se aos estados independentes adotar novos regulamentos internacionais sobre a matéria, acabando de vez

⁸⁵ Esta Convenção começou a vigorar no Brasil em 18 de junho de 1966, através do Decreto Legislativo nº 20, de 30 de abril de 1965, e pelo Decreto Presidencial nº 58.824, de 14 de julho de 1966.

⁸⁶ Que devido ao avanço da discussão sobre o tema e a sua necessidade de regulamentação no Brasil em virtude de acordos do governo brasileiro junto a OIT, em janeiro de 2012, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministro interino das Relações Exteriores assinam a Portaria Interministerial nº 35 – datada de 27 de janeiro de 2012, publicada no dia 30 de janeiro de 2012. Tal portaria estabeleceu formalmente o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre o mecanismo de consulta prévia da Convenção 169 no Brasil, que deverá ser concretizado até meados de 2013.

com todas com a visão assimilacionista (etnocêntrica) das leis anteriores. Também observa-se, por outro lado, que em muitas partes do mundo esses povos ainda não gozam dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos estados onde vivem, além de que suas leis, valores e costumes não são respeitados. Ao invés da integração, a nova Convenção traz em seu bojo a concepção de respeito à cultura, à religião, à organização social e econômica e à identidade própria, além de prever a participação efetiva desses sujeitos nos planos e nos programas que afetam diretamente suas vidas.

Muito embora a forte consolidação do sistema democrático no mundo e, principalmente, na América Latina seja um processo de descolonização ocorrida após os anos 1960, com a emergência de “novos” movimentos sociais a partir da década de 1970 -, está em jogo uma redefinição da ideia de cidadania. Esta deveria incluir a cultura no contexto político de cada país dando ao caráter cultural um importante meio de reconfiguração da arena política e de novas possibilidades do que é (ou, pode vir a ser) uma sociedade democrática. Salientamos, porém, que essas novas tendências ainda não estão plenamente configuradas. Só percebemos a emergência de discussões mais aprofundadas a este respeito no Brasil após o ano de 2003. Ou seja, mesmo estando incorporados alguns avanços normativos a este respeito no Brasil, a implementação de práticas nos sentido de consolidar estas novas perspectivas ainda são muito recentes. A recepção de legislações internacionais e a criação de novas normas infraconstitucionais passaram então a regulamentar apenas algumas recomendações gerais nesse sentido, fortalecendo um pouco mais tanto as demandas de índios e quilombolas, quanto as de outros grupos diversos espalhados pelo território nacional - como, por exemplo, os caiçaras.

Com certeza, essas previsões gerais de proteção à diferença cultural construída pouco a pouco desde a Constituição Federal de 1988 e existentes hoje no território nacional só foram instituídas porque a pressão exercida por alguns grupos emergiram imbricadas às discussões internacionais que embasam e continuam influenciando suas pretensões. Indicam ainda que muitas outras reivindicações poderão ser normatizadas no Brasil a este respeito se considerarmos o avanço interno dessas discussões a partir de 2005 e a multiplicação de grupos culturalmente diferenciados, além de indígenas e quilombolas, que emergem com as discussões da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Temos que considerar, contudo, que ainda que estes fatos aumentem as possibilidades das áreas de interesse para a consolidação das políticas da diferença e de reconhecimento dos territórios tradicionais, por outro lado relacionarem-se a áreas que integram outros interesses atrelados a estratégias econômicas, como demonstramos no capítulo anterior. Em relação às

unidades de conservação no Brasil, foco desta investigação, teremos que levar em conta a extrema hierarquização de nossa sociedade, as características aristocráticas e os projetos políticos neoliberais vigentes que incidem historicamente sobre estas áreas.

A implantação dos direitos à diferença passa assim pelos domínios do Estado no território nacional e a aceitação por ele de parâmetros culturais diversificados em pequenos territórios distintos, interferindo de maneira determinante nesta relação os interesses da iniciativa privada e de grupos que atuam como parceiros técnicos, através do terceiro setor, executando projetos hegemônicos que se tornaram nacionais. Essas características ampliam o caráter de dominação sobre os grupos culturalmente diferenciados, incluindo aspectos tanto de ordem financeira, como cultural. Eles se articulam em uma dominação multissetorial, que busca legitimar-se tecnicamente através de critérios aceitos oficiosamente, obtidos graças a uma falsa noção de consenso e de cidadania comungada através de atuações conjuntas entre tais grupos privilegiados e o Estado.

Podemos atribuir como entraves para efetivação de políticas culturais recentes, desta forma, também ao vínculo indissolúvel entre a cultura dominante e a política que ela expressa. Ou seja, na modernidade os projetos políticos que se expressam na América Latina e no Brasil veiculam e reproduzem significados refletidos em matrizes culturais mais amplas onde à confluência perversa entre sociedade civil, participação e cidadania, e onde as várias dimensões do autoritarismo social e hierárquico das sociedades latino-americanas estão presentes (DAGNINO; OLVERA & PANFICHI, 2006).

Neste contexto, se focarmos nos interesses materiais e de classe social envolvidos no “*status quo*” do Estado moderno e da representação do significado das unidades de conservação neste projeto de desenvolvimento sustentável, entenderemos que os grupos culturalmente diversos são prejudicados, pois “*ser pobre não significa apenas privação material, econômica, mas também a submissão a regras culturais que expressam uma absoluta falta de reconhecimento dos pobres como sujeitos portadores de direitos*”. (DAGNINO; OLVERA & PANFICHI, 2006, p. 52)

Em unidades de conservação como as investigadas - sejam as de proteção integral, sejam as de desenvolvimento sustentável -, submeter tais sujeitos a um sistema de cidadania igualitária, além de configurar, na prática, uma absoluta supressão de direitos, priva-os de possuírem características culturais próprias. A consolidação desta estratégia ambientalista torna-se, não algo novo, que emerge unicamente das discussões sobre a crise ambiental do planeta, mas algo que deve também ser discutido à luz das particularidades da formação social brasileira na

medida em que passam a reproduzir opressões entre os mesmos grupos considerados oprimidos e opressores, utilizando-se de discussões da modernidade.

Nestes locais reproduz-se uma “hierarquia estática”, onde tanto os agentes do Estado, como seus parceiros e técnicos do “terceiro setor” seguem atuando pelo Vale do Ribeira perpetuando projetos que expropriam das comunidades suas terras impossibilitando o eventual caráter democrático, popular e participativo de uso dessas áreas de maneira sustentável. O reflexo da manutenção dessa hierarquia estática é a presença, desde a década de 1980 até os tempos atuais, de sujeitos sociais denominados “ambientalistas” ou “sociambientalista”, parceiros do Governo do Estado de São Paulo, que dominam os fóruns relacionados às unidades de conservação e defendem interesses e posições bastante questionáveis em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A trajetória dos representantes destes grupos demonstra que eles desenvolvem atividades multifuncionais: ora compõem e falam em nome de algumas organizações ambientalistas influentes, ora são chamados a compor o quadro de funcionários estatais preenchendo cargos de confiança, ora são chamados a prestar serviços aos órgãos públicos através de suas ONGs ou empresas de consultoria, ou ainda, agem como articuladores e facilitadores entre a iniciativa empresarial privada e órgãos de governo - sem contar quando compõem comissões e conselhos que são responsáveis pelas emissões de autorizações e licenças ambientais para grandes empreendimentos públicos ou privados.

Em suas múltiplas funções, estes grupos passam a consolidar parcerias com as estratégias políticas e do capital, agindo como técnicos em nome do meio ambiente em todo o Estado de São Paulo, gerando assim as clássicas confusões entre o público e o privado que maculam a política na sociedade brasileira e que impossibilitam a consolidação de discussões realmente democráticas nestes espaços. Essa situação passa a conferir:

“uma visão ‘minimalista da política’, se traduzindo no inverso dos esforços democratizantes do projeto democrático participativo, reduzindo terrenos, sujeitos, temas e processos considerados constituintes da política, no papel de compensar a ausência do Estado na implementação de políticas sociais, refletido na substituição do termo “sociedade civil” pelo de “terceiro setor” ao lado do mercado e do Estado, promovendo movimentos apolíticos evitando o confronto ao monopólio do Estado e da sociedade política no exercício da política e do poder” (DAGNINO; OLVERA & PANFICHI, 2006; p. 58)

Essa “visão minimalista da política” é mais um elemento que tem impossibilitado qualquer pretensão de se atingir discussões realmente democráticas nas relações envolvendo comunidades tradicionais em unidades de conservação.

Tais limitações e vícios da nossa democracia, cunhados sob os aspectos acima identificados, foram notados em sua integralidade durante toda a realização da investigação desta pesquisa.

Ao demonstrarmos como ocorreu a construção da noção de “crise ambiental” e das estratégias para minimizar os impactos ambientais no capítulo 5, acabamos por evidenciar também a total desconsideração dos processos sociais envolvidos nestes casos (ACSELRAD, 2004), o que certamente se reproduziu na história de implantação e na manutenção de unidades de conservação do Vale do Ribeira, demonstrado o quanto foram e são antidemocráticas, além de relacionarem-se à prática de “etnocídio”.

De fato, a apropriação simbólica da base material do meio ambiente através das unidades de conservação, justificada pela ‘ecologia científica’ ou pela cientifização premeditada dos discursos públicos, despoliticizou as lutas sociais envolvendo o meio ambiente, sendo mais uma estratégia de distribuição de poder no campo das forças, *“dando origem a novas institucionalidades e ‘formas de participação’, constituídas para articular movimentos ambientalistas e Estado, em certos casos burocratizando associações e obscurecendo conflitos através da pretensão ao consenso pré-construído.”* (ACSELRAD, 2004; p. 21).

Deslegitimou-se, assim, os povos e comunidades tradicionais dos processos decisórios pelo confronto que suas reivindicações sofrem por conceitos biologizantes que passaram a prevalecer nestas áreas tornadas unidades de conservação. Essa situação repercute ainda em uma completa dependência legal e institucionalizada da vida dos grupos tradicionais aos preceitos ambientalistas. A leitura da legislação apenas pelo ponto de vista dos grupos que integram a essa “visão minimalista da política” (Estado, iniciativa privada e terceiro setor ambientalista) tem servido para legitimar de forma extrema o movimento “socioambiental”, que muito pretensiosamente fala tanto em nome do meio ambiente, como em nome da cultura desses povos e comunidades tradicionais e de suas vidas, tomadas de forma individual ou comunal, apenas como um “bem socioambiental” por tais comunidades terem sido sobrepostas por áreas protegidas.

Ao invés da instituição da democracia significar a possibilidade de grupos oprimidos reivindicarem e obterem uma prestação jurisdicional do Estado como reconhecimento de uma “justiça” em nome de seu povo, o que assistimos no caso das unidades de conservação no Vale do Ribeira é a completa submissão dessas comunidades em sua existência ao crivo ambientalista. Em nome da cidadania expressada apenas pelos anseios dos movimentos “socioambientalistas” (SANTILLI, 2005) passam a agir em parceria com o desenvolvimento sustentável, com os projetos da iniciativa privada e com as políticas do Governo do Estado de São Paulo, como procuramos evidenciar antes.

Ao filarmos tais atitudes às políticas públicas oficiais, elas se agravam consolidando-se como uma omissão, que por sua vez, viola o princípio da legalidade, posto que deveriam considerar

os direitos humanos desses povos e comunidades tradicionais, de certa forma consagrados em âmbito nacional e internacional. Há casos, inclusive, onde são rejeitados estudos e recomendações que sugerem formas sustentáveis de uso dos recursos naturais e/ou é apontada a necessidade de proteção da cultura e do conhecimento adquirido por estes povos sob o argumento de “obediência ao princípio jurídico da precaução ambiental”, ignorando-se por sua vez, o princípio constitucional do “acautelamento cultural”.

Neste sentido, é através dessas estratégias “minimalistas da política” que estes povos tornam-se vítimas do poder de coerção estatal, passando a integrarem um processo iniciado há tempos atrás de migração, eliminação cultural e assimilação das diferenças, transformando-os em força de trabalho barata para o capital.

Percebemos que as teorias contratualistas dos séculos XVI e XVII, no caso Europeu - com maior expressão em Hobbes, Locke e Rousseau -, buscaram fundamentar a criação do Estado em uma fase hipotética do homem em seu “estado de natureza”. Manifestava-se, assim, a ideia de um indivíduo plenamente livre de quaisquer laços de subordinação, de qualquer vínculo social e político, configurando como seres iguais por natureza e sem particularidades que os tornassem desiguais. Propositadamente, sabemos que essa lógica era pautada na concepção de indivíduos iguais como antecessores ao Estado, já que ela deveria contrapor-se à antiga ordem baseada na família e na hereditariedade. Desta forma, foi possível contrapor racionalmente as afirmações de Aristóteles na sua *Política*.

Podemos dizer, estando de acordo com Norberto Bobbio (*apud* SOUZA, 2001), que os contratualistas, ao colocarem a rejeição aos postulados de Aristóteles como contraposição da existência natural de hierarquias familiares e da dominação que se legitimaria por ela, buscaram na verdade, eliminar tanto pretensões despóticas da parte dos governantes, como a imposição de restrições à liberdade dos indivíduos burgueses pelos estados naquele contexto.

Ao que nos parece, a ideia de igualdade entre todos os homens que emergiu naquele momento como uma estratégia de oposição iluminista contra o antigo regime da aristocracia e da nobreza, transportou-se recentemente para o caso brasileiro, porém, sem as mesmas pretensões libertárias. Enquanto na sua versão original europeia, a igualdade atentava de morte a aristocracia e a nobreza por eliminar os subalternos e indivíduos distintos socialmente, aqui no Brasil, a ideia de se utilizar da igualdade serviu apenas para afastar do poder a distinção formal entre militares e a aristocracia, grupos estes que sequer se opunham plenamente (MARTINS, 1994).

Assim, constatamos que no Brasil, a despeito de qualquer discussão política, manteve-se, mesmo após a Constituição de 1988, um sistema de dominação oficial, pautado na reprodução

das “hierarquias estáticas” (LEONDIO, 2007), que de forma inversa ao que buscavam os contratualistas dos séculos XVI e XVII, serviu tanto para legitimar oficialmente atitudes despóticas pelos governantes, quanto para restringir a liberdade individual. Ao mesmo tempo, procurou de certa forma eliminar legalmente grupos culturalmente diversos em um Estado considerado legítimo. Decorre desta constatação que o significado do individualismo contratualista para a sociedade moderna ao ser incorporado no Brasil, ao invés de significar uma reflexão profunda, ou um grande salto prático e teórico sanando nossas máculas históricas, contribuiu com a perpetuação de práticas de exclusão social e cultural.

Respeitando as limitações exigidas por grupos dominantes no Estado nacional, passamos adotar, desde então, o pressuposto de igualdade entre os homens como princípio de justiça entre nós. Acorados no recurso à ordem natural que embasa esse discurso, lhe atribuímos pretensões e características universalistas, como se todos os indivíduos do território nacional preenchessem as condições de sujeitos epistêmicos universais e idênticos (genéricos). Afiançados por esta suposição, passamos a vislumbrar uma suposta condição de civilidade.

Porém, quando verificamos as enormes contradições entre a concessão de direitos na modernidade, conseguimos perceber as contradições existentes entre o direito concebido pelo Estado liberal e os acordos coletivos consolidados pela tradição em cada grupo. A prevalência do direito do Estado, nestes moldes, tem configurado uma forma de imposição de uma determinada visão de mundo, e assim, tem provocado discussões profundas sobre o sistema jurídico nacional e internacional (SOUZA, 2001).

No caso brasileiro, podemos notar um retardamento à adesão das discussões internacionais sobre o tema de respeito aos direitos da diferença cultural, o que causou a impossibilidade de acesso por essas comunidades aos direitos oriundos destas discussões. Isso se deu, tanto pelo vigor interno do regime militar durante o amadurecimento destas discussões internacionais, como pelos conflitos materiais que a consolidação desses direitos traria. A aplicação de tais direitos acerca das áreas aqui em questão coloca, inevitavelmente, frente a frente e em conflito, os grupos que podem ser reconhecidos como comunidades tradicionais e os grupos detentores do capital e ou herdeiros da aristocracia que se mantém fortemente no poder graças ao fenômeno que transforma privilégios históricos em direitos garantidos como sinônimo de “justiça”.

Ocorre ainda que os problemas e a complexidade relacionada à noção de justiça ajudam por camuflar interesses e estratégias que comprometem a própria atuação do Poder Judiciário no julgamento dessas relações conflituosas.

Tratando da complexidade que envolve a aplicação da “justiça” na modernidade, o filósofo do direito Chaïm Perelman (2005) identifica algumas concepções do termo que se tornaram mais correntes, elencando-as da seguinte forma: a) “a cada qual a mesma coisa”; b) “a cada qual segundo os seus méritos”; c) “a cada qual segundo as suas obras”; d) “a cada qual segundo as suas necessidades”; e) “a cada qual segundo sua posição”; f) “a cada qual segundo o que a lei lhe atribui”.

Os estudos realizados por Perelman (2005) compreendem que a noção de justiça apresenta-se, genericamente, perante a maioria das sociedades. Haveria um consenso que se reproduziu até entre os juristas, moralistas e filósofos contemporâneos de que a noção de justiça sugere, de forma geral, certa igualdade. Assim, aplicar a justiça consiste, grosso modo, na aplicação da ideia de igualdade, o que aproxima por sua vez, essa noção ao conceito de cidadania nas democracias modernas conforme anteriormente discutido neste capítulo.

Desde então, essa ideia de igualdade tem sido aplicada de tal forma, que mesmo constituindo-se em um elemento comum, permite divergências históricas em sua aplicação. Isso é possível porque ela contém em si um elemento indeterminado, uma parte que pode ser variável, cujas diversas determinações ensejam as mais opostas fórmulas de justiça. Nesse sentido, segundo Perelman (2005), vale lembrar que desde Aristóteles enfatiza-se a necessidade de semelhança entre os seres para que se possa aplicar a noção de justiça e de igualdade. Hoje, acrescenta-se a cidadania e podemos ainda perceber que a área de aplicação da justiça não é determinada, e sim suscetível de variação. Exemplificando: ao observarmos as seis concepções de justiça mais utilizadas e elencadas acima com mais atenção, percebemos que quando o autor utiliza a expressão “cada qual”, pode-se pensar nesta fórmula para atingir grupos diferentes de seres. A variação decorrente da aplicação da noção “cada qual” a grupos variáveis fornece variações não só da aplicação da fórmula “a cada qual a mesma coisa”, mas também de todas as outras fórmulas, mostrando ao invés de um elemento comum, um número imenso de variantes às diversas fórmulas de justiça podem ser formuladas.

Temos assim na definição de justiça uma noção comum e invariável que pode ser chamada de justiça formal, ou “abstrata”, e uma noção variável que em cada fórmula particular ou concreta da justiça constituirá um dos inumeráveis valores da justiça formal.

Como há um acordo sobre o fato de que ser justo é tratar da mesma forma os seres que são iguais sob certo ponto de vista por possuírem a mesma característica essencial, seguiu-se então a eleição desta característica essencial como a única a ser considerada na administração da justiça num determinado local. Pode-se definir, desta forma, a justiça formal ou abstrata

como “*um princípio de ação segundo o qual seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma forma*” (PERELMAN, 2005, p. 19).

Mas essa noção, como já observado, é apenas formal, deixando intocadas todas às possibilidades possíveis a propósito da justiça concreta. Podemos concluir, assim, que a definição acima não diz quais seres fazem parte de uma categoria essencial e nem como devem ser tratados. Devem apenas ser tratados de forma igual, sem o desfavorecimento de um em relação ao outro. Por sua vez, devemos considerar que o tratamento igual só é reservado aos seres que fazem parte de uma mesma categoria essencial. Portanto, a definição de justiça formal ao possibilitar que se determine quais as categorias que são essenciais para aplicação da justiça permite que surja divergências práticas, concebendo a criação de fórmulas diferentes de justiça concreta. Nesse sentido, as seis fórmulas mais utilizadas, apontadas por Perelman (2005) acima diferem-se entre si, por apresentarem características diferentes e até opostas. Ao escolher-se uma para ser adotada como única que deve ser levada em consideração na aplicação da justiça em uma determinada Nação, escolhe-se também a complementação da justiça formal transformando-a no que se espera da justiça concreta nestes locais, determinando-se quais são as características essenciais que devem ser privilegiadas na aplicação da justiça.

Após verificarmos com atenção as concepções de justiça fornecidas por Perelman (2005) tentando trazê-las para o caso da justiça estatal no Brasil voltada para as relações envolvendo os povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação, entendemos que há uma fórmula que predomina historicamente sobre estas relações e que prevaleceu, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 direcionando o exercício das atividades públicas nestes locais. Trata-se da concepção “a cada qual segundo a sua posição”, que após a redemocratização passou por uma adaptação expressando-se através da concepção “a cada qual segundo o que a lei lhe atribui” que passou a prevalecer.

Isso porque, a fórmula “a cada qual segundo a sua posição” é uma fórmula denominada por Perelman (2005) como a forma aristocrática da justiça. Ela sequer trata os seres conforme critérios intrínsecos ao indivíduo, mas pauta-se, principalmente, no pertencimento deste a uma ou outra categoria de seres sociais. Por essa fórmula, as mesmas regras de justiça não se aplicam a seres pertencentes a categorias diferentes por demais. Não sendo uma fórmula universalista, reparte os homens em categorias diversas que serão tratados naturalmente de forma diferente, conceituação que por sua vez, nos aproxima da estratificação social brasileira descrita no capítulo 3 e das características atuais descritas pela “hierarquia estática” de Leonidio (2007).

Com isso, manteve-se no Brasil distinções baseadas em diversos critérios: de “raça”, de etnia, de religião, de fortuna, entre outras. Estes critérios foram estabelecidos por valores de caráter e de natureza social, que se transformaram por meio de uma reprodução hereditária do que se pode chamar de essencial para a aplicação da justiça na sociedade, restando apenas como secundário a vontade do indivíduo adotada na atualidade.

Nessa fórmula de justiça aristocrática temos a enérgica defesa dos seus beneficiários, onde se exige e impõe-se um tratamento diferente aos seres apresentados como superiores, sendo suas reivindicações historicamente apoiadas pela força conferida pelas armas e, habitualmente, pelo poder de polícia do Estado que se defronta com uma minoria sem defesa.

Porém, a aplicação desta fórmula parte da suposição de que os seres com os quais se desejaria ser justo não estão repartidos oficialmente em classes hierarquizadas, ocorrendo esta repartição de maneira apenas habitual. É justo por esta fórmula que se tenha atitudes diferentes para com membros de diversas classes, devendo ser tratados da mesma forma os integrantes da mesma classe ou categoria essencial. Nos casos investigados, notamos a divisão em classes de tratamento pelo Estado motivado por dois motivos: o pertencimento a uma determinada classe socioeconômica, ou seja, de acordo com as posses e fortuna do grupo com quem se trata; e conforme a origem e o pertencimento a determinado grupo étnico e cultural.

Estabelece-se a partir dessa divisão um “degradê” para os tratamentos dispensados oficialmente, colocando grupos de indígenas, de descendentes de negros escravizados, de mestiços discriminados e de colonos miscigenados, além daqueles que mesmo nos grandes centros urbanos são considerados pobres, sem acesso a bens e à prestação jurisdicional do Estado, em condição de serem aceitos apenas como mão de obra barata ao sistema liberal hegemônico.

Desta forma, essa fórmula aristocrática não se aplica somente a regimes em que a superioridade vem com o nascimento, tal como ocorria durante o período colonial brasileiro, mas também a regimes diferentes, tal como o regime que chamamos hoje de democrático (PERELMAN, 2005).

No Brasil, porém, notamos que essa concepção passa por uma adaptação após a reabertura política, utilizando em conjunto outra concepção de justiça menos contestada nas democracias modernas: a fórmula “a cada qual segundo o que a lei lhe atribui”. Com essa adaptação pretende-se minimizar as críticas aos privilégios de classe, que não podem mais ser considerados injustos, porque eles passariam a constituir um sentido jurídico de direito adquirido, conformados pelo “direito racional” através de uma Constituição, onde a partir

deste momento, ser justo é conceder a cada ser o que a lei lhe atribui. Assim, diante de conflitos, um juiz é justo ou íntegro quando aplica às mesmas situações as mesmas leis (*in paribus causis paria jura*). A partir de então, ser justo é aplicar as leis do país aos casos parecidos.

Para E. Dupréel essa fórmula é qualificada de “justiça estática” por ser baseada na manutenção da ordem estabelecida, propriamente conservadora e fixadora destas ordens (PERELMAN, 2005). Teoricamente, o juiz, como a pessoa responsável para aplicar a fórmula de justiça ao caso concreto quando provocado, não seria mais livre para adotar a concepção da justiça que prefere, mas deveria observar a regra estabelecida levando em conta obrigatoriamente a classificação, a distribuição em categorias essenciais, fixando-se a distinção entre a concepção moral e a concepção jurídica da justiça em sua ação.

A fórmula da justiça em direito é assim imposta, estando a sua interpretação, em tempos atuais de “Sumula Vinculante”, sujeita ao controle das Cortes Supremas e do Estado. Em direito, a regra cumpre levar em conta a ordem estabelecida, sabendo apenas como os fatos considerados se integram no sistema jurídico determinado, como os qualificar. Cumpre esclarecer, porém, que no direito moderno as instâncias que determinam as categorias essenciais de justiça e as que a aplicam, embora interajam, estão rigorosamente separadas. No entanto, não nos enganemos quanto à intervenção de concepções particulares do juiz no exercício da justiça e das influências das concepções morais na aplicação do direito. O papel do juiz, portanto, não é puramente passivo, mas é, em certa medida, subjetivo. Ao se basear em certos indícios, fatos, ou mesmo, ao não lhes dar devida importância ou significado, pode-se chegar a imagens diferentes da realidade e deduzir uma aplicação diferente das regras de justiça. Notamos isso em relação à utilização da jurisprudência, que é posta em um jogo para definir noções e interpretar expressões fazendo com que o sentimento do juiz não seja contrariado violentamente pelas exigências de uma lei. Há casos onde certas leis de difícil conformação são simplesmente esquecidas, caindo em desuso, forçando o legislador a dar no tempo força de lei à concepção de justiça dos que detêm poder no Estado (PERELMAN, 2005).

Podemos dizer, então, que a aplicação concreta da justiça formal (legal) exige a determinação das categorias consideradas essenciais em uma sociedade. São estas categorias que contam para a aplicação da justiça como condutora também de valores: o que é essencial e do que deve ser secundário, ou desconsiderado. Trata-se da aplicação de uma visão de mundo, de distinguir “o que vale” de “o que não vale”, conduzindo a concepção de uma justiça concreta.

Nesse aspecto, infelizmente, não se constatou uma evolução moral, social ou política com o processo de reabertura política no Brasil que fosse capaz de trazer uma modificação da escala de valores e das características consideradas essenciais para aplicação da justiça em relação aos povos e comunidades tradicionais. A proteção dos grupos e das características que lhes conferem prestígio, privilégios ou deméritos permaneceram inalteradas, sendo este um processo que só com o fortalecimento democrático dará andamento.

Aos culturalmente diferenciados nem lhes foi dada dignidade. O direito de existência é precário para indígenas e quilombolas e quase inexistente para outros grupos, como os caixaras, dentro do Estado nacional. Permaneceram, portanto, insignificantes.

O nivelamento de todos como cidadãos em um Estado nacional como o Brasil não significou a inclusão social destes indivíduos e de suas vontades aos processos políticos de decisão. Ao contrário, significou para estes a imposição de uma completa submissão de seus comportamentos e de suas práticas tradicionais às determinações culturais dominantes consolidadas através de antigas e novas leis no Estado-Nação, estabelecidas pelos grupos que mantêm em vigor as categorias aristocráticas e capitalistas consideradas essenciais e que, em nome delas, passaram a reivindicar atos necessários a sua consolidação como sinônimo da obtenção de “justiça”.

Sob estas bases de justiça após a redemocratização, assistimos ser fortalecida a Ciência do Direito no território nacional, atuando como fiel operária desse sistema, que mesmo demonstrando-se social e culturalmente opressor em países com características multiculturais, como o Brasil, continua inabalável diante dos questionamentos que não cessam de surgir.

Ao nos questionarmos sobre o papel do direito diante dessa realidade conflituosa, podemos dizer que o direito, ao evitar noções de justiça contraditórias e ao ser pensado apenas sob matrizes ocidentais, encontra dificuldades em ser reelaborado encontrando formas híbridas de lidar com sociedades tão diversas. E, muito embora saiba da complexa dificuldade em exercer a decidibilidade em situações que envolvem visões de mundo tão diversas, reproduz, perpetua e fortalece os sistemas opressores adaptados. Não demonstra, assim, esforços para incorporar às suas discussões realidades socialmente distintas encontradas nas diversas localizações geográficas do território nacional, problematizando as teorias dentro do próprio direito. A perpetuação deste quadro tem dificultado as possibilidades de renovação do sistema jurídico no país.

Neste sentido, percebemos que o direito, ao tentar enquadrar-se como “ciência”, tem pautado a sua existência através da elaboração de gêneros, onde procura pensar o particular em sua essencialidade. Esse processo adaptativo tem levado o direito, assim como a ciência, a pautar

a sua existência no “geral” e no “genérico”, elevando-se ao que há de constante nos fenômenos, expressando-se a partir daí através apenas de conceitos e/ou leis.

Pleiteando o seu reconhecimento como uma ciência, o direito passa teoricamente do conhecimento fortuito e casual, a um conhecimento metódico, obedecendo a um processo ordenatório de uma razão dentro do que é considerado essencial. Ele busca garantir, antes de qualquer coisa, margem de segurança aos resultados, coerência unitária de seus juízos, adequando o real de acordo com o modelo racional escolhido. Por sua vez, esse procedimento que tem como justificativa conferir a certeza da certeza, subordina-se a uma verificação racional, ordenada e metódica dos seus próprios resultados conforme a ordenação crítica de seu processo. Portanto, ao ser submetido ao modelo racional escolhido, o direito estrutura o seu conhecimento de acordo com tipos, leis e princípios, ao buscar atingir tipos comuns a uma série de fenômenos ou de casos. O direito tem-se definido como uma ciência tipológica. Essa característica fez com que o trabalho do advogado, por exemplo, tivesse como principal tarefa descobrir na lei e na doutrina o tipo correspondente ao caso particular que lhe cabe examinar. Como a ciência, requer sempre a classificação, ou a tipificação do real, operando segundo modelos, o direito também tem buscado pautar-se nestas características. *“Assim, tipos são formas de ordenação da realidade em estruturas ou esquemas, representativos do que há de essencial entre os elementos de uma série de fatos ou de entes que nos interessa conhecer”* (REALE, 1993, p. 57)

É através dos elementos tipológicos que o direito prefigura normativamente as condutas possíveis, reputando-a “lícita” ou “ilícita”. Atendendo ao reclame de certeza e segurança da vida jurídica da modernidade este mecanismo é entendido e divulgado como a garantia capaz de evitar, através de elementos claramente determinados, riscos a valores considerados essenciais, assim como ajuda na manutenção em relação à noção de “justiça” já discutida.

Assim, todos os ramos do direito, uns com maior, outros com menor rigor formal, pressupõem a tipificação do comportamento humano segundo esquemas normativos, relacionando uma dada classe de ações à classe de sanções que lhe é própria e ao priorizar certa tipificação da ação humana em determinados locais ou situações. Esse método acaba por obscurecer outros aspectos igualmente importantes relacionados à sua subjetividade uma vez que certos comportamentos poderiam ser tratados com outro grau de prioridade jurídica por outras sociedades.

Nesse sentido, detectamos sérias resistências do poder oficial ao tratar de assuntos relacionados ao manejo e a práticas tradicionalmente realizadas e protegidas pelos direitos humanos em áreas decretadas unidades de conservação ambiental. Essa resistência ocorre, em

parte, induzida por uma leitura estreita dessas relações de acordo com um método legalista tradicional, onde não haveria necessidade de se discutir direitos humanos nestas áreas, posto que segundo os planos essenciais estabelecidos pelos órgãos oficiais para região do Vale do Ribeira, nela não há ou não deveriam existir, seres humanos.

Essa lógica acaba por acobertar a realidade da ocupação de toda aquela região, negando àqueles povos um tratamento jurídico adequado, baseado preponderantemente segundo aspectos relacionados aos direitos humanos, se considerarmos a sua existência de acordo com os preceitos que deveriam vigorar em um estado realmente democrático que atende ao amadurecimento das discussões nacionais e internacionais sobre o assunto.

Ao conceber previamente as discussões sobre os conflitos identificados nestas áreas, apenas sob o ponto de vista dos direitos ambientais, colocam-se impedimentos para o conhecimento de direitos humanos relacionados à proteção da diferença cultural nestes locais, obstruindo até mesmo o acesso destes grupos a órgãos e instituições que deveriam zelar pela sua integridade, dando na prática, a exclusão realizada um aspecto legal, formal e “justo” dentro do que é considerado essencial pelos poderes instituídos.

Portanto, ao procedermos intuitivamente no tratamento dos casos concretos conforme faz o direito nacional, remetendo-os aos tipos que possam ser previamente enquadrados de acordo com interesses considerados essenciais, acabamos por consolidar exclusões sociais que se tornaram institucionalizadas por meio de valores essenciais historicamente construídos em nossa sociedade.

Ainda dentro desta divisão tipológica do direito, e aproveitando para aprofundar algumas outras noções que o embasa, temos que considerar que para Montesquieu a lei tomada em acepção geral, aplicável tanto para as ciências naturais, como nas ciências ético-jurídicas “*é a relação necessária que deriva da natureza das coisas*” (REALE, 1993, p. 58). Sendo assim, quando utilizamos a lei nos termos de acepção jurídica, há no caso brasileiro uma naturalização de processos sociais e históricos de exclusão, que assumem a condição de norma escrita emanada pelo Estado, constitutiva de situações jurídicas e dotada de validade objetiva em todo território nacional. O direito, ao galgar uma posição como ciência, considera as leis como enunciativas da estrutura e do desenvolvimento da experiência jurídica, ou seja, aqueles nexos que, com certa constância e uniformidade, ligam-se entre si e governam os elementos da realidade jurídica, como “fato social”.

É assim que o jurista desenvolve doutrinas sobre as leis, ou seja, sobre as regras jurídicas formuladas pelos órgãos do Estado, diferenciando-as das regras elaboradas pela própria sociedade através de “usos e costumes”. Neste aspecto, não se tratam mais de juízos

enunciativos de realidade, mas de juízos normativos de conduta. Processa-se, assim, sempre segundo dupla ordenação: uma de natureza tipológica, e a outra de natureza legal.

Desta forma, o direito também é calcado em pressupostos conhecidos como “princípios”, concebidos mediante duas acepções, uma de natureza moral e outra de ordem lógica, devendo ser sobre esta estrutura que se deve pensar qualquer tentativa de alteração do sistema jurídico. Considerando que todas as ciências implicam na existência de princípios, o direito, por analogia, não se funda sobre normas, mas sobre os princípios que as condicionam e as tornam significantes. Devemos entender, assim, que é através de três ordenações - tipos, leis e princípios -, que se dá a unidade do sistema considerado como a ‘Ciência do Direito’ de onde emerge também o entrosamento lógico entre as suas partes componentes.

Foi no mundo romano que o direito, de maneira autônoma e rigorosa, adquiriu unidade sistemática. Foram os povos da Lácio que pela primeira vez tiveram a compreensão de que era preciso discriminar e definir os diversos tipos de fatos jurídicos, bem como, determinar as relações constantes existentes entre eles, ou seja, leis, visando atingir os princípios que governam a totalidade da experiência do direito. Quando a experiência jurídica encontrou suas correspondentes estruturas lógicas surgiu a “Ciência do Direito” como sistema autônomo e bem caracterizado de conhecimento. A Ciência Jurídica é, portanto, uma ciência de estruturas normativas e, mais propriamente, de modelos jurídicos (REALE, 1993).

As tipificações que surgiram deste processo foram fixadas conforme a referência aos seus problemas de organização e de composição, superando o que havia de fragmentário e de contingente da experiência social verificada. Com a positivação do seu espírito, os romanos deram ao direito uma dignidade de ciência, incluindo a jurisprudência analisada deste período, conforme os modelos clássicos entre os modos de saber afins ao matemático.

A racionalidade positiva da “Ciência do Direito” implicou neste sentido o recurso a elementos conjunturais empregando o *‘fictio iuris’*, ou ficção jurídica dos romanos, como um juízo problemático que no plano das idéias é complementado com conceitos não experimentalmente verificados, sendo assim, provisórios e refutáveis (REALE, 1993).

Assim a expressão “Ciência do Direito” é relativamente recente, como uma invenção da Escola Histórica alemã, que formada por professores juristas se empenhou em dar-lhe um caráter científico. A “Ciência do Direito” é entendida genericamente como um “sistema” de conhecimentos sobre a “realidade jurídica”, o que é um conceito cercado de discussões. No entanto, há sérios questionamentos que entendem que a ‘Ciência do Direito’ não seria propriamente uma ciência, sendo simplesmente uma arte ou técnica, como parte da

Sociologia, ou da Psicologia, ou da História, ou da Etnologia, etc. ou de todas elas no seu conjunto (FERRAZ JÚNIOR, 1986).

Por tudo isso, diante de novos desafios sociais, no mínimo aconselha-se considerar-se as suas limitações. Se partirmos do entendimento de que a ciência é constituída de um conjunto de enunciados que visa transmitir, de modo altamente adequado, informações verdadeiras sobre o que existe, existiu ou existirá, devemos considerar que os enunciados são basicamente constatações que complementam e refinam as considerações da linguagem comum. Podemos dizer, assim, que a diferença do conhecimento vulgar para o científico se dá pelo caráter estritamente designativo ou descritivo, genérico, mais bem comprovado e sistematizado que o segundo adquiriu. Isso não significa propriamente verdades absolutas e irrefutáveis, ao menos no direito.

No direito devemos ainda considerar o conceito de valor. Assim, as ciências humanas por serem explicativas e compreensivas do comportamento humano, além do sentido que lhes damos, tem o sentido que se dá, exigindo desta forma, métodos próprios. Devemos considerar, dessa forma, que a sua validade está na validade das valorações (individuais, sociais, ideais, coletivas e históricas) que revelam o sentido do significado positivo ou negativo dos fatos analisados em cada contexto.

Ao tratarmos dos conflitos envolvendo a reivindicação por direitos de acesso aos territórios de povos e comunidades tradicionais decretados unidades de conservação ambiental, devemos entender que estamos confrontando valores considerados historicamente essenciais por grupos dominantes, considerados até então como “justos” dentro de uma construção nacional, tanto pelas comunidades tradicionais, como por interesses internacionais. Trata-se de um campo da disputa por poder dentro do Estado nacional.

Sendo a “Ciência Jurídica” interpretativa ao tratar da norma na situação concreta, a “Ciência do Direito” interpretaria textos e situações tendo em vista uma finalidade prática. Nestes termos, como a finalidade prática domina a tarefa interpretativa, o direito determina a força e o alcance das regras confrontando-as em presença de dados atuais de um problema, sendo além de uma ciência interpretativa e normativa, uma ciência que ao prescrever enunciados demonstra a sua natureza prescritiva. O direito não se limita a levantar possibilidades e/ou suspender o juízo, sendo forçado por vezes a fazer e formar opção decisória. Isto ocorre porque sua intenção não é conhecer, mas criar as condições de aplicabilidade da norma enquanto modelo de comportamento obrigatório.

Desta forma, entendendo o direito como um sistema cunhado sob valores considerados essenciais que devem prevalecer sobre outros considerados de menor importância em dada

sociedade, o seu sentido sempre é direcionado. O que importa e o que se deve mudar é a concepção do que se é essencial em uma dada sociedade.

Além disso, em sua atividade interpretativa e normativa, o direito ao abdicar de várias técnicas - interpretativa, gramatical, lógica, sistemática, teleológica, sociológica, histórico-evolutivo, entre outras, que muitas vezes se entrecruzam e que não guardam necessariamente entre elas uma relação hierarquicamente unitária -, gera complicadores à popularização de suas regras. Mais grave que isto é a questão da unidade do método que quase sempre é burlada e que gera dificuldades, tanto no consenso popular sobre qual regra é válida, como na reflexão sobre o sentido da atividade do cientista do direito. Ou seja, se o método das ciências humanas em geral já é debatido, no do direito pode ser ainda mais.

O que nos interessa demonstrar neste momento - com o esforço voltado ao resgate teórico da construção da “Ciência do Direito”-, é que a sua aplicação nos tempos atuais em países como o Brasil parte na realidade da implantação e da manutenção de valores que permitam a defesa de interesses de grupos considerados essenciais para um determinado local específico (PERELMAN, 2005), considerando os limites atribuídos dentro do Estado-nação como valores que se estabelecem como “justos”.

A manutenção desses valores resulta de uma larga difusão e multiplicação pelas instituições acadêmicas dos cursos de direito, que ao embasar a formação de futuros juízes, promotores, defensores e advogados, também acaba por perpetuar esta mesma ordem, tornando o direito desde os tempos coloniais peça fundamental na manutenção de um ‘*status quo*’. É nesse sentido que ganha importância e força o movimento dos povos e comunidades tradicionais hoje no Brasil ao propor, através de suas batalhas, a alteração do que deve ser considerado essencial na sociedade, acreditando que em seus embates, poderá mudar também o que pode ser considerado “justo”.

Devemos destacar também que a formação dos operadores do direito ocorre privilegiando-se a defesa do patrimônio e da liberdade individual, visando proteger primordialmente indivíduos com ‘*status*’ de cidadão de possíveis abusos de poder cometidos por outros indivíduos, e principalmente pelo próprio Estado, contra seus patrimônios e sua liberdade. A formação em direito mostra-se assim deficitária em relação a aspectos humanos e sociais, o que dificulta a compreensão e a explicação jurídica das demandas das comunidades tradicionais aos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

Tentando responder às críticas construídas sobre o direito diante dos conflitos socioculturais em evidência no Brasil, temos assistido há algum tempo emergir disciplinas dentro dos cursos de direito que passaram a abordar assuntos diversos a dogmática, tais como: a Sociologia

(1972); a Ciência Política; os Direitos Humanos e, mais recentemente entre as instituições federais, a Antropologia Jurídica.

A Sociologia do Direito, ao perceber que ao jurista compete decidir sobre casos concretos baseando-se num sistema de normas ou princípios em vigor numa determinada configuração, questiona também que os casos concretos podem estar em contraposição a esta ordem estabelecida, dados os preconceitos de interpretação e sistematização dos textos legais. Ao mesmo tempo, as leis podem se mostrar impotentes ou inócuas, enquanto as decisões contradizerem-se, o que torna a função jurídica problemática por ser dinâmica e criadora ao tentar reconciliar o irreconciliável, sintetizando opostos (CASTRO, 2001).

Por isso a Sociologia Jurídica, vista como uma sociologia aplicada e ocupada atualmente com o domínio da realidade social configurada pelo direito, investiga seu aparecimento (do direito), seu desenvolvimento e suas transformações objetivando satisfazer necessidades sociais e questiona as causas inerentes a esses fenômenos. Ao compreender o controle social como:

“um conjunto de dispositivos sociais (usos, costumes, leis, instituições e sanções), que podem objetivar a integração social dos indivíduos, o estabelecimento da ordem, a preservação da estrutura social, alicerçado nos valores e expressos na imposição de vontade dos líderes, da classe dominante ou do consenso grupal.” (CASTRO, 2001, p. 237)

A Sociologia do Direito observa o controle social exercido pelo direito no Estado moderno. Nesse sentido, ainda segundo Castro (2001), independente de podermos dividir o controle por meio de “formas informais” (usos, costumes e a opinião pública) e “formais” (lei e normas) em todas as sociedades, o direito encontra-se sempre atrelado às noções morais e de usos. Assim, identificamos normas criadas a partir de necessidades técnicas e usuais de regulamentação de tarefas práticas do dia a dia (como situações de trânsito ou de tributação), e outras onde as sociedades modernas passam a exercer grande influência moral por concepções também de caráter religioso, culturais, entre outras.

Desta forma, o fenômeno jurídico passa a assumir assim características distintas, que ao mesmo tempo são correspondentes e complementares, identificadas pela norma e pela conduta, onde a norma se origina e se direciona de acordo com a conduta social considerada adequada.

Podemos afirmar assim que sendo o social dinâmico, o direito também o é. Porém, devemos entender que o controle social exercido pelo direito emana de valores corporificados através de agências especializadas (instituições), passando a sua força a ser entendida ora como coação física, ora como coerção ‘socioestrutural’ exercida por um grupo considerado essencial perante os demais grupos de uma dada sociedade. Com isso, notamos que o domínio

social sai da prevalência puramente moral e cai no domínio do que é considerado “justiça”, penetrando a vida de toda a sociedade (CASTRO, 2001, PERELMAN, 2005).

Se pensarmos no Brasil como um país de dimensões continentais, onde se encontram presentes e cada vez em maior evidencia um número considerável de sistemas culturais que se mantiveram relativamente autônomos em relação às tendências oficiais (BRANDÃO, 2009; ALMEIDA, 2008), devemos considerar que cada um desses grupos possui suas próprias noções de justiça, de bondade, de licitude e de verdade, que constituíram valores básicos que compõem a suas próprias estruturas axiológicas.

Esse quadro tem se tornado propício a imersão de diversas tensões no cenário nacional. Tal situação é delicada e, se tratada de forma genérica, pode ser entendida como uma simples polaridade entre grupos dominantes e dominados. Entretanto, quando se observa a realidade mais de perto, daí a importância das ciências sociais, esta mostra-se mais complexa, onde multiplicam-se os grupos dominados em vários sub-grupos diferenciados e dotados cada um deles de características culturais específicas.

A Sociologia do Direito, ao analisar o direito diante dessas tensões, lhe atribui duas funções principais, constituindo-se em uma função conservadora, ou uma função inovadora. Na sua função conservadora, o direito traça os limites das expectativas de comportamento, estabelecendo um gradiente de tolerância do comportamento espontâneo não sancionado que objetiva manter a continuidade social dominante. Assim as pessoas e grupos detentores de uma posição privilegiada, com o objetivo de conservá-la, as tornam a ordem, o direito social existente, tratando como perigosa qualquer reforma ao sistema em vigor. Embora algumas vezes se declarem resignados com os desafortunados e procurando socorrer os desfavorecidos, só conseguem concebê-los com paternalismos, uma mistura de caridade com medo, provocada pela miséria enxergada nos grupos antagonistas.

Por outro lado, na função inovadora, nota-se que o direito prioriza alterações das condições político-econômicas em detrimento de fenômenos de natureza sociocultural, inspirando-se apenas nas transformações econômicas e no progresso tecnológico. Assim, podemos entender que as inovações do direito quase sempre ocorrem diretamente ligadas à prevalência de domínios técnicos, algumas vezes decorrentes do apelo popular e quase nunca como fruto de aprofundamento de discussões filosóficas e morais.

Enquanto os direitos ambientais, representados aqui pelas unidades conservação, podem ser vistos como uma mudança da modernidade visando conter a “crise ambiental” através do predomínio técnico, as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais inserem-se como

o aprofundamento de discussões filosóficas e morais. Por isso a dificuldade de sua implantação.

Acreditamos que dentre as duas principais funções do direito - conservadora e inovadora - sofremos influências e vivemos em uma sociedade caracterizada pela função conservadora do direito, onde esse caráter desenvolve-se em um processo socializador, ou de domesticação, com alguns flashes da função inovadora. Gurvitch destaca que *“a experiência jurídica consiste no reconhecimento coletivo dos fatos normativos que realizam um dos múltiplos aspectos da justiça num dado quadro social que se pretende proteger”* (apud CASTRO, 2001, p. 240). Nesse intento, são criadas instituições dimensionadas que fazem desse reconhecimento um procedimento, uma ação voltada para o controle e para a socialização. Toda essa engenharia promove o crédito da “justiça”, que se opera também por meio dela.

No entanto, ao fazer essa relação do direito estritamente ligado ao binômio indivíduo/coletivo, a Sociologia do Direito depara-se com um limitador a alguns problemas práticos que estão se apresentando à realidade brasileira, principalmente em relação às demandas que consideramos neste trabalho como multiculturais de grupos que viveram relativamente à margem dos enfoques estudados pela sociologia.

Nos casos investigados por essa pesquisa, constata-se que nem sempre a simples somatória de indivíduos é a coletividade dentro do Estado Nação, o que faz emergir dessas novas configurações grupos de indivíduos com especificidades e diversas ‘coletividades’ dentro do território nacional. Além disso, nota-se que muitas dessas coletividades que hoje reivindicam o direito de existir, não tiveram a tal oportunidade histórica de participar da construção do direito nacional, enquanto legado cultural administrado pelo que hoje reconhecemos como Estado Nação como tem admitido a Sociologia Jurídica. Nesse sentido, talvez o maior desafio para as discussões sobre “justiça” e o direito em relação a estes grupos seja a necessidade de uma discussão que também discuta suas necessidades e respeite seus modos de vida, que realmente os envolva e os contemple como sujeitos “comunais” de direito diante da cidadania igualitária que pauta o território nacional.

Acreditamos que para o avanço de discussões sugeridas há que se refletir a respeito de: a) aspectos e características comuns entre estes grupos; b) discussão sobre a constituição e o funcionamento do Estado moderno, suas instituições e o controle pretendido por ele na modernidade e; c) compreensão de como o direito trata e interfere nestes grupos e de como ele (o direito) tem sido usado para oprimir, ou tem sido adaptado para minimizar suas reivindicações. Trata-se, antes de tudo, de um verdadeiro desafio interdisciplinar com o qual

esta pesquisa pretende ter contribuído procurando fazer deste assunto (o direito) e de seus conflitos algo mais inteligível e menos simplista.

Colocando-se então enquanto um aprofundamento de discussões filosóficas e morais, o direito à diferença, pleiteado pelas comunidades tradicionais, encontra outros problemas quando se depara com aspectos práticos da justiça no Brasil, enfrentando desde desafios interpretativos, até o não cumprimento por órgãos oficiais da gestão pública das legislações relacionadas às suas demandas incorporadas em âmbito nacional. Uma das razões é a falta de mecanismos eficazes de cobrança para a sua efetivação.

Os conflitos observados no campo revelaram que pouco tem importado qual é a classificação da norma sugerida para a solução dos conflitos. Na busca pela defesa de posições opostas utiliza-se ora da Constituição Federal, ora de uma lei federal, estadual ou municipal, ora de um decreto ou até mesmo de uma resolução ou portaria meramente administrativa. A existência de confusões sobre a aplicação das normas tem agravado o problema da personificação do poder dentro das instituições do Estado quando a escolha ou a imposição das normas válidas à resolução dos conflitos sempre é condicionada à vontade daqueles que falam em nome dos órgãos oficiais, que se dedicam em fazer cumprir apenas os projetos considerados essenciais aos grupos poderosos. Contrariam, assim, as regras da sistemática jurídica vigente.

Esse tipo de conduta, chamada pelos operadores do direito de aplicação “seca” da lei, nos parece até mais grave do que as influências de valor presentes no sistema jurídico descritas até aqui. Representa uma forma de imposição política que extrapola todas as regras de dominação institucionalizada sob os auspícios da razão iluminista, que são, como vimos, um pouco mais elaboradas.

Através desse tipo de atitude, além de desrespeitar-se até mesmo o tão criticado sistema jurídico vigente e as teorias das fontes do direito, coloca-se em colapso e evita-se eficácia as recentes atualizações legais provocadas pelas pressões sociais exercidas, tanto no interior, como de fora para dentro do Estado nacional em âmbito internacional.

Devemos entender que ao adotar o sistema ocidental de democracia e de direito, transpusemos ao caso brasileiro todas as discussões conceituais que as legitima. Desta forma, aplicação das leis deve respeito tanto ao sistema jurídico em vigor, quanto à teoria das fontes do direito.

A Teoria das Fontes do Direito, como uma teoria “a serviço da racionalidade do estado liberal”, reconhece que o direito não é essencialmente um dado, mas uma construção elaborada no interior da sociedade humana. Quando a aplicamos no Brasil, supostamente estaríamos reproduzindo reflexões liberais que emergiram desde Savigny no início do século

XIX e que se reproduziram um século depois pelo jurista francês François Geny. Isso quer dizer que a utilização da teoria das “fontes do direito” deveria fazer uma distinção entre a lei (como um ato do Estado) e seu sentido, seu espírito, entendido como as convicções comuns de um povo (*Volksgeist*). Partindo dessa premissa, segundo essa teoria, a fonte do direito é na verdade o “espírito do povo” e os atos estatais apenas o seu instrumento de realização (FERRAZ JÚNIOR, 2007).

Ocorre que pela presença de enunciados valorativos na dogmática jurídica, esta passou por uma disputa no seu interior, onde ou se minimiza o papel das fontes formais, ou de forma contrária, minimizava-se o papel das fontes substanciais ou materiais do direito. Com o desenvolvimento das teorias do Direito Público no decorrer do século XIX e o fortalecimento dos Estados nacionais, fortaleceu-se também dentro desta disputa a tendência de valorização das fontes formais, tendendo a uma unidade teórica formalizante, onde o conceito-chave considerado passou a ser o ato jurídico enquanto conduta que positiva o direito. O direito passa a ser considerado, desde então, como algo que emana destes atos e que passa a ser então a sua única fonte.

Nestas sociedades, desde então, o direito nasce a partir do ato jurídico como ato autorizado de um sujeito capaz ou competente (Estado Nação), que institui através dele (direito constituinte hipotético) um modelo hierárquico do ordenamento, que prescinde ou esconde seus critérios substanciais ou materiais, ganhando força de impositividade e de poder emanador.

Assim, imaginando uma pirâmide, podemos perceber o estabelecimento de uma primeira distinção entre as fontes, no topo, onde ficam os atos jurídicos estatais, produtores de normas gerais, (leis, decretos, etc), mais abaixo, atos jurisdicionais (sentenças), atos estatutários (estatutos de sociedades civis e comerciais), atos negociais (contratos, doações e etc). Deriva como reflexão mais acabada desta concepção, a conhecida “pirâmide Kelsiana”, onde entende-se o ordenamento apenas como normas hierarquizadas conforme o seu fundamento e validade. Por esta concepção, postula-se que o direito tem como fonte o próprio direito onde todas as normas acabam refluindo para apenas uma norma, considerada fundamental. Seguindo esta ordem e fazendo uma transposição para o caso brasileiro, podemos dizer que todas as nossas normas devem refluir para a nossa norma fundamental, ou seja, a Constituição Federal.

Porém, como houve na sociedade moderna a substituição e a perda de padrões até então estáveis como o direito natural, passou-se a considerar a aplicação do direito aos fatos como um fenômeno em constante câmbio, exigindo-se desde então critérios para a qualificação jurídica de manifestações prescritivas da conduta social como normas. Tal função exercida

desde o século XIX pela dogmática estabelece critérios de qualificação jurídica dos fatos, que ao mesmo tempo são mutáveis, inseguros e incertos. *“A teoria das fontes, por isso, está bastante relacionada com o que Max Weber (1976:122, 441) chama de dominação legal, isto é, a crença na legitimidade do poder fundada na racionalidade e na eficiência da ordem.”* (FERRAZ JÚNIOR, 2007, p. 226).

Pensada de acordo com a realidade do continente europeu, do desenvolvimento do capitalismo, do aparecimento do Estado burocrático, a moderna Teoria das Fontes do Direito impôs como exigência a promulgação da maior parte das normas que antes eram costumeiras, emergindo como a expressão da racionalização do fenômeno jurídico e uma justificação daquela conjuntura histórica com expoente ideológico máximo no liberalismo. Portanto, ao adotarmos a Teoria das Fontes do Direito, devemos considerar que ela não foi pensada para favorecer a dominação por uma crença fundada no tradicionalismo (dominação tradicional) ou no carisma (o prestígio da liderança) (FERRAZ JÚNIOR, 2007), o que a julgar pelos casos verificados em campo, indica de pronto, certo desvirtuamento em sua aplicação ao caso brasileiro.

Talvez uma diferença crucial entre as fontes do direito pensadas para o continente europeu e a sua adaptação ao caso brasileiro seja o ideal por trás de sua aplicação. Enquanto lá elas tinham a função de livrar o povo da opressão e da tirania dos reis pela naturalização do poder (tradicional), aqui elas são ignoradas em favor da manutenção do poder aristocrático (tradicional), ou foram utilizadas até recentemente apenas para manter valores considerados essenciais, selando a naturalização do poder em nome destes mesmos grupos.

Nestes termos, o que se assegurou no Brasil não foi o poder gerido pela razão e sim a manutenção do poder daqueles que tradicionalmente já o detinha. Criou-se, desta forma, uma ordem mista de poder, que conciliou o tradicionalismo com os novos mecanismos trazidos pelo constitucionalismo liberal, fruto nacional de um amadurecimento das discussões dos grupos detentores do poder por um longo período, alternado entre “democracias” limitadas e ditaduras militares e políticas que se consolidaram durante todo o século XX no Brasil (MARTINS, 1994).

Assim, embora a ciência dogmática moderna do direito tenha servido de base ao Brasil, estabelecendo o que deve competir ao Estado, à sociedade privada e ao indivíduo, e os seus limites, ela tornou-se algo tão enigmático que quase não é seguida.

Hipoteticamente, a Teoria das Fontes deveria servir como um instrumento primordial à democracia, regulando o aparecimento contínuo e plural de normas de comportamento de acordo com a segurança e a certeza das relações conforme interesses pré-estabelecidos por

todos integrantes da nação. Pretendia organizar todo o conjunto em um todo coerente, demarcando tanto o papel do Estado e de seus atos, produtores de normas para toda a sociedade, quanto o papel dos pactos privados e de todos os atos civis dos cidadãos, racionalizando este quadro.

Desta forma, buscando entender como na prática a Teoria das Fontes interfere nos casos concretos, podemos dizer que ela estabelece uma série de regras estruturais do ordenamento sistemático, propiciando a entrada de uma norma no conjunto e o seu reconhecimento como jurídica. As normas tornam-se um dos principais elementos do sistema do ordenamento, que não é apenas um conjunto de elementos (repertório), mas também de relações conforme regras (estrutura) do sistema. É assim que *“toda norma que se reveste do caráter de “lei” (fonte) deve ser considerada como pertencente ao ordenamento na forma de norma legal ou lei ‘stricto sensu’* (FERRAZ JUNIOR, 2007, p. 227). A fonte junte-se ao modo de formação das normas jurídicas, ligando-se ao direito legislado, que ganha enorme importância principalmente após o século XIX. Ela, a fonte, serve, nesse sentido como lugar comum, como fórmula de procura e orientação do raciocínio, que pode e deve ser utilizada em caso de decidibilidade sobre casos concretos. Propõe-se através da dogmática a classificações das fontes com base no maior ou menor grau de objetividade de cada norma e de acordo com sua origem e modo de formação. Destaca-se sempre em primeiro lugar as fontes estatais, por sua formalidade e formulação serem revestidas de autoridade geral e reconhecimento institucional. Em seguida, podemos citar como fontes os costumes, a jurisprudência. Por fim estão as fontes negociais, a doutrina, os sentimento de justiça e a equidade. Para a operação dessa classificação, a dogmática utiliza-se de conceitos técnicos elaborados a partir da própria tradição jurídica.

Como dissemos, o reconhecimento da legislação como fonte do direito tem necessariamente uma hipótese racionalizadora, um ato fundante, que produz um conjunto de normas primárias, sendo ela, a Constituição.

“Entendemos usualmente por Constituição a lei fundamental de um país, que contém normas respeitantes à organização básica do Estado, ao reconhecimento e à garantia dos direitos fundamentais do ser humano e do cidadão, às formas, aos limites e às competências do exercício do Poder Público (legislar, julgar, governar).” (FERRAZ JÚNIOR, 2007, p. 229)

Em seu sentido jurídico (*stricto sensu*), podemos dizer que a Constituição é como lei fundamental um conjunto de normas articuladas, que tecnicamente é responsável pelos procedimentos de desenvolvimento da sociedade. A Constituição se estabelece ou por uma vontade, para corresponder a determinadas aspirações sociais, ou ser mera fachada para uma imposição política. Mesmo assim, para a concepção jurídica, ela sempre é encarada como

uma norma básica posta. Assim, tanto o jurista, como a sociedade ao se deparar com conflitos concretos, busca soluções em normas constitucionais vigentes, buscando tecnicamente coordená-las de maneira que elas possam orientar os procedimentos e por fim à lide (conflito). Independente de como a Constituição surja, o reconhecimento racional desse conjunto torna-se a fonte da qual emana o direito constitucional, tanto como uma regra estrutural, como elemento do sistema do ordenamento.

Decorre da Constituição uma série de leis, como uma preeminência na forma de princípio, instaurando assim o princípio da legalidade. Feitas em sua maioria por meio do Poder Legislativo, elas atendem ao processo de legislação, sendo distintos e variados os seus tipos. Desta maneira, obedecida às respectivas formalidades, temos atos legislativos variados que vão desde emendas à Constituição e leis complementares à Constituição (que exigem quórum qualificado), às leis ordinárias (que são criadas a partir de quórum simples). Em se tratando de Estados Federados, como o Brasil, devemos considerar a sua formulação entre leis federais, estaduais e municipais.

Acrescentam-se às fontes nacionais as fontes internacionais, que ganham força em consequência dos interesses materiais (econômicos) cada vez mais integrados no mundo globalizado. As fontes internacionais são impostas através dos tratados e das convenções internacionais - que ao serem aprovados no âmbito nacional, passam a adquirir o *status* legal, imperando como leis internas, “*de tal modo que, se são incompatíveis com leis ordinárias do país, as tornam revogadas conforme a regra estrutural da ‘lex posterior’*” (FERRAZ JÚNIOR, 2007, p. 240). Submetendo-se a hierarquia interna e à Constituição, mas se sobrepondo as outras legislações infraconstitucionais contrárias a elas, as:

“normas internacionais que têm por objeto a conduta do ser humano diretamente [...] tornam os cidadãos de um Estado verdadeiros sujeitos de direito internacional, inclusive lhes concedendo o acesso direto aos tribunais internacionais. Isso, obviamente, repercute na hierarquia das fontes legais, pois podem estas fontes eventualmente contrariar ditames constitucionais de um Estado e, não obstante, sobre eles prevalecer. Essa presença ampla dos direitos fundamentais, até mesmo acima das soberanias nacionais, é um dado que implode o princípio da soberania, pois atinge o próprio direito processual que vê descolada sua competência interna para uma situação de subordinação a decisões com base em outros centros irradiadores de normas, até sem a complacência da autoridade nacional.” (FERRAZ JÚNIOR, 2007, p. 240, com grifos nossos).

A hierarquia existente entre estas fontes, além de ocultar a relação de poder entre as normas em um determinado local geográfico, torna-se tecnicamente um instrumento importante para o mapeamento formal das competências estatais e de suas influências nas relações. Quando dentro de um mapa horizontalmente estendido, uma competência avança nos limites da outra, é também quando a questão da hierarquia se coloca, havendo em tese uma verticalização organizada por uma regra estrutural do sistema onde deve ser observada a não contrariedade à

lei considerada superior. Assim funda-se a ideia de que a norma superior prevalece sobre a inferior.

Embora existam algumas interpretações sugerindo que uma lei federal não prevalece sobre a estadual, porque disciplinam âmbitos diversos, temos que reconhecer que existem distinções verticais entre as normas já que em alguns casos a matéria própria para a competência estadual é também objeto de outra competência em outro âmbito, como nacional e internacional. Sempre que houver a necessidade de distinções verticais, os poderes hierarquizam-se, devendo ser hierarquizadas também as fontes e as respectivas normas (FERRAZ JÚNIOR, 2007).

O sistema jurídico, na prática de sua aplicação, deveria, portanto, agir como um importante instrumento de organização das fontes, tanto hermenêutico e decisório, como na função jurídica-política. A hierarquia das fontes do direito deveria ser sempre respeitada quando se pretende obter minimamente uma condição de certeza e segurança da “democracia” enquanto um processo sempre em construção.

Dessa forma, a leitura crítica e prática das legislações voltada à sua aplicação em casos concretos deve considerar toda uma ordem de poder existente entre elas, considerando tanto legislações nacionais, como internacionais, que após seguir determinados procedimentos, também devem valer dentro do sistema, dando sentido às lutas sociais e a criação de novas legislações.

Ao analisarmos a aplicação prática das legislações referentes aos povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação no Brasil (Figura 18), e mais precisamente no Vale do Ribeira, verificamos que é ignorado o princípio da legalidade, a sistemática jurídica e a teoria das fontes nacionais ao só se permitir discutir a existência desses grupos quando atrelados às práticas “conservacionistas” das áreas protegidas.

Figura 18 – Sistemática Jurídica brasileira de acordo com a Teoria das Fontes do Direito, elaborada pelo autor

Uma breve análise da “pirâmide kelsiana” (acima), contemplando as legislações diretamente relacionadas aos casos investigados, sugerem que pela Teoria das Fontes do direito e pela hierarquia das leis, a partir de 1988, qualquer pretensão de lidar com as questões referentes à proteção da Cultura e do Meio Ambiente no contexto nacional devem respeitar a disposição das regras sobre estes temas de acordo com a sua relação com a Constituição Federal, enquanto “norma hipotética fundamental”. Portanto, a partir de 1988, esse sistema jurídico desenhado passaria a ter funcionamento harmonioso em todo território nacional onde todas as previsões legais passariam a fazer parte de uma estrutura complexa baseada em princípios constitucionais.

Desde então, as normas deveriam ser rigorosamente seguidas e respeitadas, tanto pela coletividade dos indivíduos dentro do Estado nacional, como pelas instituições oficiais e possíveis parceiros institucionais que lhes faça às vezes, regendo todos os atos dos órgãos públicos e instituições que falam em nome do Estado. Mas isso não tornou as relações dentro do Estado facilitadas por diversos aspectos. Um dos conflitos trata da utilização das normas na resolução de casos concretos de forma indiscriminada sem submetê-las a critérios rigorosos de aplicação correta de acordo com o que estabelece todo o sistema jurídico, o que é muito comum na gestão das unidades de conservação. Desrespeita-se e ignora as normas que tratam dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, direitos de competência muito mais abrangente do que as normas estabelecidas apenas no Estado de São Paulo.

A complicação desta relação ocorreu juridicamente quando os órgãos oficiais ao analisarem a atual Constituição optaram por recepcionar, mantendo como válidas todas as legislações que criaram as unidades de conservação sobre os territórios tradicionais, por não considerá-las contraditórias as designações constitucionais, apesar das determinações de proteção cultural também constarem no texto constitucional.

Mesmo considerando que as discussões internacionais sobre a proteção da diversidade cultural ainda não haviam amadurecido no cenário nacional naquele momento, a reflexão sobre essa recepção, quando combinada às regras das fontes do direito, levantam sérias dúvidas sobre a realização deste ato, posto que em um sistema dinâmico como o nosso uma regra também pode deixar de valer e perde a validade se revogada por outra. Ao entendermos que revogar significa retirar a validade da norma por meio de outra norma, entendemos também que a norma revogada não vale mais, ou seja, não faz mais parte do sistema, deixa de ser vigente, através de outras três regras, podendo ocorrer à revogação aonde venha a incidir tanto:

“a *lex superior* (a norma superior revoga a inferior na hierarquia), a *lex posterior* (a que vem por último, no tempo, revoga a anterior) e a *lex specialis* (a norma especial revoga a geral no que esta tem de especial, a geral só revoga a especial se alterar totalmente o regime no qual está aquela incluída).” (FERRAZ JÚNIOR, 2007, p. 204)

Desta forma, a norma revogadora pode ser manifestamente ou implicitamente revogadora, ou seja, pode ser “manifesta” quando nela a autoridade determina a norma revogada declaradamente, e “implícita” quando numa nova disposição da matéria não se determina a norma anterior revogada declaradamente. Como a proteção a grupos culturais diferenciados e aos seus territórios emergiram da Constituição Federal de 1988, restam enormes dúvidas quanto à manutenção destas unidades de conservação nestes mesmos lugares.

Além disso, mesmo que após uma aferição mais detalhada concluíssemos que não haveria motivos naquele momento para revogar as unidades de conservação criadas sobre territórios tradicionais diante na nova Constituição Federal de 1988, hoje essa possibilidade não estaria completamente afastada diante das novas normas que incidem sobre essas situações investigadas aqui. Desde 2003, com a entrada em vigor no Brasil da Convenção 169 da OIT (“Convenção sobre os povos indígenas e tribais nos países independentes”), este instrumento normativo coloca-se hierarquicamente acima das legislações ambientais ordinárias no país⁸⁷. Diante dessa nova possibilidade, estaríamos novamente diante de questionamentos legais quanto à validade dessas unidades de conservação se levarmos em conta as regras de revogação legal citadas acima.

Talvez considerando estas possibilidades possamos aderir às declarações realizadas pela Vice-Procuradora Geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dr^a. Déborah Duprat, que alega a inconstitucionalidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em relação aos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais⁸⁸.

Desde estes possíveis questionamentos, devemos considerar que o Poder Judiciário nacional pauta-se pelo princípio da inércia. Isso quer dizer que ele só se manifesta emitindo decidibilidade em casos que preenchem todos os requisitos formais e processuais de admissibilidade interposto ao seu conhecimento pelos ritos processuais previstos em seu sistema de conhecimento e julgamento. Só dessa forma é possível ao prejudicado, ou ao insatisfeito, tornar-se litigante, requerendo oficialmente uma prestação jurisdicional do Estado.

⁸⁷ Como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o próprio Código Florestal, tão comentado em seu processo de reformulação na atualidade.

⁸⁸ Declaração feita durante a Conferência Inaugural do Simpósio Internacional “Conhecimentos Tradicionais na Pan-Amazônia” ocorrido em Manaus/AM de 14 a 16 de julho 2010.

Essas características geram por sua vez algumas consequências como a não compreensão popular das possibilidades de enfrentamento de opressões, prejudicando qualquer aprofundamento democrático e fortalecendo a permanência dos métodos tradicionais de regras, dominação e poder.

A falta de acesso pleno dessas comunidades tradicionais ao Poder Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional sobre esse tipo de questionamento representa a ausência das margens sociais oficiais do Estado para estas relações. Em outras palavras, para efeito de reivindicações perante tribunais internacionais, entendemos que somente quando estes conflitos tiverem condições e forem submetidos à decisão última do Poder Judiciário teremos uma manifestação oficial em nome do Estado brasileiro para estes casos.

Considerando o extremo do exercício da cidadania - representado nestes casos hipotéticos por uma sentença definitiva – entendemos que as críticas às opressões impostas a estes grupos só deixaram de ser tratadas como meras especulações tornando-se um entendimento real e expresso a partir de uma manifestação última do Estado nacional. É ela que determinará o tratamento social permitido e recomendado pelos poderes oficiais na nossa sociedade a estes grupos.

Neste sentido, esse fato torna-se mais um dado para considerarmos na medida em que compreendemos que a inacessibilidade ao Poder Judiciário não permitiu evidenciar de forma expressa a exclusão social destes grupos pelo ‘etnocídio’ praticado historicamente em nome da justiça e da nação. Empecilhos como estes fazem com que opositores à ideia de existência de exclusão, racismo e preconceito no Brasil afirmem que esta possibilidade é inverídica. Há ainda quem acredite que vivemos em uma “democracia racial” em nosso país (FRY, 1995-1996).

Tais posições ideológicas restringem as discussões ao âmbito local e a ideia de obtenção de consenso e prevalece no momento a decisão e a vontade daqueles que falam em nome do órgão público gestor de cada região específica. Estas limitações da cidadania em nosso país geram a perpetuação de uma exclusão histórica, muitas vezes ensejando atitudes formais que se dizem em atendimento à legalidade, mas que ao mesmo tempo, podem ser consideradas ilegais, ainda que até o presente padeçam de maiores questionamentos oficiais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao sugerirmos inicialmente no título deste trabalho - até como uma provocação -, que há uma sobreposição de direitos ambientais aos direitos humanos, étnicos e culturais na Mata Atlântica brasileira não nos referíamos a uma leitura meramente conceitual do que possa significar direitos ambientais, culturais e étnicos dentro da sistemática do direito, até porque consideramos as questões relacionadas a estes temas como desafios postos dentro de uma temática maior, relacionada aos direitos humanos na modernidade.

A provocação dessa discussão referiu-se mais diretamente ao caso dos povos e comunidades tradicionais abrangidos pela implantação da estratégia ambientalista das unidades de conservação no Brasil, onde sob a justificativa de ver protegidos os direitos ambientais, foi desconsiderada a proteção da diferença cultural em áreas relevantes ao discurso ambiental atual.

Os dados históricos sobre a ocupação humana do Vale do Ribeira evidenciaram em nossas análises as condições que propiciaram a constituição e a manutenção de grupos culturalmente diferenciados na região investigada. Essa análise serviu também para verificar os tratamentos dispensados pelas estruturas dominantes em nossa sociedade a estes grupos, ora os ignorando, ora tentando eliminá-los, mas de qualquer forma criando estruturas que os mantivessem às margens e em condições quase autônomas em relação ao resto da sociedade até recentemente. É dentro desta perspectiva que passamos a analisar as discussões atuais ocorridas no Mosaico de Jacupiranga e na Estação Ecológica Juréia Itatins, unidades de conservação escolhidas por esta pesquisa devido à existência de conflitos emblemáticos entre as comunidades e os órgãos gestores, que passaram, ou estão passando, por processos recentes de recategorização (de uma unidade de conservação de proteção integral para unidades de uso sustentável).

No entanto, concluímos que o processo de recategorização destas áreas não busca reverter um processo histórico de expropriação oficial realizado sobre os grupos culturalmente diferenciados. A recategorização pretende antes manter as unidades de conservação desabitadas, estabelecendo pela imposição legal, novos zoneamentos capazes de minimamente promover a regularização fundiária destes espaços.

Verificou-se também, que assim como foram idealizadas pelo Governo Militar na década de 1960, essas áreas ainda hoje se inserem dentro de um plano moderno do desenvolvimento sustentável, onde a política ambientalista em vigor visa utilizá-las como medida compensatória ambiental aos projetos desenvolvimentistas em São Paulo, tornando-as

significativas dentro de perspectivas de avanço das atividades industriais e do agronegócio. Essa constatação, nos leva também a concluir que as unidades de conservação não servem para reverter o quadro de “crise ambiental” anunciado pelo movimento ambientalista na década de 1970, demonstrando o quanto esse discurso se desvirtuou sendo incorporado pelo sistema produtivo, abarcando áreas mantidas ou criadas em locais de menor interesse do capital, servindo para fornecer índices quantitativos dentro da lógica “conservacionista” que permitem a continuidade das mesmas praticas criticadas nos primórdios do discurso ambientalista. Além disso, a cada dia assistimos fortalecer-se a ideia da utilização destas áreas em um médio espaço de tempo para outros projetos de desenvolvimento, podendo servir tanto para a implantação de usinas hidroelétricas, captação de água para capitais e regiões metropolitanas e bioprospecção, quanto para terceirização com fins de exploração do ecoturismo voltado apenas para grupos de classe econômica alta.

Notamos também que para todos objetivos modernos relacionados a estes locais, a presença dos moradores tradicionais representa um complicador, ao comprometer o êxito dos projetos desenvolvimentistas elencados acima baseados na lógica de mercado.

Como vivemos em uma democracia constitucional desde 1988, neste trabalho passamos a considerar que qualquer tentativa de aplicação de políticas públicas na modernidade que desconsidere a existência de povos e comunidades tradicionais e suas culturas diferenciadas pode ser considerada “injusta” ao negar-lhes o direito de existirem em suas diferenças nos locais em que se constituíram. Pensamos ser esta uma condição inadmissível em um país que se considera um “Estado Democrático de Direito”. Isso porque, sociologicamente analisando, estas áreas se inserem em uma estratégia elitista, prejudicando grupos humanos pobres através do discurso ambiental. Verificarmos que nos casos práticos não se trata apenas de uma opressão dentro dos conflitos estabelecidos pela existência de classes sociais distintas, mas percebemos que a criação destas áreas também aponta uma discriminação contra grupos culturalmente diferenciados, consolidando-se como práticas etnocêntricas desenvolvidas pelo Estado nacional moderno, onde a igualdade tornou-se sinônimo de manutenção de privilégios. Assim, esses conflitos ganham um contorno que extrapola a busca por condições materiais igualitárias em um Estado liberal, requerendo o aumento da abrangência do conceito de cidadania, enquadrando-se dentro de reivindicações pela liberdade de ser diferente e pelo direito de existir na diferença, filiando-se, portanto, em discussões maiores sobre a noção de cultura que vêm se ampliando no mundo a cada dia.

Diante dessas novas possibilidades, vivemos em um Brasil que por estar passando por um aumento de perspectivas internacionais e por adaptações em decorrência do discurso

democrático, expõe-se à influência de discussões relacionadas ao direito internacional no plano nacional. É assim que as novas perspectivas trazidas pelos direitos étnicos, culturais e humanos inseridas no direito brasileiro e nas regras conceituais das fontes do direito no Brasil abrem possibilidades de questionamento à ordem posta. Apresenta-se, portanto, um imenso desafio ao Estado brasileiro e ao Poder Judiciário por ter que lidar com os interesses decorrentes destes conflitos em âmbito nacional, sem comprometer a imagem do Brasil e os interesses comerciais atrelados a ela em âmbito internacional.

A julgar pela organização do movimento integrado entre os povos e comunidades tradicionais hoje no Brasil, pela regulamentação por que vêm passando a Convenção 169 da OIT e pelos altos índices de territórios tradicionais sobrepostos por unidades de conservação, concluímos que em médio prazo será inevitável uma enorme discussão nacional sobre esta “estratégia ambientalista” hoje em vigor.

Concluímos também que o movimento dos povos e comunidades tradicionais podem, assim como fez o movimento ambientalista na década de 1970, trazer questionamentos civilizatórios à sociedade moderna. Esperamos, porém, que este movimento não seja também incorporado às lógicas mercadológicas do desenvolvimento, transformando-se e tornando-se institucionalizado, assim como se tornou o tema ambiental.

Seja qual for o seu destino, suas críticas tornaram-se relevantes ao contestar o processo ao qual foram submetidos e do qual finalmente tentam se libertar. Diante desses conflitos que se tornam cada vez mais irremediáveis às lógicas do consenso, e parafraseando Boaventura de Souza Santos, nos parece mais “justo” nestas situações apostar na possibilidade que tenha maior reciprocidade como saída, atingindo uma alternativa que contemple ambas as expectativas: a ambiental e a cultural.

Nesse sentido, se procuramos alternativas à “crise ambiental”, aqui entendida como uma crise civilizacional da modernidade, e se procuramos também alternativas de proteção a outras formas válidas de vida e de pensamento que estão sendo colocadas sob pressão intolerável em mundo cada vez mais homogêneo, tendemos a acreditar que o reconhecimento dos territórios tradicionais e o predomínio das regras culturais distintas nestes locais, até pela qualidade ambiental que apresentam, são mais benéficos para se pensar em alternativas para um futuro mais justo e humanamente saudável do que a manutenção e a criação das unidades de conservação sem gente.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Relume Damará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.
- ALMEIDA, A. P.. **Da decadência do litoral paulista**. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 97, p. 35 - 57, 1946.
- ALMEIDA, A.W.B. **Terra de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008. 192 p.
- _____. **Antropologia dos ‘Archivos’ da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. 192 p.
- ARRUDA, R.S.V. Texto **“Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. In: DIEGUES, A.C.S. (Org.). *Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC-NUPAUB-USP, 2000. p. 273-290.
- BALÉE, W. **Footprints of the Forest: Ka’apor Ethnobotany—the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People**. New York: Columbia University Press, 1994. 416 p.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **“As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”**. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v.12 n.1, p 39-68, 2006.
- BRAGA, R. **Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira**. *Geografia: Revista da Associação de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 24, n.3, p. 43-68, dez., 1999.
- BRANDÃO, C.R. (Org.). **Repensando A Pesquisa Participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 252 p.
- BRANDÃO, C.R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos do mundo rural. Uberlândia, EDUFU, 2009. 244 p.
- CAIXETA DE QUEIROZ, R. **Atores e Reatores na Juréia**: ideias e práticas do ecologismo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1992. 229 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1992.
- CALI, P. **O processo de povoamento do litoral sul de São Paulo**: Juréia-Itatins. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. 190 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.
- CARVALHO, I.C.M. **A Invenção Ecológica**: Sentidos e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul EDUFRGS. 2002. 229 p.

CASTRO, C.A.P. de. **Sociologia do direito**: fundamentos de sociologia geral; sociologia aplicada ao direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 276 p.

COMUNIDADES ISOLADAS – “**Relatório de Pesquisa Realizada nas Comunidades de Icapara e de Pontal (Barra do Ribeira) no Litoral Sul do Estado de São Paulo – Vale do Ribeira**”. ‘Serviço do Vale do Ribeira’ (SVR), Departamento de Água e Energia Elétrica da Secretária dos Serviços e Obras Públicas do Governo do Estado de São Paulo, 1967. 37 p.

CHAUÍ, M.S. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 103 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 480 p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HCITEC, 2000. 169 p.

FAVELL, A. ; MODOOD, T. **The philosophy of multiculturalism: the theory and practice of normative political theory**. In: **Contemporary political philosophy: a reader and guide**. ALAN, F. (Ed.): Edinburgh University: 2003. p. 484 – 495.

FERREIRA DA SILVA, A.L. “Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (RESEX) no Vale do Ribeira: inovação ou outra forma de fazer as mesmas coisas em territórios tradicionais no estado de São Paulo?”. In: SHIRAISHI NETO, J. et al (Org.). **Meio ambiente, territórios & práticas jurídicas**: enredos em conflito. São Luis: EDUFMA, 2011. p. 253-294.

FERRAZ JÚNIOR, T.S. **Introdução ao estudo do direito : técnica, decisão, dominação**. 5. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 346 p.

FERRAZ JÚNIOR, T.S. **A Ciência do Direito**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 111 p.

FORTES, R. **Iguape... Nossa história**. v.1-v.2 . Iguape: edição do autor, 2000. 427 p.

FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 2007. n.70. p 101-138.

FRY, P. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira”. **Revista USP**, São Paulo, n.28, p. 122-135, 1995-1996.

HALL, S. “**A questão multicultural**”. In: Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília, UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 51-100.

HOLANDA, S.B. de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 301 p.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição. A mudança na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.p. 79-94.

LEFF, E. **Ambiente e articulação das ciências**. Persona y Sociedad. Santiago, 1999. 493 p.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reprodução social da natureza. tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LEONIDIO, A. “Violência, esfera publica y mediación de conflictos rurales en Brasil”. In: BLACHA, N.M.G.(Org). **Cuestiones Agrarias en Argentina y Brasil**. Buenos Aires:Prometeu, 2007. p. 128-134.

LEROY, J.P. Territórios e bens comuns. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.8, n.4. p. 4-8, 2011.

LINO, C.F.(Org.). **Mosaico de unidades de conservação de Jacupiranga**. revisão João L. R. Albuquerque, Clayton F. Lino. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 76p. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1 Conservação e Áreas Protegidas, 37).

LOUREIRO, C.F.B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.159 p.

MARTINS, J.de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 177 p.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174 p.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caçara**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. p. 35-52.

PAREKH, B. **Rethinking Multiculturalism**. Cultural Diversity and Political theory. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 89 p.

PEREIRA JÚNIOR, C.A. **Iguape**: princesa do litoral, terra do bom Jesus, bonita por natureza. São Paulo: Noovha América, 2005. 128 p. (Série conto, canto e encanto com a minha história.).

PERELMAN, C. **Ética e Direito**. tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução Eduardo Brandão.2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 378 p. (Justiça e direito).

PETRONE, P.Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: **A Baixada Santista**. São Paulo:Edusp. 1965. v. 2, cap. 6, p. 11-73.

QUEIROZ, R. da S. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira**: Um Estudo de Antropologia Econômica. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 123 p.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 55, p.9-31, set./dez. 2005.

REALE, M., 1910. **Filosofia do direito**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1993. 781 p.

RODRIGUES, C.L. **Limites do Consenso: Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e Gestão Ambiental Participativa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 197 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 229 p.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.48, p. 11-32, 1997.

SICHES, R. **Tratado de sociologia**. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. 704 p.

SHIRAISHI NETO, J. (Org). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007. 232 p.

SOUZA, R. S.de. **Direitos Humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica**. In: NOVAES, R. R.; LIMA, R. K.de (Org.). **Antropologia e direitos humanos**. Niteroi: EdUFF, 2001. p. 47-79.

UNZER de ALMEIDA, V. **Condições de Vida do Pequeno Agricultor no Município de Registro (Registro Shokuminchi)**. São Paulo:Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1956. (Estudos de Antropologia Teórica e Aplicada, 6).